

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

A SUBJETIVAÇÃO CAPITALÍSTICA COMO  
MECANISMO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO  
DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Diego Bechi

Passo Fundo, novembro de 2019.

Diego Bechi

**A SUBJETIVAÇÃO CAPITALÍSTICA COMO  
MECANISMO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO  
DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Educação à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo sob a orientação do Prof. Dr. Altair Alberto Fávero. Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais.

Passo Fundo

2019

Ao orientador Prof. Dr. Altair Alberto Fávero por ter aceitado com entusiasmo e seriedade o tema proposto, possibilitando a realização de meus desejos de pesquisa, pelas importantes conversas, sugestões e prontidão nos momentos de dúvida, e, em especial, pela amizade, paciência, incentivo, valorização e confiança depositada em mim e em meu trabalho, minha gratidão.

Aos professores Dr. Roque Strieder (UNOESC), Dr. Jerônimo Sartori (UFFS), Dr. Julio César Godoy Bertolin (UPF), Dra. Rosimar S. Esquinsani (UPF) e Dra. Carina Tonieto (UPF) pelas importantes contribuições e sugestões para a continuidade, aperfeiçoamento e conclusão da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF), meus agradecimentos.

Aos meus familiares, especialmente meu pai Valdir Bechi e minha mãe Marleide Inês Bonora Bechi, pela tolerância, compreensão e ajuda no decorrer da minha trajetória acadêmica.

À minha namorada Josieli Consorte, pela tolerância, compreensão e apoio nos momentos mais decisivos da minha pesquisa e diante dos novos desafios da minha vida profissional e pessoal, me incentivando nessa caminhada que vem sendo construída.

À Universidade de Passo Fundo (UPF), que me auxiliou financeiramente (Bolsa Egresso).

## RESUMO

O objetivo central desta tese doutoral é explicitar como se constitui a subjetividade do trabalhador docente do ensino superior no atual processo de expansão hegemônica da racionalidade toyotista/neoliberal e de que forma o modelo de subjetivação capitalista tem interferido sobre as condições de trabalho e sobre os modos/projetos de vida desses profissionais da educação superior no Brasil. Trata-se de um estudo exploratório, quanto aos objetivos, e bibliográfico, de cunho hermenêutico-analítico, quanto aos procedimentos. Por intermédio desse procedimento investigativo, de caráter eminentemente qualitativo, explora-se a seguinte problemática: em que medida a captura da subjetividade pela racionalidade neoliberal, cuja exigência de universalização da norma de concorrência proporcionou a construção de um novo sujeito (sujeito-empresa/empresa de si/autogovernável), tem contribuído ao processo de intensificação e precarização do trabalho docente nas instituições de educação superior? O referencial teórico sobre o processo de subjetivação capitalista, desenvolvido por importantes pesquisadores vinculados às áreas da sociologia, filosofia e educação - a exemplo de P. Dardot, C. Laval, F. Guattari, G. Alves e D. Mancebo -, possibilita uma nova chave de leitura para compreender os mecanismos de intensificação e precarização do trabalho docente. A tese defendida nessa pesquisa compreende a seguinte assertiva: a formação da subjetividade (produtivista e concorrencial) tornou-se um dos principais mecanismos utilizados pelo modelo de acumulação flexível para aumentar a eficiência e a produtividade dos trabalhadores docentes, bem como para submetê-los a condições precárias de trabalho. O economicismo e o privatismo de aporte neoliberal, assim como as metamorfoses no mundo do trabalho em direção ao modo de produção flexível, inerentes ao novo ciclo de universalização do capitalismo, provocaram tanto o direcionamento das políticas educacionais a favor dos interesses mercantilistas quanto a formação (subjetiva) de um novo profissional da educação, mais produtivo, competitivo e flexível às demandas do mercado. Dentre as consequências desse processo de subjetivação, destaca-se a destruição dos direitos trabalhistas e a subsunção dos profissionais da educação aos ditames da lógica produtivista/mercantilista e à cultura da performatividade.

**Palavras Chave: Políticas educacionais. Neoliberalismo. Trabalho docente. Educação Superior. Subjetividade. Precarização.**

## ABSTRACT

The main objective of this doctoral thesis is to explain how the subjectivity of higher education teaching workers is constituted in the current process of hegemonic expansion of toyotist / neoliberal rationality and how the model of capitalist subjectivation has interfered with working conditions and modes. / life projects of these higher education professionals in Brazil. This is an exploratory study, regarding the objectives, and bibliographical, of a hermeneutic-analytical nature, regarding the procedures. By means of this eminently qualitative investigative procedure, the following problem is explored: to what extent the capture of subjectivity by neoliberal rationality, whose requirement of universalization of the competition norm provided the construction of a new subject (subject-company / company) self-governing), has contributed to the process of intensifying and precarious teaching work in higher education institutions? The theoretical framework on the process of capitalist subjectivation, developed by leading researchers linked to the areas of sociology, philosophy and education - such as P. Dardot, C. Laval, F. Guattari, G. Alves and D. Mancebo - enables a new reading key to understand the mechanisms of intensification and precariousness of teaching work. The thesis defended in this research comprises the following assertion: the formation of subjectivity (productivist and competitive) has become one of the main mechanisms used by the flexible accumulation model to increase the efficiency and productivity of teaching workers, as well as to subject them to poor working conditions. The neoliberal economicism and the privatism and the metamorphoses in the world of work towards the flexible mode of production, inherent to the new cycle of universalization of capitalism, led the direction of educational policies in favor of the mercantilist interests and the (subjective) formation of a new education professional, more productive, competitive and flexible to the demands of the market. Among the consequences of this process of subjectivation, the destruction of labor rights and the subsumption of education professionals to the dictates of the productivist / mercantilist logic and the culture of performativity stand out.

**Keywords: Educational policies. Neoliberalism. Teaching work. College education. Subjectivity. Precariousness.**

## LISTA DE SIGLAS

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCQ – Circulo de Controle de Qualidade.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CF – Constituição Federal

CMI – Capitalismo Mundial Integrado

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EUA – Estados Unidos da América

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT- Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GATS-OMC - Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio.

GED – Gratificação de Estimulo à docência

GEPES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior

ICT – Instituição Científica e Tecnológica

IES – Instituições Brasileiras de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

JMB – Jair Messias Bolsonaro

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT - Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis e Transsexuais.

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação

MF – Ministério da Fazenda

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PL – Projeto de Lei

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PPP – Parceria Público-Privada

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PT – Partidos dos Trabalhadores

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SOF - Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal

SRF – Secretaria da Receita Federal

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFG – Universidade Federal de Goiás.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNB – Universidade de Brasília

UPF – Universidade de Passo Fundo.

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Mecanismo de Subjetivação .....	21
Figura 2: Sujeito empresarial.....	97
Figura 3: Percursos das políticas educacionais.....	107
Figura 4: Os caminhos e as consequências da proletarização .....	135
Figura 5: O caminho da performatividade docente .....	156
Figura 6: Percursos da precarização e intensificação do trabalho docente.....	169
Quadro 1: Mudanças no mundo do trabalho no contexto da acumulação flexível.....	34

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 AS METARMOFOSES DO MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 Crise e reestruturação do Estado capitalista: a ascensão do modelo de acumulação flexível .....</b>	<b>27</b>
<b>2.2 A reestruturação produtiva do capital e as metarmofoses no mundo do trabalho</b>	<b>38</b>
2.2.1 Taylorismo/fordismo e o Estado de Bem Estar Social.....	38
2.2.2 O desmonte do sistema fordista/keynesiano e a ascensão do Estado neoliberal.....	43
2.2.3 O toyotismo e a captura da subjetividade do trabalho .....	49
<b>2.3 Os impactos da racionalidade toyotista/neoliberal sobre a força de trabalho .....</b>	<b>54</b>
2.3.1 Flexibilização e precarização das condições de trabalho .....	54
2.3.2 Os sintomas da precarização trabalho e a perda da dimensão da humanidade .....	59
<b>3 CAPITALISMO PÓS-INDUSTRIAL E PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE .....</b>	<b>65</b>
<b>3.1 O categoria política de “boa governança” sob o prisma neoliberal: da mercadorização à sujeição dos indivíduos ao princípio da concorrência .....</b>	<b>66</b>
<b>3.2 A produção de subjetividade pelo capitalismo globalizado .....</b>	<b>75</b>
3.2.1 Formação histórica da subjetividade capitalística.....	76
3.2.2 A modelização da subjetividade pelo processo de reterritorialização capitalista ....	81
<b>3.3 A captura da subjetividade do trabalhador pela máquina capitalista neoliberal ..</b>	<b>87</b>
3.3.1 A “liberdade” como mecanismo de controle sobre a força de trabalho .....	88
3.3.2 A fábrica do sujeito neoliberal .....	92
<b>4 AS METARMOFOSES DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>100</b>
<b>4.1 A ascensão da racionalidade toyotista/neoliberal e os impactos sobre a construção de políticas públicas. ....</b>	<b>102</b>
<b>4.2 Novas formas de regulação e gestão da educação superior brasileira nos anos 90 .....</b>	<b>109</b>
4.2.1 As recomendações do Banco Mundial para as reformas da educação superior.....	110
4.2.2 Modernização do Estado e o fortalecimento do empresariamento/mercantilização da educação superior.....	114
<b>4.3 A subsunção do trabalho docente à lógica de mercado. ....</b>	<b>121</b>
4.3.1 O predomínio da lógica mercantilista/produtivista no âmbito das políticas para a educação superior .....	122

4.3.2 O trabalho docente no caminho da proletarização. ....	129
<b>5 A FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE EMPRESARIAL E A IMPLEMENTAÇÃO DA CULTURA PERFORMATIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>137</b>
<b>5.1 Os impactos da racionalidade empresarial/performativa sobre os rumos da educação superior .....</b>	<b>138</b>
5.1.1 A formação da subjetividade empresarial e a ascensão da (extrema) direita no Brasil .....	139
5.1.2 A educação superior em tempos de “boa governança”: da ideia de “balburdia” ao ideal da performatividade.....	148
<b>5.2 Trabalho docente e performatividade: seja operacional ou desapareça! .....</b>	<b>154</b>
5.2.1 A performance enquanto mecanismo de luta pela visibilidade e reconhecimento profissional.....	155
5.2.2 O poder disciplinar da performatividade e a formação de uma nova identidade docente .....	160
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>166</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>180</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios atribuídos às pesquisas em políticas educacionais compreende a análise e proposição de medidas para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação dos diferentes níveis de ensino. O trabalhador docente tem sido um dos principais alvos das reformas da educação, consubstanciadas pelos organismos internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI, OMC, dentre outros) – precursores do projeto neoliberal em âmbito global. Para a concepção economicista/neoliberal, os docentes são os principais responsáveis pelo fracasso atribuído à educação. Por isso, as reformas educacionais estiveram engajadas a implementação de estratégias para elevar a *performance* docente, tornando-o mais *accountable*.<sup>1</sup> O objetivo das políticas educacionais para a educação superior, aliadas ao projeto hegemônico global, é adaptar a educação e, especialmente, o trabalho docente aos interesses capitalistas. A melhoria da qualidade da educação está atrelada, de forma estrita e/ou estreita, a formação de um trabalhador eficaz, competitivo e altamente produtivo. O desempenho individual é mensurado a partir de avaliações de caráter quantitativo, o que permite uma maior responsabilização do trabalhador em relação aos resultados da educação, à estabilidade no emprego e à obtenção de gratificações financeiras sobre os vencimentos. A profissionalização docente, pela via neoliberal, está pautada na adaptação subjetiva do docente a lógica produtivista e na consequente docilização diante das novas condições de trabalho e do enfraquecimento dos direitos trabalhistas. Esse modelo de profissionalização é condição para a intensificação e precarização das condições de vida e trabalho, repercutindo diretamente sobre o processo de subjetivação docente (TELLO, 2011; BECHI, 2017).

Em razão da relação verticalizada entre políticas educacionais e concepção econômica de Estado, nos últimos anos o campo de pesquisa em política educacional tem proporcionado importantes contribuições à compreensão do tensionamento entre os interesses econômicos e as necessidades da área educacional. Esse estudo torna-se relevante porque o processo de reterritorialização capitalista, caracterizada, sobretudo, pela intensa expansão da racionalidade toyotista/neoliberal, impôs um conjunto de reformas aos Estados nacionais, abatendo diretamente sobre o desenvolvimento e implementação de políticas públicas. As

---

<sup>1</sup> Para melhores esclarecimentos sobre essa problemática ver Tello (2011). Nesse texto, o pesquisador apresenta quatro perspectivas discursivas em torno da categoria profissionalização docente, segundo diferentes enfoques e modelos de educação, destinadas à América Latina, a saber: a) Economicista-Neoliberal; b) Organizacional-Reformista; c) Humanista; d) Crítica.

mudanças no modelo de governança do Estado têm reduzido o trabalho docente aos interesses mercantilistas e economicistas. Em razão disso, pesquisadores de diferentes áreas têm se debruçado em pesquisas no âmbito das políticas educacionais com o intuito de entender as metamorfoses do trabalho docente. Para compreender os sentidos atribuídos às teses sobre essa problemática, realizaram-se buscas no “Catálogo de Teses e Dissertações” da Capes mediante a articulação dos termos “subjetividade” “precarização” e “condições de trabalho docente”. Nessa pesquisa, tivemos acesso a poucas pesquisas que se debruçam sobre o conceito de subjetividade no cenário de precarização das condições de trabalho. As pesquisas encontradas envolvendo esses termos trabalham a subjetividade de forma negativa, limitando-a às consequências atribuídas ao processo de precarização, incluindo: as doenças e distúrbios psíquicos, o ressentimento, o sofrimento e o mal estar docente. Não foram encontrados estudos que concebem a subjetividade enquanto mecanismo de reterritorialização e adequação do trabalho docente aos ditames do mercado/capital.

Quanto às motivações que me levaram a debruçar sobre essa problemática, destacam-se: a inquietação e a preocupação com o descaso e a precarização das condições de trabalho e de vida dos profissionais de educação no Brasil; o interesse pelas leituras sobre as metamorfoses do trabalho docente; e, a identificação e simpatia pelas pesquisas sobre as políticas e reformas vinculadas ao campo da educação superior. O desejo de discutir e refletir sobre as condições de trabalho docente é intrínseco à minha identidade pessoal e profissional. Essas inquietações, um tanto sombrias, ganham sentido e visibilidade a partir da leitura, no ano de 2013, de uma reflexão crítica sobre os principais aspectos da precarização do trabalho docente, desenvolvida por Bosi (2007), no texto “A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos”, publicado na revista “Educação e Sociedade”. O acesso a essa pesquisa ocorreu em decorrência dos estudos realizados no GEPES UPF, coordenado pelo professor Dr. Altair A. Fávero. No período, encontrava-se em andamento o projeto de pesquisa “Improvisação docente no cenário da expansão da educação superior: o problema da identidade do professor universitário”. Com isso, as minhas inquietações passam a ganhar sentido e corpo teórico, permitindo novas reflexões e pesquisas no campo das políticas para a educação superior.

A inclinação subjetiva pelos estudos sobre a educação superior teve início em 2010, quando ingressei, na condição de aluno especial, no curso de mestrado em educação, da Universidade de Passo Fundo (UPF). Na oportunidade, cursei a disciplina “Metodologia do Ensino Superior”, ministrada pelos professores Dr. Altair A. Fávero e Dra. Eliara Zavieruka

Levinski. As reflexões e pesquisas realizadas nessa disciplina deram origem ao artigo “Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional”. O referido trabalho foi encaminhado e, posteriormente, publicado (online e impresso) pela revista “Acta Scientiarum. Education”, ligada à Universidade Estadual de Maringá (UEM), em 2011. O contato com essa disciplina despertou-me o interesse pela problemática envolvendo a educação superior. Em agosto de 2010, ingressei, como aluno regular, no Mestrado em Educação (Linha de Políticas Educacionais), da Universidade de Passo Fundo (UPF), na condição de aluno-bolsista Capes. No decorrer do curso, desenvolvi a pesquisa intitulada “O financiamento da educação superior: uma análise do PNE 2001-2010”.

No ano de 2012, o professor Dr. Altair A. Fávero institucionalizou o grupo de pesquisa “Improvisação docente no cenário da expansão da educação superior: o problema da identidade do professor universitário”. Em função de meu interesse pelas diferentes questões que envolvem os rumos e os desafios da educação superior no bojo da sociedade global e pela relevância dos estudos realizados, integrei-me ao grupo com o intuito de construir novos conhecimentos, em especial no que diz respeito à docência no ensino superior. As leituras e indagações emergidas nos encontros contribuíram decisivamente ao desenvolvimento de uma proposta de pesquisa para ingresso, em 2015, ao curso de Doutorado em Educação, inicialmente intitulada “Intensificação e precarização do trabalho docente na educação superior sob o contexto da mundialização do capital”. A proposta deu origem ao artigo “As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível”, publicado pela “Revista Internacional de Educação Superior”, vinculada à Unicamp, em 2017. Porém, foi na disciplina “Seminário de Tese III: Políticas Educacionais”, coordenada pelo professor Dr. Júlio C. G. Bertolin, que surgiu a ideia de analisar as metamorfoses do trabalho docente pelo viés da subjetividade. Na ocasião, o professor indicou a leitura da obra *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval (2013), tornando-se uma das principais referências de minha pesquisa doutoral.

Os enfoques dados às pesquisas são, por sua vez, diferentes, de acordo com os interesses e áreas de atuação de cada pesquisador. Dentre as pesquisas que tive acesso, destacam-se os seguintes propósitos: a) aplicação de um modelo ergonômico para identificar as condições físico-estruturais das IES, a ação docente e a prática pedagógica, trazendo a tona os reflexos que o ambiente ergonômico pode proporcionar nas atividades e na qualidade de vida dos docentes (MACHADO, 2009/UFSC); b) identificar as repercussões das políticas

públicas de avaliação institucional (AI) implementadas pelo MEC/INEP na docência da educação superior, apreendendo como os professores estão vivenciando estes processos nas IES públicas e privadas (ASSIS, 2008/UFMG); c) compreender as dinâmicas de construção dos sentidos do trabalho docente na educação superior privada do Brasil, de modo a resgatar o lugar simbólico do professor na sociedade e, assim, alçar as mudanças necessárias (MARIZ, 2010/UNB); d) entender a precarização do trabalho e sua relação com o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas (FARIAS JÚNIOR, 2014/UFPA); e) compreender a relação entre a precarização do trabalho do professores temporários no Paraná e os processos de subjetivação negativa (NAUROSKI, 2014/UFPR); f) analisar o processo de construção identitária dos docentes do ensino superior privado de Brasília diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho e das transformações relativas ao processo de expansão das IES no Brasil a partir da década de 1990 (SIQUEIRA, 2006/ UNB).

Tendo em vista as diferentes pesquisas ligadas ao trabalho docentes, o desafio é trazer a tona novos questionamentos ao campo das políticas educacionais, a fim de contribuir significativamente à melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos profissionais da educação. Frente às mudanças atreladas ao novo modo de acumulação/produção capitalista faz-se necessário apresentar e desenvolver uma análise crítica dos fenômenos e movimentos que determinam o modo de pensar e agir dos docentes, de modo a situar suas implicações sobre as condições existenciais e de trabalho. Esse estudo permite situar o lugar histórico, político e ideológico onde os docentes encontram-se inseridos e os desafios no âmbito das políticas públicas educacionais. Para tanto, o **objetivo central** de minha pesquisa doutoral encontra-se subdividido em duas intenções, que se complementam reciprocamente: *explicitar como se constitui a subjetividade do trabalhador docente do ensino superior no atual processo de expansão hegemônica da racionalidade toyotista/neoliberal; e, analisar de que forma o modelo de subjetivação capitalista tem interferido sobre as condições de trabalho e sobre os modos/projetos de vida desses profissionais da educação superior no Brasil.* Essa proposta de estudo surge, sobretudo, a partir da leitura de dois textos que exploram a noção de captura da subjetividade do indivíduo/trabalhador pelo novo modelo de acumulação capitalista, a saber: *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval (2016); e, *Trabalho e subjetividade: o novo espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*, de Giovanni Alves (2011).

A primeira obra explora a captura da subjetividade do trabalhador a partir da ascensão da racionalidade neoliberal. Os partidários do neoliberalismo em âmbito mundial determinam

a construção de um novo modelo de governança do Estado, centrado na redução dos gastos públicos com programas de proteção social e expansão da lógica de mercado. A segunda pesquisa explica a captura da subjetividade do homem que trabalha pelo viés da reestruturação produtiva, caracterizada pela ascensão do espírito do toyotismo. Por meio dessas importantes obras é possível compreender os mecanismos, adotados pelo sistema capitalista flexível, para a formação de um novo trabalhador. A racionalidade toyotista/neoliberal requer a formação de sujeitos responsáveis pelo seu desempenho individual e altamente competitivos. Essas leituras, embora não atentas ao campo da educação, nos auxiliaram na construção de uma nova forma de pensar e interpretar as metamorfoses do trabalho docente. Pelo viés da subjetividade é possível compreender a relação existente entre conceitos intrínsecos ao modo de acumulação flexível e a intensificação e precarização do trabalho docente, a saber: a responsabilização, a flexibilidade e a concorrência. Esses conceitos estão atrelados à constituição da subjetividade docente e sua submissão aos interesses do mercado. Como consequência desse processo de subjetivação, destaca-se a destruição dos direitos trabalhistas e a subsunção dos profissionais da educação aos ditames da lógica produtivista/mercantilista. Esses mecanismos propagam a instabilidade, o medo, o individualismo, as doenças psicológicas, dentre outros problemas existenciais e interpessoais.

O desenvolvimento dessa proposta de pesquisa compreende, de forma pormenorizada, as seguintes ações: analisar as transformações ocorridas no modo de produção/acumulação capitalista e as suas interconexões com o programa de ajuste estrutural e econômico adotado pelos Estados nacionais em âmbito mundial; apresentar as transformações impostas ao mundo do trabalho pelas reformas político-econômicas neoliberais e pela reestruturação produtiva de cunho toyotista, destacando os impactos exercidos pela racionalidade capitalista sobre a força de trabalho; expressar os mecanismos e os propósitos vinculados à produção da subjetividade capitalística em âmbito global e os reflexos da expansão da lógica de mercado sobre a existência humana; apresentar a forma com que as políticas neoliberais globais, juntamente com a reestruturação do sistema produtivo e a valorização do capital, têm interferido sobre a construção e materialização das políticas para a educação superior no Brasil; mostrar como vem se configurando o trabalho docente diante do aprofundamento da mercadorização e instrumentalização da educação superior no Brasil; avançar no entendimento sobre a implementação e ascensão da cultura performativa na educação superior brasileira e de que

modo ela tem contribuído à formação de uma nova identidade docente, pautada no máximo desempenho.

O estudo sobre as transformações das condições de trabalho dos docentes da educação superior, no atual contexto da acumulação flexível, estrutura-se a partir do conceito de subjetividade. O referencial teórico sobre o processo de subjetivação capitalista, desenvolvido por importantes pesquisadores vinculados às áreas da sociologia, filosofia e educação - a exemplo de Pierre Dardot, Christian Laval, Felix Guattari, Giovanni Alves e Deise Mancebo -, possibilita uma nova chave de leitura para compreender os mecanismos de intensificação e precarização do trabalho docente. A **tese** defendida nessa pesquisa compreende a seguinte assertiva: *a formação da subjetividade (produtivista e concorrencial) tornou-se um dos principais mecanismos utilizados pelo modelo de acumulação flexível para aumentar a eficiência e a produtividade dos trabalhadores docentes, bem como para submetê-los a condições precárias de trabalho.* O neoliberalismo e o toyotismo, pilares centrais de sustentação do capitalismo flexível, não podem ser traduzidos e reduzidos, de maneira simplista, a uma doutrina político-econômica e/ou a um método de produção. Esses dois conceitos apresentam-se, em primeiro lugar, como uma racionalidade global, cujos princípios e estratégias têm fomentado um amplo e intenso processo de reterritorialização capitalista. A racionalidade toyotista/neoliberal emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Na acepção de Dardot e Laval (2016a, p. 16, grifos do autor), “com o neoliberalismo o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos”. O modelo de subjetivação capitalista determina a generalização da concorrência como norma de conduta, intima os indivíduos a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado e altera a lógica das políticas públicas (DARDOT, LAVAL, 2016a).

Com esse escopo, debruçou-se sobre a seguinte **problemática**: *de que forma a captura da subjetividade pela racionalidade toyotista/neoliberal, cuja exigência de universalização da norma de concorrência proporcionou a construção de um novo sujeito (sujeito-empresa/empresa de si/autogovernável), tem contribuído ao processo de intensificação e precarização do trabalho docente nas instituições de educação superior no Brasil?*

O mecanismo de subjetivação tornou-se um fator preponderante para compreender as transformações estabelecidas no âmbito da educação superior em direção a sua mercantilização e, em especial, as metamorfoses do trabalho docente. Esse estudo, por sua

vez, está sendo desenvolvido a partir de um estudo exploratório, quanto aos objetivos, e bibliográfica, de cunho hermenêutico-analítico, quanto aos procedimentos, por meio da qual foi realizado um levantamento e estudo do que tem sido produzido em relação ao fenômeno pesquisado. A formulação de uma nova interpretação sobre o processo de intensificação e precarização dos trabalhadores docentes nas IES públicas e privadas, analisadas pelo viés da captura da subjetividade pela racionalidade toyotista/neoliberal, procede a partir de uma pesquisa de natureza básica. Esse tipo de pesquisa, caracterizada pelo desenvolvimento de conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas, permite mesclar pesquisas de diferentes áreas do conhecimento a fim de entender os mecanismos políticos, econômicos, sociais e culturais de subjetivação e suas implicações sobre as condições de trabalho e aos projetos de vida dos profissionais da educação. Dentre as pesquisas relacionadas, incluem-se: as reformas político-econômicas neoliberais; a reestruturação produtiva e as metamorfoses do mundo do trabalho; as reformas da educação superior; a formação da subjetividade capitalística; e, as mudanças nas condições de trabalho docente.

Nesses termos, a pesquisa doutoral estrutura-se a partir de uma abordagem eminentemente qualitativa. A **metodologia** adotada consiste em assumir um enfoque *analítico* de interpretação, buscando localizar e reconstruir passagens dos textos priorizados que fundamentam o tema proposto. Além da postura analítica, serão aplicados os fundamentos do método *hermenêutico-dialético* que, por sua vez, possibilitarão examinar as reformas da educação superior brasileira e as condições de trabalho docente à luz das transformações econômicas, políticas e culturais referentes ao novo estágio de desenvolvimento e universalização do capitalismo. Assim, o fenômeno deste estudo é relacionado ao contexto mais amplo, observando-se a relação permanente entre a economia, a política e a educação. Por intermédio desse procedimento investigativo, observam-se como as mudanças ocorridas na economia mundial têm interferido na construção e materialização de políticas para o ensino superior no Brasil e de que modo têm desencadeado *o fenômeno da intensificação e precarização do trabalho docente*.

O método hermenêutico se apresenta como uma possibilidade atual de desenvolver interpretações da vida social e do mundo sob uma perspectiva cultural e histórica. Essa corrente metodológica, aliada à pesquisa qualitativa, possibilita ao pesquisador mergulhar no universo de análise, procurando interpretar as teorias e os processos que se manifestam em torno do objeto de pesquisa. Diferentemente do método positivista, atrelado à observação dos

fenômenos por meio da experiência sensível (empirismo), a metodologia hermenêutica permite redefinir e recontextualizar o objeto, o método e a natureza da pesquisa nas ciências sociais em geral e sobre fenômenos educacionais particulares. Gadamer (1975, apud ESTEBAN, 2010, p. 61), parte do pressuposto de que “a hermenêutica, mais do que um método para acessar a realidade, é essencialmente o meio para compreendê-la e a maneira pela qual nos conhecemos existencialmente como seres humanos”.

Em função das mudanças na estrutura e na organização do Estado nacional, alavancadas pela dinamicidade das formas de produção (toyotismo) e pela disseminação da racionalidade neoliberal, as pesquisas sobre os impactos das políticas para o ensino superior sobre o trabalhador docente tem se constituído um grande desafio para as pesquisas no campo da educação. As transformações na estrutura produtiva e política do capitalismo, estabelecidas no bojo da sociedade global, influenciaram decisivamente a construção e a execução de políticas educacionais, abatendo diretamente sobre o processo de subjetivação docente. A implementação de políticas de cunho mercantilistas e economicistas, baseados na racionalização e otimização dos recursos investidos, requer a formação (subjetiva) de um novo profissional da educação, mais eficiente, competitivo e submisso às transformações do mundo do trabalho (relações contratuais, modelos de gestão e avaliação, reformas trabalhistas, dentre outras). A lógica da competição e do produtivismo, fomentado pelas reformas educacionais e pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho, têm alimentado o processo de intensificação e precarização do trabalho docente. A captura da subjetividade dos profissionais da educação tem sido uma das principais estratégias utilizadas pelo capital para reduzir os investimentos financeiros e adequar as IES à lógica de mercado.

Por conta disso, é necessário tornar tema de debate a atual conjuntura política e econômica, a reestruturação produtiva, as transformações no mundo do trabalho, a concepção de financiamento e de gestão e os rumos da educação superior brasileira com vistas a problematizar o modelo mercantilista e instrumental de educação superior e as transformações impostas ao trabalhador docente. A pesquisa doutoral *justifica-se* em razão da debilitação das condições de trabalho e de vida dos profissionais da educação superior em voga no contexto de economia flexível. Por meio desse processo investigativo, é possível avançar em estudos e pesquisas no campo acadêmico das políticas educacionais e suas interconexões com o trabalho docente. Ele permite elencar os efeitos provocados pela lógica de acumulação capitalista – associada à reorganização do cenário produtivo (produção flexível) e ao redirecionamento da intervenção estatal em favor do mercado (neoliberalismo) - à natureza, às

condições de trabalho e, conseqüentemente, à personalidade e aos projetos de vida dos docentes das instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas. Além do mais, mune a sociedade civil, os formadores de opinião e os próprios docentes de conhecimentos que os tornam conscientes da necessidade de propor novos rumos ao Estado brasileiro no que diz respeito à construção e implementação de políticas para a educação superior, de modo a superar os mecanismos de subjetivação que viabilizam o processo de intensificação e precarização do trabalho docente, levado a cabo pelo modelo educacional mercantilista e instrumental, centrado na redução dos investimentos e na produção de mais-valia.

No atual contexto de mundialização do capital, o trabalho docente se inscreve em meio a duas problemáticas centrais: o desenvolvimento de uma nova estrutura e/ou sociabilidade produtiva e a redefinição do modelo de governança do Estado. A primeira diz respeito ao processo de reestruturação produtiva de cunho toyotista, impulsionado pelo aparato científico e tecnológico, em especial pela vigência da máquina-ferramenta autômata ou informacional-digital emergida nas últimas décadas. Esse modelo de produção, criado pelo engenheiro Taiichi Ohno e implementado, originalmente, na linha de produção da Toyota, deu origem a novos padrões de gestão da força de trabalho. A produção capitalista, baseada em economias de escopo, confrontou-se diretamente com a rigidez do fordismo e com os padrões de proteção social inerentes ao Estado de bem-estar social (*Welfare State*). A produção Just-in-time, caracterizado pela produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produtos voltados para a demanda, exigiu a formação de um trabalhador polivalente, capaz de desenvolver múltiplas tarefas e altamente competitivo. O controle da força de trabalho se constitui a partir da ênfase atribuída à corresponsabilidade do trabalhador e ao sistema de pagamento pessoal associado a produtividade, substituindo o modelo de disciplinamento da mão de obra e a forma de pagamento pro rata próprio do sistema de produção em massa da era fordista. Na acumulação flexível o controle deixa de ser objetivo, centrado nos aspectos físico/corporal do trabalhador, e passa a ser subjetivo, por meio de estratégias de responsabilização individual e de formação da subjetividade (HARVEY, 2014; ALVES, 2008; SANTOS, 2012).

A matriz ideológico-valorativa toyotista confrontou-se diretamente com a concepção de Estado capitalista de cunho intervencionista (*Welfare State*). O Estado é coagido pelo atual modelo de produção capitalista a adotar um novo modelo de governança, pautado na privatização e mercadorização dos serviços públicos e na redução dos investimentos públicos em programas de proteção social. Reporta-se, nesse sentido, ao segundo movimento de

transformação do trabalho docente: as reformas neoliberais dos Estados nacionais. A ascensão da racionalidade hegemônica neoliberal, cujos princípios deram sustentação à reestruturação econômica e ao ajuste fiscal dos Estados, favoreceram a disseminação e a consolidação da produção flexível. As reformas político-econômicas neoliberais apoiaram-se nos preceitos do produtivismo, da competição e da flexibilidade inerentes ao modo de produção toyotista. O princípio de responsabilização do trabalhador pelo seu desempenho profissional (sucesso ou fracasso), levado a cabo pela produção flexível, motivou o enfraquecimento dos investimentos em políticas sociais e o dismantelamento dos direitos trabalhistas. Assim, a junção dessas duas vertentes (toyotismo e neoliberalismo) condicionaram as políticas públicas, incluindo as políticas educacionais, aos ditames da racionalidade financeira e economicista. As políticas e prioridades no campo da educação foram definidas dentro da lógica e da análise econômica, gerando um crescente processo de mercantilização da educação, especialmente da educação superior. A lógica de mercado transcendeu a gestão das empresas privadas e atingiu diretamente o setor público e a trabalho imaterial, com fortes repercussões sobre o trabalho docente.

Por isso, para entender as metamorfoses do trabalho docente é preciso debruçar-se sobre o modelo político e econômico adotado pelo Estado brasileiro. A análise sobre as condições de trabalho e o processo de subjetivação docente deve se situar no atual contexto de expansão do sistema capitalista, marcado pela hegemonia da racionalidade toyotista/neoliberal. De modo geral, as políticas públicas criadas para solucionar os problemas educacionais têm como fundamento uma teoria do Estado. Nesse campo, segundo afirma Dourado (2010, p. 679-680), as políticas traduzem-se por um “quadro polissêmico e, eminentemente, político-pedagógico. Ou seja, as análises e proposições na área educacional são portadoras de concepções de mundo, sociedade e educação, que, por sua vez, traduzem o lugar histórico e, portanto, político-ideológico de onde se inscrevem”. As mudanças atribuídas às condições de trabalho docente pelas políticas educacionais e pelas reformas trabalhistas refletem uma concepção de Estado pautada nos princípios da flexibilidade e da responsabilização. As reformas da educação superior, implementadas em sintonia com as recomendações dos organismos financiadores internacionais, assentam-se nos princípios de maior eficiência e produtividade. O Estado (neoliberal), enquanto um bom estrategista, manipula as políticas educacionais em direção a formação e adaptação do capital humano à lógica do mercado, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico.

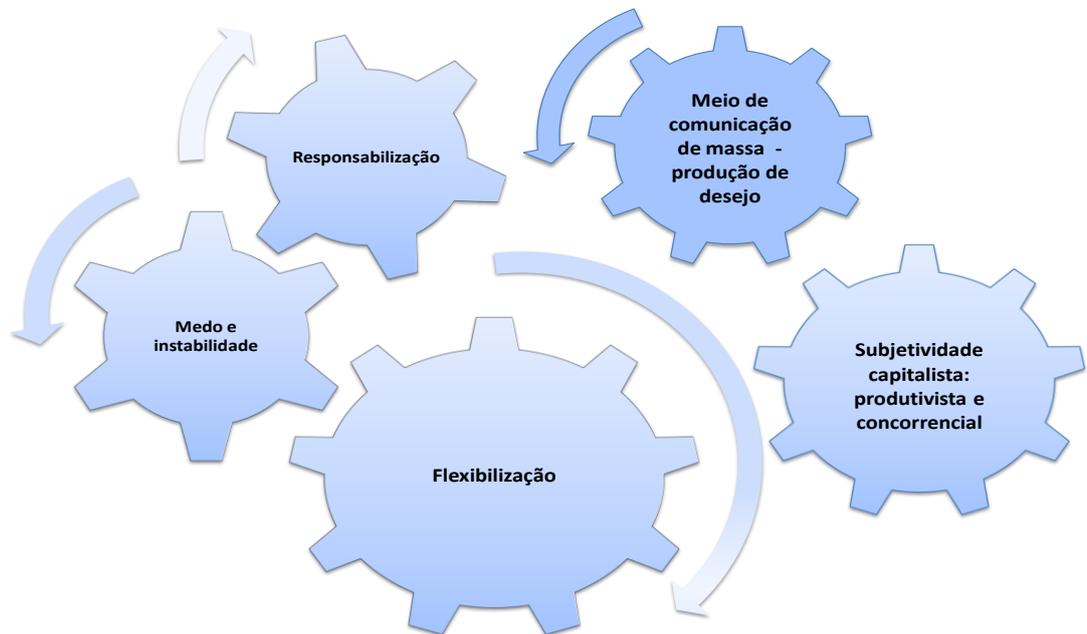
A compreensão acerca das reformas político-econômicas materializadas no âmbito do Estado é de suma importância para desvelar como se constituíram historicamente as atuais condições de trabalho docente e suas implicações de ordem subjetiva. As novas técnicas de gestão de pessoas apregoadas pelo espírito toyotista e a instabilidade gerada pelo intenso processo de flexibilização – incluindo, as reformas trabalhistas, as novas formas de (sub)contratação, remuneração salarial e carreira - são fatores que impactaram diretamente sobre a construção da subjetividade docente, a exemplo dos profissionais que atuam no ensino superior. O medo do desemprego ocasionado pelo desmonte da legislação protetora do trabalho somados aos princípios das “responsabilizações”, “individualizações”, “metas” e “desempenhos”, que permeiam o universo do discurso do capital, compõe um conjunto de estratégias que, conforme salienta Antunes (2018, p. 110, grifos do autor), procuram “converter os empregados ‘voluntariamente’ em uma espécie de *autocontroladores* de sua produção, em *déspotas de si mesmos*”. A informalidade e a submissão dos trabalhadores a formas de subcontratação, por vezes desprovidas de direitos, estimulada pela flexibilidade liofilizada (redução do trabalho vivo e concentração de trabalho morto, corporificado nas máquinas tecnológicas), constitui um dos mecanismos centrais utilizados pela nova engenharia capitalista para ampliar a intensificação dos ritmos e movimentos do trabalho e para a realização do mais-valor (ANTUNES, 2018; ANTUNES, 2011).

A nova engenharia da sujeição, responsável por formas e modalidades mais interiorizadas e complexificadas de alienação e estranhamento, gera, potencialmente, maiores índices de produtividade e lucratividade na concorrência interempresas. Os novos modelos de gestão da produção e do trabalho, levadas a cabo pela flexibilidade toyotista/neoliberal, estruturam-se a partir do princípio da responsabilização. No contexto de enxugamento dos gastos públicos e redução do tamanho do Estado, os indivíduos tornam-se responsáveis pelo seu empenho e desempenho profissional. O (des)emprego não é mais responsabilidade do Estado, mas do próprio sujeito. Esse deve ter visão empreendedora e cumprir com as metas e exigências correspondentes ao seu ofício e/ou aos métodos de avaliação quantitativos. Na atual fase de exploração capitalista, ocorre uma relação dialética entre o princípio da flexibilidade e o princípio da responsabilização. A flexibilidade em relação aos métodos e condições de trabalho, cujas mudanças têm provocado a degradação dos direitos trabalhistas, reforça a responsabilidade individual pela manutenção do emprego no mercado competitivo. Da mesma forma, a transferência de responsabilidade ao indivíduo permite ao capital intensificar os processos de flexibilização das leis trabalhistas e a implementação de métodos

de gestão do trabalho que estimulem o aumento da produtividade. Responsabilidade e flexibilização se fortalecem mutuamente. Esse fortalecimento dialético, que gera intensificação e está aliado ao produtivismo, é possível a partir de um dos principais mecanismos de sujeição inerentes ao atual estágio de desenvolvimento capitalista: a captura da subjetividade.

A máquina capitalista põe em funcionamento dois importantes mecanismos com vistas a desenvolver um modelo de subjetividade produtivista e concorrencial, destinada a melhorar o desempenho dos trabalhadores e eximir o Estado da responsabilidade em garantir proteção social, a saber: o *medo/instabilidade* e a *responsabilização*. A redução da proteção social, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a responsabilização individual pelos resultados obtidos são fatores que se fortalecem reciprocamente, fomentando a exploração da força de trabalho e a formação de trabalhadores submissos e complacentes às normas impostas pelo capital. Os mecanismos de subjetivação capitalística são sintetizados na Figura 1.

**Figura 1: Mecanismo de Subjetivação**



Fonte: Elaboração própria, com base em: Alves, 2008; Alves, 2011; Antunes, 2005; Antunes, 2018; Dardot, Laval, 2016a; Dardot, Laval, 2016b; Guattari, Rolnik, 1996; Harvey, 2014.

O sistema capitalista estrutura-se, fundamentalmente, sob a produção do poder subjetivo, ultrapassando o modelo de acumulação fordista, centrado no aumento da dimensão da fábrica e na produção em massa de mercadorias. O processo de subjetivação visa adequar os trabalhadores à lógica de mercado, de modo a torná-los mais competitivos. A intensificação da concorrência e as exigências de uma melhor *performance* individual são estratégias utilizadas pelo modo de produção capitalista para ampliar a extração do sobretrabalho. Entretanto, esse processo de sujeição dos trabalhadores, a exemplo dos profissionais docentes, inclui uma série de outros fatores que contribuem à formação de uma subjetividade voltada para a lógica de mercado, denominada por Félix Guattari de *subjetividade capitalística*. Para aprofundar a compreensão dos mecanismos de subjetivação docente no contexto da mundialização do capital, debruçou-se acerca do conceito de subjetividade. A partir desse estudo, é válido ressaltar que a subjetividade não é inata ao ser humano, mas, ao contrário, é construída por meio de sua interação com o mundo social e cultural. A subjetividade é o mundo de ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas vivências e relações sociais, tornando-se fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais. Assim, os desejos, motivadores do comportamento humano, são constituídos, de forma maquínica/processual, com o auxílio das máquinas (técnicas, coletivas e abstratas) tão presentes na vida cotidiana no capitalismo pós-industrial (GUATTARI, 1993; CAMARGO, 2014; BRITTO, 2008).

A formação da subjetividade no âmbito social permite a adaptação dos indivíduos a certo tipo de relação social e de vida cultural. As transformações políticas, econômicas, sociais e técnico-científicas, inauguradas nas últimas décadas do século XX, possibilitaram ao sistema capitalista novos mecanismos de controle do desejo, cujas engrenagens estabeleceram novos padrões de dominação e exploração. O novo modelo de acumulação capitalista passou a produzir desejos, formas de subjetivação, de modo a transcender a sua tradicional função de produtor de mercadorias. A adequação da subjetividade aos interesses do capitalismo pós-industrial decorre de um intenso processo de produção e/ou apoderamento do desejo, realizado por meio de ações que estimulam a internalização de uma noção de cultura, denominada de cultura-mercadoria, voltada ao consumo e a lógica de mercado. Os mecanismos de apoderamento da subjetividade, calcados na produção e objetivação dos desejos, permitem que as classes dominantes assegurem um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e a vida social (GUATTARI, 1985; GUATTARI, ROLNIK, 1996).

A nova lógica de produção capitalista, denominada de pós-industrial, é estudada principalmente sob a ótica da produção de desejos. A captura dos desejos pelos aparelhos tecnológicos possibilita o confinamento e a modelização da subjetividade, de modo a atender aos interesses das classes dominantes e do capital internacional. A produção da subjetividade capitalística permitiu a racionalidade toyotista/neoliberal ultrapassar os limites políticos-territoriais e impulsionou o processo de homogeneização no que diz respeito à totalidade das atividades produtivas e das atividades da vida social em todo o planeta. Pela via da produção de uma subjetividade homogênea, o capitalismo tornou-se um bom exemplo de sistema permanente de reterritorialização. A racionalidade em vigor no mundo capitalista tem desfeito os antigos territórios do Ego, da família, da profissão, da etnia e das classes sociais. A abertura de territórios, viabilizado pelas máquinas tecnológicas e impulsionados, sobremaneira, pelo capitalismo pós-industrial, tem provocado a extinção de modos de referência subjetiva e laminação e/ou opressão das singularidades individuais e espaciais. A reterritorialização pelo viés da subjetivação capitalística permite que as classes que detém o poder nas sociedades industriais assegurem um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e de vida social (GUATTARI, ROLNIK, 1996; BRITTO, 2008; CAMARGO, 2014).

É nesse sentido que o modo de produção capitalista tem constituído seus consensos e formado no trabalhador uma mentalidade operária, voltada para a concorrência e a produtividade. A captura da subjetividade pela racionalidade toyotista/neoliberal visa conduzir os trabalhadores a participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo (mente e corpo) a sua atividade profissional, tornando-os responsáveis pelos resultados obtidos. A subjetividade do trabalhador no capitalismo está atrelada a sua função produtiva. Mas com o avanço do modelo toyotista de gerenciamento do trabalho e da racionalidade neoliberal, outras particularidades são agregadas ao seu modo de pensar e agir. A máquina capitalista visa produzir o homem eficaz, empregador de si mesmo, calculador e com espírito competitivo. A expansão do espírito toyotista e da racionalidade neoliberal, cujas características favoreceram a consecução da lógica de mercado, coloca o trabalho imaterial e o trabalho improdutivo no centro dos interesses produtivos e econômicos. As transformações no cenário político-econômico compreenderam um amplo processo de mercantilização da educação superior, abatendo diretamente sobre o trabalho e a subjetividade docente. Por conta das metamorfoses do mundo do trabalho e da implantação de políticas de cunho economicista

e produtivistas torna-se importante debater aspectos da subjetividade do professor de nível superior.

Tendo em vista essa proposta de pesquisa, buscamos analisar, por intermédio de uma pesquisa de caráter bibliográfico, o processo de reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho, os ajustes econômicos de cunho neoliberal, a formação da subjetividade capitalística, as reformas estabelecidas no âmbito da educação superior e os impactos subjetivos do aprofundamento das relações de conflito entre capital e trabalho docente. Parte-se do princípio de que as políticas educacionais e a flexibilização do trabalho docente refletem o modelo político e econômico do Estado, tornando a educação um instrumento de reprodução do capital. A investigação exploratória das intervenções e/ou implicações das reformas de reestruturação econômica e ajuste fiscal sobre a construção de políticas educacionais possibilita compreender o tensionamento existente entre as teorias do Estado e as necessidades da educação nacional. As reformas político-econômicas neoliberais e a reestruturação produtiva (produção flexível), propalada pelo novo estágio de desenvolvimento e universalização do capitalismo, têm estimulado a mercantilização da educação superior e a subsunção da subjetividade docente à lógica perversa do capital. A captura da subjetividade dos docentes das IES decorre, sobremaneira, da elaboração e implementação de políticas que primam pela expansão da lógica de mercado no campo educacional. A instrumentalização das políticas educacionais para fins mercadológicos e o fenômeno relativo à precarização/intensificação do trabalho docente nas instituições de ensino superior estão associados à formação de uma nova subjetividade (concorrencial e produtivista) condizente com as transformações político-econômicas subjacentes à nova lógica de acumulação capitalista (CASTANHO, 2009; IANNI, 2011).

Por conseguinte, a pesquisa doutoral está estruturada por meio de quatro capítulos, envolvendo os seguintes eixos: a) A ascensão da racionalidade toyotista/neoliberal e as metamorfoses do mundo do trabalho; b) O processo de subjetivação capitalística e a formação do sujeito empresarial c) As reformas da educação superior e as mudanças nas condições de trabalho docente; d) A formação da subjetividade empresarial e a implementação da cultura performativa na educação superior. No primeiro capítulo, busca-se compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho no contexto marcado pelas reformas neoliberais e pela reestruturação produtiva de cunho toyotista. Para isso, tornou-se objeto de estudo o período de apogeu e o posterior desmonte do sistema fordista/keynesiano (Estado de bem estar social), o desenvolvimento do Estado neoliberal e os efeitos adversos provocados

pela lógica de acumulação capitalista pós-fordista sobre a força de trabalho. No capítulo seguinte, apresenta-se uma análise sobre a gênese, os movimentos e as implicações inerentes ao processo de subjetivação capitalista. Dentre os conceitos explorados, destaca-se a categoria política de “boa governança”, a modelização da subjetividade pelo processo de reterritorialização capitalista e a fábrica do neossujeito.

O terceiro capítulo é reservado para compreender as metamorfoses do trabalho docente frente o aprofundamento da mercadorização e instrumentalização da educação superior. Primeiramente, analisam-se as interferências das políticas neoliberais globais, juntamente com a reestruturação do sistema produtivo e a valoração do capital, na construção e materialização das políticas para a educação superior no Brasil. Com base nesse estudo, tornou-se possível apresentar os principais determinantes que corroboram para o processo de subjetivação docente e ao fenômeno relativo à intensificação e precarização de suas condições de trabalho. Por fim, as reflexões trazidas no quarto capítulo partem do pressuposto de que o modo de produção flexível (toyotismo) e a racionalidade neoliberal, propulsores do modelo de acumulação flexível e do processo de subjetivação empresarial, fixam seus propósitos a partir do princípio da performatividade. Nesse sentido, busca-se, primeiramente, compreender o processo de subjetivação empresarial e as mudanças nos rumos da educação superior em voga no Brasil, especificamente no último quinquênio. Isso porque, as reformas educacionais e o atual modelo de gestão da educação superior primam pela construção de um “novo profissionalismo” docente, calcado na competitividade e na maximização do desempenho individual. Para finalizar, debruça-se sobre o princípio da performatividade, com o intuito de compreender como a subjetividade toyotista/neoliberal age sobre o trabalho docente e o direciona para determinados rumos e resultados. Observa-se que o empreendedorismo educacional e o discurso da responsabilização (accountability), da eficiência e do desempenho compreendem a formação de uma nova identidade docente – um novo tipo de professor.

## 2 AS METARMOFOSES DO MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O atual processo de globalização<sup>2</sup>, propalado como nova forma de organização do sistema econômico capitalista no plano mundial, tem se constituído o ponto fulcral para o entendimento da lógica predominante nas reformas estabelecidas no âmbito da educação superior e das mudanças na constituição do trabalho docente. Os ajustes educacionais de cunho neoliberal<sup>3</sup>, assumidos por diversos países latino-americanos, inclusive pelo Brasil, ao longo da década de 1990 e no limiar do século XXI, refletem as profundas transformações de ordem política, econômica, social e cultural atreladas ao novo surto de universalização do capitalismo e/ou à formação da sociedade global. A globalização contemporânea, desencadeada no final do século XX, expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, cujas características emanam: a nova divisão transnacional do trabalho e da produção (toyotismo/flexibilização); a formação de centros decisórios extra e supranacionais; a mundialização dos mercados (fábrica global); e a disseminação e consolidação do modelo político-econômico neoliberal, em detrimento do keynesianismo vigente no período anterior. Por conta disso, o processo de reestruturação capitalista tem provocado alterações na estrutura e organização dos Estados nacionais; produto de um receituário neoliberal que propõe a redução do intervencionismo estatal, por meio da contenção dos gastos públicos e da introdução de mecanismos de gestão inspirados na iniciativa privada.

---

<sup>2</sup> Ao refletir sobre o conceito de globalização, surgem algumas divergências quanto a sua natureza: alguns pesquisadores da contemporaneidade preferem acentuar a globalização como um dos distintivos da atual fase do capitalismo, diferentemente de outras pesquisas que caracterizam a globalização como uma tendência que acompanha todo o capitalismo. Com base nessa problemática, Castanho (2009, p. 14) parte do pressuposto de que “a globalização tem a mesma idade que o capitalismo, algo como quinhentos anos”. No entanto, para compreender o processo de intensificação e precarização do trabalho docente na educação superior, far-se-á uma análise das mudanças e rupturas imanentes à nova etapa do capitalismo denominada de “acumulação flexível”. A reestruturação econômica e o reajustamento social e político instituído no final do século XX, em resposta a crise do sistema de acumulação capitalista e ao esgotamento do modelo de regulação *fordista-keynesiano*, cujas reformas cederam lugar um novo modelo de acumulação, caracterizado, fundamentalmente, pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, deram origem a um movimento denominado de *globalização contemporânea*. Para obter maiores esclarecimentos sobre os conceitos de globalização, pós-modernidade e educação, ver Lombardi (2009).

<sup>3</sup> As reformas estabelecidas no âmbito da educação superior foram estruturadas em sintonia com as orientações do Banco Mundial, consubstanciadas no documento intitulado *La Enseñanza Superior: las perspectivas de La experiencia* (Banco Mundial/1995): a) Fomentar La mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas; b) Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados; c) Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior; d) Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad. Para maiores informações sobre as propostas do Banco mundial para a educação superior e os impactos das reformas educacionais de cunho neoliberal no Brasil, ver Amaral (2003), Banco Mundial (1995) e Bechi (2013).

A atual fase do capitalismo, iniciada com a crise do petróleo dos anos 70, apoia-se, sobremaneira, na expansão da lógica de mercado e na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. O capitalismo flexível compreende um conjunto de reformas das bases produtivas, apropriando-se das inovações científicas e tecnológicas, e das relações sociais, principalmente mediante o redirecionamento da intervenção estatal em favor do mercado e da submissão da classe trabalhadora aos ditames da racionalidade toyotista/neoliberal. Diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros (a exemplo de: Antunes, Alves, Dardot e Laval, Harvey) têm refletido sobre os impactos sociais, as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho e os prejuízos sofridos pela classe trabalhadora diante das intensas mudanças projetadas ao campo produtivo, econômico, político e cultural. Esses estudos permitem compreender como se constituiu, ao longo das últimas décadas, os argumentos e críticas neoliberais sobre a suposta incapacidade do fordismo e do *Welfare state* em conterem as contradições inerentes ao capitalismo e de que forma e/ou em que medida as reformas implementadas no atual contexto de mundialização do capital têm influenciado a formação da subjetividade dos trabalhadores. É mister afirmar que a reorganização do sistema capitalista trouxe novos contornos à velha exploração do trabalho por meio da intensificação da exploração subjetiva. O controle do trabalho deixa de ser objetivo e passa a ser subjetivo, chamando os trabalhadores a uma desalienação ilusória e provisória do processo de trabalho (MANCEBO, FRANCO, 2003; MANCEBO, 2007; MIRANDA, 2005).

## **2.1 Crise e reestruturação do Estado capitalista: a ascensão do modelo de acumulação flexível**

Na base das transformações e rupturas que abalam a geografia e a história na pós-modernidade, agilizadas pelas conquistas das ciências e da tecnologia, está a globalização da economia capitalista. A formação da sociedade global, caracterizada pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção - estruturado com base nas novas tecnologias, recriação da divisão internacional do trabalho, diversificação das formas de organização da produção, consolidação da lógica de mercado e monopolização -, desenvolve em todas as direções um intercâmbio universal e, simultaneamente, uma fiel interdependência entre as nações. As novas determinações “externas”, transnacionais e globais, geridas por um capital financeiro crescentemente internacionalizado, conferem novos significados à sociedade nacional, transformando-a em subsistema de uma totalidade histórica e geográfica de proporção

mundial. Em poucas décadas, conforme observa Ianni (2011, p. 186-187), “o capitalismo se tornou um modo de produção global. [...] Além de influenciar decisivamente a desagregação e a reforma ou dissolução dos regimes socialistas em todo o mundo, o capitalismo cria e recria fronteiras de expansão das suas forças produtivas e relações de produção”.

As inovações no âmbito da ciência e da tecnologia - incluindo, de modo especial, o desenvolvimento da informática e da comunicação -, conjuntamente com a disseminação da racionalidade neoliberal, provocaram um salto histórico de notáveis proporções ao processo de modernização capitalista. O sistema capitalista sofreu diferentes transformações desde suas origens no final do século XV e limiar do século XVI, com o surgimento do capitalismo mercantilista, perpassando o capitalismo industrial iniciado a partir de meados do século XVIII e aprofundando-se nas últimas décadas, com a mundialização do capital. O advento da produção flexível e as reformas de ajuste estrutural de alcance mundial, impostas pelos precursores do neoliberalismo, inauguraram uma nova fase do capitalismo, diferente do que foi verificado nos processos históricos precedentes. O complexo de inovações sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e culturais que atingiram o capitalismo a partir de 1970 provocaram profundas transformações no padrão de acumulação e no processo de valorização do capital. O novo estágio de desenvolvimento do capitalismo abrange um conjunto de fenômenos inter-relacionados, tais como a reestruturação produtiva, o neoliberalismo, a globalização, a financeirização e a mundialização da economia. Esses fenômenos propiciaram o desenvolvimento do capitalismo predominantemente financeiro e a constituição do mercado mundial do dinheiro e da financeirização. O regime de acumulação predominantemente financeiro tem se estruturado a partir da flexibilização do trabalho e da produção, da reestruturação das bases político-econômicas próprias da era fordista e da liberalização e desregulamentação financeira, permeando a totalidade das relações sociais e impactando sobre as condições de trabalho e a subjetividade do trabalhador.

As bases materiais e econômicas, inerentes à nova etapa de expansão do capitalismo, vêm se formando desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), sobretudo a partir de 1947, quando críticos liberais - incluindo, Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper e Salvador de Mandariaga - se reuniram em Mont Pérelin, na Suíça, para propor uma reversão no esquema de acumulação<sup>4</sup>. Nesse período, registrou-se o apogeu do Estado intervencionista

---

<sup>4</sup> A partir da segunda metade do século XX, foram desenvolvidas importantes teses em prol do sistema político-econômico liberal, como por exemplo: *O caminho da servidão* (Friedrich Hayek/1944); *A sociedade aberta e seus inimigos* (Karl Popper/1945); e *Capitalismo e liberdade* (Milton Friedman/1962). Além do mais,

keynesiano (1930 - 1970). A teoria do economista Inglês John Maynard Keynes, desenvolvida em resposta à crise capitalista de 1929, à recessão dos anos 30 e, posteriormente, utilizada para diluir os efeitos nocivos da guerra, forneceu o suporte técnico-ideológico necessário à expansão do modelo conhecido como Estado de bem-estar social ou “Welfare State”. Os princípios políticos e econômicos adotados pelas sociedades ditas “ocidentais”, incluindo as principais economias da Europa e os Estados Unidos, atribuíram “ao Estado o papel de agente de desenvolvimento, papel estratégico para fazer progredir as economias arrasadas pela guerra e propiciar uma arrancada (*take-off*) às subdesenvolvidas” (CASTANHO, 2000, p. 32). Na acepção de Keynes, o investimento público nos diferentes setores sociais – incluindo a educação, a saúde, a seguridade social, o salário e a moradia – constitui o ponto fulcral do crescimento econômico, social e cultural do Estado. Este, por sua vez, deveria assumir uma posição de destaque no planejamento do desenvolvimento econômico, de modo a estimular o consumo, mediar as relações de trabalho, garantir o “pleno emprego” e ampliar as políticas de assistência (AMARAL, 2003, p. 41). Quanto ao sistema produtivo, o Estado intervencionista estruturou-se a partir do modelo de produção fordista/taylorista (1920 – 1970)<sup>5</sup>, caracterizado basicamente pelo rígido controle produtivo e pela *produção em série e de massa* (linha de montagem), assentada em grandes estoques e voltada para o consumo em larga escala (ANTUNES, 1999, p. 16-17).

Na história moderna, o Estado nacional tem se estruturado em torno de princípios político-econômicos e modos de produção de alcance mundial, a exemplo do liberalismo, do Estado de bem-estar social e do neoliberalismo. Mas, embora as diferentes fases da globalização tenham se originado do mesmo movimento em que é gerado o Estado nacional, a relação entre ambas as partes é tensa, marcada por uma oposição de caráter dialético (CASTANHO, 2009, p. 23). As transformações ocorridas em âmbito mundial, alavancadas pela dinamicidade das formas de produção e do sistema econômico global, desestabilizam o Estado nacional em suas funções econômicas e sociais, obrigando-o a se reestruturar político e culturalmente. Em face desse movimento dialético de avanços e rupturas, a fase de globalização contemporânea se chocou com a rigidez do sistema fordista/taylorista e com o

---

registraram-se grandes mudanças tecnológicas e na forma de organização da produção, representadas pelo avanço da microeletrônica em geral, incluindo a informática e a automação industrial.

<sup>5</sup> O fordismo como processo de trabalho que, juntamente com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo do século XIX, estruturou-se a partir dos seguintes elementos: produção em massa, por meio da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; existência do trabalho parcelar e fragmentação das funções; separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, dentre outras dimensões (ANTUNES, 1999, p. 17).

intervencionismo estatal, provocando a remodelagem do regime de acumulação e a consequente desmontagem do “Welfare State”.

Em meados da década de 1970, com a implantação de novas e mais flexíveis formas de produção, impulsionadas pela dinâmica da inovação tecnológica, o sistema econômico-político Keynesiano entrou em crise. A proliferação do modo capitalista de produção, baseado nas novas tecnologias, na flexibilização do processo de trabalho e na criação de novos produtos e padrões de consumo, favoreceu a dissolução do sistema *fordista-keynesiano*. A degradação do estado intervencionista, ocasionada pela nova dinâmica econômica imposta pelo sistema capitalista global, se intensificou devido à grande crise financeira internacional dos anos 80. O círculo virtuoso do pós-guerra, caracterizado pelo estável crescimento dos anos 60 e 70, foi interrompido pela crise fiscal detonada em 1973 pela alta nos preços do petróleo, marcada por estagnação econômica, redução do poder de intervenção estatal e aceleração inflacionária. Em resumo, dois fatores favoreceram a dissolução do “Welfare State”: a globalização da economia e a crescente dificuldade dos Estados em continuar financiando o gasto público. Diante desse quadro, os Estados-nação passaram a sofrer e a promover reformas em direção a um novo modelo de acumulação capitalista, por meio da reorganização do cenário produtivo (produção flexível) e do redirecionamento da intervenção estatal em favor do mercado (neoliberalismo).

O processo de reestruturação produtiva, preconizado em favor da reestruturação econômica e do reajustamento social e político, engloba uma nova forma de organização do trabalho e da produção, amplamente dinamizada pelas inovações científicas e tecnológicas, a exemplo da automação industrial, da robótica, da informática e da microeletrônica. A fase de globalização contemporânea, alavancada pela chamada revolução tecnológica, proporcionou a substituição de uma tecnologia rígida, calcada na produção em série, de larga escala e com controle gerencial, típico da grande indústria fordista, por outra mais flexível e informatizada, mediante a introdução de um novo paradigma produtivo: o *toyotismo* (modelo japonês). De acordo com Ianni (2011, p. 14), “o fordismo, como padrão de organização do trabalho e da produção, passa a combinar-se com ou ser substituído pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, um padrão mais sensível às novas exigências do mercado mundial, combinando produtividade, capacidade de inovação e competitividade”. O sistema toyotista, ao contrário do fordismo, apoia-se na diversificação e diferenciação dos produtos fabricados, de modo a atender as exigências *mais individualizadas* do mercado. No decorrer desse processo, a indústria produz somente o necessário (*Just in time*), evitando o máximo o

excedente e o desperdício de tempo/trabalho, a fim de reduzir os custos da produção e aumentar a competitividade. Assim, as condições e as técnicas que configuram a produção flexível viabilizaram a dinamização quantitativa e qualitativa da força produtiva do trabalho (ANTUNES, 1999; IANNI, 2011).

As novas experiências vinculadas à forma de organização da produção industrial e da vida social e política proporcionaram o surgimento de um regime de acumulação inteiramente novo, denominado por Harvey (2014, p. 140) de “acumulação flexível”. Essa nova etapa do capitalismo mundial, associada à flexibilidade da produção, do trabalho e dos padrões de consumo, confrontou-se diretamente com a rigidez do sistema fordista-keynesiano. Em tese, o geólogo afirma: “a acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. Na realidade, a crise do petróleo, cujas consequências atingiram praticamente todos os países capitalistas, constituiu-se o ponto de partida para a tomada do poder pelos partidários do neoliberalismo nos países centrais e, posteriormente, nos países em desenvolvimento. A reestruturação do sistema capitalista, articulada em direção ao regime de acumulação flexível, tem sido capitaneada pelos organismos internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI, OMC, BID, dentre outros). O modelo de produção flexível/toyotista, embora tenha contribuído para a dissolução da crise do capitalismo, sufocou o *Welfare State*, “uma vez que o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente socialdemocrática” (ANTUNES, 1999, p. 31).

Concomitantemente ao processo de reestruturação produtiva, o modelo de acumulação flexível impôs reformas aos Estados nacionais, com vistas a superar os prejuízos da crise mundial despertada em meados da década de 1970. O Estado, em sua configuração atual, mostrava-se incapaz de dar conta das inúmeras demandas sociais e das transformações da vida político-econômica, associadas ao processo de reestruturação da economia em escala planetária. Isso porque, “a nova economia global é mais fluida e flexível, com redes de poder múltiplo e mecanismo de tomada de decisões que se assemelham mais a uma teia de aranha que a uma pirâmide de poder estática que caracterizava a organização do sistema capitalista tradicional” (TORRES, 2000, p. 120). Entretanto, as limitações impostas pela crise às políticas do *Welfare State* possibilitaram ao neoliberalismo apresentar-se como possibilidade única para a retomada do desenvolvimento econômico. Os programas e as políticas de ajuste estrutural, recomendadas pelos organismos internacionais de financiamento, pressionaram a

reformulação do padrão de gestão do desenvolvimento do capitalismo, presente na concepção de estado intervencionista keynesiano, a fim de tornar a administração pública mais eficiente e flexível em face das novas demandas do mundo globalizado. Isso porque, para o modelo economicamente neoliberal, o intervencionismo estatal e os grandes programas sociais são os responsáveis pelas mazelas do mundo contemporâneo (desemprego, hiperinflação, estagnação econômica, aumento do déficit público, entre outros) (DOURADO, 2002).

A ascensão do neoliberalismo como alternativa à retomada do crescimento econômico conduziu os Estados-nação a um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. A denominada crise do sistema fordista/keynesiano permitiu a implantação de novos mecanismos e formas de acumulação baseadas na expansão e fortalecimento da “lógica de mercado”. Segundo a interpretação de Antunes (2008, p. 20), as transformações no sistema capitalista tiveram “forte impulso após as vitórias do neoliberalismo, quando um novo receituário, um novo desenho ideo-político se apresentou como alternativa de dominação em substituição ao Estado-Providência”. As reformas de modernização do Estado e reajustamento econômico, articuladas a políticas de cunho privatistas e economicistas, abateram diretamente sobre o intervencionismo estatal e a rigidez do sistema produtivo, ocasionando uma significativa redução da proteção social, a mercantilização dos serviços públicos e pressões mais fortes de controle do trabalho. A transição do fordismo para a acumulação flexível emergiu um conjunto de reformas e políticas nos domínios da organização produtiva, impactando diretamente sobre a subjetividade e a vida social do trabalhador. Esse novo período de desenvolvimento do capitalismo, cujas reformas estruturais foram financiadas em escala global, estabelecendo-se nos países latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990, pode ser caracterizado como sendo o da “mundialização do capital”.

A reestruturação do sistema capitalista, conduzida sob influência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, modificaram, de maneira geral e com grande velocidade, as relações de trabalho e impulsionaram a mundialização de políticas públicas de cunho economicistas. O sistema do capital inaugurou, no final do século XX e limiar do século XXI, uma nova forma da racionalização da produção e o reengajamento do Estado sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos. As reformas de ajuste estrutural e de modernização dos Estados-nação, impostas pelos organismos internacionais de financiamento, proporcionaram uma maior influência dos mercados sobre as políticas econômicas, o crescimento do capitalismo financeiro e a consolidação do Estado concorrencial. O projeto

político e econômico neoliberal, cujos princípios servem de sustentáculo a expansão do capital financeiro, tem pressionado a criação de condições fiscais e sociais favoráveis à valorização do capital e a modificação das regras de controle das empresas, com vistas a disciplinar a mão de obra, baixar os custos do trabalho e aumentar a produtividade. As reformas de liberalização e privatização, implantadas a partir da década de 1980, regulamentaram a concorrência geral entre todos os atores financeiros em escala internacional, provocando mudanças radicais em relação as regras que visavam proteger o Estado e o sistema financeiro dos efeitos da concorrência, em voga entre os anos de 1930 e 1970. Segundo Dardot e Laval (2016a, p. 202), “o novo capitalismo está profundamente ligado à construção política de uma finança global regida pelo princípio da concorrência generalizada”.

A lógica da concorrência intercapitalista, projetada pela racionalidade político-econômica conexas ao padrão de acumulação flexível, tem exigido a substituição do paradigma industrial centrado na produção em massa e em rotinas de trabalho padronizadas por uma estrutura produtiva e relações de trabalho mais flexível. O padrão de acumulação capitalista contemporâneo é marcado por um confronto direto com a rigidez do trabalho taylorista/fordista, em razão do alto grau de especialização de tarefas, da organização vertical do trabalho e da ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador. A atual fase de desenvolvimento capitalista, aliada a expansão dos mercados em escala global, se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. O trabalho no sistema produtivo pós-industrial, metamorfoseado pela inovação organizacional e tecnológica emergente nas últimas décadas, contempla a eliminação de demarcação de tarefas, a organização horizontal do trabalho e a ênfase na corresponsabilidade do trabalhador. Embora tenha contribuído a elevação da produtividade e do consumo em âmbito mundial, o processo de transição do fordismo para a acumulação flexível, mediante a reorganização do sistema produtivo (toyotismo), o advento do neoliberalismo e a ampliação da financeirização da riqueza capitalista, tem provocado a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a precarização das relações contratuais. A busca constante por maiores índices de produtividade, justamente no período que se expressa a precarização das condições de trabalho, se dá em função da internalização da pressão externa de concorrência (HARVEY, 2014; DARDOT, LAVAL, 2016a). As metamorfoses impostas ao mundo do trabalho pelo modelo de produção flexível e pelas reformas político-econômicas são sintetizadas no Quadro

1. Por intermédio desse quadro comparativo é possível observar as similaridades entre a gestão da produção aos moldes toyotista e a gestão neoliberal do Estado.

**Quadro 1: Mudanças no mundo do trabalho no contexto da acumulação flexível**

<b>Acumulação flexível: mudanças no mundo do trabalho</b>	
<b>Toyotismo</b>	<b>Neoliberalismo</b>
<b>Controle do elemento subjetivo: responsabilização e concorrência</b>	
<b>Modelo de produção flexível (método)</b>	<b>Relações contratuais flexíveis (político)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como just-in-time, kanban, automação, Programa de Qualidade Total e CCQs.</li> <li>- Múltiplas tarefas/organização mais horizontal do trabalho/ trabalho em equipe.</li> <li>- Ênfase na corresponsabilidade do trabalhador.</li> <li>- Salário vinculado ao aumento da produção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extensão do trabalho part time, temporário, terceirizado e subcontratado.</li> <li>- Extinção dos mecanismos de segurança e proteção social do assalariado.</li> <li>- Ênfase na corresponsabilidade do trabalhador.</li> <li>- Salário vinculado ao aumento da produção.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificação dos ritmos de trabalho e aumento da taxa de exploração.</li> <li>- Nenhuma segurança no trabalho e condições ruins aos trabalhadores temporários.</li> <li>- Precarização salarial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação dos direitos e condições de trabalho.</li> <li>- Intensificação dos ritmos de trabalho.</li> <li>- Precarização salarial.</li> </ul>
<b>Maior engajamento laboral do trabalhador/ aumento da concorrência</b>	
<b>Otimização da força de trabalho: aumentar a produtividade e diminuir os custos de produção</b>	

Fonte: Elaboração própria, com base em: Alves, 2008; Alves, 2011; Antunes, 1999; Antunes, 2005; Antunes, 2018; Antunes, Praun, 2015; Dardot, Laval, 2016a; Dardot, Laval, 2016b; Harvey, 2014.

As transformações no modo de produção e acumulação capitalista, inauguradas, sobretudo, a partir da década de 1980, torna clara a situação de debilitação do mundo do trabalho. As medidas e estratégias articuladoras de velhas e novas formas de exploração do trabalho, articuladas a reconfiguração da divisão internacional do trabalho e a flexibilização da força de trabalho e da organização da produção, tem alterado de forma significativa a

composição da classe trabalhadora em escala global. As inovações destinadas ao sistema produtivo e as estratégias de captura da subjetividade do trabalhador, com vistas a elevar a produtividade e a concorrência intercapitalista, tendem a promover transformações nas condições de produção e nas relações sociais. Além de estimular a competitividade e o individualismo exacerbado pela via da sujeição do indivíduo à esfera mercantil, o padrão de acumulação flexível visa aumentar a dominação societal contrapondo-se ao contrapoder que emerge das lutas sociais. A ofensiva do capital na produção (complexo de reestruturação produtiva) e, principalmente, a ofensiva do capital na política (racionalidade neoliberal) – ambos responsáveis pela constituição do novo (e precário) mundo do trabalho - provocaram o enfraquecimento do movimento operário e a destruição das organizações sindicais (ALVES, 1999). A expansão e intensificação da concorrência, projetada em detrimento das políticas e ações de proteção social e do poder sindical, de modo a responsabilizar os indivíduos pelos níveis de produção e condição social, tem subordinado o trabalhador assalariado à lógica da valorização do capital. “Diante de forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis” (HARVEY, 2014, p. 143).

No entanto, é importante salientar que as experiências da acumulação flexível trouxeram consequências nefastas à classe trabalhadora. A nova divisão transnacional do trabalho e da produção tem intensificado a mercantilização do trabalho, acentuando os níveis de desemprego estrutural e a precarização das relações trabalhistas. Na atual fase da globalização, a lógica do sistema produtor de mercadoria aumentou a concorrência intercapitalista, o que estimulou a redução dos custos e a busca constante por maiores níveis de produtividade. O predomínio da lógica mercantilista/produtivista fez emergir o fenômeno social do *estranhamento* do trabalho (no sentido marxista), na medida em que incentivou a concorrência entre os trabalhadores, que disputam melhores índices de produtividade entre si, bem como a eliminação de inúmeras profissões e postos de trabalho em decorrência do avanço tecnológico. Em tese, Antunes (1999, p. 20) afirma que “a fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, pode possibilitar uma maior exploração quanto um maior controle sobre a força de trabalho”. Tal cenário tem provocado a flexibilização e a eliminação dos direitos e das conquistas históricas da classe trabalhadora, seguida de um gradativo enfraquecimento dos organismos sindicais em escala mundial. Ao mesmo tempo em

que se observa uma tendência para a *qualificação* ou *intelectualização* do trabalho em alguns ramos da indústria, verifica-se também uma crescente *desqualificação* e *subproletarização* do trabalho, por meio da incorporação do trabalho temporário, parcial, precário, subcontratado e tantas outras modalidades existentes (ANTUNES, 1999).

O novo patamar da denominada *ofensiva do capital*, responsável por significativas transformações econômicas, culturais, políticas e, conseqüentemente, no mundo do trabalho, tem sido constantemente relacionado à flexibilização do processo de produção, das condições de trabalho e da estrutura e funcionamento do Estado. Diante da crise do sistema fordista-keynesiano e do advento da produção *Just-in-time* e das reformas de caráter neoliberal, a categoria flexibilidade tornou-se algo intrínseco a produção e ao padrão de acumulação capitalista. Além das transformações atribuídas a produção e ao mercado de trabalho, a flexibilização capitalista abateu sobre os contratos de trabalho, a relação salarial e a regulamentação trabalhista. A flexibilização da força de trabalho, proclamada pelo projeto de ajuste estrutural e pelos novos experimentos da produção, tais como o toyotismo, consolidou-se como uma importante estratégia para a acumulação do capital. A pressão capitalista com o intuito de aumentar a produção e a competitividade em escala internacional, pela via da flexibilidade, tende a promover transformações nas condições de produção e nas relações de trabalho. O novo estágio de desenvolvimento capitalista, caracterizado pelo surgimento da economia de escopo, disseminação das políticas neoliberais de desregulamentação e privatização, diversificação do mercado de trabalho e expansão da lógica de mercado, extinguiu a segurança e a proteção social do assalariado e degradou as condições de trabalho. Essa dimensão da flexibilidade, segundo critica Alves (1999, p. 88-89) “apenas robustece o poder do capital (contra a sua parte antagônica, o trabalho assalariado). [...] Portanto, é a *flexibilidade da força de trabalho* que expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir – ou ainda, submeter e subordinar – o trabalho assalariado à lógica da valorização”.

A degradação e precarização das condições de produção, da força de trabalho e do meio ambiente encontram-se em estágio acelerado no século XXI. A crise financeira global desencadeada entre meados de 2007 e outubro de 2008, determinada pelo estouro da bolha especulativa baseada em títulos imobiliários norte-americanos, obrigou os países a adotarem rígidas políticas de ajuste fiscal e de renda, abatendo diretamente sobre a vida econômica e social. Embora a crise do sistema financeiro tenha ocorrido diante de aproximadamente três décadas de intenso processo de aplicação de políticas neoliberais, em especial da desregulamentação dos mercados financeiros e das economias nacionais, as reformas dos

Estados nacionais, liderada pelos Estados Unidos, decidiram ampliar as apostas no (neo) liberalismo. Contrariando aos que imaginavam uma possível retomada às reformas keynesianas, as políticas econômicas nesse início de século foram submetidas aos interesses do grande capital e as relações internacionais aos desígnios dos Estados Unidos, reforçando os aspectos mais perversos da ordem global. O capital internacional utiliza-se da crise para impor novas rodadas de liberalização, desregulamentação e privatização, intensificando o controle sobre as economias nacionais (SAMPAIO JUNIOR, 2011; CORSI, ALVES, 2009).

Ao dobrar as apostas no liberalismo, lideradas pelos Estados Unidos, as oligarquias financeiras das potências imperialistas aproveitam a situação para aumentar o controle sobre o mercado mundial e aprofundar ainda mais o seu controle sobre o Estado, agora definitiva e irreversivelmente transformado em quartel general do capital financeiro. Submetendo a política econômica a um verdadeiro estado de exceção, a crise é utilizada para atacar os direitos dos trabalhadores, investir sobre as políticas sociais e disciplinar as economias nacionais, reduzindo ainda mais a soberania dos Estados, especialmente nas regiões que compõem o elo fraco do sistema capitalista mundial. [...] A sangria de recursos para socorrer os bancos provoca um crescimento exponencial da dívida pública. Paradoxalmente, a expansão da dívida pública aumenta a dependência do Estado em relação aos credores. A fusão entre capital financeiro e poder público compromete a capacidade do Estado de fazer políticas públicas. Assim, a opção preferencial pelo capital financeiro tende a transformar a instabilidade econômica em instabilidade política, nacional e internacional (SAMPAIO JUNIOR, 2011, p. 90-91).

A política de ajuste fiscal e a concomitante transferência de recursos públicos, a custo subsidiado, para financiar os grandes conglomerados financeiros, compromete a capacidade do Estado de fazer política anticíclica e de financiar o gasto social. A ofensiva do capital em escala global concentra-se na expansão ilimitada do mercado em detrimento da lógica das necessidades humanas e do meio ambiente. A expansão predatória e sem limites da lógica do capital deu origem a múltiplos fenômenos que expressam a insustentabilidade do seu modo de funcionamento, incluindo: o uso intensivo e indiscriminado dos recursos naturais, a privatização de serviços sociais elementares e de bens comuns (água, ar e biodiversidade), o desemprego, a precarização estrutural do trabalho, a precarização existencial, o consumismo e a institucionalização da cultura do descartável (objetos, relações, pessoas e, especificamente, de trabalhadores). Para Carvalho (2014, p. 227), “a lógica de expansão do capital não tem limites e controles e, precisamente, nesse momento contemporâneo do capitalismo, acentua e agrava a sua tendência destrutiva, não poupando nada, nem ninguém, a minar as condições fundamentais de sobrevivência humana e a colocar em risco o planeta Terra”. Essa crise civilizacional, aprofundada em razão da redução da proteção social e da concorrência

generalizada, ganha visibilidade nas configurações do mundo do trabalho. O aumento da competição e da concorrência intercapitais se mostrou destrutivo e ruinoso à classe que vive do trabalho, pois deflagrou a degradação dos direitos trabalhistas, a flexibilização dos contratos e das condições de trabalho e o aumento da produtividade e do sentimento de insegurança no emprego.

## **2.2 A reestruturação produtiva do capital e as metamorfoses no mundo do trabalho**

As estratégias de reestruturação econômica e de modernização dos Estados nacionais, lançados em escala global, foram projetadas em sintonia com transformações ocorridas no campo produtivo. A crise do sistema fordista/keynesiano e a decorrente ascensão do modelo de produção toyotista estimulou o desenvolvimento de um modelo de governança calcado na redução dos gastos públicos e mercantilização dos direitos sociais, valorização do mercado, responsabilização individual dos trabalhadores e flexibilização das leis trabalhistas. O espírito do toyotismo (reestruturação produtiva) alia-se à racionalidade neoliberal (reestruturação política e econômica) em uma espécie de casamento que está prestes a completar bodas de ouro – ambos associam produtividade, eficiência, concorrência e flexibilização. O espírito ou racionalidade toyotista/neoliberal construiu um novo modelo de controle dos processos de trabalho e de conformação dos trabalhadores à lógica produtivista e concorrencial, baseado, sobremaneira, em intensos processos de subjetivação. O controle do elemento subjetivo impôs ao trabalhador a necessidade de adaptar a sua *performance* individual aos anseios do mercado por maiores níveis de produtividade, propiciando a formação de uma nova dinâmica espaço-temporal e de relações interpessoais pautadas na competitividade. De acordo com Miranda (2005, p. 4), “no padrão de produção flexível, trabalhadores são chamados a uma *desalienação ilusória e provisória* do processo de trabalho, participando de grande parte das etapas da produção, sentindo-se colaborador, sócio, polivalente, comprometido subjetivamente com seu espaço de trabalho”. Essa captura da subjetividade permitiu a reestruturação do mercado de trabalho, caracterizada pela incorporação de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, adoção de trabalhos em tempo parcial, temporário ou subcontratado e redução dos antigos direitos trabalhistas (MANCEBO, FRANCO, 2003).

### **2.2.1 Taylorismo/fordismo e o Estado de Bem Estar Social**

O controle do elemento subjetivo no processo de elaboração capitalista e a concomitante obseção por elevados níveis de produtividade do trabalho têm seu encaixe nas primeiras décadas do século XX com a implantação do sistema fordista/taylorista de produção. Os princípios da gerência científica desenvolvidos por Frederick W. Taylor (1856-1915) no final do século XIX e limiar do século XXI, com o intuito de aumentar a produtividade sem elevar os custos de produção, propuseram a criação de métodos padronizados de organização e execução do trabalho de modo a otimizar a relação entre tempo e movimento. A organização racional do trabalho taylorista, planejada como forma de adaptar o trabalho às necessidades do capital, previa a eliminação do desperdício do esforço humano e dos movimentos inúteis mediante a fragmentação das tarefas, a especialização do trabalhador, o estudo do tempo e dos movimentos, a divisão entre execução e concepção e a expropriação do saber do trabalhador. Esse processo de racionalização da produção permitiria um maior controle sobre o processo de trabalho, evitando possibilidades de resistência e de indolência do trabalhador. O sistema taylorista de produção objetivava oferecer aos capitalistas meios de se apropriar efetivamente do conhecimento dos operários e de sujeitá-los a ritmos cada vez mais intensos de trabalho, de modo a obter um maior controle sobre a produtividade. Nessa direção, Linhart (1983, p. 81) afirma que “a organização social do trabalho, já agora dotada de um alibi e de uma função técnica, divide-se e subdivide-se como os incontáveis fios de uma teia de aranha gigantesca em que cada gesto fica cercado por estreitos limites e toda possibilidade de iniciativa e autonomia operária se torna reduzida”.

Na constante busca por maiores índices de produtividade, Henry Ford (1863 – 1947) introduziu, no início do século XX, a esteira rolante na linha de produção de automóveis, permitindo que o produto do trabalho fosse deslocado ao trabalhador disposto numa posição fixa. O sistema de produção fordista, posteriormente disseminado ao setor produtivo industrial e de serviços, passou a exercer um maior controle da força de trabalho a partir da organização do tempo e da imposição de funções específicas e repetitivas. De acordo com Antunes (2005, p. 73) “a racionalização da grande indústria capitalista moderna tende, ao ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades qualitativas do trabalhador pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, fazendo que haja uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho”. A linha de produção fordista estruturou-se sob um rígido controle do tempo e dos movimentos, por meio de uma produção cronometrada de origem taylorista, gerando ritmos de trabalho extenuantes aos trabalhadores. O controle e a degradação do trabalho na sociedade taylorista e fordista,

estampado em sua mecanização, parcelização, alienação e desantropomorfização, enfrentou fortes resistências por arte dos trabalhadores e uma alta rotatividade da força de trabalho, impedindo a sua disseminação nos anos entre-guerras (ANTUNES, 2008; HARVEY, 2014).

Embora tenha sofrido influencia da teoria Taylorista, a data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares. Essa iniciativa objetivou disciplinar o trabalhador diante das necessidades vinculadas a operação do sistema de montagem de alta produtividade e, principalmente, disponibilizar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa pelas indústrias. O fordismo transcendeu os princípios da administração científica taylorista ao vincular à racionalidade produtiva um conjunto de estratégias e ações que corresponderiam à formação de um modo de vida voltado para o consumo de massa. Para elevar os níveis de produtividade, estimulou-se a ampliação salarial dos trabalhadores nas indústrias e no setor de serviços, de forma a lhes proporcionar um maior poder de consumo, e a construção de um novo tipo de trabalhador, com um jeito específico de viver e de pensar e sentir a vida. O que havia de especial em Ford, segundo salienta Harvey (2014, p. 121), “era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerencia do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”.

No fordismo, o consumo de massa esteve aliado ao controle externo do modo de vida dos trabalhadores. Ford chegou a criar um grupo de agentes para fiscalizar a vida dos operários fora das fábricas e certificar-se de que o “novo homem” tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente e racional correspondente às expectativas da empresa. O desenvolvimento de um novo tipo de homem, apregoado pela racionalização da produção e do trabalho, se sucedeu a partir de um investimento e controle moral calcado na regulamentação da vida sexual do trabalhador e no combate ao alcoolismo, considerado o mais perigoso agente de destruição da força de trabalho. O objetivo era fazer com que o modo de vida e o consumo não interferissem nas condições psíquicas do trabalhador de modo a garantir-lhe energia necessária para que pudesse suportar os ritmos intensos de produtividade. Ao propor a construção de um novo modo de vida, o projeto fordista queria não apenas dominar a produção, mas conquistar a sua adesão social. As medidas de controle social extrapolaram o âmbito da fábrica e passaram a nortear o modo de vida americano (*American way of life*) em direção ao consumo de massa. A

felicidade americana estaria associada à busca constante por uma melhor qualidade de vida, proporcionada, na maioria das vezes, por intermédio do consumo desenfreado de produtos industrializados e imóveis. Nesse contexto, inúmeros bens passam a ser objetos de desejos dos americanos, a exemplo da casa própria e do carro. A adesão ao projeto fordista intensificou-se diante do conjunto de medidas político-econômicas projetadas por Keynes para superar a profunda crise do capitalismo na década de 1930 e da concomitante formação do Estado intervencionista (HARVEY, 2014; RIBEIRO, 2015).

O estabelecimento do sistema fordista em escala global ocorreu a partir de uma longa e complicada história que se estende por aproximadamente meio século. Nos anos entre-guerras houve dois principais impedimentos à disseminação do fordismo: o estado de relações de classe e os modos e mecanismos de intervenção estatal. O primeiro, diz respeito a dificuldade de aceitação de “um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo” (HARVEY, 2014, p. 123). Os trabalhadores americanos e da maioria dos países capitalistas revelaram-se hostis ao modelo de produção de massa, calcado na produção em série, na especialização de tarefas e na organização vertical do trabalho. Nesse período, a organização do trabalho e as tradições artesanais eram dominantes no mundo capitalista, a exemplo da indústria de automóveis europeia, composta em sua maior parte por uma indústria artesanal de alta habilidade, centrada, sobretudo, na produção de carros de luxo para consumidores de elite. Esse modo de produção representava um forte elemento na organização da luta de classes, uma vez que preservava em alguma proporção o controle do trabalhador sobre o processo de produção. Em função da forte resistência em relação ao trabalho parcelar, o fordismo investiu sobre a mão de obra de trabalhadores imigrantes e oriundos das atividades rurais, mas a baixa imigração e a alta rotatividade da força de trabalho reduziram as possibilidades de fortalecimento e proliferação no cenário mundial (HARVEY, 2014).

Até o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema fordista/taylorista expandiu-se de forma significativa apenas nos Estados Unidos. Além das resistências sociais inerentes ao modelo de produção e formas de trabalho fordista, os anos entre guerras não proporcionaram as condições políticas e econômicas necessárias a sua internacionalização. A grande depressão econômica, principiada em 1929 com a redução da produção industrial americana e a queda drástica da bolsa de Nova York, provocou o quase colapso do sistema capitalista em

âmbito mundial, cujos efeitos perduraram até meados da década de 1940. A crise do sistema capitalista, associada fundamentalmente à falta de demanda efetiva por produtos, obrigou as sociedades capitalistas a se reestruturarem a partir de uma nova concepção de Estado. Em 1933, o presidente norte americano Franklin Roosevelt aprovou uma série de medidas conhecidas como *New Deal* a fim de recuperar e reformar a economia do país. Dentre as medidas, destacam-se: os investimentos em obras públicas (construção de usinas hidrelétricas, barragens, pontes, hospitais, escolas, aeroportos, dentre outros) para geração de emprego e o aumento do mercado consumidor; a diminuição da jornada de trabalho; a criação da previdência social e a fixação do salário mínimo; a formação de sindicatos; o controle sobre os preços e a produção para evitar a superprodução. As reformas econômicas e a configuração nos modos e mecanismos de intervenção estatal, inauguradas no governo de Roosevelt (1933-1937) e defendidas por Keynes, foram amplamente difundidas e internacionalmente reconhecidas somente após uma década, dando origem ao que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social (Welfare State).

A proliferação das políticas keynesianas e socialdemocráticas em âmbito mundial levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado. A retomada do crescimento econômico no pós-guerra obteve êxito a partir de um conjunto de compromissos assumidos pelos principais responsáveis pelo sistema capitalista e do reposicionamento do papel do Estado. O *Welfare State* constituiu-se a partir da implementação de políticas estatais e de fortes investimentos governamentais com o intuito de cobrir riscos sociais – a exemplo do desemprego, da velhice e da doença - e garantir à população, em dimensões quase universais, condições adequadas de moradia, educação, saúde, renda e seguridade social. Aliado ao projeto fordista, o keynesianismo partia do pressuposto de que a aceleração dos ganhos de produtividade deveria ser administrada em concordância com a elevação do padrão de vida dos trabalhadores e com a redistribuição de renda, a fim de universalizar o consumo e evitar a superprodução. O desenvolvimento industrial e a forte presença do Estado na reconstrução de economias devastadas pela guerra proporcionaram ao fordismo um campo fértil para reprodução e disseminação em escala global. Para elevar o consumo e garantir a produção de massa, o Estado assumiu uma variedade de obrigações, incluindo a estabilização dos ciclos econômicos por meio da combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias e uma maior destinação de recursos públicos ao provimento de políticas sociais. O investimento público em infraestrutura e em

serviços sociais era vital para o crescimento da produção e do consumo de massa, garantindo um emprego relativamente pleno (HARVEY, 2014).

O período pós-guerra conviveu com a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas (carros, navios, equipamentos petroquímicos, borracha, eletrodomésticos, dentre outros) e intensos ciclos de investimentos públicos na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicação e no desenvolvimento infraestrutural. Quanto aos recursos despendidos, o processo de reestruturação e recuperação europeia nos anos seguintes a Segunda Guerra mundial foi diretamente financiado pelos Estados Unidos (Plano Marshall). De acordo com Harvey (2014, p. 131), as políticas e reformas implementadas nesse período se abrigavam “sob o guarda-chuva hegemônico do poder econômico e financeiro dos Estados Unidos, baseado no domínio militar. [...] A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações”. A ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional, gestados pelos organismos internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI, BIRD), estiveram associados ao progresso internacional do projeto fordista/keynesiano. A expansão do fordismo diante de uma conjuntura político-econômica mundial, apregoada pelo keynesianismo como parte do pacote de reformas para diminuir os efeitos da crise econômica e da superprodução, propiciou a formação de mercados de massa globais e a absorção da população em regimes de trabalho rotinizado e parcelar (controle externo da subjetividade). A hegemonia do projeto fordista/keynesiano perdurou ao menos até 1973, quando ocorreu a crise do sistema produtivo e o surgimento de um novo modo de acumulação capitalista: a acumulação flexível.

### 2.2.2 O desmonte do sistema fordista/keynesiano e a ascensão do Estado neoliberal

O Estado Keynesiano de Bem-Estar Social e o modo de produção fordista, ensaiados no governo de Roosevelt (EUA), prosperaram na Europa por mais de duas décadas após a Segunda Guerra Mundial. O sistema fordista/keynesiano deu origem a um modelo de Estado intervencionista e/ou de Bem-Estar Social com vistas a garantir um padrão de proteção social e combater as desigualdades e o desemprego. Além da forte intervenção do Estado na economia, observou-se também uma maior participação dos sindicatos na luta por melhores condições de trabalho. Com isso, o Welfare State proporcionou um maior equilíbrio de poder entre o trabalho organizado, o grande capital e o Estado nação por meio da ampliação da

remuneração indireta (salário mínimo, seguro desemprego, descanso semanal remunerado, dentre outros) e do crescimento na formalização das relações de trabalho (COSTA, 2005; HARVEY, 2014). Nos países do norte europeu, segundo afirma Ianni (2013, p. 142), “a social democracia construiu o patamar de um Estado benfeitor, incorporando genuínas conquistas sociais para o trabalhador – em serviços de saúde, habitação, educação e direitos de pensão”. Mas esse Estado benfeitor começa a dissolver-se em função das transformações políticas, sociais e culturais impulsionadas pela globalização econômica e da crescente dificuldade dos Estados em continuar financiando o gasto público. A redução do poder de intervenção estatal e o estímulo à concorrência generalizada pela racionalidade neoliberal rompem com os ideais de progresso social, preconizados pelo projeto keynesiano.

O longo período de crescimento da economia capitalista, inaugurada no pós-guerra, foi interrompida pela crise estrutural do sistema do capital, emergida no início da década de 1970. O aprofundamento da instabilidade da economia mundial, decorrente da estagnação econômica, do baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), do descontrole inflacionário e do desemprego, esteve estampado de forma mais visível na crise de acumulação fordista/keynesiana. Embora o regime fordista tenha se mantido firme ao menos até 1973, em meados da década de 1960 começaram aparecer indícios de problemas sérios em seu modelo de produção, relações de trabalho e adesão social. Quanto às relações de trabalho, características como raça, gênero e origem étnica exerciam forte influência nas decisões sobre quem teria ou não acesso ao emprego privilegiado. Nesse contexto, uma parcela significativa de trabalhadores da linha de produção de massa exerciam suas funções sob uma base não fordista de subcontratação. Por conta da discriminação de privilégios adotada pelo sistema fordista, amplos segmentos da força de trabalho não tinham condições financeiras para associar-se ao consumo de massa. Essa realidade produziu insatisfação aos trabalhadores, fortes movimentos de descontentamento e, por vezes, desordens civis por parte dos excluídos. As pressões sociais recaíam, sobretudo, sobre o Estado, obrigando-o a criar políticas redistributivas e ações legais que combatessem as desigualdades sociais, o empobrecimento e a exclusão das minorias. “A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso” (HARVEY, 2014, p. 133).

A globalização da economia e o surgimento de novos processos de produção, impulsionados pelo desenvolvimento tecnológico e informacional, tornou cada vez mais

evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de gerir os gastos públicos e conter as contradições inerentes ao capitalismo. O aprofundamento da concorrência intercapitalista, o fim do acordo de Bretton Woods e a constante instabilidade cambial constituíram um conjunto de causas e efeitos que solaparam o modelo de acumulação fordista/keynesiano. Nesse período, o modelo de produção capitalista projetado pelos Estados Unidos esbarrou com os novos polos de hegemonia capitalista, provenientes da Europa Ocidental e do Japão. O surgimento de regimes de produção mais eficientes (como o japonês) e a transferência da produção aos países do terceiro mundo, a fim de reduzir os custos com mão de obra, intensificaram a competição espacial entre sistemas fordistas geograficamente distintos e levaram alguns centros a desindustrialização. O enfraquecimento do modo de produção fordista/keynesiano, diante do aumento da competição internacional e da ascensão do modelo de produção japonês (Just-in-time), se deve, sobretudo, à rigidez inerente a estrutura e funcionamento do Estado e ao modelo de produção baseado em economia de escala. A rigidez atribuída aos mercados de trabalho, à alocação e contratos de trabalho, ao processo de produção e à lógica de funcionamento do Estado, impossibilitaram a oxigenação do Welfare State - asfixiado pela recessão econômica e pela conseqüente ascensão do neoliberalismo e das experiências de produção flexível (HARVEY, 2014; ALVES, 1999).

A crise do capitalismo intervencionista foi se agravando, sobretudo a partir da década de 1970, à medida que se esgotava a capacidade fordista de resolver os problemas de superacumulação. A rigidez do processo produtivo e das práticas e políticas de governo provocou a ampliação dos gastos públicos para além da capacidade financeira do Estado e incapacitou-o de competir no cenário mundial. As políticas keynesianas mostraram-se inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. O descontrole inflacionário indicou que as despesas do Estado haviam excedido os recursos captados, dando origem a uma profunda crise fiscal e de legitimação. A incapacidade do Estado de financiar o gasto público e a crise do sistema produtivo, exacerbadas pelo aumento dos preços do petróleo, acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. A crise do capital que atingiu os países capitalistas centrais, caracterizada pela crise de subreacumulação, mundialização financeira e intensa competitividade internacional, tendeu a impulsionar, principalmente nas décadas seguintes, a reestruturação do papel do Estado, a racionalização dos gastos públicos e a intensificação do controle do trabalho. De acordo com Harvey (2014, p. 140), “as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e

incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma”.

A crise do modelo taylorista/fordista foi acompanhada pelo surgimento de um novo modelo de acumulação capitalista. As reformas político-econômicas neoliberais e a reorganização do sistema produtivo deram origem à denominada acumulação flexível. O advento da racionalidade neoliberal, centrada na lógica da privatização, da desregulamentação dos mercados e da concorrência intercapitalista, apoiou-se sobremaneira na organização da produção e da força de trabalho (autodisciplina) inerente a chamada empresa flexível. A experiência mais expressiva na atual fase de desenvolvimento capitalista provém da ascensão do modelo de produção toyotista, implantado no Japão no início da década de 1950 como alternativa ao sistema fordista norte-americano - considerado inadequado ao reduzido espaço geográfico e ao baixo mercado consumidor japonês. Em razão do seu potencial universalizante, o “modelo japonês” ou toyotismo proliferou-se em escala mundial, contribuindo intensamente à construção de um modo de acumulação cada vez mais flexível e compatível com a nova fase do capital. Não restam dúvidas de que o sistema fordista/taylorista tenha propiciado avanços na mobilidade do capital e elevado de forma significativa a produtividade do trabalho, mediante o “controle do elemento subjetivo” do trabalhador. Entretanto, o modelo de produção toyotista viabilizou um salto estratégico em direção à flexibilização da produção e das condições de trabalho, à versatilidade dos mercados e à captura da subjetividade humana. Em relação a essa problemática, Alves (2011, p. 61-62) destaca que “enquanto no taylorismo fordismo ‘só o gesto físico mecanizou-se inteiramente’, no toyotismo, a ‘mecanização’ atinge corpo e mente do homem produtivo”.

As transformações no modelo de acumulação capitalista deram origem a conjunto de novas experiências nos domínios da vida social e política. A passagem do sistema capitalista fordista/keynesiano para a acumulação flexível implicou uma série de transformações políticas, sociais e culturais que abateram diretamente sobre os processos de trabalho, os padrões de consumo, as configurações geográficas e geopolíticas e as funções e práticas do Estado. As políticas de cunho neoliberal semeadas no contexto da produção flexível germinaram a competitividade e a formação do homem empresarial (autogovernável), o processo de enxugamento das políticas de proteção social e a precarização das condições de trabalho no setor público e privado. O padrão de acumulação flexível rompe com parcelização e a repetitividade do trabalho predominantes na gestão de produção fordista/taylorista, mas mantém, em maior ou menor proporção, o apelo ao produtivismo e o trabalho alienado,

traduzido pelo controle do elemento subjetivo no processo de produção. A reestruturação do modo de acumulação capitalista, que se estende até os dias atuais, deu origem a um conjunto de ações e políticas destinadas a privatização e a desmontagem do setor público estatal, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a imersão do trabalhador a lógica da concorrência. Essas reformas dos Estados nacionais têm elevado a precarização do mercado de trabalho, a instabilidade das profissões e a submissão do trabalhador a lógica produtivista. Enquanto no fordismo/taylorismo o controle da força de trabalho era exercido externamente pelos mecanismos de produção, na produção flexível a pressão por maiores níveis de produtividade ocorre mediante a apropriação da dimensão intelectual/cognitiva do trabalhador pelo capital (DARDOT, LAVAL, 2016a; HARVEY, 2014; ALVES, 1999; ANTUNES, 2005).

As transformações estruturais em favor do receituário neoliberal tiveram forte impulso após as vitórias de Margaret Thatcher (1979-1990) na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan (1980-1989) nos Estados Unidos. As reformas implantadas por ambos apresentaram uma clara ruptura com a política econômica e social do período pós-guerra. A ascensão do conservadorismo alterou profundamente as condições econômicas, sociais, políticas, ideológicas e valorativas, com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da *classe-que-vive-do-trabalho*. O novo projeto ideo-político que se apresentou como alternativa ao Welfare State conduziu as reformas dos Estados nacionais em direção a liberalização comercial, a regulamentação da concorrência e a adequação das esferas políticas e sociais à lógica do mercado. As reformas político-econômicas conservadoras e a disseminação da racionalidade neoliberal – inauguradas por Thatcher/Reagan e, posteriormente, sustentadas pelas instituições financeiras internacionais - apoiaram-se na retração do Estado e na abertura ao mercado. A nova agenda reformista deu visibilidade a adoção de políticas antissindicais, a redução da proteção social e a privatização e mercantilização dos serviços públicos. A tomada de poder dos partidários do neoliberalismo nos países centrais e sua posterior disseminação nos países em desenvolvimento implicou uma ampla destruição sobre as estruturas e poderes institucionais (soberania estatal sobre assuntos políticos e econômicos), as políticas de bem-estar social, as relações estruturais/contratuais da força de trabalho, aos modos de vida, dentre outros (ALVES, 2011; ANTUNES, 2009).

As reformas implantadas nas décadas de 1980 e 1990, aliadas a flexibilização da produção e a especialização flexível, evidenciaram a situação de debilitação do mundo do

trabalho. A busca constante por maiores níveis de produtividade e pela redução dos custos de produção, com o intuito de melhorar a competitividade capitalista, elevou o desemprego estrutural, a insegurança no mercado de trabalho e a proliferação do trabalho precário. A ofensiva do capital sobre o mercado de trabalho e em detrimento das políticas de proteção social ocorreu, sobretudo, em razão de uma série de derrotas das instituições defensivas do trabalho no campo econômico, político e ideológico, no decorrer das décadas de 1970 e 1980 (ALVES, 2011). As políticas estatais e o modo de produção flexível somaram forças em favor da subcontratação, da terceirização, da extensão do trabalho *part time*, da intensificação da exploração do trabalho e da precarização salarial. O novo modelo de acumulação capitalista conduziu a transição de um sistema legal, “que regulamentava de maneira mínima as relações de trabalho, para um forte sistema de regulamentação cujo significado essencial era, por um lado, desregulamentar as condições de trabalho e, por outro, proibir e restringir ao máximo a atividade sindical” (ANTUNES, 2009, p. 70).

A extensão da lógica de mercado para além da esfera da produção de mercadorias proporcionou novos patamares de flexibilidade e o fortalecimento do poder do capital sobre o trabalhador assalariado. O processo de modernização capitalista têm provocado alterações importantes nos padrões de concorrência intercapitalista e nas relações entre capital e trabalho. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 10), o novo modo de governar consiste em criar “uma lógica econômica baseada na concorrência e na incitação material, que supostamente faz das pessoas sujeitos mais ativos, mais autônomos na busca de soluções melhores, mais responsáveis pelos resultados de seu trabalho”. Essas mudanças na concepção política e econômica do Estado expressam o modo de ser da acumulação flexível sob a mundialização do capital. Com a derrocada do Welfare State, as reformas político-econômicas neoliberais apoiaram-se nos preceitos do produtivismo, da competição e da flexibilidade inerentes ao modo de produção toyotista. Esse período deu origem a novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como just-in-time, kanban, automação, Programa de Qualidade Total e CCQs. O complexo de reestruturação produtiva e social, projetado com base na experiência japonesa, proporcionou ao capital as condições necessárias à construção e disseminação do novo modelo de acumulação. Com isso, os serviços públicos e o trabalho nas empresas tendem a ser coagidos pela concorrência capitalista/neoliberal a adotar procedimentos técnico-organizacionais provenientes da matriz ideológico-valorativa toyotista (ALVES, 2008).

### 2.2.3 O toyotismo e a captura da subjetividade do trabalho

O regime de acumulação flexível, que tendeu a disseminar-se pelo mundo capitalista nas últimas décadas, corresponde a um amplo movimento de transformações na economia política e cultural do capitalismo mundial. As reformas impostas aos Estados Nacionais em substituição ao *Welfare State* e a reestruturação do sistema produtivo satisfizeram as exigências do capitalismo mundial. A mercantilização dos serviços públicos, a desregulamentação dos mercados e a racionalização da produção deram abertura a uma nova ofensiva do capital nas várias instâncias do ser social, abatendo diretamente sobre as relações de produção e as condições de trabalho no setor público e privado. A expansão da lógica de mercado para além da esfera produtiva e mercantil, por meio da implementação de políticas de cunho privatistas e economicistas, esteve associada à flexibilização das relações de trabalho e à intensificação da concorrência. A estratégia neoliberal imposta com o intuito de elevar a produtividade e a competitividade empresarial afetou diretamente a relação do sujeito consigo mesmo e a forma de pensar e/ou conceber as relações de produção e trabalho. A lógica da concorrência impôs uma falsa “liberdade de escolha” aos trabalhadores, induzindo-os a aceitarem as situações de mercado e a incorporem a necessidade de governar a si próprios como indivíduos responsáveis. A vigência do neoliberalismo no contexto da mundialização capitalista propiciou as condições favoráveis à consolidação/disseminação dos princípios de gestão da produção e do trabalho próprios do sistema toyotista (ALVES, 2011; DARDOT, LAVAL, 2016).

O sistema toyotista foi criado e implementado na linha de produção da Toyota, após a segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro Taiichi Ohno, com a finalidade de melhorar a eficiência na fabricação de automóveis e elevar as condições de competitividade em relação às principais indústrias norte-americanas. Diante da intensificação da competitividade internacional e das reformas de ajuste econômico pós-crise de 1970, os princípios do Ohnismo difundiram-se pelo setor industrial, de serviços e não mercantis nos países capitalistas ao redor do mundo, tornando-se um dos principais propulsores da nova ofensiva do capital sobre a produção e o trabalho, aliando-se às reformas concebidas pela racionalidade neoliberal. O novo complexo de reestruturação produtiva e a expansão da lógica de mercado pela racionalidade capitalista neoliberal proporcionaram as condições políticas, sociais e culturais necessárias ao aperfeiçoamento/aprofundamento da racionalização do trabalho vivo, inaugurado pelo sistema taylorista/fordista. O toyotismo (ou ohnismo) se fundamenta num

padrão produtivo e organizacional e tecnologicamente avançado, diferenciando-se do sistema fordista/taylorista basicamente nos seguintes traços: produção vinculada a demanda; trabalho operário em equipe (“times de trabalho”), com multivariabilidade de funções; implantação do princípio *Just-in-time*, para melhor aproveitamento do tempo de produção; funcionamento segundo sistema *kanban* para controle do estoque; transferência de parte da produção a empresas terceirizadas; organização dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e a promoção dos ganhos salariais vinculados ao aumento da produtividade. A gestão da produção e a organização do trabalho sob a matriz toyotista, em voga no século XXI, visa otimizar a força de trabalho, de modo a obter maiores índices de produtividade sem aumentar o contingente de trabalhadores (ALVES, 2011; ANTUNES, 2009).

A nova constituição da racionalização do trabalho, associada ao modelo de especialização flexível e à expansão da lógica de mercado, exige um maior engajamento moral-intelectual dos operários. O sistema toyotista/ohnista, inaugurada no Japão pós-45, estruturou-se a partir de um modelo de produção e organização do trabalho baseada em economias de escopo, amplamente difundido a partir da década de 1980 em razão da sua compatibilidade com as necessidades vinculadas ao processo de reestruturação do sistema capitalista. A crise de superprodução fordista/taylorista e a intensificação da competitividade internacional, importantes responsáveis pela desmontagem do Welfare State, forçaram os países capitalistas a flexibilizarem o processo de produção de mercadorias, a fim de evitar desperdícios, aumentar a produtividade e diminuir os custos de produção. A reestruturação do sistema produtivo rompe com o modelo de produção em massa de bens padronizados, estruturado com base na utilização da maquinaria especializada e no disciplinamento da força de trabalho. A emergência da matriz toyotista no cenário econômico mundial, sob as bases técnicas da filosofia de produção da empresa enxuta (*lean production*), tem por propósito a produção de bens não padronizados e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produtos, de modo a atender as demandas específicas do mercado consumidor. A flexibilização da produção requer simultaneamente uma organização flexível do trabalho, por meio da constituição de polioperadores capazes de assumir multitarefas e da ênfase a corresponsabilidade do trabalhador (ALVES, 2011; HARVEY, 2014).

A hegemonia neoliberal e as novas tecnologias de base microeletrônica ou informacional possibilitaram o desenvolvimento de um novo modelo de organização e gestão da produção capitalista. A implementação de novas estratégias de produção, que deram sustentação ao processo de mundialização do capital e ao desenvolvimento do capitalismo

flexível, viabilizou o aumento da competitividade e da extração de mais-valia pela eliminação dos desperdícios e intensificação dos processos de trabalho. O modelo de produção enxuta (*lean production*) estrutura-se a partir da otimização dos recursos materiais e humanos com o intuito de aumentar a produtividade e minimizar os custos de produção. A racionalização da produção e do trabalho na empresa toyotista prevê a eliminação dos tempos mortos, dos defeitos de fabricação e da produção excedente (estoque). A potencialização da estrutura física-material e do tempo de trabalho requer a extinção da superprodução quantitativa e antecipada. De acordo com Taiichi Ohno (1997, p. 24-26), o setor produtivo deve minimizar o quanto antes os méritos da produção em massa, provenientes da indústria norte americana. Para reduzir custos é imprescindível que a quantidade produzida seja equivalente a quantidade necessária. Para atender a esse propósito, o engenheiro japonês criou um método para eliminar o desperdício: o *Just-in-time*.

O método de produção toyotista, considerado a maior inovação organizacional da segunda metade século XX, estrutura-se a partir de ferramentas de produção (Kanban) e tecnologias de automação (máquinas flexíveis) com o objetivo de reduzir o número de operadores e aumentar a eficiência da produção. Para atender a esses propósitos, a teoria ohnista propõe vincular a produção à demanda do mercado consumidor (na “hora certa”), implementar sistemas de máquinas automatizadas e propiciar um melhor desempenho do trabalho vivo, mediante a formação de equipes polivalentes. A ênfase atribuída à quantidade de itens produzidos, sem levar em conta os desperdícios de produção, reduz tanto a produtividade quanto a lucratividade. A administração dos fluxos produtivos é realizada pelo sistema Kanban, utilizado para transmitir ou receber a ordem de produção. Essa ferramenta é composta por informações que circulam entre cada um dos processos de produção com o intuito de assegurar a sincronização entre a quantidade produzida e a quantidade necessária, evitando a superprodução. Além do *just-in-time/kanban*, o aumento dos níveis de produtividade no sistema toyotista está vinculado ao princípio de automação ou automação com toque humano, composta por um conjunto de máquinas acopladas a um dispositivo de parada automática diante de conduções anormais, impedindo, desse modo, produtos defeituosos (ALVES, 2008).

O sistema de máquinas automatizadas e os métodos de produção toyotista têm transformado a forma de conceber a gestão do trabalho no setor produtivo, não produtivo e de serviços. Essa forma de organização da produção significou o abandono da organização do trabalho em postos fixos e especializados, imanente à era fordista/taylorista. Na indústria

toyotista, o sistema de automação inteligente libera o trabalhador para atender diversas máquinas, contribuindo ao sistema multitarefas e ao trabalho polivalente. A organização horizontal da produção e do trabalho permitiu um maior engajamento laboral do trabalhador e o aumento da taxa de exploração do trabalho vivo em suas habilidades produtivas. Enquanto no fordismo as operações produtivas reduziam-se ao “aspecto físico maquinal”, no toyotismo o controle do trabalho é exercido pelos próprios operários. O modelo ohnista apropria-se do *savoir-faire* intelectual do trabalho e eleva o envolvimento pró-ativo (corpo e mente) dos assalariados, tornando-os corresponsáveis pelo êxito da produção. O modo de produção capitalista não dispensa, como fez o fordismo, o espírito de operário. A apropriação da dimensão cognitiva do trabalhador permite a ampliação do número de tarefas e o incremento da produtividade do trabalho. A empresa enxuta, conforme salienta Antunes (2005, p. 36), “retransfere o *savoir-faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente de sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade existente no mundo do trabalho”.

A metodologia da produção enxuta e as novas tecnologias de base microeletrônica exigem uma nova disposição subjetiva dos operários em cooperar com a produção. O novo patamar de racionalização do trabalho corresponde à melhoria da eficiência por meio da obtenção de novos ganhos de intensidade e produtividade. Para atender a esses propósitos, o toyotismo estruturou-se a partir da desespecialização/flexibilização e do aumento da concorrência entre os assalariados. A intensificação no processo de trabalho mediante o envolvimento estimulado do trabalho vivo emerge da captura da subjetividade operária. A gestão da produção capitalista sob a grande indústria no século XX, estruturada com base na parcelização e repetitividade do trabalho, deixava livre o cérebro do trabalhador para outras ocupações. Enquanto isso, os novos dispositivos organizacionais do toyotismo exigem, ao contrário do fordismo, um homem produtivo capaz de intervir na produção com o pensamento. O aumento da produtividade do trabalho requer avanços das iniciativas organizacionais de envolvimento do trabalhador e a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo. O engajamento moral-intelectual dos trabalhadores na produção do capital implica a necessidade de captura da subjetividade do trabalho vivo pelos ditames da nova fase de reestruturação produtiva e econômica. O controle do elemento subjetivo do trabalho (mente e corpo) pelo processo de reestruturação produtiva tem articulado, de maneira geral, coerção capitalista e consentimento operário. “O toyotismo coloca, desse modo, a necessidade da constituição de um intenso nexos psicofísico, a unidade orgânica entre ação e

pensamento no local de trabalho, como uma das condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital” (ALVES, 2011, p. 63).

O desenvolvimento de mecanismos de comprometimento do trabalhador, assegurado pelo controle da dimensão subjetiva, permite aprofundar - e dar uma nova qualidade - a subsunção real do trabalho ao capital. A reestruturação do sistema produtivo, articulado ao desenvolvimento da microeletrônica e às diferentes formas de implementação da racionalidade neoliberal, obtém a máxima intensidade do trabalho por meio do pleno engajamento do trabalhador no desenvolvimento de suas funções e atividades laborais. A ênfase atribuída à corresponsabilidade do trabalhador pode ser identificada no lema da Toyota, no início da década de 1950: “Proteja a empresa para proteger sua vida”. No sistema ohnista, o controle em prol do máximo rendimento do trabalho individual é exercido pelos próprios colegas no seio das equipes (times) de trabalho. A supervisão intersubjetiva no âmbito das equipes de trabalho emana do estímulo à competição entre os operários. A mobilização do trabalhador multitarefas na produção do capital decorre da captura da subjetividade do trabalho vivo pelos ditames da produção de mercadorias. Em razão da submissão do indivíduo aos interesses do capital, a inteligência requerida pelo toyotismo é meramente instrumental. A disposição subjetiva dos trabalhadores em cooperar com a produção dá origem ao novo patamar de intensificação e precarização do trabalho. A subordinação formal-intelectual do trabalhador flexível corresponde à nova ofensiva ideológica e material do capital sobre a produção (ALVES, 2011; ANTUNES, 2005).

Os princípios de gestão da produção e do trabalho vivo (controle da subjetividade do trabalhador), inaugurado na indústria toyotista e preconizado pela racionalidade neoliberal, disseminaram-se pelas mais diversas técnicas da administração flexível do capital. A lógica produtivista, centrada nas relações de concorrência nos locais de trabalho, tendeu a assumir um valor universal para o novo modelo de acumulação capitalista. A filosofia do Sistema Toyota de Produção transformou-se no ponto de partida de um complexo ideológico-moral que passou a determinar a gestão da produção e do trabalho no capitalismo global. Os valores de desempenho e produtividade, associados à ideologia de mercado, se intensificaram no capitalismo global e atingiram os mais diversos empreendimentos capitalistas, incluindo as atividades não mercantis e os serviços públicos, abatendo diretamente sobre as políticas governamentais da educação e as condições de trabalho docente. A racionalidade toyotista/neoliberal ultrapassa o universo da empresa e se dissemina pela sociedade, tomando de assalto inclusive as relações afetivas e existenciais. A adaptação do trabalho à lógica de

mercado e a formação de um novo homem produtivo, mediante a captura da subjetividade no local de trabalho e na vida social, produziram consequências nefastas à classe trabalhadora. As inovações organizacionais concernentes ao complexo de reestruturação produtiva constituíram, nas últimas décadas de capitalismo global, um novo estágio de precarização/exploração do trabalho vivo. Além da intensificação do ritmo de trabalho, a produção flexível estabelece o afrouxamento das condições jurídicas, a flexibilidade da contratação salarial e a expansão de contratos parciais e temporários (ALVES, 2011; DARDOT, LAVAL, 2016b)

### **2.3 Os impactos da racionalidade toyotista/neoliberal sobre a força de trabalho**

O processo de flexibilização, inerente à nova organização do trabalho, constrói-se a partir de um movimento de reacomodação do campo sócio-subjetivo. A relação dialética entre os mecanismos de flexibilização e a formação subjetiva do trabalhador compreende o desenvolvimento de uma nova performance individual (produtivista) e o aumento da competitividade. As demandas por maiores níveis de produtividade e a responsabilização atrelada ao desempenho afetam a dinâmica interpessoal e/ou trabalho em equipe (onde a competição é extremamente acirrada) e exigem uma ativa adaptação espaço-temporal. Concomitantemente, a subjetividade dos trabalhadores é surpreendida por níveis salariais cada vez mais baixos, o fim do horário regular de trabalho, a perda dos direitos trabalhistas e a insegurança no emprego. Essa forma flexibilizada de gerir a produção, calcada na instabilidade/medo e na responsabilização, implicaram a intensificação dos processos de trabalho, que imprimem novos ritmos à vida dos sujeitos e ao modo como se relacionam entre si. As mudanças na estrutura social e no modelo produtivo, a generalização da concorrência, a desregulamentação do mundo do trabalho e a mercantilização dos direitos sociais são responsáveis pelo aprofundamento das patologias mentais e do individualismo, nivelamento/instrumentalização das singularidades e corrosão dos laços de solidariedade e de seguridade (DARDOT, LAVAL, 2016a; MANCEBO, 2007).

#### **2.3.1 Flexibilização e precarização das condições de trabalho**

O padrão de acumulação flexível, estruturado em sintonia com a racionalidade neoliberal e a lógica de produção toyotista, incentivou a constituição de um novo e precário

mundo do trabalho. O complexo de reestruturação produtiva e a expansão da lógica de mercado, impulsionado pelas políticas neoliberais, têm aumentado a produtividade de modo a elevar as formas de extração do sobre trabalho (da mais valia) em tempos cada vez mais reduzidos. A ampliação da produtividade da força de trabalho no contexto toyotista/neoliberal se dá mediante o engajamento moral-intelectual do trabalhador, a redução do tempo de repouso, a implantação de ritmo de trabalho cada vez mais informacional e intensificado, a promoção da competição entre os trabalhadores e a remuneração flexível pautado nos níveis de produção. Nesse sentido, as inovações tecnológicas e o estímulo à concorrência generalizada alteraram as características de produção e exigiram novas competências e habilidades dos trabalhadores. O desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à produção possibilitaram a constituição de novos níveis de flexibilidade para o capital, a mobilização subjetiva dos trabalhadores a implementação do receituário e da pragmática de *lean production* (empresa enxuta). Aliado a isso, a nova racionalidade produtiva prevê a formação do “sujeito empresarial” ou neossujeito - sujeito ativo, apto a participar inteiramente, a engajar-se plenamente e a entregar-se por completo em sua atividade profissional. O objetivo do capital é reduzir os custos de produção por meio da intensificação e/ou otimização da força de trabalho. (ANTUNES, PRAUN, 2015; DARDOT, LAVAL, 2016a; ALVES, 1999).

Na sociedade capitalista, o aumento da produtividade tende a ser apropriada para a acumulação de *mais valor* e não para o desenvolvimento do tempo livre da força de trabalho. Em vez de proporcionar melhores condições ao assalariado, o desenvolvimento tecnológico e a flexibilização da produção têm criado estratégias para intensificar a exploração e direcionar a prática produtiva para além dos murros institucionais. De acordo com Antunes e Praun (2015, p. 419), “o aumento da intensidade do trabalho e da produtividade, não vem acompanhado de nenhum compromisso por parte das corporações sobre a melhora das condições de trabalho, como limites da jornada de trabalho, ritmo de produção ou outros instrumentos que preservem a saúde do trabalhador”. Mas ao contrário, a racionalização da produção tende ao desemprego estrutural, a utilização decrescente da força de trabalho humana e a instauração de ritmos de trabalho extenuantes, transformando as noções de espaço e tempo. A potenciação da capacidade produtiva, a fim de reduzir os número de trabalhadores e os custos de produção, está associada à elevação da concorrência entre os trabalhadores. Em razão da subsunção da subjetividade do trabalhador à lógica da concorrência, o tempo de vida social tende a ser dilacerado pelo tempo de trabalho. A interiorização da norma de desempenho e o aumento de trabalhadores excluídos do processo produtivo e do mercado de trabalho

permitiram as empresas privadas e o setor público ampliar os níveis de sujeição dos assalariados a condições de trabalho precarizadas. Segundo Alves (2011, p. 125), “por ‘medo do desemprego’ o trabalhador assalariado ‘consente’ maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia os direitos sociais e trabalhistas”.

No contexto da acumulação flexível, a expansão da racionalidade neoliberal e as novas tecnologias aplicadas a produção uniram-se para destituir o poder organizado da classe trabalhadora e promover a competitividade entre os assalariados. Para atender aos interesses do capitalismo global, os governos nacionais determinaram o desmonte da legislação social protetora do trabalho. Além das reformas na organização da produção e a formação do trabalhador multifuncional, a reestruturação do modo capitalista de produção implica também a flexibilidade da relação salarial, dos contratos de trabalho e da regulamentação trabalhista. A flexibilização da produção e da legislação trabalhista, cujas transformações têm provocado o aumento da sensação de risco e a expansão da ideologia do autoempreendedorismo, demonstra a capacidade do capital de tornar complacente e submissa a força de trabalho. O enfraquecimento da proteção trabalhista e a exploração da dimensão subjetiva do trabalhador no contexto da produção flexível permite ao capital exercer pressões mais fortes de controle de trabalho. Do ponto de vista dos impactos do novo modelo de acumulação sobre as relações de trabalho, Antunes e Praun (2015, p. 412) afirmam que “a *flexibilização* se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural”.

A reestruturação do sistema produtivo e as reformas político-econômicas neoliberais têm demonstrado a crescente incompatibilidade entre os interesses do capital e o desenvolvimento do gênero humano. A resposta do capital à sua crise, impulsionada pela internacionalização da economia, baseou-se predominantemente na redução dos investimentos sociais, na privatização/mercantilização dos serviços públicos e na superexploração da *classe-que-vive-do-trabalho*. A expansão da lógica de mercado no contexto toyotista/neoliberal - responsável pela formação homem-empresa ou do “sujeito empresarial” - estruturou-se a partir da redução da proteção social e da responsabilização do indivíduo pela valorização de seu trabalho no mercado. O modelo de produção flexível estimula a formação da mentalidade pró-ativa e a generalização da concorrência no ambiente de trabalho com o intuito de reduzir os custos com mão de obra e potencializar ao máximo a sua capacidade produtiva. O receituário e a pragmática de lean production (empresa enxuta), inaugurado pelo modelo de

produção toyotista e expandido aos serviços público e não mercantis pela racionalidade neoliberal, prevê a diminuição dos custos de produção por meio da intensificação do trabalho, flexibilização das leis trabalhistas e diminuição do trabalhador estável. Em razão disso, a lógica da flexibilização, conforme salienta Alves (1999, p. 89), “expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir – ou ainda submeter e subordinar - o trabalho assalariado à lógica da valorização”.

A flexibilização dos processos/métodos de produção e das relações de trabalho sob influência da empresa toyotista e o afrouxamento das condições jurídicas que regem os contratos de trabalho legitimam um conjunto de práticas políticas contrárias ao assalariado. A profunda exclusão de trabalhadores estáveis, pela via do subemprego e/ou do desemprego, constitui-se, antes de tudo, um artefato político neoliberal que permite ao capital impor novas formas de precarização. A elevação da sensação de risco em razão da ameaça onipresente da demissão individual ou em massa e a responsabilização dos trabalhadores, centrais na difusão da norma da concorrência generalizada, torna-os submissos e complacentes às iniciativas de flexibilização das relações contratuais, à redução salarial e à imposição de ritmos de produção intensificados e jornadas prolongadas. A forma flexibilizada de acumulação capitalistas, baseada na engenharia da empresa enxuta, tem provocado mudanças significativas no mundo do trabalho em âmbito mundial, dentre elas: a redução do trabalhador estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo; o enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços (trabalho precarizado), incluindo o terceirizado, o *part-time* e os subcontratados; a exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho; a expansão do trabalho no denominado terceiro setor; e, a expansão do trabalho em domicílio (ANTUNES, 2005; ANTUNES, PRAUN, 2015; ALVES, 1999, ARAÚJO, 2001).

O novo complexo de reestruturação produtiva solapou o trabalho organizado ao impor regimes e contratos mais flexíveis. A nova ofensiva do capital sobre o trabalho pela via da flexibilização têm provocado mudanças radicais em direção ao aumento da subcontratação e do trabalho temporário, criando insatisfação no que diz respeito a cobertura de emprego, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego. O sistema de metabolismo social do capital extingue o trabalho estável e, concomitantemente, expande os as contratações por tempo determinado e as subcontratações para a execução de parte das tarefas institucionais, no geral sob condições precarizadas. Nas últimas três décadas, os governos nacionais e partidários do neoliberalismo impuseram reformas para viabilizar e dispor de segurança jurídica às distintas formas de contratação, incluindo os contratos temporários e as

modalidades de terceirização. Essas novas formas de contratação viabilizam uma “maior flexibilidade das relações de trabalho, impondo contratos por tempo determinado, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, auxiliando também, de forma importante, na desestruturação da classe trabalhadora” (ANTUNES, PRAUN, 2015, p. 421). Em plena era da informatização e da ampla mobilização de forças de trabalho intelectual, a flexibilidade avança contra os direitos sociais, eximindo o capital da proteção trabalhista.

A força de trabalho flexível é parte de uma ofensiva ideológica que prima pela extração de mais-valia (absoluta e relativa) por meio da redução dos custos com mão de obra e a ampliação da produtividade. Visto pelo ângulo do capital, a flexibilização das leis trabalhistas proporcionaram diversos benefícios aos empregadores, incluindo: diminuição dos custos com mão de obra, redução de custos com encargos previdenciários e trabalhistas, isenção de custos adicionais como férias, 13º salário, INNS e FGTS. Em relação às condições de trabalho, a modernização das leis trabalhistas tem possibilitado o aumento generalizado das formas de trabalho precarizado e o desenvolvimento de novos mecanismos de contrapartida salarial, associados, sobremaneira, ao tempo de trabalho e a produtividade. No contexto toyotista/neoliberal, rompe-se com o trabalho pleno e de duração indeterminada próprio do sistema fordista. Sendo assim, uma parcela significativa de trabalhadores passa a receber contratos de curta duração, podendo ser alugados por hora e/ou dias trabalhados. De acordo com a interpretação de Antunes (2009, p. 50-51),

A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho. Uma conclusão se impõe: A flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições.

O processo de reorganização produtiva e o advento do neoliberalismo em escala global geraram mecanismos que puseram em marcha uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora. A ofensiva ideológica neoliberal em detrimento das condições vigentes durante a fase de apogeu do modelo fordista/keynesiano, alavancada no cenário mundial na era Thatcher-Reagan, está associada a novos métodos de produção, a privatização do Estado e a redução da proteção social, ao desmonte do setor produtivo estatal

e a mercantilização dos serviços públicos. A reestruturação do trabalho no contexto toyotista e a expansão da lógica de mercado provocaram a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o enfraquecimento dos movimentos da classe trabalhadora e a generalização da concorrência. A proliferação do trabalho assalariado precário e do desemprego estrutural está associada à flexibilização das condições de trabalho projetadas com o auxílio das novas tecnologias e asseguradas pelas políticas neoliberais. Em vez de promover a liberdade e o desenvolvimento humano, os avanços tecnológicos e as novas formas de organização da produção, gestadas pelo capital, tendem a alienação absoluta, manipulando as condições físicas e psíquicas do trabalhador. O objetivo é aumentar o trabalho morto no maquinário científico e a pressão psicológica voltada para a elevação dos níveis de produtividade. Em suma, a subproletarização e a intensificação e/ou densificação da jornada de trabalho, condicionadas à lógica da acumulação flexível, tem sido responsáveis pela precarização das condições de trabalho no setor público e privado. A obsessão dos gestores do capital em eliminar completamente os tempos mortos dos processos de trabalho, o aumento da sensação de risco e a “guerra” concorrencial têm convertido, paulatinamente, o ambiente de trabalho em espaço de adoecimento (ANTUNES, PRAUN, 2015; ANTUNES, 2005; ALVES, 1999).

### 2.3.2 Os sintomas da precarização trabalho e a perda da dimensão da humanidade

No decorrer desse capítulo foram analisadas as reformas político-econômicas implementadas pelos Estados-nação, as mudanças na estrutura produtiva do capitalismo e as metamorfoses do mundo do trabalho. Surge então uma nova questão a ser explorada: quais os sintomas da precarização do trabalho na formação da subjetividade e da personalidade do trabalhador no contexto toyotista/neoliberal? Isso porque, a reestruturação do sistema produtivo e as mudanças no cenário político-econômico global, inaugurado a partir da década de 1970, não anunciaram a dissolução da sociedade do trabalho, mas a afirmação de um novo sociometabolismo do capital com implicações diretas sobre o mundo do trabalho e as condições existenciais do trabalhador. O desenvolvimento do novo (e precário) mundo do trabalho, diversificado e complexificado, expressa o atual processo de mercantilização do trabalho humano. Esse processo, alavancado pelo modelo de acumulação flexível, tem como objetivo a valorização do valor e não a satisfação das necessidades humanas e sociais. Por intermédio da flexibilização da produção e do trabalho a racionalidade neoliberal tende a permear todos os aspectos da vida. As mudanças nas condições de trabalho têm gerado

alienação e estranhamento, principalmente nos estratos mais precarizados da forma humana de trabalho, incluindo os que vivenciam condições desprovidas de direitos e a insegurança. Na interpretação de Antunes e Alves (2004, p. 348), “a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho”.

A internalização da racionalidade neoliberal no contexto laboral e nas reformas político-econômicas implementadas pelos Estados-nação constitui o elemento edificante do atual processo de precarização do trabalho. A racionalidade capitalista trabalha com a formação de um novo sujeito – um neossujeito e/ou sujeito empresarial – flexível e submisso às necessidades do mercado. Essas mudanças tornam-os responsáveis por seus fracassos, destituindo-os dos direitos sociais conquistados historicamente. A flexibilidade e as responsabilidades atribuídas aos trabalhadores têm gerado diferentes tipos de inseguranças, dentre elas a insegurança do emprego, da renda, na contratação e na representação do trabalho. A sensação de risco e instabilidade têm submetido os trabalhadores a níveis mais intensos de competição e exploração, intensificando o número de acidentes e os problemas psicossociais. “As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho” (ANTUNES, PRAUN, 2015, p. 423).

A precarização das condições de trabalho está vinculada, dentre outros motivos, ao enfraquecimento dos direitos trabalhistas. A nova divisão internacional do trabalho, representada no setor industrial pela empresa enxuta (lean production), está articulada a condições de baixa (ou nenhuma) proteção trabalhista. O processo de reestruturação produtiva, projetado com vistas a elevar a produtividade e diminuir os gastos com mão de obra, tem exigido ao Estado capitalista o desmonte da legislação social protetora do trabalho. No momento em que os direitos trabalhistas começam a ser dilapidados, intensifica-se a precarização, a informatização e a subcontratação. Segundo interpretação de Antunes (2009, p. 56), “flexibilizar a legislação social do trabalho significa aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra”. A fragilização da legislação trabalhista no contexto toyotista/neoliberal atinge toda a *classe-que-vive-do-trabalho*, incluindo os trabalhadores

qualificados e não qualificado, estáveis e precários, o trabalho produtivo e improdutivo, o setor público e privado e as atividades mercantis e não mercantis.

Essas metamorfoses têm provocado uma perda quase completa da dimensão da humanidade. Ao mesmo tempo em que não pode prescindir do trabalho vivo, o modelo de acumulação flexível (toyotismo/neoliberalismo) tem criado estratégias para explorá-lo ao extremo, impondo formas marginais de trabalho. Em tese, Druck (2013, p. 62) identifica cinco tipos de precarização do mundo do trabalho, expressos: nas formas de mercantilização da força de trabalho; na organização e nas condições de trabalho; nas condições de segurança no trabalho, ou melhor, em sua fragilização (sujeição a condições aviltantes e (in) suportáveis); no reconhecimento, na valorização simbólica e no processo de construção da identidade individual e coletiva (coisificação das relações humanas); e, por fim, nas condições de representação e de organização sindical. A nova fase de universalização do capitalismo se configura como uma ofensiva contra o trabalho assalariado, acarretando o enfraquecimento dos movimentos sociais, o aumento da instabilidade e da sensação de risco, a precarização dos vínculos sociais e a intensificação os ritmos de trabalho.

À condição de desempregado e a ameaça permanente da perda do emprego têm se constituído numa eficiente estratégia de dominação no âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, inserção, vínculos e perspectivas de identidade coletiva, decorrentes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe. Esta é minada pela brutal concorrência que é desencadeada entre os próprios trabalhadores e estimulada conscientemente pelo capital por meio da gestão do medo e da chantagem. Uma vulnerabilidade social cujos traumas ainda estão por compreender e analisar no contexto atual, especialmente entre as novas gerações, que não conseguem se inserir no mercado de trabalho (DRUCK, 2013, p. 64).

A racionalidade toyotista/neoliberal pôs em marcha dois movimentos simultâneos com vistas a atender aos interesses do capital, a saber: a diluição dos direitos trabalhistas e a generalização da concorrência. A redução da proteção social e a intensificação do desempenho individual são fatores que se fortalecem reciprocamente, fomentando a exploração da força de trabalho e a formação de trabalhadores submissos e complacentes às normas impostas pelo capital. A internalização da competitividade e do desempenho, justamente no período que predomina um intenso processo de flexibilização dos direitos trabalhistas, tornou-se possível por intermédio da captura da subjetividade do trabalhador. O capital, aproveitando-se da instabilidade e do aumento da sensação de risco, tem apregoado ritmos mais intensos de trabalho, a fim de obter maiores níveis de produtividade e a

otimização dos recursos humanos. Essa elevação do desempenho individual e coletivo está associada a um fenômeno inerente à racionalidade toyotista/neoliberal: a individualização da responsabilidade. Isso implica a formação do “sujeito empresarial” (neossujeito), caracterizado pela capacidade de autocontrole, de engajar-se plenamente e entregar-se por completo em sua atividade profissional. Segundo Dardot e Laval (2016a, p. 328), “a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos”.

Ser empresa de si mesmo no contexto da acumulação flexível pressupõe viver inteiramente em riscos. A racionalidade toyotista/neoliberal gerou instabilidade e medo ao impor a flexibilização dos direitos trabalhistas e intensas mudanças no sistema produtivo. Esse aumento da sensação de risco permitiu aos empregadores, sejam eles do setor público ou privado, exigir dos assalariados uma maior disponibilidade e comprometimento. Nesse contexto, a responsabilidade no âmbito do emprego tem sido transferida do Estado e do capital para os domínios do próprio sujeito. A análise das reformas neoliberais direcionadas ao mundo da produção e do trabalho faz emergir os elementos que favorecem a captura da subjetividade do trabalhador, a saber: a instabilidade, o medo e a responsabilização individual (accountability). A responsabilização do trabalhador, no contexto marcado pelo risco e ausência de proteção trabalhista, dá origem à concorrência exacerbada. Isso porque, a garantia do emprego e o sucesso pessoal e/ou profissional passam a depender exclusivamente do desempenho individual em relação à equipe de trabalho – o Estado capitalista exime-se dessa responsabilidade. Dessa forma, o “risco é cada vez menos ‘risco social’, assumido por determinada política do Estado social, e cada vez mais ‘risco ligado à existência’” (DARDOT, LAVAL, 2016a, p. 349).

O *neossujeito* e/ou sujeito empresarial é o homem da competição e do desempenho. A lógica de mercado e/ou concorrencial trabalha com a hipótese de que o indivíduo dispõe de “livre escolha”, tornando-os plenamente responsáveis pelos riscos envolvidos. Essa ética da competição é vista como uma oportunidade de transferir todos os riscos e jogar os problemas de cunho sociais sob a responsabilidade dos sujeitos. O discurso econômico embasado na responsabilização individual permite “naturalizar” o dever pelo máximo desempenho e difundir nas massas as normas e os mecanismos necessários à consolidação da concorrência generalizada. Com isso, emerge uma individualização radical que, segundo Dardot e Laval

(2016a, p. 348), “faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual. A maquinaria instaurada transforma as causas externas em responsabilidades individuais e os problemas ligados ao sistema em fracassos pessoais”. A captura da subjetividade do trabalhador, sobretudo a partir do aprofundamento da instabilidade e da responsabilização (accountability), amplia as formas de precarização do trabalho, pois adentra os diferentes domínios da vida. Além da precarização laboral (no sentido da força de trabalho enquanto mercadoria), a organização do trabalho flexível provoca a precarização existencial do homem-trabalha, comprometendo a saúde, a perspectiva de vida e a inserção na totalidade das relações sociais.

A sujeição dos indivíduos à lógica da concorrência, de modo a aliar o narcisismo pessoal aos interesses do capital, pode gerar efeitos violentos em relação às condições físicas e psicológicas do trabalhador. A destruição do emprego como direito social, a desestabilização dos estáveis e a intensificação da competitividade reforçam as decepções profissionais e impedem qualquer possibilidade de conflito aberto e coletivo. A captura da subjetividade pelo capital tem submetido os trabalhadores à lógica da avaliação e da responsabilidade, tornando-os os únicos responsáveis por aquilo que lhes acontece. As metamorfoses do mundo do trabalho, preconizado pelo ajuste neoliberal, alterou a forma de ser da classe trabalhadora e deu origem a novas formas de relações sociais. Ao refletir sobre a problemática, Carvalho (2014, p.229) salienta que “essa manipulação da subjetividade gesta uma disputa íntima a dilacerar homens trabalhadores e mulheres trabalhadoras nas suas experiências de vida, transfigurando o seu cotidiano, reduzindo e restringindo seu espaço-tempo de vida”. A universalização das condições de precariedade torna os trabalhadores vulneráveis ao medo, à insegurança, ao sofrimento, ao descontrole existencial, à ansiedade perante o futuro, à corrosão do caráter, à desmoralização, ao desencantamento, à ausência de projeto de vida, e à depressão.

A nova forma de organização do trabalho corrói o caráter e tudo o que existe de estável na personalidade, incluindo: os laços com os outros, os valores e as referências. A flexibilização das condições de trabalho e a generalização da concorrência tem impactado sobre a vida privada, a organização familiar e a representação de si mesmo. A avaliação regular dos assalariados e a ideologia do sucesso do indivíduo (*self-help*) “que não deve nada a ninguém” têm destruído os vínculos sociais e os engajamentos dos sujeitos uns com os outros. Além da corrosão dos laços sociais, o discurso da realização de si mesmo leva a

estigmatização dos fracassados, dos perdidos e dos infelizes. Nesses termos, o sujeito que não é capaz de suportar a concorrência é considerado um ser fraco e/ou preguiçoso. A injunção de se realizar e de ser responsável por si mesmo, no contexto marcado pela produtividade e pela competitividade exacerbada, pode dar origem a doenças psicossociais, ao esgotamento e a generalização da depressão. A intensificação nos ritmos das atividades, o enfraquecimento dos coletivos de trabalho e a pressão psicológica voltada para o aumento da produtividade têm instigado o trabalhador a autoculpabilizar-se, a autorrecriminar-se e a autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada, chegando até ao suicídio (DARDOT, LAVAL, 2016a; ANTUNES, 2005; ANTUNES, 2008; ANTUNES, PRAUN, 2015).

### 3 CAPITALISMO PÓS-INDUSTRIAL E PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

A reestruturação do sistema capitalista, inaugurada no ocidente a partir de meados da década de 1970, determinou o triunfo de uma política qualificada, ao mesmo tempo, de “conservadora” e “neoliberal”. Essa nova configuração político-econômica, cujos principais precursores foram Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos) - além do governo de Augusto Pinochet no Chile, que fez do país um grande laboratório das políticas neoliberais -, estiveram calcadas, de modo geral, no enxugamento do setor público e na expansão da lógica de mercado. O modelo toyotista/neoliberal foi apresentado como única alternativa para superar a crise econômica e social do regime fordista/keynesiano de acumulação do capital, chocando-se contra as políticas e os princípios sociais inerentes ao Estado de bem-estar social (Welfare State). Os governos conservadores, na interpretação de Dardot e Laval (2016a, p. 189), “questionaram profundamente a regulação keynesiana macroeconômica, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados”. Aproveitando-se do enfraquecimento do sistema fordista/keynesiano, os partidários do neoliberalismo estabeleceram uma luta ideológica contra o estado e as políticas públicas inerentes ao Welfare State, com fortes implicações sobre as relações sociais, os comportamentos e subjetividades.

Os partidários do neoliberalismo em âmbito global partem do pressuposto de que é necessário viabilizar a formação de um governo de cunho empresarial e eximir o Estado da responsabilidade em garantir proteção social. A sociedade não pode mais se responsabilizar pelo baixo desempenho dos indivíduos no mercado de trabalho. A racionalidade toyotista/neoliberal justifica as suas ações políticas com base em uma suposta “liberdade de escolha” dos trabalhadores, tornando-os responsáveis pelas suas conquistas e derrotas. O novo modelo de “boa governança”, preconizado pela lógica de acumulação flexível, prevê a generalização da concorrência, de modo a elevar a produtividade, reduzir os gastos públicos e agradar aos mercados. A construção política de uma finança global regida pelo princípio da concorrência requer a formação de um novo nexos psicofísico ou de um novo homem produtivo: o neossujeito e/ou sujeito empresarial. A expansão da lógica de mercado pelo novo modelo de governança neoliberal compreende a consolidação do princípio da autogovernabilidade, o pleno engajamento no ambiente de trabalho e o consentimento em relação aos ideais empresariais. Esse mecanismo de disciplinarização da mão de obra e

adaptação dos indivíduos às coerções do mercado se constitui por meio de um amplo processo de captura da subjetividade pela racionalidade capitalista. Em razão disso, esse segundo capítulo visa compreender os propósitos e os mecanismos de produção da subjetividade capitalista. Para atender a esse propósito, vinculamos a esse estudo a categoria política de “boa governança”, a formação do “sujeito empresarial” e os princípios de concorrência, liberdade e responsabilização.

### **3.1 O categoria política de “boa governança” sob o prisma neoliberal: da mercadorização à sujeição dos indivíduos ao princípio da concorrência.**

As transformações no padrão de acumulação e no processo de valorização do capital estiveram associadas à criação de uma vulgata sobre a incomparável eficiência dos mercados e a necessária desobrigação do Estado. As críticas direcionadas à regulação keynesiana condenaram o intervencionismo estatal por provocar perturbações políticas, desregular a frágil máquina da economia, desestimular a produção e enterrar a economia de mercado. Além do mais, os economistas e políticos vinculados ao projeto neoliberal diagnosticaram que os governantes estavam tornando-se incapazes de governar em razão do “excesso de democracia”, proveniente do aumento das reivindicações igualitárias e do envolvimento ativo dos governados (em especial, as classes mais pobres e marginalizadas) na vida política e social. Com o intuito de diminuir o controle social e abrir caminhos para uma maior influência dos mercados em âmbito global, os organismos internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI, dentre outros) impuseram um conjunto de recomendações e planos de ajuste estrutural aos Estados-nação em troca de empréstimos e auxílios. Essas reformas foram condensadas no chamado *Consenso de Washington* (1989) com o intuito de orientar e pressionar a reestruturação econômica e o ajuste fiscal dos países em desenvolvimento em direção às premissas neoliberais, dando origem a um sistema disciplinar de alcance mundial. Para Dardot e Laval (2016a, p. 197) “as mais famosas medidas adotadas foram a grande onda de *privatizações* de empresas públicas (na maioria das vezes vendidas a preço de banana) e o movimento de *desregulamentação* da economia”.

As mudanças na lógica da ação pública do estado estiveram fundamentadas na teoria do estado neoliberal. As premissas da reestruturação econômica, predominante no capitalismo avançado, foram elaboradas e negociadas pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e BID - os três principais braços do neoliberalismo internacional. A concepção

política e econômica, difundida pelos organismos multilaterais de financiamento, se opôs às políticas distributivas do Estado de bem-estar social. Os programas e as políticas recomendadas pelo Banco Mundial pressionaram a reformulação do padrão de gestão do desenvolvimento do capitalismo, presente na concepção de estado intervencionista keynesiano, que havia dominado as políticas macroeconômicas desde o pós-guerra. As limitações impostas pela crise às políticas do Welfare State possibilitaram ao neoliberalismo apresentar-se como possibilidade única para “a retomada do desenvolvimento econômico, implementando reformas estruturais na sociedade, através do redirecionamento das atribuições do Estado como regulador da economia, cujas implicações mais severas significaram a redução ou desmonte das políticas de proteção social” (DOURADO, 1999, p. 120).

Em observância a essa problemática, é importante ressaltar que os mesmos fenômenos que impulsionaram a crise do Estado de bem-estar social na Europa, atingiram de forma drástica o sistema político e econômico dos países latino-americanos a partir da década de 1980<sup>6</sup>. De acordo com a abordagem de Washington, a crise da América Latina esteve relacionada à impossibilidade e incapacidade do Estado de atender às crescentes demandas dos diversos setores da economia. Isso se deve, de modo especial, ao excessivo crescimento do setor estatal e à incapacidade de controlar o déficit público. Por esse motivo, as reformas de ajuste estrutural, disseminadas sem espaço aparente para soluções alternativas, pautaram-se basicamente na redução do tamanho do Estado e na liberalização financeira e comercial. As políticas de caráter neoliberal, consubstanciadas no chamado Consenso de Washington (1989), estimularam a redução do tamanho do déficit fiscal e dos gastos públicos, especialmente mediante a diminuição da presença do Estado na economia nacional e a privatização indiscriminada das empresas e serviços estatais (incluindo educação, saúde, aposentadorias, transporte público, habitação populares, dentre outros). As reformas instituídas na América Latina, inclusive no Brasil, foram gerenciadas na direção da mercantilização do serviço público, por entender que os mercados são mais versáteis e ágeis que as estruturas burocráticas do Estado e por responder mais rapidamente às mudanças sociais e tecnológicas (BRESSER PEREIRA, 1991; SGUISSARDI, 2009; TORRES, 2000).

---

<sup>6</sup> Na América Latina nunca se implantou um Estado de bem-estar social nos moldes da social democracia europeia. Apesar disso, é importante destacar que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, foram adotadas no Brasil várias políticas públicas com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas da população desprotegida, incluindo: a Constituição Federal de 1988, os mecanismos de seguro-desemprego, o PIS/PASEP, dentre outros. A crise do Estado intervencionista no Brasil chegou antes que o Estado de Bem Estar pudesse ser, de fato, implantado em sua plenitude. Os mesmos fenômenos políticos, econômicos e culturais que desmantelaram o Estado de bem-estar Social atingiram com a mesma intensidade a Administração Pública Burocrática, no Brasil.

As reformas de ajuste estrutural, preconizadas pelos organismos financeiros internacionais, visavam impor o quadro político do Estado concorrencial. Os governos foram pressionados a adotar estratégias que estimulassem a expansão da lógica do mercado e a abertura dos mercados financeiros. Concomitantemente, as políticas econômicas e sociais, disseminadas com o intuito de adaptar os Estados às exigências da economia mundial, estiveram engajadas a aumentar a capacidade de reação das empresas, a reduzir a pressão fiscal sobre os rendimentos do capital e disciplinar a mão de obra, de modo a reduzir os custos de produção e elevar a produtividade. As políticas governamentais passaram a ser orientadas em favor do mercado e da livre concorrência, submetendo os Estados nacionais às exigências e ações impostas pelo novo modelo de acumulação de capitais. “Os Estados tornaram-se elementos-chave dessa concorrência exacerbada, procurando atrair uma parte maior dos investimentos estrangeiros pela criação de condições fiscais e sociais mais favoráveis à valorização do capital” (DARDOT, LAVAL, 2016a, 199).

O desenvolvimento do novo modelo de acumulação capitalista, denominado por Harvey (2014) de “acumulação flexível”, esteve associado ao crescimento do capital financeiro. As reformas implementadas pelos Estados nacionais a partir da década de 1990, baseadas na liberalização financeira e na expansão da lógica da concorrência, proporcionou uma maior expansão e autonomia do mercado financeiro em relação à esfera da produção. Aliado as reformas de ajuste econômico e à liberalização financeira, a constituição de um novo aparato científico e tecnológico foi decisiva ao processo de reestruturação do sistema produtivo e à internacionalização de um novo marco político, econômico e cultural apregoado pelos gestores do capitalismo mundial. A revolução da informática e da comunicação suscitaram significativas transformações no padrão de acumulação capitalista e nos mecanismos de valorização. Dentre as principais características do capitalismo mundial, destaca-se a vinculação lógica entre o *ciberespaço* e a lógica da *financeirização*. A constituição de um novo arcabouço midiático tem contribuído à elevação da estrutura da financeirização como o novo espírito do capitalismo e à constituição do império universal do dinheiro, abatendo significativamente no plano sócio cultural. O ciberespaço destaca-se, desse modo, como meio técnico adequado à estrutura lógica do capital-dinheiro e ao desabrochamento e transformação dos mercados financeiros.

A desregulamentação da economia e a flexibilização do trabalho e da produção, vinculadas às transformações culturais e a proliferação do neoliberalismo em âmbito global, deram sustentação a um modelo de acumulação centrado no crescimento econômico (capital-

dinheiro) - indiferente às consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. Para Harvey (2014, p. 166) “o capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada”. Para atender a esse propósito, as reformas de ajuste econômico, impostas aos Estados nacionais pelos precursores do neoliberalismo em âmbito global, estiveram calcadas na redução do papel do Estado e dos gastos sociais, no fortalecimento do setor privado, na liberalização dos mercados financeiros e na desregulamentação do mercado de trabalho e dos direitos trabalhistas. Os Estados e os respectivos governos transformaram-se em agentes alocados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial para o estabelecimento do novo regime de acumulação predominantemente financeiro.

A disseminação da racionalidade neoliberal, fundamentada em ideais político-econômicos que preconizam a construção mais ativa dos mercados, fez emergir uma luta ideológica contra o Estado intervencionista keynesiano e as políticas públicas voltadas à área social. A passagem do capitalismo fordista ao capitalismo financeiro elencou a incomparável eficiência dos mercados e a necessária desobrigação do Estado em relação ao financiamento dos serviços públicos. O “Estado de Bem Estar Social” (Welfare State), promotor de incentivos sociais por meio de mecanismos de solidariedade, teria alimentado a irresponsabilidade, as injustiças, os imobilismos, a incompetência, desestimulado a produção e incitado os agentes econômicos a preferir o ócio ao trabalho (desemprego voluntário). Os programas sociais e os serviços públicos destroem os princípios da livre concorrência e da eficiência econômica sem os quais o capitalismo não pode funcionar. Os precursores do capitalismo flexível deram destaque à incapacidade do Estado em gerenciar a economia e as próprias contas em razão da crise para demonstrar o custo “exorbitante” e “intolerável” vinculado aos mecanismos de proteção. Por conta disso, os neoliberais acreditavam que as “soluções” apresentadas pelo Estado intervencionista causavam mais problemas que resolviam.

O seguro-desemprego e a renda mínima são os responsáveis pelo desemprego; os gastos com saúde agravam o déficit e provocam a inflação dos custos; a gratuidade dos estudos incentiva a vadiagem e o nomadismo dos estudantes; as políticas de redistribuição de renda não reduzem as desigualdades, mas desestimulam o esforço; as políticas urbanas não eliminaram a segregação, mas tornaram mais pesada a taxa local [...] O grande tema neoliberal afirma que o Estado burocrático destrói as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo. Não é o mercado que destrói a sociedade

civil com sua “sede de lucro”, porque ele não poderia funcionar sem essa virtude da sociedade civil; é o Estado que corrói as molas da moralidade individual (DARDOT, LAVAL, 2016a, p. 210).

Os neoliberais defendem a inversão da representação do indivíduo enquanto “produto de seu meio” e passam a considerá-lo plenamente responsável pelo seu desempenho pessoal e profissional. Essa inversão na forma de conceber o indivíduo, cujos princípios anulam a trajetória e as condições existenciais dos sujeitos (sociais, culturais e econômicas), torna-se possível por meio de um intenso processo de captura da subjetividade. As transformações na forma de pensar e atuar dos sujeitos são projetadas a partir de enunciados e reformas que geram instabilidade em relação ao emprego e expandem os níveis de concorrência. O medo do desemprego e a competitividade são fatores adotados pelo modelo de acumulação flexível para fomentar a responsabilização e o bom desempenho dos assalariados nas empresas. O capitalismo global se abastece dos princípios da meritocracia para culpar os sujeitos pelo desemprego e/ou fracassos pessoais e, desse modo, destruir os direitos conquistados historicamente sem sofrer as consequências provenientes do embate social. O próprio *thatcherismo*, conforme salientaram Dardot e Laval (2016a, p. 220), “explorou largamente o script da culpa individual, desenvolvendo a ideia de que a sociedade não deveria nunca mais ser responsável pela sorte dos indivíduos”. Esse foi o caminho encontrado pelos precursores do neoliberalismo para eximir o Estado da responsabilidade em garantir proteção social, proporcionando a redução dos gastos públicos e uma maior vinculação do setor público à lógica de mercado.

A captura da subjetividade pela racionalidade *toyotista*/neoliberal tem viabilizado a construção de uma nova concepção de Estado. As reformas político-econômicas impostas aos Estados e a expansão da lógica de produção *toyotista*, cujas ações têm criado situações de concorrência e forçado os indivíduos a competição, estabeleceram um intenso processo de mercantilização dos serviços públicos. Para os neoliberais, os serviços do Estado devem ser direcionados ao setor privado por meio de políticas que estimulem um amplo processo de privatização das estatais e o estabelecimento de parcerias público-privadas. A racionalidade capitalista contemporânea utilizou-se de uma metodologia eficaz para convencer a opinião pública de que a gestão privada é mais eficaz que a administração estatal e mobilizá-la contra os “desperdícios” e “privilégios” decorrentes das políticas e programas de proteção social. Isso tem possibilitado a implantação de medidas que visam o enxugamento da máquina estatal e a delegação de grande parte de suas funções às empresas privadas. Essas medidas

proporcionaram mudanças do “formato” e do papel do Estado, transformando-o em uma empresa em plena competição com outras empresas vinculadas ao setor privado. O empresariamento do setor público implicou exigências e mudanças nas condições de trabalho equivalentes às ocorridas no setor privado: rendimentos vinculados à produtividade; subcontratações; terceirização; demissão de funcionários considerados incompetentes; redução da autonomia profissional; maximização da aptidão dos agentes; subordinação às demandas dos “cidadãos-clientes”, dentre outras (DARDOT, LAVAL, 2016a).

A reestruturação neoliberal do Estado estabeleceu um novo modelo de gestão pública inspirada sistematicamente em lógicas de concorrência e métodos de governos empregados em empresas privadas. A intenção é “reinventar o governo” pela via da construção de um novo modo de racionalização que submeta a produção dos serviços públicos à lógica de mercado, de forma a atender aos interesses oligopolistas e às recomendações dos organismos financeiros internacionais. A racionalidade capitalista em voga a partir de 1980 deu origem aos termos da “boa governança” e das “boas práticas”, tornando-os uma espécie de mantra da organização governamental. O Estado eficaz, de acordo com o novo modelo de acumulação global, não se limita ao conceito de “Estado mínimo”, mas vincula-se ao “Estado forte”, cuja prioridade é a atividade reguladora que garanta o funcionamento e a expansão dos mercados. A lógica de acumulação flexível (toyotista/neoliberal) determinou ao Estado o papel central na difusão da norma de concorrência generalizada. A categoria política de “boa governança” perfilhou a concorrência como instrumento mais eficiente para melhorar o desempenho da ação pública. “A ‘boa governança’ é a que respeita as condições de gestão sob os préstimos do ajuste estrutural e, acima de tudo, a abertura aos fluxos comerciais e financeiros, de modo que se vincula intimamente a uma política de integração ao mercado mundial” (DARDOT, LAVAL, 2016a, p. 276).

A lógica gerencial e mercantil, preconizada pelos grandes grupos multinacionais, tem pressionado a adequação da ação governamental ao princípio da concorrência generalizada. Para os detentores do poder político e econômico em nível global, não basta por freios ao crescimento dos gastos públicos, era preciso mudar profundamente o modo de gestão pública de forma a viabilizar a formação de um governo de cunho empresarial. A concorrência tornou-se a palavra-chave desse novo modelo de governança. Para aumentar a produtividade do serviço público e agradar aos mercados espera-se que a administração pública internalize as características de governança das empresas privadas, de forma a elevar os níveis de competição entre os serviços públicos e privados. Na interpretação de Dardot e Laval (2016a,

p. 303), o Estado é obrigado a “executar simultaneamente duas operações que aparecem como homogêneas em virtude da unicidade das categorias em jogo: de um lado, construir mercados que sejam os mais concorrenciais possíveis no âmbito mercantil; de outro, fazer a lógica da concorrência intervir no próprio âmbito da ação pública”. Esse modelo de governança requer a substituição de uma administração que obedecia aos princípios do direito público, comprometida com as políticas de proteção social, por uma gestão regida pelo direito comum da concorrência.

No contexto da acumulação flexível, a agenda do Estado passa a ser diretamente comandada pelos imperativos e as lógicas das empresas privadas. A racionalidade neoliberal tornou o Estado muito mais entreguista, submisso aos interesses do mercado e dos grupos oligopolistas, do que produtor direto de serviços. O Estado não se retira, mas curva-se às novas condições requeridas pelo capital financeiro e imposta pelas grandes instituições internacionais criadas após a Segunda Guerra Mundial (Banco mundial, FMI, GATT, OMC dentre outros). As reformas de ajuste estrutural adotadas pelos governos nacionais forçaram os serviços públicos a buscar recursos junto ao setor privado e conduziram políticas vantajosas para as empresas, proporcionando apoios fiscais, logísticos e de infraestrutura aos oligopólios. A governança híbrida, concentrada em torno de parcerias entre os poderes públicos e os grandes atores privados do sistema, tem gerado um profundo processo de privatização e mercantilização dos serviços públicos, incluindo o campo da educação. A disciplina neoliberal tem aprofundado a competição entre os serviços públicos e privados com vistas a aumentar a eficiência e a produtividade do setor público, viabilizar novas oportunidades de mercado ao setor privado e diminuir os gastos do Estado. Nesse sentido, “os Estados não têm mais do que um papel de subordinado ou assistente e interiorizam suficientemente esse papel para não ter mais condições de definir políticas sociais, ambientais ou científicas sem a concordância – ainda que tácita – dos oligopólios” (DARDOT, LAVAL, 2016a, p.282).

A competitividade torna-se prioridade política no contexto sujeito ao desmantelamento do Estado social e à homogeneização ideológica em favor do mercado. O espírito do toyotismo e a construção política de esferas mercantis têm por propósito colocar a inteligência humana a serviço do capital. A captura da subjetividade pela racionalidade capitalista visa adequar os indivíduos às metamorfoses projetadas pela organização toyotista do trabalho, cujas demandas exigem uma nova disposição intelectual-afetiva, o pleno engajamento no ambiente de trabalho e o consentimento em relação aos ideais empresariais. Ao intensificar o

poder da ideologia de mercado, o capitalismo neoliberal cria a necessidade de formação de um novo nexos psicofísico ou de um novo homem produtivo (ALVES, 2011). Com isso, procura-se adaptar os indivíduos à lógica de mercado por meio um intenso desenvolvimento pessoal que os tornem aptos a organizarem a sua existência de acordo com o princípio da concorrência. A racionalidade toyotista/neoliberal não está interessada em atender aos objetivos políticos considerados desejáveis ao bem-estar da população, mas em criar situações de concorrência por intermédio da extensão da lógica de mercado para além da esfera mercantil. O intervencionismo neoliberal “visa, em primeiro lugar, a criar situações de concorrência que supostamente privilegiam os mais ‘aptos’ e os mais fortes e adaptar os indivíduos a competição, considerada a fonte de todos os benefícios” (DARDOT, LAVAL, 2016a, p. 289).

No contexto da acumulação flexível, a concorrência tornou-se o princípio de gestão dos recursos humanos. Isso decorre, sobretudo, da construção de um novo espírito produtivo e da internalização da lógica mercantil na administração pública e na esfera da subjetividade. A racionalidade toyotista/neoliberal absorve os critérios de produtividade e desempenho do universo empresarial e dissemina pela sociedade, tomando de assalto as políticas públicas e as relações afetivo-existenciais. Para atender ao princípio da concorrência foram estabelecidas reformas nas instituições públicas e modificações das regras de controle das empresas. A passagem do capitalismo fordista para o capitalismo financeiro pressionou o enxugamento do setor público, a implantação de políticas em prol do mercado e a redução do tamanho das empresas, de modo a aumentar a eficiência na produção e, conseqüentemente, a “criação de valor”. Para atender as expectativas e utopias de mercado buscou-se formar um novo homem produtivo. As novas bases que compõe o capitalismo, cujo elemento edificador é a instauração da concorrência generalizada, mudou a relação do sujeito consigo mesmo e com o ambiente produtivo e social. A expansão da lógica de mercado estimulou a formação de um sujeito autogovernável, empreendedor, movido pelo espírito empresarial. “O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo educador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se autoconduzir. O processo de mercado constrói o seu próprio sujeito. Ele é *autoconstrutivo*” (DARDOT, LAVAL, 2016a, p. 140).

O sistema do capital visa diminuir os custos vinculados a proteção social e aos serviços públicos e estimular o mercado e a “criação de valor” por intermédio da competitividade exacerbada. O mercado financeiro, portanto, foi constituído em *agente disciplinate* para todos

os agentes da empresa, submetendo-os a avaliação baseada no desempenho individual. A formação do “neossujeito”, capaz de interiorizar as regras de funcionamento das empresas, tornou-se o princípio de conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista. No terreno do emprego, as reformas consistiram em intensificar a concorrência e responsabilizar os trabalhadores que não aceitam dobrar-se às regras do mercado. As políticas de incentivo ao setor privado deram substância a retração e mercadorização dos serviços públicos, a precarização das relações contratuais, a intensificação do trabalho, a diminuição dos prazos e individualização dos salários e a submissão dos trabalhadores ao princípio de *accountability*, cujas estratégias preveem a responsabilização pessoal e a necessidade de prestar contas e ser avaliado em função dos resultados obtidos. Na acepção de Dardo e Laval (2016, p. 199), os Estados têm contribuído “amplamente para a criação de uma ordem que os submete a novas restrições que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir “direitos adquiridos” considerados muito onerosos e enfraquecer os mecanismos de solidariedade que escapam à lógica assistencial privada”.

No contexto da mundialização do capital, o Estado e as empresas privadas devem operar perfeitamente de acordo com a lógica da competição. Essa deve tornar-se um padrão geral a ser transposto a qualquer atividade concreta, abarcando a organização da produção industrial e do mercado do trabalho, as atividades não produtivas, a área da pesquisa e desenvolvimento e a vida acadêmica, literária e artística. Na acepção de Dardot e Laval (2016, p. 06), “a novidade do neoliberalismo consiste precisamente em que ele busca uma homogeneização que funciona para além da divisão entre o mercado e o não mercado, por meio da imposição de um padrão de relações sociais em todos os níveis da existência individual e coletiva”. A lógica de produção capitalista contemporânea induziu os trabalhadores do setor público e das empresas privadas ao aumento dos níveis de produtividade e da competição, homogeneizando para toda a sociedade certas maneiras de *fazer* e de *ser*. O crescimento econômico, fundamental ao desenvolvimento do sistema capitalista, apoia-se fundamentalmente no controle e/ou na exploração do trabalho assalariado. A reestruturação do sistema produtivo e as novas formas de organização do trabalho pautam-se pela disciplinarização da mão de obra, consolidação do princípio da autogovernabilidade e adaptação dos indivíduos às coerções de mercado. A construção política de esferas mercantis, de modo a estimular a privatização e intensificar a concorrência, apresenta-se como solução para diminuir os custos de funcionamento dos serviços públicos e para aumentar a produtividade dos assalariados em geral (DARDOT; LAVAL, 2016a).

A reestruturação produtiva e as reformas político-econômicas neoliberais, articuladas a construção e consolidação de um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária, impulsionaram uma série de transformações sócio-históricas que atingiram as mais diversas esferas do ser social. A proliferação de políticas de cunho economicistas e privatistas, sobretudo a partir da década de 1980, alterou a lógica de funcionamento dos Estados nacionais e subordinou a força de trabalho à lógica de valorização do capital. O processo de modernização capitalista em voga no século XXI, associadas às políticas de austeridade fiscal e as estratégias de crescimento econômico, provocou a subordinação das empresas estatais e dos serviços públicos - incluindo as atividades sociais que se encontram fora da esfera produtiva - à lógica de mercado. Conforme destaca Antunes (2008, p. 21), “os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência, etc., também experimentaram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da *mercadorização*, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público”. Isso se explica porque o Estado se tornou um receptor da agenda econômica global, conduzindo as reformas de modernização a favor do mercado e da concorrência generalizada. A racionalidade neoliberal, impregnada nas políticas e estratégias de crescimento econômico dos Estados nacionais, proporcionou a extensão da lógica mercantil para além da esfera do mercado e da produção industrial.

### **3.2 A produção de subjetividade pelo capitalismo globalizado**

A construção política de uma finança global regida pelo princípio da concorrência generalizada estruturou-se a partir da formação de um novo sujeito (neossujeito e/ou sujeito empresarial). A formação do sujeito competitivo e autogovernável tornou-se condição a construção de um novo modelo de governança no setor público e empresarial. A nova lógica de expansão do sistema capitalista, impulsionada pelo desenvolvimento de um novo aparato científico e tecnológico e pela intromissão da racionalidade neoliberal no setor produtivo e no âmbito das políticas públicas, abateu diretamente sobre o processo de formação da subjetividade. A categoria política de “boa governança” e a reestruturação do sistema produtivo se sustentou a partir de nova ordenação das atividades econômicas, das relações sociais, dos comportamentos e das subjetividades. Em função disso, torna-se importante explorar as seguintes questões: qual a relação entre capitalismo e produção da subjetividade? Como os processos de subjetivação capitalista organizam a subjetividade na atualidade? Quais

os equipamentos utilizados pelo Capitalismo Mundial Integrado (CMI) para produção de novos modos de subjetivação? Por que determinada produção de subjetividade se faz presente e outra não?

### 3.2.1 Formação histórica da subjetividade capitalística

A subjetividade na contemporaneidade tornou-se a nova matéria-prima do modo de produção capitalista. A indústria de base do capitalismo atual estruturou-se a partir da produção e modelização da subjetividade, ultrapassando o modelo de acumulação fordista, centrado no aumento da dimensão da fábrica e na produção em massa de mercadorias. As transformações políticas e técnico-científicas, inauguradas nas últimas décadas do século XX, possibilitaram ao sistema capitalista novos mecanismos de controle do desejo, cujas engrenagens estabeleceram novos padrões de dominação e exploração. O novo modelo de acumulação capitalista passou a produzir desejos, formas de subjetivação, de modo a transcender a sua tradicional função de produtor de mercadorias. Com o intuito de interpretar criticamente essa nova fase de expansão do sistema capitalista, o filósofo Felix Guattari (1930-1992) criou o conceito de produção da subjetividade capitalística, acrescentando o sufixo “ístico” à palavra capitalista. O conceito capitalístico permitiu analisar o controle exercido pela racionalidade capitalista em âmbito global, incluindo os países do “terceiro Mundo”, do capitalismo periférico e as chamadas economias socialistas. Esse agrupamento de diferentes sociedades no mesmo núcleo investigativo se sucedeu em função de que o filósofo percebia uma semelhança na maneira de produzir e conduzir a economia e a subjetividade dos indivíduos (GUATTARI, ROLNIK, 1996; BRITTO, 2008; CAMARGO, 2014, HARVEY, 2014).

A expansão da racionalidade toyotista/neoliberal ultrapassou os limites políticos-territoriais e impulsionou o processo de homogeneização no que diz respeito à totalidade das atividades produtivas e das atividades da vida social em todo o planeta. A produção de uma subjetividade homogênea em âmbito global, por meio de mecanismos de captura dos desejos e de laminação e/ou opressão das singularidades individuais e espaciais, está associada à instauração do denominado *Capitalismo Mundial Integrado* (CMI). O capitalismo contemporâneo é mundial e integrado, segundo Guattari (1985, p. 211) “porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e

porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle”. A mundialização dos modos de produção capitalísticos não se reduz a disseminação de uma determinada representação ideológica, mas vincula-se a produção da subjetividade e a mobilização dos desejos. A subjetividade capitalística se desenvolve em conjunto com a formação de uma cultura de massa, consubstanciada e disseminada pelos equipamentos coletivos de enunciação. Os mecanismos de captura da subjetividade, articulados à grande máquina capitalista, provocam profundas mudanças no modo de pensar, interpretar, atuar e sentir o mundo.

O processo de subjetivação capitalista, conduzido em consonância com as transformações políticas, econômicas e culturais, é possível em razão do caráter processual, social e maquínico inerentes à subjetividade humana. De acordo com a teoria guattariana, a subjetividade é produzida, sobremaneira, na relação com diferentes “máquinas de expressão”, incluindo as grandes máquinas sociais, midiáticas e linguísticas. A produção da subjetividade, operada por equipamentos/mecanismos que formam a grande máquina social, exerce papel preponderante na atual fase de produção capitalista. Por conta disso, a subjetividade torna-se o principal referencial de análise para compreender as metamorfoses desta fase do capitalismo. O novo modo de produção/acumulação capitalista teria poucas chances de crescimento e expansão no cenário mundial se não houvesse o processo de captura de miniprocessos de desejo e da liberdade de singularização. O Capitalismo Mundial Integrado (CMI), responsável pela reestruturação do papel do Estado e remodelagem das forças produtivas e da vida social, é composto por mecanismos de poder que se disseminam em todos os níveis da pirâmide social, atingindo tanto o nível dos opressores, quanto dos oprimidos. As engrenagens de produção da subjetividade capitalística são impulsionadas pelos sistemas de informação e manipulações psicológicas em grande escala, direcionadas pelos meios de comunicação de massa. Esses mecanismos permitem que as classes dominantes assegurem um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e a vida social. A adequação da subjetividade aos interesses do capitalismo pós-industrial decorre de um intenso processo de produção e/ou apoderamento do desejo, realizado por meio de ações que estimulam a internalização de uma noção de cultura, denominada de cultura-mercadoria, voltada ao consumo e a lógica de mercado.

Aos meios tradicionais de coerção direta, o poder capitalista não para de acrescentar dispositivos de controle que requerem, se não a cumplicidade de cada indivíduo, pelo menos seu consentimento passivo [...] E no funcionamento de base dos comportamentos perceptivos, sensitivos, afetivos, cognitivos, linguísticos, etc., que

se engasta a maquinaria capitalística, cuja parte desterritorializada ‘invisível’ e, sem dúvidas, a mais implacavelmente eficaz. Não podemos aceitar as explicações teóricas da alienação das massas a partir de uma engambelação ideológica qualquer ou de uma paixão coletiva masoquista. O capitalismo se apodera dos seres humanos por dentro. Sua alienação pelas imagens e ideias é apenas um dos aspectos de um sistema geral de servomecanismo de seus meios fundamentais de semiotização, tanto individuais quanto coletivos. Os indivíduos são ‘equipados’ de modos de percepção ou de normalização de desejo, da mesma forma que as fábricas, as escolas, os territórios [...] O capitalismo pretende se apoderar das cargas de desejo que a espécie humana traz em si. É por intermédio do servomecanismo maquínico que ele se instala no coração dos indivíduos (GUATTARI, 1985, p. 205-206).

A adaptação dos indivíduos a certo tipo de relação social e de vida cultural ocorre porque a subjetividade é produzida no âmbito social. Para compreender a relação existente entre sociedade/cultura-mercado e formação da subjetividade faz-se necessário adentrar no conceito de máquina, desenvolvido e amplamente explorado por Guattari em sua obra. Isso porque, segundo afirma o filósofo francês (1988, p. 155), “o sujeito e a máquina são indissociáveis um do outro. Entra uma parte de subjetividade no seio de todo agenciamento material. E, reciprocamente, entra uma parte de sujeição maquínica no seio de todo agenciamento subjetivo”. A sociedade comporta diferentes tipos de máquinas que atuam diretamente e/ou indiretamente na formação da subjetividade. Dentre os grupos mais trabalhados pelo filósofo, destacam-se as máquinas técnicas, as sociais e as abstratas. As máquinas técnicas dizem respeito as máquinas construídas pelo homem, a exemplo das tecnologias vinculadas aos meios de transporte, computadores, meios de comunicação, dentre outras. As máquinas sociais abrangem tanto o disciplinamento do corpo, quanto sua subjetivação, como é o caso das escolas, hospitais, igrejas e prisões. Por fim, destaca-se as máquinas abstratas, vinculadas aos mais variados sistemas de signos, incluindo as línguas, leis, músicas e outros sistemas e símbolos que permitem a comunicação. Nesses termos, o conceito de máquina se insere tanto no campo corporal, da materialidade tecnológica, quanto no campo incorporal ou invisível. (GUATTARI, 1993; CAMARGO, 2014; BRITTO, 2008).

As máquinas nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou agenciamento. A interação entre os diferentes tipos de máquinas permite uma processualidade com o mundo tanto físico/corporal, quanto invisível/incorporal. Esse cruzamento maquínico é responsável pelo aperfeiçoamento das máquinas técnicas e, concomitantemente, pela abertura dos mecanismos materiais e coletivos aos mais variados agenciamentos com os seres humanos. Assim sendo, a subjetividade não é representada por estruturas universais, mas é constituída no contexto social, por meio da interação com inúmeras máquinas. Isso é possível porque a teoria guattariana concebe a subjetividade, o desejo e o inconsciente como máquinas e/ou

processualidades. Esse caráter processual e dinâmico da subjetividade possibilita às máquinas concretas (técnicas, territorializadas, corporais, tecnológicas) interferirem diretamente no processo formativo dos sujeitos sociais. As máquinas territorializadas (técnicas) acompanham a humanidade desde seus primórdios, quando o homem inventou os primeiros instrumentos e ferramentas. Na história recente, no que diz respeito ao início da modernidade e, posteriormente, com o surgimento do capitalismo industrial, as máquinas passaram a ter um papel mais destacado na formação da subjetividade e na história humana. Mas, conforme salienta Britto (2008, p. 79), “apenas no capitalismo pós-industrial, com o advento de máquinas de alta tecnologia, da informática, robótica e telemática, que elas adquirem um espantoso poder e influência na subjetividade”.

A sofisticação tecnológica passa a literalmente agenciar as relações humanas e promover o surgimento de uma relação mais intensa entre o ser humano e as máquinas territorializadas. As máquinas técnicas, responsáveis pelo surgimento de novos agenciamentos maquínicos de corpos (nova relação homem/máquina) e pelo aperfeiçoamento dos agenciamentos de enunciação, passam a serem percebidas como parte do universo subjetivo. A subjetividade se articula em uma plataforma de complementaridade e de submissão/dependência em relação em relação à máquina territorializada. Ao mesmo tempo em que as máquinas expandem os sentidos e as ações humanas, os conteúdos da subjetividade dependem, cada vez mais, de uma infinidade de sistemas maquínicos. A relação de continuidade do corpo humano com as máquinas tecnológicas, cujos mecanismos possibilitam a subjetividade interagir com o mundo de uma forma inteiramente diferente, compreende o nível dos agenciamentos maquínicos. As máquinas tecnológicas, entendidas como agenciamentos, mantêm uma relação direta com o sujeito, de modo a estender as faculdades sensoriais da subjetividade. Estas constatações, segundo salienta Britto (2008, p. 83) “vêm a reforçar o conceito de subjetividade enquanto produção, enquanto fabricação junto à materialidade do mundo e as experiências concretas no mundo. Estas máquinas se organizam como sistemas maquínicos, como processos maquínicos, explícitos que concorrem para a produção de subjetividade”.

A produção da subjetividade na relação com as máquinas tecnológicas não se estabelece apenas de forma direta, via agenciamentos maquínicos. A relação da subjetividade com a máquina tecnológica se apresenta também de forma indireta, vinculando-se ao papel das máquinas como veículos de transmissão de agenciamentos coletivos de enunciação. Na interpretação de Britto (2008, p. 85), “o nível indireto contempla as máquinas enquanto intermediárias, enquanto veículos da propagação ou da reprodução dos enunciados coletivos

tais como as modelizações subjetivas, ideais políticos e comportamentos”. Destacam-se, especialmente, os agenciamentos judicial, familiar, escolar e as máquinas tecnológicas de comunicação e/ou máquinas midiáticas. Este nível representa um papel ativo na produção de subjetividades. O agenciamento coletivo de enunciação se refere aos diferentes fatores que se agenciam à subjetividade e conseqüentemente produzindo-a. Assim como as máquinas tecnológicas são produzidas por intermédio de agenciamentos mecânicos, a construção da subjetividade está associada aos diferentes agenciamentos coletivos de enunciação. Esses agenciamentos estão diretamente voltados à produção do desejo, de modo a levar a subjetividade a estabelecer relações com o mundo exterior. A produção do desejo ocorre com o auxílio de “máquinas de expressão” e/ou processos de expressão, formadas no âmbito social e coletivo por diferentes vozes e vetores de enunciação (GUATTARI, ROLNIK, 1996).

As máquinas ganham importância cada vez maior no processo de produção da subjetividade, tornando-se fiéis aliadas da nova lógica de produção capitalista. O ambiente social e cultural - campo de disputa onde se produzem os desejos e a subjetividade - se encontra cada vez mais adjacentes aos processos maquínicos. Nesse sentido, a produção da subjetividade não se limita a internalização de valores concernentes a família e aos costumes locais, mas sofre forte influência dos enunciados acessados por meio dos novos equipamentos tecnológicos e disseminados pelas tecnologias de informação e meios de comunicação de massa. Esses equipamentos coletivos possibilitam uma variedade de possibilidades de vida, de cultura e de experiências que praticamente teleguiam e codificam as condutas, os comportamentos, as atitudes e os sistemas de valor. Os agenciamentos coletivos de enunciação, constituídos com o auxílio das máquinas tecnológicas, visam a objetivação dos desejos, de forma a adaptá-los à cultura do consumo e da competitividade. Por isso, a nova lógica de produção capitalista, denominada de pós-industrial, é estudada principalmente sob a ótica da produção de desejos. A captura dos desejos pelos aparelhos tecnológicos possibilita o confinamento e a modelização da subjetividade, de modo a atender aos interesses das classes dominantes e do capital internacional. Na interpretação de Guattari e Rolnik (1996, p. 39), é “através dessa produção de subjetividade capitalística que as classes e castas que detém a poder nas sociedades industriais tendem a assegurar um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e de vida social”.

O sistema capitalista estrutura-se, fundamentalmente, sob a produção do poder subjetivo. Isso é possível porque a subjetividade não se situa no campo individual, mas se constitui por intermédio da interação com os diferentes tipos de máquinas. A subjetividade se relaciona diretamente e/ou indiretamente com os sistemas maquínicos territorializados nas

tecnologias. Os desejos são constituídos, de forma maquínica/processual, com o auxílio das máquinas, tão presentes na vida cotidiana no capitalismo pós-industrial. Sobre essa problemática, Camargo (2014, p. 75) afirma que “o homem é uma máquina que forma com outras inúmeras máquinas uma engrenagem que coloca em funcionamento a gigantesca máquina capitalística”. O constante aperfeiçoamento das máquinas tecnológicas viabilizou a construção de novos modos de produção e a instauração de um Capitalismo Mundial e Integrado. A expansão da lógica de mercado e a adaptação dos indivíduos ao princípio da concorrência, imanente a nova lógica de acumulação capitalista, tornaram-se possíveis em razão da evolução dos equipamentos de enunciação, em especial da mídia de massa e a publicidade. Os agenciamentos de enunciação concorrem para apresentar modelos de subjetividade, interferindo diretamente nos níveis mais íntimos da existência humana.

A mídia de massa serve ao propósito de divulgadora dos discursos laminadores do sistema, tornando-se o principal veículo de modelização e adaptação da subjetividade aos interesses do capital. Com o advento da informática e dos meios de comunicação de massa, nas últimas décadas do século XX, as máquinas tecnológicas se apossaram completamente das relações que compõe a subjetividade humana. Os componentes midiáticos ganham relevância no processo de modelização e propagação de uma subjetividade serializada, denominada por Guattari de subjetividade capitalística. Por conta disso, Guattari considera os meios de comunicação/informação de massa como os principais responsáveis pela posição de destaque que a subjetividade ocupa no capitalismo pós-industrial. A produção da subjetividade capitalística como instrumento do capital é concebida, na sociedade contemporânea, como “mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até do que o petróleo e as energias” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 26). No contexto do Capitalismo Mundial e Integrado, a subjetivação capitalística se propagou, na maior parte das vezes, a serviço das classes dominantes mais retrógradas das sociedades. Pela via da produção da subjetividade, o capitalismo tornou-se um bom exemplo de sistema permanente de reterritorialização (BRITTO, 2008; CAMARGO, 2014).

### 3.2.2 A modelização da subjetividade pelo processo de reterritorialização capitalista

Nas sociedades pré-capitalistas o desejo estava diretamente ligado a estruturas relativamente estáveis, a exemplo da família, da profissão, das castas e das classes. A forma de conceber a produção do desejo e, conseqüentemente, da subjetividade mudou significativamente em razão do desenvolvimento e aperfeiçoamento das máquinas

tecnológicas. O constante aperfeiçoamento das máquinas técnicas e o surgimento dos equipamentos de enunciação permitiram a reestruturação do sistema produtivo e a disseminação de uma nova racionalidade político-econômica. Essas transformações deram origem a novos modos de produção capitalistas ancorados, sobremaneira, a intensos processos de desterritorialização e reterritorialização. A racionalidade em vigor no mundo capitalista tem desfeito os antigos territórios do Ego, da família, da profissão, da etnia e das classes sociais. O modo de produção capitalista contemporâneo alavancou uma intensa transformação dos processos materiais e a desterritorialização de todas as formas de produção, quer se trate da produção social ou da produção desejante. Para Guattari (1985, p. 171), “os novos modos de produção, a instauração de um Capitalismo Mundial Integrado, tendem inexoravelmente para a destruição das antigas estruturas territorializadas dos agenciamentos inconscientes”.

O processo de reterritorialização capitalista não está articulado a formas de repreensão de caráter meramente autoritário, por serem consideradas insuficientes. A recomposição dos territórios pelo sistema capitalista acontece por meio da disseminação de seus próprios modelos de desejo. O desafio do novo modo de acumulação capitalista é fazer com que as massas que ele explora os interiorizem, de modo a adaptá-las às novas exigências de produção e à cultura do consumo. Esse processo permite ao capital manipular a subjetividade de acordo com os interesses das classes dominantes. Nessa perspectiva, a reterritorialização da subjetividade pelo sistema capitalista produz nos indivíduos, com o auxílio das máquinas tecnológicas, a necessidade de pertencimento a uma determinada cultura, para que se incorporem completamente aos interesses dominantes. O desejo de pertencimento possibilita a realização plena da subjetivação capitalística e, concomitantemente, do processo de reterritorialização pelos valores capitalistas. Com isso surge uma relação de equivalência entre o capital e a cultura. Os modos de produção capitalísticos dependem do controle da subjetivação exercido pela cultura. É no ambiente cultural que se moldam os desejos segundo os interesses capitalistas. A essência do lucro capitalista não se reduz ao campo da mais-valia econômica, mas está também relacionada à tomada de poder da subjetividade. Esse controle do elemento subjetivo, indispensável ao lucro capitalista, está ligado à necessidade de internalização pelos sujeitos de uma determinada ordem cultural. Essa aliança entre capital e cultura Guattari denominou de *cultura de equivalência* (GUATTARI, ROLNIK, 1996, P. 16).

É importante salientar que a palavra cultura obteve vários sentidos no decorrer da história, sendo assim denominados: cultura valor; cultura-alma coletiva; e, cultura-mercadoria. A primeira, considerada a mais antiga, diz respeito à distinção entre “o ter e o não

ter” cultura. Nesse caso, somente possui cultura o sujeito que pertence a meios cultos, podendo citar como exemplo a internalização, por intermédio da experiência particular, da cultura clássica, da cultura científica, da cultura artística, dentre outras. A cultura-alma coletiva, elaborada com desenvolvimento da antropologia no final do século XIX, está relacionada à multiplicidade de identidades culturais. O universo cultural não é seletivo (“ter ou não ter”), mas plural. A cada alma coletiva (os povos, as etnias, os grupos sociais) será atribuída uma cultura. O terceiro núcleo semântico envolve uma noção de cultura aliada aos interesses da classe dominante, denominada também de *cultura de massa*. Esse núcleo refere-se a uma noção de cultura que se produz, se reproduz e se modifica constantemente ao ritmo do modo de produção capitalista, disseminando novas percepções de mundo, desejos e objetos de consumo. A cultura-mercadoria é mais objetiva e dinâmica, pois visa, segundo salienta Guattari e Rolnik (1996, p. 19), “produzir e difundir mercadorias culturais, em princípio sem levar em consideração os sistemas de valor distintivos do nível A (cultura·valor) e sem se preocupar tampouco com aquilo que eu chamaria de níveis territoriais da cultura, que são da alçada do nível B (cultura·alma)”.

A cultura de massa tornou-se o elemento fundamental da produção da subjetividade capitalística. Isso procede em função de que esse núcleo cultural se constitui a partir da produção de indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores e sistemas de submissão. A grande máquina capitalista requer a (re) produção de um modelo de subjetividade aliado aos ideais produtivistas e consumistas. A lógica de produção capitalística, aliada ao processo de mercadorização da cultura, se empenhou em produzir um novo sujeito e explorar novos territórios subjetivos – incluindo, os indivíduos, as famílias, os grupos sociais, as minorias – com vistas a objetivar e/ou manipular a produção de desejos e aniquilar possíveis iniciativas de produção da subjetividade individuada. Sobre o vínculo entre produção cultural e capital, Guattari e Rolnik (1996, p. 20) afirmam: “cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem o que eu chamaria de um mercado geral de poder”. A (re) produção da cultura do consumo e do produtivismo foram realizadas, sobremaneira, pelos meios de comunicação de massa. Por meio desses equipamentos de enunciação foi possível gerar uma cultura com vocação universal, viabilizando a confecção de uma força coletiva de trabalho e de controle social.

O inconsciente moderno é constantemente manipulado pelos equipamentos coletivos, em especial, pelos meios de comunicação. Com o advento dos meios de comunicação de massa, as máquinas técnicas conseguiram ultrapassar o poder subjetivante das máquinas sociais. O processo de desterritorialização e reterritorialização, impulsionado pela máquina capitalista, conseguiu penetrar, de alguma maneira, em todas as sociedades e culturas em âmbito mundial. Os equipamentos de comunicação produzem o desejo de pertencimento a uma determinada cultura, indispensável à realização da subjetivação capitalística. Se não há essa captura dos miniprocessos do desejo, as máquinas produtivas capitalísticas não funcionam adequadamente segundo os interesses dominantes e à lógica de mercado. Por isso, saber lidar com a produção do desejo, segundo Guattari e Rolnik (1996, p. 129), “é uma das grandes superioridades da produção da subjetividade: chegar através da mídia, através de uma série de sistemas muito complexos a fazer esta espécie de recuperação permanente dos microvetores de subjetivação singular”. Em razão do forte potencial de subjetivação, a mídia tem se constituído no principal instrumento de reterritorialização segundo os valores capitalistas.

O objetivo da produção da subjetividade capitalística é reduzir tudo a uma tabula rasa. Os meios de comunicação de massa influem no processo de subjetivação, podendo despertar os sujeitos tanto para a emancipação e/ou singularização, quanto para a homogeneização. Porém, ao colocá-los a serviço do Capitalismo Mundial e Integrado a tendência é contribuir para a homogeneização e não para a heterogênese. Isso ocorre porque o modo de produção capitalista, em seu intenso processo de globalização, sempre se guiou por uma ideia de laminação de todas as diferenças ou asperezas das subjetividades. Para Guattari e Rolnik (1996, P. 35), “alguns modos de referência subjetiva, modos de produção de subjetividade, foram literalmente varridos do planeta com a ascensão dos sistemas capitalistas. Pode-se dizer que há um movimento geral de desterritorialização das referências subjetivas”. Os modos de produção da subjetividade capitalística, consubstanciados pelo Capitalismo Mundial Integrado, tem provocado a destruição de territórios como a cultura, os sistemas ideológicos, a religião, a etnia, as identidades nacionais, dentre outras. O fim dos territórios provocados pelo capitalismo pós-industrial alia-se ao processo de reterritorialização nas formas de poder dominante, gestadas com o auxílio das máquinas tecnológicas e equipamentos de enunciação.

Os referências culturais e subjetivos, que antes estavam restritos a determinados territórios, encontram-se em vertiginosa deriva e mesmo em total destruição no contexto do capitalismo pós-industrial. Diante dessa problemática, é válido salientar que o

aperfeiçoamento científico e tecnológico, impulsionado, sobretudo, a partir de meados do século XX, conferiu uma maior autonomia à subjetividade em relação à sociedade. A subjetividade não se encontra mais restrita a um determinado território, permitindo aos sujeitos transcenderem os referenciais inerentes ao espaço geográfico e cultural a que pertencem. Porém, a construção de uma subjetividade singularizada é estrategicamente combatida pelos equipamentos de enunciação agenciados pelo Capitalismo Mundial Integrado. A classe capitalista utiliza-se desse potencial desterritorializante, possibilitado pelas máquinas tecnológicas, para reterritorializar sob os valores da cultura-mercadoria. Nesse processo são varridas as tradições milenares de certo tipo de relação social e de vida cultural e rejeitada a produção de subjetividades singulares. “A tendência atual é igualar tudo através de grandes categorias unificadoras e redutoras - tais como o capital, o trabalho, um certo tipo de assalariamento, a cultura, a informação etc. -, que impedem que se dê conta dos processos de singularização” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 40).

A abertura de territórios, viabilizado pelas máquinas tecnológicas e impulsionados, sobremaneira, pelo capitalismo pós-industrial, tem provocado a extinção de modos de referência subjetiva. O intenso processo de desterritorialização, responsável pelo enfraquecimento e/ou destruição dos modos de vida tradicionais, abre espaços a produção da subjetividade capitalística. Esse processo de subjetivação acontece por meio de mecanismos de reterritorialização, processados sob o controle do sistema capitalista. A recomposição de um território, sujeito ao processo desterritorializante, se dá a partir de intenso esforço por parte das classes capitalistas em recuperar o controle da produção das relações sociais. O domínio social, a nível micropolítico e macrossocial, requer o desenvolvimento de mecanismos que promovam alterações no elemento subjetivo. Para Guattari e Rolnik (1996, p. 26), “tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas”.

O movimento de reterritorialização, emergido nas últimas décadas do século XX, visa impedir que a desterritorialização escape à lógica burguesa. A reterritorialização pelo viés da subjetivação capitalística permite que as classes que detém o poder nas sociedades industriais assegurem um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e de vida social. É desde a infância que se instaura a máquina de subjetivação aos moldes capitalistas, produzindo e determinadas maneiras de pensar e atuar na sociedade. A produção da

subjetividade capitalística não se limita a transmissão de ideias e/ou enunciados significantes, mas estrutura-se a partir de sistemas de conexão direta entre, de um lado, as grandes máquinas de controle social e, de outro, as instâncias psíquicas e a maneira de compreender o mundo. “A ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto, etc. Ela incide nas montagens da percepção, da memorização, ela incide na modelização das instâncias intrassubjetivas” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 42).

Esse processo de subjetivação propõe imagens de referência capazes de levar os sujeitos a se questionarem sobre a sua existência, gerando-lhes sentimentos de culpa por não corresponderem aos modos de vida agenciados coletivamente. Os mecanismos de produção capitalista dão certa consistência subjetiva aos sistemas de valores das elites, abrindo um campo de valorização social, onde os diferentes indivíduos terão que se situar. Além da *culpabilização*, a necessidade de interiorização dos valores majoritariamente aceitos tem gerado a *segregação* aos modos de valorização do desejo não atentos à cultura-mercadoria e a todos os modos de valorização das singularidades. A culpabilização e a segregação sofrida pelos indivíduos dá origem ao terceiro mecanismo de reterritorialização: a *infantilização*. Essa corresponde, por sua vez, a perda de autonomia dos indivíduos, decorrente do intenso controle social - exercido, sobretudo, pelos equipamentos de enunciação e pelo Estado - que os impedem de pensar, organizar a produção e a vida social para além da lógica produtivista e mercantil. Associando-se a manipulação exercida pelos meios de comunicação de massa, o Estado constitui um dos elementos essenciais da subjetividade capitalística. Isso porque, todo tipo de troca econômica, produção cultural ou social tende a passar pela mediação do Estado, enquanto financiador e promotor de políticas públicas (GUATTARI, ROLNIK, 1996; CAMARGO, 2014).

O processo de reterritorialização capitalista põe em prática um intenso sobrepujamento da subjetividade capitalística em relação a toda subjetividade singularizada. O Capitalismo Mundial e integrado conduz uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade serializada e nivelada em escala mundial. A laminação e homogeneização da subjetividade, impulsionada principalmente pelos meios de comunicação de massa, tendem a amassar os processos de vida social em sua riqueza e diferenciação, produzindo indivíduos iguais e processos empobrecidos. A ordem capitalística, segundo afirmam Guattari e Rolnik (1996, p. 42), “produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, dentre

outros”. Os mecanismos de modelização subjetiva impõe o racismo contra tudo àquilo que não repõe ao idêntico e/ou não se enquadra ao modelo de produção e à cultura de massa, de modo a sabotar todo e qualquer movimento de criação da existência. A difusão da subjetividade capitalística dominante provocou o desabamento de todas as antigas territorialidades existenciais e dos enquadres ideológicos e a ascensão de reterritorializações fanáticas, tais como a do mito do mercado mundial (GUATTARI, ROLNIK, 1996; GUATTARI, 1985; GUATTARI, 1993; BRITTO, 2008).

A apropriação da produção de subjetividade pelo capitalismo esvaziou todo o conhecimento da singularidade. A subjetivação capitalística prevê a eliminação de processos de singularização, por intermédio de mecanismos opressores das singularidades e laminadores de qualquer aspereza diferencial no tecido social e nos modos de existência. Essa produção de subjetividade serializada e homogeneizada constitui-se matéria prima de toda e qualquer produção. Isso porque, o novo modelo de produção capitalista, que colonizou o planeta nas últimas décadas, tende a fazer com que nenhuma atividade humana e nenhum setor de produção fiquem fora do seu controle. A subjetividade capitalística se produz tanto ao nível dos opressores, quanto dos oprimidos, remodelando-os de acordo com o princípio da concorrência. O controle do elemento subjetivo, com o intuito de adaptar os indivíduos à cultura do consumo e à lógica de mercado, tem provocado o esfacelamento das relações sociais e a precarização das condições de trabalho. O que interessa a subjetividade capitalística não é o processo de singularização, mas instaurar processos de individuação. As singularidades são desmanchadas pelas pressões exercidas pela racionalidade capitalista, levando os indivíduos a se organizarem segundo padrões universais. Esse processo tem formado meros indivíduos, individualistas e competitivos, autogovernáveis e flexíveis, aptos a atuarem no novo contexto cultural e produtivo, consumista e produtivista, controlado pelo princípio da concorrência exacerbada e universal (GUATTARI, ROLNIK, 1996; GUATTARI, 1985; DARDOT, LAVAL; 2016b; ARAÚJO, 2002).

### **3.3 A captura da subjetividade do trabalhador pela máquina capitalista neoliberal**

A máquina capitalista contemporânea, calcada, sobremaneira, na produção e/ou manipulação da subjetividade, proporcionou alterações nas condições de trabalho e a formação do sujeito neoliberal (neossujeito/sujeito empresarial). O processo de subjetivação capitalística emerge de um conjunto de mudanças imanentes ao modo de produção capitalista

pós-industrial, a saber: a reestruturação do sistema produtivo (flexibilização/toyotismo), a expansão de um novo modelo de “governança” no setor público e empresarial e o desenvolvimento de uma cultura-mercadoria. A nova configuração do Estado e as transformações nos padrões de produção e de consumo, constituídos a partir de meados do século XX, são fatores aliados à racionalidade neoliberal. A flexibilização dos métodos de produção e das relações contratuais, a expansão da lógica de mercado e a produção de desejos, impulsionados em razão do aperfeiçoamento das máquinas tecnológicas, têm provocado a manipulação e a adaptação da subjetividade aos interesses do capital. A instabilidade contratual, o medo do desemprego e a individuação e/ou responsabilização pelo desempenho, decorrente do novo modo de acumulação capitalista, sujeitaram os trabalhadores à lógica da concorrência e à ritmos mais intensos de trabalho. A captura da subjetividade pela racionalidade neoliberal, a fim de torná-los aptos ao grande circuito de produção e de consumo, produz sujeitos dóceis ao trabalho, flexíveis, empreendedores, capazes de governar a si próprios enquanto indivíduos responsáveis.

### 3.3.1 A “liberdade” como mecanismo de controle sobre a força de trabalho

As relações de trabalho no contexto da acumulação flexível refletem as transformações no processo produtivo ocorridas em âmbito global, provenientes da reestruturação produtiva, da disseminação das políticas neoliberais e da integração econômica. A nova ofensiva do capital sobre a produção, impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico (a exemplo da microeletrônica e do ciberespaço) e, principalmente, pelas determinações políticas de caráter neoliberal, promoveram alterações importantes na forma de ser (subjetividade) dos trabalhadores assalariados. A investida tecnológica e as determinações políticas, conexas a atual fase de desenvolvimento do capitalismo, deram origem a um conjunto de transformações que afetam fortemente a economia, incluindo a formação de blocos econômicos, o fenômeno da globalização, a liberalização dos mercados, a competição intercapitalista e a derrocada do Welfare State. Essas alterações na estrutura política, econômica e ideológica do capitalismo, projetadas em favor da privatização e da expansão da lógica de mercado, deram origem a uma nova relação entre o capital e o trabalho, diferente e/ou oposta àquela imanente ao período fordista/keynesiano. A racionalidade neoliberal pressupõe formas de captura da subjetividade do trabalhador e sua submissão à lógica do capital. Enquanto no período do taylorismo/fordismo, o elemento subjetivo na produção do capital era meramente formal

(trabalhador passivo/disciplinamento da força de trabalho), com o advento do toyotismo e da racionalidade neoliberal, o capital busca capturar a subjetividade do trabalhador de forma integral (trabalhador ativo/engajamento intelectual e moral) (ALVES, 1999; ANTUNES, ALVES, 2004; COSTA, 2005).

O processo de subjetivação capitalística, operada pelo Capitalismo Mundial e Integrado (CMI), permite o aprofundamento do controle social e a consequente adequação dos trabalhadores à nova lógica de produção capitalista. Essa produção da subjetividade está profundamente marcada por vetores heterogêneos que são preeminentes sociais. A máquina capitalista coloca em funcionamento um conjunto de mecanismos de modelização subjetiva, incluindo: os equipamentos sociais, os meios de comunicação de massa, as reformas e políticas implementadas pelos Estados- Nação, as estratégias de *accountability*, a cultura e/ou tecnologia da performatividade e demais métodos psicológicos de adaptação. Na interpretação de Guattari e Rolnik (1996, p. 39), “uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo”. Nas últimas décadas, o processo de captura e adequação da subjetividade aos interesses do capital tem sido capitaneado pela racionalidade neoliberal. O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia partidária e/ou um modelo político-econômico, é uma racionalidade, o que lhe permite criar novos desejos e modos/modelos de vida, transformar os valores culturais, estabelecer novos ritmos de trabalho e impor novos rumos às políticas públicas, interferindo diretamente sobre todas as esferas da existência humana.

O neoliberalismo é a própria razão do capitalismo contemporâneo, que organiza a ação dos governantes e a conduta dos governados. Ele é composto por sistemas de normas, vinculados à lógica de mercado, profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais e nos estilos gerenciais. A racionalidade neoliberal visa estender a lógica do mercado para além das fronteiras estritas do mercado, de modo a produzir uma subjetividade contábil e financeira. Essa nova subjetividade, cuja produção está aliada a criação da concorrência sistemática entre os indivíduos, é a forma mais acabada da subjetivação capitalista. A generalização da concorrência como norma de conduta exige uma melhor performance/desempenho do indivíduo no ambiente de trabalho. Com isso, a razão capitalista dispõe de estratégias para responsabilizá-los pelas suas dificuldades e fracassos no âmbito financeiro e profissional, eximindo o Estado dos compromissos referentes à proteção social. O neoliberalismo “teve consequências importantes nas condutas efetivas dos

indivíduos, incitando-os a ‘cuidar deles mesmos’, a não contar mais com a solidariedade coletiva e a calcular e maximizar seus interesses, perseguindo lógicas mais individuais num contexto de concorrência mais radical entre eles” (DARDOT, LAVAL, 2016a, p. 243).

O sistema capitalista neoliberal visa impor ao quadro político do Estado projetos e ações que fazem da concorrência a lei da economia nacional. A revolução da informática e da comunicação, combinadas com as políticas de caráter economicistas e privatistas, transformaram a lógica da produção e, conseqüentemente, o modo de vida do trabalhador. A lógica de produção capitalista pós-industrial, fundamentada nos conceitos de flexibilidade e concorrência, afetou profundamente o comportamento das empresas, os direitos trabalhistas e, sobretudo, a relação do sujeito consigo mesmo. Em matéria de relação social, o processo de desregulamentação que, nas últimas décadas, deu asas a imaginação do mercado, tornou a concorrência a norma do sistema capitalista e o sentido da existência do trabalhador. Nos marcos da mundialização com dominância financeira, o trabalho pela via do produtivismo engessa o potencial criador da subjetividade humana: vive-se para trabalhar, fazendo da concorrência a energia necessária para manter-se vivo no trabalho. O sujeito que não submeter-se às regras impostas pela racionalidade neoliberal estará fadado ao fracasso profissional, pessoal e existencial. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 202) o capitalismo se organizou sobre novas bases, “cuja mola é a instauração da concorrência generalizada, inclusive na esfera da subjetividade. O que aprouve chamar de “desregulamentação” [...] é na realidade uma nova ordenação das atividades econômicas, das relações sociais, dos comportamentos e das subjetividades”. Nesse contexto, o sistema capitalista delegou aos Estados a missão de reforçar e expandir a concorrência nos mercados, por meio de políticas e estímulos mercantis com o intuito de expandir a produtividade, reduzir os custos de produção e encaminhar a formação de um novo sujeito-trabalhador.

A máquina capitalista trabalha com a formação de indivíduos mais ativos, “protagonistas de suas escolhas” e responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional. O princípio da “liberdade de escolha” não passa de uma estratégia adotada pelo neoliberalismo para disciplinar a força de trabalho. A disciplinarização não acontece por pura coerção dos corpos, mas mediante a captura e orientação dos desejos. Essa estratégia neoliberal de promoção da “liberdade de escolher” consiste em dirigir indiretamente a conduta dos indivíduos, estimulando-os para que busquem seus interesses como se fosse seu dever. Segundo Dardot e Laval (2016a, p. 216), “a ‘liberdade de escolher’ identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional,

regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha “com toda a liberdade” o que deve obrigatoriamente escolher para seu próprio interesse”. A disciplinarização pela estratégia da “liberdade de escolha” torna-se produtiva para o capital em função de que os interesses individuais, transformados em “dever de escolha”, estão atrelados aos anseios dominantes por maiores níveis de produtividade, acumulação e consumo. A reestruturação produtiva e as reformas político-econômicas, consubstanciadas pela racionalidade neoliberal, têm viabilizado a captura da subjetividade dos indivíduos de modo a adaptá-los às necessidades e exigências do mercado.

A estratégia neoliberal consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios (privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, ‘mercadorização’ de escola e hospital, solvência pela dívida privada) a ‘obrigação de escolher’ para que os indivíduos aceitem as situações de mercado tal como lhes é imposta como ‘realidade’, isto é, como única ‘regra do jogo’ e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida (DARDOT, LAVAL, 2016a, p. 216).

A “liberdade de escolher” está atrelada à capacidade de cálculo e de governar a si próprios como indivíduos responsáveis. O espírito toyotista, a redução das políticas de proteção social e a expansão da lógica de mercado, pela via da privatização e comercialização dos serviços públicos, têm exigido um melhor desempenho individual e responsabilizado aqueles que fugirem ao princípio da acumulação financeira. A captura da subjetividade pela racionalidade neoliberal leva o indivíduo a gerir sua vida sob o prisma da autorresponsabilização e da independência em relação à sociedade. O novo modelo de acumulação capitalista torna-os submissos, por intermédio da própria razão, à lógica da competitividade e do produtivismo. O princípio da “liberdade de escolha” zela pela independência em relação aos serviços do Estado. Para os neoliberais, os indivíduos livres são aqueles que governam a si próprios segundo as leis do mercado capitalista, ao passo que os desempregados e aqueles que dependem dos serviços do Estado são tidos como preguiçosos e/ou fracassados. Os indivíduos são livres para escolher, por isso os desempregados devem ser responsabilizados pelos seus fracassos. O próprio thatcherismo, segundo Dardot e Laval (2016a, p. 220), “explorou largamente o script da culpa individual, desenvolvendo a ideia de que a sociedade não deveria nunca mais ser considerada responsável pela sorte dos indivíduos”.

A forma mais fácil de reduzir os gastos sociais tem sido culpar os desempregados e aqueles que dependem da coletividade. Para isso, pôs-se em funcionamento o princípio de divisão entre os trabalhadores bem sucedidos, denominados de bons e sérios, e os desempregados e/ou aqueles que não conseguiram “dar a volta por cima”. Esses últimos são considerados fracassados por sua própria culpa. As estratégias de discriminação e culpabilização dos trabalhadores em condições vulneráveis surgem em função de que os neoliberais julgam como exorbitantes e intoleráveis os custos da proteção social e dos serviços públicos. Para eles, a indenização dos desempregados equivale a criar armadilhas de desemprego. Diante desse contexto, a “liberdade de escolha” atribuída aos trabalhadores, por meio da captura da subjetividade, adéqua-os ao mercado competitivo e torna-os dóceis às condições de trabalho impostas pelo processo de flexibilização. De acordo com Dardot e Laval (2016a, p. 221) “trata-se de fazer do mercado de empregos um mercado muito mais conforme com o modelo de pura concorrência, não simplesmente por preocupação dogmática, mas para disciplinar melhor a mão de obra, ordenando-a pelos imperativos de recuperação da rentabilidade”.

No contexto neoliberal, a disciplinarização da mão de obra acontece por meio da responsabilização dos trabalhadores em razão das suas escolhas e do seu desempenho no mercado competitivo. Os indivíduos responsáveis são aqueles capazes de governar a si próprios no contexto marcado pela flexibilidade, competitividade e mudanças à curto prazo. As estratégias de disciplinarização, consubstanciadas com vistas a aumentar a produtividade e diminuir os custos de produção, são responsáveis pela intensificação e precarização das condições de trabalho. No entanto, a adequação da subjetividade aos padrões de consumo e à lógica da concorrência, consubstanciada pelo Capitalismo Mundial e Integrado, atinge as três diferentes categorias: as elites capitalistas, os trabalhadores “garantidos” e os “não garantidos”. Para Guattari e Rolnik (1996, p. 189), “essas três categorias participam de uma mesma maneira de dispor a ordem social, de uma mesma disciplinarização produtiva e mental - com relações de interiorização muito acentuadas da posição que cada uma ocupa em relação às outras”. As três categorizações se dobram à lógica capitalista: as elites em função do medo de cair na categoria dos não garantidos; os “garantidos” almejam ascender à elite, a fim de elevar os padrões de consumo e a acumulação financeira; e, os “não garantidos” idealizam os padrões de vida veiculados incessantemente pela mídia das elites.

### 3.3.2 A fábrica do sujeito neoliberal

O modelo de acumulação capitalista contemporâneo, cujas reformas têm priorizado a flexibilização da produção e do trabalho, a redução da proteção social e a expansão da lógica de mercado, requer a formação e a execução de uma nova norma subjetiva. A sociedade na era pós-industrial passa a ser concebida como uma empresa constituída de outras empresas. Essa expansão da lógica empresarial para todos os setores da sociedade, incluindo os serviços públicos e as atividades não mercantis, exige um novo tipo de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, descanso e lazer. A captura da subjetividade pela nova lógica de produção capitalista dá origem a um intenso processo de privatização e/ou empresariamento da própria existência do trabalhador, de modo a ampliar o desempenho individual e as relações de competição. A sujeição dos trabalhadores à lei da eficácia e à lógica da concorrência têm se intensificado, sobretudo, em razão do desmantelamento e flexibilização dos direitos do trabalhador. O medo do desemprego e o aumento da sensação de risco, provenientes da corrosão dos direitos trabalhistas e da redução dos investimentos sociais, submeteram os trabalhadores a um novo modelo de gestão do trabalho, preconizado pela racionalidade toyotista/neoliberal.

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. Foi nesse contexto de *medo social* que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a “naturalização” do risco do discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces da mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimentos muito maiores (DARDOT, LAVAL, 2016a, 329).

A reestruturação do sistema produtivo e as reformas político econômicas, implantadas a partir das últimas décadas do século XX, engendraram a figura do homem empresa ou do sujeito empresarial. A organização flexível do trabalho e a sensação de insegurança permitiram a elaboração de um novo modo de funcionamento da subjetividade. Isso porque, o sujeito produtivo das sociedades industriais não atende as necessidades e interesses do capitalismo flexível. O novo modelo de produção capitalista, alavancado pelas mudanças tecnológicas de base microeletrônica e pelas políticas de cunho privatistas e economicistas, exige uma nova disposição subjetiva dos trabalhadores em cooperar com a produção. A captura da subjetividade pela racionalidade toyotista/neoliberal visa conduzir os indivíduos a

participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo (mente e corpo) a sua atividade profissional. Para intensificar o envolvimento da subjetividade nas atividades laborais, o novo modelo de gestão do trabalho vivo torna os trabalhadores responsáveis pelos resultados obtidos e livres para elevar o desempenho individual no âmbito produtivo. “O efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega” (DARDOT, LAVAL, 2016a, 327).

O modelo de produção capitalista pós-moderno prima pelo desenvolvimento de uma mentalidade de vencedor, um novo espírito de empreendimento em todos os níveis da sociedade. A máquina capitalista visa produzir o homem eficaz, empregador de si mesmo, calculador e com espírito competitivo. A lei da eficácia consiste em intensificar os esforços e os resultados e minimizar os gastos inúteis. A formação do sujeito empresarial (neossujeito) requer, por sua vez, a formação de indivíduos empreendedores e/ou gestores de si mesmos. Na interpretação de Dardot e Laval (2016a, p. 145), “o empreendedor é um ser dotado de espírito comercial, a procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não”. Porém, os partidários do neoliberalismo acreditam que todos os trabalhadores são potenciais empreendedores. É necessário, para tanto, integrá-los ao mercado concorrencial e lhes dispor de liberdade de ação para que possam testar suas faculdades, aprender, corrigir-se e adaptar-se. Se a função do Estado neoliberal é propiciar a liberalização comercial, a privatização e a mercadorização, cabe ao sujeito melhorar sua performance e/ou desempenho no mercado. O neoliberalismo parte do pressuposto de que todos os trabalhadores devem olhar para sua função e seu compromisso com a empresa com os olhos do gestor. (DARDOT, LAVAL, 2016a; CORSANI, 2008).

O mercado torna-se um processo de formação do sujeito empresarial. A formação do governo de si acontece por intermédio do livre jogo da concorrência. Para os neoliberais, o jogo do mercado é condição para a formação de sujeitos capazes de se governar como empreendedores. É em função do processo concorrencial e empresarial que o indivíduo adquire as informações que favorecem a ação e a constante busca por melhores resultados. A dimensão empresarial é, por sua vez, constitutiva do humano, podendo atingir todas as relações e atividades humanas, de forma a intensificar o individualismo e a competitividade entre os trabalhadores. (DARDOT, LAVAL, 2010). O que está em jogo é a sujeição da

sociedade a dinâmicas competitivas, pois o mercado, norteador das reformas e políticas dos Estados-nação, define-se precisamente por seu caráter concorrencial. A expansão da lógica de mercado pela racionalidade neoliberal, de forma a viabilizar um livre espaço para os empreendedores, impele o “eu” a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. O sujeito empregador e empreendedor de si mesmo “deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado” (DARDOT, LAVAL, 2016a, p. 330).

Para melhorar a *performance* do trabalhador no desenvolvimento de suas atividades laborais, a racionalidade toyotista/neoliberal fomentou o desenvolvimento de práticas de gestão de mão de obra cujo princípio é a individuação de objetivos e recompensas com base em avaliações quantitativas. A subjetivação contábil dos trabalhadores envolve o uso de métodos padronizados de gestão, atrelados a codificação da atividade e a quantificação dos resultados. Esse modelo de gestão permite estabelecer pontuações e/ou objetivos a serem alcançados pelo trabalhador e imprimir técnicas de avaliação comparativa, a fim de avaliar a atividade realizada, compará-la com os objetivos estabelecidos e lançar novos desafios à produção. A individuação do desempenho e das gratificações faz com que os assalariados interiorizem a necessidade de monitorar-se constantemente, autocontrolar e, na melhor das hipóteses, sintam-se compelidos a exceder constantemente os resultados computáveis para não sofrer as sanções e melhorar continuamente a sua empregabilidade (DARDOT, LAVAL, 2010). A medição de competências e desempenhos dá origem a um tipo de poder que é exercido ‘profundamente’ “sobre o sujeito impelido a ‘entregar-se completamente’, a ‘transcender-se’ pela empresa, a ‘motivar-se’ cada vez mais para satisfazer o cliente, isto é, intimado pelo tipo de contrato que vincula a empresa e pelo modo de avaliação que lhe é aplicado a provar seu comprometimento pessoal com o trabalho” (DARDOT, LAVAL, 2016a, p. 331).

O sujeito neoliberal, submerso a condições de trabalho flexíveis e a cultura-mercadoria, é correlato de um dispositivo do desempenho e gozo. A construção de tal universo codificado e quantificado, bem como todas as relações padronizadas entre os níveis da cadeia de objetivação e avaliação que constrói a "prestação de contas contábil" de cada empregado (*accountability*), são técnicas de poder cujo princípio poderia dizer: monitore melhor para produzir mais. Os trabalhadores, no entanto, sujeitam-se à lógica produtivista a

fim de garantir melhores condições salariais e o aumento do consumo privado, de modo a atender aos desejos produzidos pela cultura-mercadoria. A quantificação dos resultados e objetivos para fins de gratificações, ao invés de traçar o caminho da libertação, é o canal por meio do qual opera a máquina de fabricação da subjetividade capitalista. A individualização do desempenho permite a máquina capitalista governar os indivíduos em função do interesse do “eu”, fazendo-os adentrar subjetivamente em uma lógica contábil que vincula os objetivos quantificáveis e as gratificações ou sanções a serem distribuídas. (DARDOT, LAVAL, 2010; CORSANI, 2008).

O modelo de gestão por metas, a avaliação de desempenhos e a individualização de salários constituem uma nova prática de governo dos assalariados baseada no autocontrole. A subjetivação contábil torna a máquina produtiva mais eficaz, na medida em que o trabalho não depende mais de uma necessidade externa, mas de uma coerção interna. A avaliação da eficiência individual torna-se plausível em razão do princípio neoliberal de liberdade que permite ao trabalhador fazer escolhas e administrar seu desempenho no mercado. A racionalidade do toyotista/neoliberal parte do pressuposto de que a melhoria da empregabilidade e do desempenho salarial estão atrelados a *performance* e as estratégias de mercado geridas pelo próprio trabalhador. O princípio da “liberdade de escolha”, imposto pelo livre jogo do mercado, exige a formação de trabalhadores gestores de si mesmos. O desenvolvimento da capacidade de autocontrole, baseado no princípio da liberdade e da concorrência, tornou-se um dos principais instrumentos utilizados pela máquina capitalista para disciplinar a mão de obra. Para o modelo de governabilidade neoliberal, se o indivíduo é livre para fazer escolhas, deve também responsabilizar-se pelos resultados do seu trabalho. Esse novo modelo de organização da produção e gestão do trabalho estrutura-se segundo um regime de autodisciplina que manipula as instâncias psíquicas do desejo e da culpa, transformando as necessidades objetivas em objetivos pessoais. A individualização do desempenho leva os trabalhadores a se adaptarem ao mercado como se fossem empresas, de modo a gerenciar seus esforços para maximizar seus ganhos. (DARDOT, LAVAL, 2016a, 2010).

No contexto da acumulação flexível, o trabalhador passa a ser visto como uma empresa que vende seus serviços no mercado. Ser empresa de si mesmo perpassa a ideia de que cada indivíduo pode ter o domínio sobre a sua vida. Essa liberdade de escolha atribuída ao trabalhador obriga-o a se valorizar no mercado. Por isso, a noção de empresa de si mesmo supõe uma integração da vida pessoal e profissional, de modo a exigir uma maior dedicação e

a intensificar a exploração do tempo de vida do trabalhador para além dos muros das fábricas/instituições. As técnicas de gestão de si estabelecem uma transformação em todos os domínios da sua existência. A ética do trabalho, vinculada ao projeto toyotista/neoliberal, pressupõe a conjugação entre as aspirações individuais e os objetivos de excelência do empregador. A internalização subjetiva e a vivência responsável das aspirações do mercado elevam o desempenho e a competitividade dos trabalhadores. Isso porque, no contexto da avaliação quantitativa, a competência profissional é mensurada segundo os níveis de produtividade individual. No entanto, para melhorar o desempenho pessoal, cada indivíduo deve aprender a ser sujeito ativo e autônomo, capaz de transcender o tempo e o espaço de trabalho. “Trata-se de mobilizar a aspiração à ‘realização pessoal’ a serviço da empresa, transferindo exclusivamente para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos” (DARDOT, LAVAL, 2016a, p. 229). As principais características que correspondem ao neossujeito e as implicações da tecnologia da performatividade sobre a vida pessoal e profissional dos trabalhadores são sintetizadas na Figura 2.

**Figura 2: Sujeito empresarial**

<b>Projeto neoliberal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a produtividade</li> <li>• Diminuir os custos de produção e de proteção</li> </ul>
<b>Mecanismos de subjetivação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Flexibilização – medo/instabilidade – liberdade de escolha – responsabilização – concorrência</li> </ul>
<b>Sujeito empresarial (neossujeito)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestor de si mesmo - empreendedor</li> </ul>
<b>Características (melhor performance)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exige sempre mais de si mesmo - competitivo</li> <li>• Autoestima vinculada a busca por melhor desempenho - produtivo</li> <li>• Mestre de suas escolhas - responsável</li> </ul>
<b>Consequências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração da vida pessoal e profissional - intensificação</li> <li>• Aceita a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado - precarização</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, com base em: Alves, 2008; Alves, 2011; Antunes, 1999; Antunes, 2005; Antunes, 2018; Dardot, Laval, 2016a; Dardot, Laval, 2016b; Harvey, 2014.

Ser empresa de si mesmo na economia flexível significa viver inteiramente em riscos. O modelo de governabilidade neoliberal, centrado na redução da proteção social e na expansão da lógica de mercado, torna os indivíduos responsáveis pela própria empregabilidade e valorização de seu trabalho no mercado. As transformações produtivas, político-econômicas e culturais, inerentes ao processo de reterritorialização capitalista, tendem a jogar o peso da competição e do desempenho e/ou do fracasso profissional exclusivamente sobre o indivíduo. Para elevar a eficácia e a produtividade das empresas, a racionalidade toyotista/neoliberal utilizou-se de um conjunto de estratégias para o desenvolvimento de um modelo de subjetividade destinada a melhorar o desempenho do indivíduo. A produção da subjetividade capitalística visa torná-los plenamente conscientes e mestres de suas escolhas, pondo-os na condição de plenos responsáveis por aquilo que lhes acontece. Para Dardot e Laval (2016a, p. 346), “os resultados obtidos na vida são fruto de uma série de decisões e esforços que dependem apenas do indivíduo e não implicam nenhuma compensação em caso de fracasso, exceto as previstas nos contratos de seguro privado facultativo”.

As reformas político-econômicas e a reestruturação produtiva, aliadas ao modelo de produção capitalista pós-industrial, partiram do pressuposto de que a fonte da eficácia está no indivíduo. A máquina capitalista opera com o intuito de produzir um “eu produtivo”, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima está vinculada a busca por melhores desempenhos individuais. A competitividade capitalista estrutura-se a partir da formação do capital humano, por meio de treinamentos e estratégias de desenvolvimento pessoal, de forma a adequá-los a guerra concorrencial generalizada. As engrenagens da máquina capitalista trabalham para remodelar a subjetividade no trabalho e na vida privada de acordo com o princípio da concorrência. Os mecanismos de contrapartida salarial (avaliação contábil) e os novos modos de organização do trabalho (toyotismo/flexibilização) sedimentaram os consentimentos espúrios dos trabalhadores em relação à lógica produtivista e concorrencial. A precarização contratual e a individuação dos desempenhos e gratificações permitiram que a concorrência fosse internalizada pelos assalariados como um tipo normal de relação no mercado de trabalho. A modelagem subjetiva, que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições, consiste, segundo afirmam Dardot e Laval (2016a, p. 329), em promover “uma ‘reação em cadeia’, produzindo ‘sujeitos empreendedores’ que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá,

segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram”.

A subjetivação capitalística tornou a concorrência uma espécie de "lei da vida" que se impõe a todos em todas as circunstâncias. A internalização da concorrência está intimamente ligada ao princípio da “liberdade de escolher” que, por conseguinte, permite aos trabalhadores perseguirem e avaliarem os melhores mecanismos e estratégias para elevar o seu desempenho individual. Em função da liberdade e capacidade dos indivíduos em fazer escolhas, o risco é cada vez menos social, atribuído a determinadas políticas do Estado, e cada vez mais associado à existência. Com isso, a máquina capitalista destrói a dimensão coletiva da existência, jogando todos os custos sobre os sujeitos. A individuação dos riscos, na acepção de Dardot e Laval (2016a, p. 348), “faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual. A maquinaria instaurada transforma as causas externas em responsabilidades individuais e os problemas ligados ao sistema em fracassos pessoais”. As reformas político-econômicas e as novas formas de gestão da produção e do trabalho, cujas ações têm gerado flexibilização/precarização contratual, o medo do desemprego e a avaliação de desempenhos, constituem-se poderosas alavancas de concorrência e definem novos modos de subjetivação. Essas transformações aliadas ao novo modo de produção capitalista permitiram a expansão da lógica de mercado para além do setor produtivo empresarial, abatendo diretamente sobre os rumos da educação superior. A racionalidade toyotista/neoliberal estimulou o processo de mercantilização e privatização da educação superior, com sérias implicações sobre a subjetividade e o trabalho docente.

#### **4 AS METARMOFOSES DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

As reformas da educação superior brasileira, estabelecidas no atual contexto de mundialização do capital, estiveram engajadas às mudanças político-econômicas do Estado propaladas pelo ideário neoliberal e ao modo de produção flexível, levado a cabo pela chamada revolução tecnológica. As mudanças na identidade das IES e do trabalho docente estiveram vinculadas às reformas de modernização do Estado e ao desenvolvimento de uma nova sociabilidade produtiva. Isso porque as transformações imanentes ao processo de globalização econômica, estruturadas sobre a lógica do mercado e da contenção de despesas na área social, repercutiram diretamente sobre a construção e implementação de políticas públicas. A forma como está sendo organizada e estruturada a educação superior nas últimas décadas contempla as transformações propaladas pelo regime de acumulação flexível: redução dos gastos públicos; introdução de mecanismos de gestão inspirados na iniciativa privada; consolidação da lógica de mercado; abertura ao capital estrangeiro; flexibilização da produção e do trabalho; prevalência da lógica produtivista e da competitividade. As reformas na área educacional, articuladas ao modelo político-econômico neoliberal e ao espírito do toyotismo, permitiram ao Estado (regulador) manter as bases do sistema de acumulação capitalista. A educação tornou-se um importante lugar para a expansão do capitalismo (BRINHOSA, 2009; MAUÉS, 2005; SILVA JUNIOR, 2008).

A nova realidade exigida pela acumulação flexível tem refletido diretamente sobre as políticas educacionais. Na fase da globalização contemporânea, a educação passa a ser concebida como estratégia política relacionada ao desenvolvimento econômico. De acordo com os pesquisadores Brito, Prado e Nunes (2017, p. 167), a educação torna-se “uma oportunidade de negócios” compreendida como um dos meios através do qual o Estado pode garantir as bases do sistema de acumulação, controle social, competitividade e ajustamento estrutural”. A adequação da educação ao processo de mundialização do capital, preconizado pelos organismos internacionais de financiamento (BM, FMI, OMC, dentre outros) pautou-se, sobremaneira, na maximização dos resultados via aumento da produtividade e na minimização dos custos. As políticas educacionais de cunho neoliberal estruturaram-se a partir da lógica da produtividade, com vistas a propiciar uma maior captação de recursos extraorçamentários, a ampliação da oferta de vagas nas universidades federais e a racionalização dos recursos financeiros pela via da otimização dos recursos humanos (tempo de trabalho) e da estrutura física das instituições de ensino superior (IES). Um segundo fator

que merece destaque, diante desse processo de minimização dos investimentos públicos, diz respeito à orientação do Banco Mundial que impõe aos países em desenvolvimento a promoção de uma maior diferenciação institucional (natureza jurídica e organização acadêmica), de modo a estimular a expansão do setor privado-mercantil (FARIAS, MOREIRA, 2010; SILVA JUNIOR, 2008; BANCO MUNDIAL, 1995).

A construção de políticas educacionais nos termos da mundialização do capital estaria configurando as IES em torno de uma nova função: a de adaptar seus produtos às demandas no mercado. As políticas educacionais, implementadas em sintonia com as transformações de ordem econômica e cultural retratadas pelo padrão de acumulação capitalista, estimularam a transformação desse setor em um bem de serviço comercializável, caracterizado pela predominância dos interesses privado/mercantis. A atual fase da globalização do capitalismo, despertada pela chamada revolução tecnológica e pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, vinculou o conhecimento e o processo pedagógico às leis do mercado, transformando a educação superior em negócio rentável. Esse processo de comercialização da educação superior, assegurado pelas reformas político-econômicas de caráter neoliberal, levou a uma acirrada disputada entre universidades, grupos educacionais e empresas, pela presença nos “mercados educacionais” mais promissores. Esse processo de mercantilização da educação superior, aliado ao aumento da competitividade no cenário educacional, levou as instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas a assumir novas estratégias políticas e administrativas, cujas ações abateram diretamente sobre as condições do trabalho docente (CAMPOS, 2005; BRINHOSA, 2009).

O intenso processo de privatização das instituições públicas e expansão do setor privado-mercantil, estruturado em consonância com a reestruturação produtiva e o modelo político-econômico do Estado, tem determinado a adequação do trabalho docente às demandas estabelecidas pelos interesses mercantilistas. Isso ocorre porque, segundo afirma Brinhosa (2009, p. 40), as políticas educacionais, legitimadas pelo Estado brasileiro, “possuem o vínculo econômico, social e político com as políticas estruturadas e definidas pelas relações sociais e internacionais de produção”, imanescentes ao modo de produção capitalista. As novas exigências profissionais advindas das inovações tecnológicas e da consequente mudança no mundo do trabalho, associadas à expansão da racionalidade toyotista/neoliberal, implicam necessariamente a flexibilização laboral do corpo docente. O novo modelo de gestão das IES públicas e privadas, inspirados no modelo de gestão das empresas privadas, provocaram a intensificação e a precarização do trabalho docente, caracterizadas pela elevação da produtividade individual e flexibilização das condições de

trabalho). Esse processo de proletarização e responsabilização, inerentes às novas formas de organização e relações de trabalho (trabalho flexível), têm influenciado a formação da subjetividade dos trabalhadores docentes (MAUÉS, 2005; CAMPOS, 2005). Cabe, nesse capítulo, analisar como vem se configurando o trabalho docente na educação superior diante das novas ordenações assumidas pelo Estado brasileiro e da reestruturação produtiva ocorrida em âmbito mundial.

#### **4.1 A ascensão da racionalidade toyotista/neoliberal e os impactos sobre a construção de políticas públicas.**

O processo de globalização, resultante de mutações aceleradas e profundas, operadas a partir da década de 1970, impôs novos modos de governança aos Estados nacionais, com forte impacto sobre as políticas sociais. Esse processo multifacetado comporta mudanças nos níveis econômico, político, social e cultural da sociedade, interligadas de modo complexo, constituindo-se num vasto campo de conflitos entre interesses hegemônicos e contra-hegemônicos. Dentre os principais fatores que contribuíram para a construção de uma nova ordem econômica mundial, destaca-se: o surgimento de novas relações comerciais; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulamentação das economias nacionais; a presença de agência de financiamento internacionais; a reestruturação produtiva que levaram a ascensão de novas indústrias “pós-fordistas”; a presença de corporações globais; a flexibilização atribuída ao mundo do trabalho e os novos padrões de consumo. A nova lógica de expansão e acumulação do capital, cujas transformações atravessam todo o sistema mundial, tende a promover e a reforçar uma perspectiva mais global sobre as políticas educacionais. Em razão disso, torna-se importante refletir sobre as seguintes questões: até que ponto as políticas educacionais são afetadas por processos de globalização que ameaçam a soberania do Estado e impõe novos modos de governança? De que maneira as ações no sentido da reestruturação econômica estão afetando os sistemas educacionais e o trabalho docente no Brasil e ao redor do mundo? (BURBULES, TORRES, 2004; MANCEBO, FRANCO, 2003; SANTOS, 2011).

A educação está passando por intensas transformações em resposta às circunstâncias novas geridas pelo modelo de acumulação flexível. O processo de reestruturação política e econômica adotado pelos Estados nacionais, sujeito às transformações pós-fordistas e às exigências dos organismos financeiros internacionais, está afetando as políticas educacionais ao redor do mundo. Isso acontece porque há um profundo embricamento entre a construção e

implementação de políticas públicas e os princípios que regem as reformas do Estado. De modo geral, as políticas públicas criadas para solucionar os problemas educacionais têm como fundamento uma teoria do Estado. Nesse campo, segundo afirma Dourado (2010, p. 679-680), as políticas traduzem-se por um “quadro polissêmico e, eminentemente, político-pedagógico. Ou seja, as análises e proposições na área educacional são portadoras de concepções de mundo, sociedade e educação, que, por sua vez, traduzem o lugar histórico e, portanto, político-ideológico de onde se inscrevem”. As políticas educacionais, propostas pelo Ministério da Educação, refletem o modelo político e econômico do Estado. Nessa direção, a maioria das iniciativas políticas, incluindo as políticas educacionais, é formada para atender aos interesses do capital transnacional, a estruturas políticas globais e/ou outras organizações não governamentais, a pressões e demandas domésticas e a necessidades e interesses internos e externos gestados pelos Estados nacionais (BURBULES, TORRES, 2004).

Somando-se a essas premissas, pode-se afirmar que os processos de globalização e ajuste econômico, cujas perspectivas encontram-se conectadas ao princípio da flexibilização e a disseminação da racionalidade neoliberal, têm provocado intensas alterações no campo educacional. De acordo com Burbules e Torres (2004, p. 28), “a interação entre os contextos econômicos e políticos da globalização é que tem motivado a maioria das discussões sobre a necessidade de uma reforma educacional”. As novas demandas atribuídas ao campo das políticas educacionais devem-se, de modo especial, ao intenso processo de modernização dos Estados nacionais, conduzido sob as bases ideológicas e econômicas da globalização dominante ou hegemônica. Essa, por sua vez, tornou-se um discurso ideológico que move a mudança política e econômica dos Estados devido a urgência e a necessidade de responder a uma nova ordem mundial. A atual fase de expansão do sistema capitalista teve início após a crise do petróleo de 1970 e a consequente debacle do Estado de bem-estar social (Welfare State) e do modo de produção taylorista/fordista. A estagnação econômica, que, por sua vez, incapacitou os Estados nacionais de financiar e gerir os gastos públicos, cedeu espaço a proliferação do modelo político-econômico neoliberal e a ascensão de uma nova divisão internacional do trabalho e de processos de produção flexíveis (BURBULES, TORRES, 2004; SANTOS, 2011).

O novo modo de acumulação capitalista apresenta alcances e consequências que diferem do sistema fordista-keynesiano, constituindo um novo estágio do capitalismo, associado à chamada pós-modernidade. A consolidação do consenso neoliberal e a flexibilização das condições de trabalho e dos métodos de produção, imanentes ao modelo de

acumulação flexível, fizeram emergir uma nova estratégia capaz de elevar o potencial produtivo e a supremacia (política, econômica e social) dos grupos dominantes/hegemônicos: a *captura da subjetividade*. A racionalidade toyotista/neoliberal pretende, por intermédio de um intenso processo de subjetivação, aumentar a produtividade per capita de modo a reduzir os custos reais de produção e desenvolver uma nova governança centrada na redução das políticas sociais e na privatização dos serviços públicos. O desenvolvimento do modo de produção capitalista pós-fordista, auxiliado pelas tecnologias de informação e comunicação, proporcionou a expansão da lógica de mercado para além da esfera produtiva e mercantil, homogeneizando para toda a sociedade certas maneiras de fazer e de ser. A formação subjetiva do novo sujeito-trabalhador, orientada para um viés mercadologizante, tem sido conduzida por intermédio da intensificação da concorrência, atrelada à consolidação do espírito toyotista, e do aumento do nível de insegurança dos trabalhadores, decorrente do processo de flexibilização e/ou precarização das condições de trabalho. Essas transformações implicaram a mercantilização em massa das atividades educacionais e o declínio da classe trabalhadora, incluindo os trabalhadores da educação, e uma redução do poder da mão de obra organizada para negociar políticas econômicas e a constituição do pacto social (ALVES, 2011; DARDOT, LAVAL, 2016b, MARROW, TORRES, 2004).

As reformas político-econômicas neoliberais, cujas ações têm intensificado o processo de mercantilização e privatização dos serviços públicos, foram consolidadas a partir da formulação do chamado Consenso de Washington, no final da década de 1980. As dez regras básicas formuladas por economistas de instituições financeiras situadas em Washington foram impostas com a promessa de promover o ajustamento econômico dos países em desenvolvimento. As políticas de estabilização e ajuste estrutural, disseminadas sem espaço aparente para soluções alternativas, propuseram uma série de recomendações de política pública: equilíbrio orçamentário via redução dos gastos públicos, abertura comercial (redução das tarifas para importação); desvalorização da moeda para promover exportação; privatização das empresas e dos serviços públicos; liberalização financeira (eliminação de barreiras ao capital estrangeiro), entre outras (SGUISSARDI, 2009, 110). Por meio dessas medidas, esperava-se que os investimentos privados substituíssem de forma gradual os investimentos públicos. Isso porque os defensores do neoliberalismo acreditam que o melhor estado é o estado mínimo. Nesse contexto de mudanças, a privatização exerceu um papel central nos moldes neoliberais por promover a redução do déficit fiscal e dos gastos públicos. As reformas instituídas na América Latina, inclusive no Brasil, foram gerenciadas na direção

da mercantilização do serviço público, por entender que os mercados são mais versáteis e ágeis que as estruturas burocráticas do Estado e por responder mais rapidamente às mudanças sociais e tecnológicas.

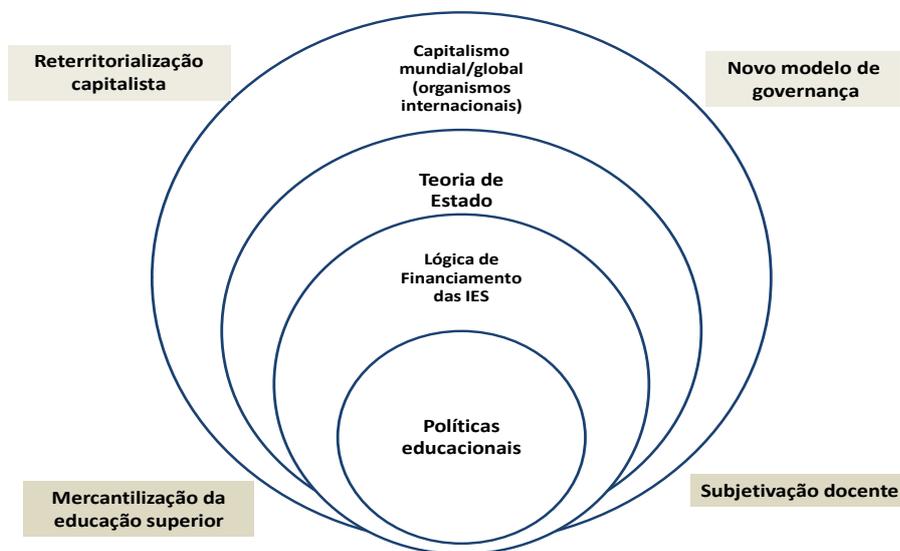
As reformas político-econômicas neoliberais, cujas características viabilizaram o processo de globalização econômica e/ou de mundialização do capital, configuram uma nova geopolítica articulada aos requerimentos do modo de acumulação flexível. As orientações neoliberais e a disseminação do espírito toyotista repercutiram sobre as condições de trabalho e provocaram o aprofundamento das crises sociais, econômicas e ambientais. Isso porque, nesse período, ganhou centralidade o debate sobre o destino e o perfil que deveriam assumir as políticas públicas, incluindo as políticas educacionais e de proteção social. No que diz respeito às políticas sociais, segundo salienta Azevedo (2004), a referência básica é igualmente o livre mercado. A máxima “menos estado, mais mercado”, que sintetiza as postulações neoliberais, tem como princípio a competitividade e a noção de liberdade individual, tal como concebida pelo liberalismo clássico. Os neoliberais acreditam que a expansão dos programas e políticas sociais provocam o “inchamento” e a hipertrofia da máquina governamental, tornando-se os principais responsáveis pela crise que perpassa a sociedade. Nessa direção, “os programas e as várias formas de proteção destinadas aos trabalhadores, aos excluídos do mercado e as pobres são vistos pelos neoliberais como fatores que tendem a tolher a livre iniciativa e a individualidade, acabando por desestimular a competitividade e infringir a própria ética do trabalho” (AZEVEDO, 2004, p. 13).

A transferência e/ou divisão das responsabilidades administrativas do Poder público com o setor privado torna-se um meio, imposto pelos partidários do neoliberalismo, para reduzir os gastos sociais e estimular a competição e o aquecimento do mercado. A nova governança do Estado, defendida por amplos setores da sociedade capitalista e grande parte de suas elites políticas, suscitou a sobreposição dos interesses do mercado sobre as necessidades políticas e sociais da sociedade. A regulação estatal pela via do mercado engendrou uma nova ortodoxia nas relações entre Estado, política e educação. Conforme destaca Azevedo (2004, p. 17), “a política educacional, tal como outra política social, será bem-sucedida, na medida em que tenha por orientação principal os ditames e as leis que regem os mercados, o privado”. Isso é possível em função de que a educação, de acordo com as propostas do GATS-OMC, é um dos setores possíveis de liberalização, podendo ser classificadas segundo modalidades do comércio. A imposição da lógica de mercado no campo da educação, com base nas propostas dos organismos multilaterais e internacionais de

financiamento, tem privilegiado certas políticas de avaliação, financiamento, formação de professores, currículo, dentre outras. As reformas educacionais operadas mundialmente, como parte do plano para melhorar as economias nacionais, tem fortalecido os laços entre escolarização, trabalho, produtividade, competitividade, serviços e mercado (AZEVEDO, 2004; BURBULES, TORRES, 2004, AZEVEDO, 2011).

As reformas educacionais têm adotado teorias e técnicas gerenciais próprias do campo da administração de empresas com o intuito de melhorar o desempenho educacional com menos recursos públicos. As políticas educacionais são, por sua vez, definidas, implementadas, reformuladas e desativadas com base no modelo de governança do Estado. Na acepção de Azevedo (2004, p. 05), “o conceito de política pública implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente”. No contexto neoliberal, a máquina governamental deve gerir seus recursos de modo a estimular a expansão da lógica mercantil, mediante o aumento da participação do setor privado nas atividades do Estado e da comercialização dos serviços públicos. Para isso, as políticas governamentais são materializadas em favor do mercado, favorecendo o setor empresarial e a elite econômica em detrimento dos programas sociais e dos direitos da classe trabalhadora. Esse modelo de governança, associado ao espírito toyotista, deu origem a políticas que alavancaram o empresariamento da educação superior e a conseqüente intensificação e precarização das condições de trabalho docente. As reformas da educação superior, estruturadas sobre as bases da rentabilidade, do produtivismo, da avaliação quantitativa, da competitividade e da otimização dos recursos públicos, abateram sobre a subjetividade dos trabalhadores docentes. Para compreender a dinâmica e o percurso de construção e materialização das políticas educacionais, a Figura 3 demonstra a existência de uma relação verticalizada entre a concepção político-econômica de Estado e as reformas da educação superior, cujas estratégias e ações abatem sobre o trabalho docente.

**Figura 3: Percursos das políticas educacionais**



Fonte: Elaboração própria, com base em: Azevedo, 2004; Azevedo, 2011; Bechi, 2017; Brinhosa 2009; Burbules, Torres, 2004; Dourado, 2010; Frigotto, 2006; Gamboa, 2009; Goergen, 2005; Guattari, Rolnik, 1996; Mancebo, Franco, 2003; Marrow, Torres, 2004; Oliveira, 2009; Sanfelice, 2003; Severino, 2008; Sguissardi, 2009; Silva, Santos, 2011; Sobrinho, 2003.

No atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, as políticas públicas se constituem em um elemento estrutural das economias de mercado. No âmbito da educação superior, as políticas educacionais de avaliação, implementadas com o intuito de elevar a eficiência e a produtividade, tendem a estimular a expansão do mercado educacional. Nessa perspectiva, a avaliação estandardizada, baseada em métodos quantitativos e estruturada sob os princípios de gestão das empresas privadas, tem por finalidade adequar as instituições educativas às regras do mercado. Esse modelo de avaliação está vinculado, de modo especial, à lógica de financiamento e expansão da educação superior em voga nas últimas décadas. O processo de “ranqueamento” pela via da quantificação da produção, amplamente valorizado pela sociedade empresarial e pelos órgãos de fomento a pesquisa, têm elevado o espírito competitivo entre os trabalhadores docentes na busca por maiores níveis de produtividade. O intuito é permitir que as IES operem com um menor aporte de recursos financeiros e encontrem novos nichos de mercado. Em toda parte, conforme observa Sobrinho (2003, p. 113), “a modernização do Estado neoliberal privilegia claramente o mercado. As reformas da educação superior são praticadas para que as instituições ganhem mais eficiência e se ajustem às novas necessidades do mercado”.

Diversos outros autores (OLIVEIRA, 2009; SANFELICE, 2003; GOERGEN, 2005; FRIGOTTO, 2006; IANNI, 2013) são unânimes em afirmar que a problemática da educação superior brasileira se articula “a consolidação do projeto societário capitalista neoliberal” (SEVERINO, 2008, p.76), o qual reserva para o Brasil a condição de ter um lugar secundário na divisão social do trabalho. A imersão dessa lógica do modelo econômico se faz sentir na forma como o poder público brasileiro, desde meados dos anos de 1990, busca implementar, com base na legislação e por meio de diversos programas, “uma política de diversificação e diferenciação” (SEVERINO, 2008, p.84), com a finalidade de ajustar o sistema de educação superior, adotando princípios de flexibilidade, competitividade e avaliação (OLIVEIRA, 2006, p.11) claramente sintonizados com as pressões da agenda neoliberal que vem se impondo de forma soberana de forma contundente. Conforme ressalta Severino (2008, p.84) “esse processo vai ao encontro à forte tendência de mercantilização dos serviços educacionais e à consequente privatização do ensino superior, sempre com a alegação da necessidade de atender melhor às demandas sociais, bem como aquelas do mercado de trabalho”.

As políticas educacionais de cunho neoliberal, que auxiliaram as reformas da educação superior na América Latina, foram elaboradas e disseminadas pelos organismos internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI, OMC, dentre outros). As recomendações preconizadas pelas organizações internacionais, com vistas a adequar as políticas públicas dos Estados nacionais aos ditames da racionalidade econômica mundial, naturalizaram o comércio de educação, contrariando o princípio histórico da educação como um bem público, enquanto direito social e humano. Isso tem sido possível em função de que esses organismos exercem uma função ideológica muito intensa sobre o processo de modernização dos Estados nacionais. Segundo descreve Azevedo (2011, p. 125), essas organizações “não se abstêm de publicar suas percepções sobre as crises e, portanto, são pródigos nas proposições de soluções, normalmente relacionadas a soluções mercadorizantes e privatizantes”. Os organismos internacionais contemplam um conjunto de mecanismos que se caracterizam pelas seguintes ações: expressam e disseminam as normas universais de uma hegemonia mundial, legitimam ideologicamente as normas do capital global, operam na cooptação das elites dos países periféricos e absorvem as ideias contra-hegemônicas.

Organizações internacionais, como o FMI, Banco mundial e OMC (antes o GATT), cumprem papel fundamental para a supremacia da ordem capitalista mundial. Para tanto, está apta a oferecer pacotes de políticas públicas, interpretações teóricas, espaços para os quadros dos países periféricos, fóruns de resolução de disputa e, sobretudo, de absorver a crítica feita à própria ordem capitalista mundial. Dessa forma, as organizações internacionais, tendo por referência as resoluções da

conferência de Breton Woods e das instâncias de poder das elites globais, são poderosos, mas “suaves”, instrumentos para manutenção da ordem capitalista e para a construção de um especial consenso justificador da mercadorização e da privatização (AZEVEDO, 2011, p. 124).

Nesse contexto de mundialização do capital, a educação superior e o desenvolvimento científico tornaram-se setores de interesse e de disputa no campo econômico, sob predominância das elites dominantes. Para atender aos interesses hegemônicos, o Banco Mundial e o FMI impuseram aos Estados nacionais um conjunto de orientações políticas com o intuito de estimular a liberalização da oferta e a constitucionalização da lógica de mercado no âmbito da educação superior. Dentre as medidas consubstanciadas pelos organismos internacionais de financiamento para orientar o desenvolvimento e a reforma da educação superior, destacam-se: a multiplicação e diversificação das instituições pós-secundárias; a competitividade, instrumentalizada pela avaliação; a desoneração do Estado em relação às suas obrigações de financiamento da educação pública; aumento da eficácia administrativa, pelo procedimento de gestão empresarial; e a privatização e mercadorização interna das IES, tais como terceirização, flexibilização das relações contratuais, venda de serviços, adequação da formação às supostas exigências do mercado, dentre outros. (AZEVEDO, 2011; SOBRINHO, 2003).

#### **4.2 Novas formas de regulação e gestão da educação superior brasileira nos anos 90**

As reformas da educação superior apregoadas aos países em desenvolvimento estiveram integralmente subordinadas às políticas neoliberais. As premissas da reestruturação econômica, elaboradas com o propósito de superar o modelo intervencionista do Estado e os efeitos danosos do “Welfare State”, provocaram alterações significativas no âmbito da educação superior. O processo de modernização do Estado estimulou a transformação desse setor em um bem de serviço comercializável, caracterizado pela predominância dos interesses privado/mercantis. As medidas orçamentárias e as políticas educacionais adotadas pelos países latino-americanos incentivaram a expansão do setor privado com fins lucrativos e a crescente subordinação das universidades públicas às regras do mercado. Esse processo de mercantilização da educação pós-secundária, sobretudo da graduação, se intensificou devido à falta de recursos públicos para investir na área e, conseqüentemente, em razão das pressões reformistas apregoadas pelo Banco Mundial com o auxílio de outros organismos financeiro

internacionais. Os neoliberais acreditavam que, com a consolidação das estratégias reformistas destinadas a educação superior, centradas na expansão do financiamento privado e na redução e otimização dos gastos públicos, a eficiência e a qualidade desse setor transcenderiam os limites impostos pelo financiamento público.

#### 4.2.1 As recomendações do Banco Mundial para as reformas da educação superior

As reformas e modernização dos Estados nacionais, implantadas a partir da década de 1990, em especial nos países da América Latina, possibilitaram a disseminação e a legitimação das políticas de ajuste estrutural, consubstanciadas pelos organismos financiamento internacionais (Banco Mundial, FMI, OMC, BID, dentre outros). Os Estados-nação têm incorporado as metamorfoses que estão se produzindo na relação capital/trabalho e as diretrizes político-econômicas inerentes ao novo regime de acumulação capitalista. A subordinação das estratégias nacionais às exigências estabelecidas pela economia global implicou alterações no campo das políticas públicas, em especial das políticas sociais, interferindo na lógica de financiamento da educação pública. Os programas de estabilização e ajuste estrutural, propostos pelo Consenso de Washington, condicionaram as políticas educacionais aos moldes da racionalidade econômica, imanente à nova fase de universalização do capitalismo. O economicismo e o privatismo adotados por vários países em desenvolvimento, inclusive pelo Brasil, em favor do ajuste econômico proposto pelo receituário neoliberal, incidiram majoritariamente sobre a gestão e o financiamento da educação superior. As medidas orçamentárias e a reestruturação da produção capitalista estimularam o processo de mercantilização desse nível de ensino, mediante a expansão do setor privado/mercantil e a crescente subordinação das universidades públicas às regras do mercado (BECHI, 2013; BECHI, 2017).

Ao refletir sobre a (re) configuração do trabalho docente na educação superior, faz-se necessário levar em conta os objetivos e os efeitos das reformas educacionais propaladas pelo Banco Mundial no atual contexto de mundialização do capital. As políticas para a educação superior, implementadas em sintonia com as transformações de ordem econômica e cultural retratadas pelo padrão de acumulação flexível, têm fomentado a mercadorização do conhecimento, a prevalência da lógica produtivista e, conseqüentemente, a intensificação e precarização do trabalho docente. Como desdobramento dessa nova etapa de desenvolvimento do capital mundial, os Estados Nacionais, “assumem a doutrina do “capital humano” e das diretrizes do Banco Mundial, transferindo para o setores privados suas responsabilidades no

campo das políticas públicas, das políticas educacionais e dos investimentos em educação” (GAMBOA, 2009, p. 99-100). As reformas educacionais de cunho neoliberal, calcadas na maximização dos resultados e na minimização dos gastos públicos, têm objetivado adequar a educação superior às exigências do mercado em nível global. Em suma, pode-se dizer que as reformas na estrutura e funcionamento do Estado alteraram a lógica de financiamento da educação superior, dando origem a um novo modelo de universidade: *o modelo neoliberal-globalista-plurimodal*.

Neoliberal porque se orienta não mais para as necessidades da nação, mas para as exigências do mercado; porque se vê como um empreendimento como tantos outros, sendo preferível que sua iniciativa seja privada, não pública [...]. Ela também é globalista, porque é o mundo que importa, não mais a nação; porque é a cultura global, não as particularidades diferenciais, que deve estar na sua pauta [...]. Agora ela é plurimodal, ou seja, como Proteu, ela assume mil formas, tantas quanto as necessidades do mercado e da integração dos mercados exigirem (CASTANHO, 2000, p. 36).

Contudo, foi a partir da década de 1990, no contexto das mudanças globais e latino-americanas, que os governos nacionais estabeleceram as principais mudanças no cenário da educação superior. O programa de reestruturação econômica, elaborado com o propósito de superar o modelo intervencionista do Estado e os efeitos danosos do “Welfare State”, propôs a redefinição dos parâmetros e prioridades das despesas públicas, gerando um crescente afastamento do Estado no que concerne aos investimentos e financiamentos desse nível de ensino. Concomitantemente, os Estados nacionais foram orientados a estimular a ampliação do setor privado e garantir uma maior autonomia às instituições públicas de educação superior, desafiando-as a diversificar suas fontes de financiamento e utilizar, de forma mais eficiente, os recursos financeiros. Isso porque, para os precursores do neoliberalismo as políticas educacionais responderiam melhor às necessidades sociais e financeiras do Estado quando subsidiadas pela iniciativa privada e orientadas pelas leis que regem os mercados. De acordo com Goergen (2010, p. 905, grifos do autor), o ponto mais “polêmico que envolve essa problemática é o entendimento do Banco e de seus técnicos de que a educação superior não pode ser vista como um *bem estritamente público*. A partir dessa premissa argumenta-se a favor da competitividade, do financiamento alternativo e da privatização”.

Para subsidiar as reformas do ensino superior nos países em desenvolvimento, o Banco Mundial lançou, em meados da década de 1990, o documento intitulado *La Enseñanza Superior: las perspectivas de La experiencia*. Os neoliberais acreditavam que, com a

consolidação desse marco estratégico, a eficiência e a qualidade do setor educacional transcenderiam os limites impostos pelo financiamento público. Por isso, foram recomendadas três ações básicas: minimizar a gratuidade, mediante uma maior participação dos estudantes no financiamento de seus estudos; incentivar a venda de serviços das universidades às empresas privadas (pesquisas e consultorias); e, viabilizar a expansão do setor privado (privatização). Na aceção do Banco Mundial, o Estado deveria elaborar políticas que viabilizassem a diversificação das fontes de financiamento das instituições públicas e a diferenciação institucional, mediante o desenvolvimento de instituições não universitárias: colégios politécnicos, institutos profissionais e técnicos de curta duração, *community colleges* (com dois anos de ensino acadêmico ou profissional) e institutos de educação à distância. Esse processo de diferenciação do sistema de educação superior dependia fundamentalmente da ampliação das instituições privadas. Em tese o Banco Mundial (1995, p. 28) afirma que “a realidad fiscal abrumadora en la mayoría de los países en desarrollo indica que los mejoramientos de la calidad y el aumento de las matrículas en la enseñanza superior deben lograrse con poco o ningún aumento del gasto público”.

O processo de diversificação e diferenciação do sistema de educação superior dependia fundamentalmente da ampliação das instituições privadas. Essas instituições de ensino possibilitariam ampliar o número de matrículas a um custo mais baixo para o governo, além de provocar uma melhor adequação do sistema de educação superior às exigências do quase mercado educacional<sup>7</sup>. Em resumo, a criação de “instituciones no universitarias y el fomento de establecimientos privados, puede contribuir a satisfacer la creciente demanda social de educación postsecundaria y hacer que los sistemas del nivel terciário sean más sensibles a las necesidades cambiantes del mercado laboral” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 05). Esse processo de multiplicação e diversificação das instituições pós-secundárias

---

<sup>7</sup> A noção de quase mercado foi implantada entre as décadas de 1980 e 1990, especialmente nos Estados Unidos e Inglaterra, cujas iniciativas têm sido referência para diversos países, inclusive ao Brasil. No contexto da reforma gerencial da administração pública brasileira, a lógica do quase mercado educacional tornou-se um dos elementos estruturantes da transformação do papel do Estado na oferta e gestão da educação nacional. A reforma do aparelho do Estado implementada a partir de 1995, com vistas a facilitar o ajuste fiscal e tornar mais eficiente e moderna a administração pública, estimulou a diminuição da participação financeira do Estado no fornecimento de serviços sociais - incluindo educação (universidades), saúde (hospitais), habitações populares, centros de pesquisa, dentre outros - e sua subsequente transferência para o setor público não estatal (terceiro setor) e ao setor privado. Durante esse processo, as universidades públicas foram induzidas a diversificar suas fontes de financiamento por meio da comercialização dos serviços públicos e da realização de parcerias com o setor empresarial. Nesse contexto, a noção de quase mercado apresenta-se como expressão do novo modelo de gestão das instituições de ensino superior. O Estado passa a adotar, na gestão da educação pública, “um *ethos* competitivo decalcado no que tem se designado por neodarwinismo social, passando a admitir a lógica do mercado com importação para o domínio público de modelos de gestão privada, cuja ênfase é posta nos resultados ou produtos dos sistemas educativos” (AFONSO apud SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p. 879-880).

viabilizou uma grande diferenciação de cursos e o aumento explosivo no número de faculdades e institutos isolados. A proliferação de instituições e cursos, mediante, sobremaneira, a expansão do setor privado, permitiria uma maior flexibilidade e liberdade para que os cursos se ajustassem, de forma mais rápida e eficiente, às demandas do mercado. Para Sobrinho (2003, p. 103), “são cursos de absorção da demanda, pois definem seus perfis e durações de acordo com as exigências e urgências do mundo do trabalho. São sensíveis ao atendimento de certos nichos que tradicionalmente não eram atendidos e seguem claramente a lógica daquilo que se chama de ‘quase-mercado educacional’”.

A diferenciação institucional e a internalização da lógica de mercado no seio das reformas da educação superior tornaram-se condição para a concretização de um dos grandes propósitos do projeto neoliberal: a redução dos gastos públicos. As orientações direcionadas às reformas da educação superior, com o intuito de contribuir ao processo de modernização da máquina estatal, estimularam as seguintes ações: diversificação das instituições de modo a aumentar a competitividade; expansão das instituições privadas; captação de recursos alternativos pelas IES públicas; e vinculação do financiamento público ao aumento da produtividade. Para os neoliberais, o estímulo à expansão do mercado educacional tende a tornar as instituições mais livres e flexíveis para desenvolver serviços e atividades. Essa flexibilidade é conferida, segundo afirma Sobrinho (2003, p. 105), “aos processos, aos meios, à administração, descentralizada, às relações contratuais, com o propósito de facilitar a gestão eficiente, aumentar a produtividade e ampliar as liberdades para a expansão privada”. Entretanto, as ações calcadas na expansão da lógica de mercado são amplamente processadas pelo Estado por meio de intensos processos de avaliação. Os resultados empreendidos pelas IES, articulados, sobremaneira, à produção docente, são objetivamente demonstrados e comparados com o intuito de fortalecer a competitividade e a lógica produtivista.

As reformas concernentes à diferenciação institucional e à diversificação das fontes de financiamento implicaram profundas mudanças na relação entre o governo e os estabelecimentos de educação superior. Para que os países superassem a crise enfrentada pelo setor, provocada pelos limitados e mal utilizados recursos públicos, foram recomendados novos objetivos e modalidades de intervenção estatal. As reformas da educação superior requeriam uma modalidade de gestão voltada para o estabelecimento de um marco coerente de políticas, em que o governo assumisse o papel de normatizador, fiscalizador e avaliador do sistema, em vez de executor. As políticas educacionais deveriam estimular a ampliação do setor privado e garantir uma maior autonomia às instituições públicas de educação superior,

desafiando-as a diversificar suas fontes de financiamento e utilizar, de forma mais eficiente, os recursos financeiros. Nesse sentido, a função do governo passou a ser “la de proporcionar um ambiente de políticas favorable para las instituciones públicas y privadas del nivel terciário y emplean el efecto multiplicador de los recursos públicos para alentarlas a satisfacer en forma eficiente las necesidades nacionales de enseñanza e investigación” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 10).

O processo de modernização do Estado, disseminado pelos precursores do projeto neoliberal, estimulou a transformação desse setor em um bem de serviço comercializável, caracterizado pela predominância dos interesses privado/mercantis. A atual fase da globalização do capitalismo, despertada pela chamada revolução tecnológica e, conseqüentemente, pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, vinculou o conhecimento e o processo pedagógico às leis do mercado, transformando a educação superior em negócio rentável. No que diz respeito ao papel normatizador Estado, a abertura do mercado educacional obteve respaldo na década de 1990, com a implementação das políticas educacionais de cunho neoliberal. Em decorrência das transformações culturais e do reordenamento político-econômico em âmbito global, a educação superior tornou-se “objeto de lucro ou acumulação; uma mercadoria ou a *educação-mercadoria* de interesse dos empresários da educação, que viria se completar com seu par gêmeo de interesse de todos os empresários dos demais ramos industriais e comerciais, a *mercadoria-educação*” (RODRIGUES apud SGUISSARDI, 2008, p. 1000-1001, grifos do autor).

Com a derrocada do modelo intervencionista Keynesiano, as recomendações do Banco Mundial foram sendo assumidas sem críticas por muitos governos da região e do mundo – incluindo países como México, Chile, Brasil, China, Austrália, dentre outros (Banco Mundial, 1995). As políticas educacionais de caráter neoliberal, visivelmente articuladas à lógica econômica do custo-benefício, propiciaram alterações substantivas na agenda da educação superior, acarretando sérios prejuízos ao desenvolvimento científico e tecnológico dos países em desenvolvimento. Tendo em vista essa problemática, cabe agora compreender o cenário político-econômico nacional a partir dos anos de 1990, com o intuito de esclarecer como e em que medida as políticas neoliberais globais influenciaram as políticas de financiamento e gestão da educação superior no Brasil.

#### 4.2.2 Modernização do Estado e o fortalecimento do empresariamento/mercantilização da educação superior

O governo instalado em janeiro de 1995 empreendeu substanciais mudanças nas formas de organização e gestão do Estado, em favor de uma administração pública gerencial. A forma de atuação do Estado, fundamentada no modelo de administração pública burocrática, tornou-se incapaz de processar as demandas sempre crescentes dos cidadãos, por conta dos desequilíbrios financeiros acumulados na década de 1980 e da acirrada competição entre países, ocasionada pelo processo de globalização da economia mundial. O esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado motivou o governo a mobilizar uma intensa atividade reformadora. Para o então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira (1996, p. 17), a reforma do aparelho do Estado deveria pressupor dois objetivos básicos: “a curto prazo, facilitar o ajuste fiscal, particularmente nos estados e nos municípios, onde existe um claro problema de excesso de quadros; a médio prazo, tornar mais eficiente e moderna a administração pública, voltando-a para o atendimento dos cidadãos”. Em atribuição a essas projeções, o programa de ajuste estrutural, definido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, incentivou o enxugamento da máquina estatal e atribuiu novas funções sociais à iniciativa privada, com vistas a devolver ao Estado a capacidade de definir e implementar de forma eficiente políticas públicas.

No cenário brasileiro, as reformas (pontuais) da educação superior foram estruturadas em sintonia com as políticas e diretrizes de modernização da administração pública federal, sumarizadas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995). O programa de ajuste estrutural, definido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC/1995-2002), proporcionou alterações nas funções e no papel político e jurídico do Estado com vistas a atender às exigências da nova ordem econômica mundial. O modelo de administração pública burocrática, instituído no Brasil em meados da década de 1930, tornou-se incapaz de processar as demandas sempre crescentes dos cidadãos, por conta dos desequilíbrios financeiros acumulados na década de 1980 e da acirrada competição entre países, desencadeada pelo processo de globalização econômica. A crise da administração pública brasileira, ocasionada pela intensificação da crise fiscal e pelo esgotamento da estratégia estatizante de intervenção econômica e social do Estado, recolocou no centro do debate a necessidade de redefinir o papel do Estado, com o objetivo de torná-lo mais ágil e flexível face às demandas do capitalismo contemporâneo. A rigidez da máquina administrativa manifestada na baixa capacidade de formulação, implementação e controle das políticas públicas, motivou o governo a instaurar um processo de transição do modelo de administração

burocrático para o modelo gerencial, caracterizado pela redução dos gastos públicos e fortalecimento da iniciativa privada (BRASIL, MARE, 1995, p. 12-13).

A intensa atividade reformadora, empreendida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) no campo da administração pública, levou a cabo as premissas do ajuste estrutural, projetadas pelos organismos internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI, OMC, BID, dentre outros). O Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), elaborado em reação a crise da administração pública burocrática, estimulou o enxugamento da máquina estatal e atribuiu novas funções sociais à iniciativa privada, com o objetivo de alcançar o equilíbrio fiscal e a estabilização econômica pela redução dos gastos públicos. Durante esse período, as políticas educacionais estiveram engajadas a um novo padrão de intervenção do Estado, amparado, sobretudo, no reducionismo economicista<sup>8</sup> de aporte neoliberal, com vistas a torná-lo menor, mais ágil, flexível e eficiente no atendimento às demandas políticas, econômicas e sociais. O economicismo e o privatismo adotados por vários países em desenvolvimento, inclusive pelo Brasil, em favor do programa de reestruturação econômica, abateram mais fortemente sobre a educação superior. Na prática, o processo de modernização do Estado, cujas diretrizes se encontram sumarizadas no Consenso de Washington, estimulou a transformação desse setor em um bem de serviço comercializável, caracterizado pela predominância dos interesses privado/mercantis (BECHI, 2013).

Nessa direção, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), ao estabelecer as estratégias necessárias à chamada modernização e aumento de eficiência da administração pública, situou as universidades e os centros de pesquisas entre os *serviços não exclusivos e competitivos* do Estado<sup>9</sup>. Na transição para o modelo gerencial, as universidades

---

<sup>8</sup> O ‘reducionismo economicista’ é uma das vias de imposição da hegemonia do capital financeiro internacional que reduz todos os fatos sociais à dimensão econômica e a economia às regras do mercado. No que diz respeito às políticas para a educação do Banco Mundial, tem-se a definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica (LIBÂNEO, 2012, p.19). Na interpretação de Coraggio (1996, p. 104), “o modelo admite a intervenção estatal na educação, pressupondo que para garantir a eficiência do sistema o setor público deva concorrer abertamente com o setor privado e que os mecanismos de alocação pública de recursos se assemelham aos do mercado ideal”. No Brasil, a elaboração e consolidação das políticas públicas foram subordinadas ao programa de ajuste fiscal elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Aparelho do Estado (MARE). No decorrer desse processo, as universidades foram subordinadas “às regras do mercado, mediante a competição pelo autofinanciamento” (OLIVEIRA, 1999, p. 152).

<sup>9</sup> Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (MARE/1995) estrutura-se a partir de quatro setores estatais, em relação aos quais elabora diferentes proposições: (1) o *núcleo estratégico*, encarregado das funções estatais básicas, relativas à definição e execução das leis e políticas públicas, levadas a cabo pelos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pelo Poder Executivo (Presidente da República e ministros de Estado); (2) as *atividades exclusivas*, correspondentes aos serviços estatais em que o poder de legislar e tributar são exercidos. É o “setor no qual são prestados serviços que só o Estado pode realizar, ou seja, aqueles em que se exerce o poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar” (BRASIL, MARE, 1998, p. 10). Inclui a polícia, as forças armadas, os órgãos de fiscalização, a seguridade social básica, o Sistema Unificado de Saúde, o controle do meio

públicas deveriam ser transferidas à propriedade pública não estatal, constituída pelas organizações sociais sem fins lucrativos. De acordo com Villardi e Oliveira (1999, p. 97), “o conceito de entidade pública não estatal tem como base a ideia de que o serviço continua sendo considerado público, ou de interesse público, mas sua prestação passa a ser descentralizada, podendo ser exercida por empresas privadas ou por organismos da sociedade civil”. Isso gerou um crescente afastamento do Estado no que concerne aos investimentos e ao financiamento da educação superior. As medidas políticas e orçamentárias impostas pelo governo federal ao chamado terceiro setor (atividades não exclusivas) provocaram a diminuição de recursos destinados ao pagamento de pessoal e à efetiva manutenção física das instituições públicas federais. As reformas educacionais consubstanciadas no octênio FHC obrigaram-nas a procurar por fontes alternativas de recursos financeiros junto a outras esferas do setor público e à iniciativa privada para a manutenção de suas atividades, principalmente aquelas relacionadas à pesquisa e extensão.

As estratégias de publicização, por meio das quais as IFES foram transformadas em organizações sociais, pressionaram as instituições públicas a atuarem em parceria com o setor privado, com vistas a aumentar a qualidade e eficiência dos serviços e a torná-las menos dependentes dos recursos públicos. No entanto, para que esse programa pudesse efetivar-se no âmbito da educação superior, as políticas educacionais adotadas pelo Estado concederam uma maior *autonomia financeira* às IFES, a exemplo do artigo 54 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Essa, por sua vez, diferencia-se do princípio de *autonomia de gestão financeira* expresso no artigo 207 da Constituição Federal (CF/88). A primeira é instrumental e pragmática, uma vez que supõe a liberalização da universidade para captar recursos suplementares junto a fontes privadas, sem amarras legais. Na autonomia gerida aos moldes constitucionais, as instituições dispõem da liberdade de propor o seu orçamento e gerenciar, de acordo com as suas necessidades, os recursos repassados pelo Poder Público. O novo modelo de universidade, conforme salienta Sguissardi (2009, p. 126), “além de mover-

---

ambiente, os serviços de desemprego, o subsídio à educação básica, as agências de financiamento, fomento e controle de serviços sociais, entre outros; (3) os *serviços não exclusivos ou competitivos*, vinculados à propriedade pública não estatal, mantidos pelas organizações sociais de direito privado, por meio de um processo de publicização que assegura seu caráter público. De acordo com esse documento, os serviços não exclusivos correspondem “ao setor onde o estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder do Estado” (BRASIL, MARE, 1995, p. 41). Mesmo abstendo-se do poder estatal, esses serviços receberiam subsídios financeiros do Estado, pois envolviam direitos fundamentais, como os da educação e da saúde; e (4) a *produção e bens e serviços para o mercado*, realizada basicamente pela propriedade privada. Essas atividades permaneceriam no aparelho do Estado, porém, eram economicamente rentáveis, podendo ser controladas pelo mercado e administradas privadamente, como é caso do setor de infraestrutura.

se no espaço competitivo do mercado ou do quase mercado para a obtenção de recursos alternativos, tem exigido a adoção, por essas instituições, de uma gestão com forte estilo corporativo-empresarial”. Em clima de competição mercantil, as universidades públicas tiveram que buscar recursos junto a outras fontes que não o fundo público, por meio da comercialização das suas pesquisas, cobrança de mensalidades dos alunos, prestação de serviços à população, oferecendo cursos de pós-graduação *lato sensu* e extensão, consultorias, assessorias, entre outros.

Na década de 1990, durante o processo de estabilização econômica e ajuste fiscal, as universidades públicas foram submetidas ao arrocho salarial e à diminuição progressiva dos recursos destinados à sua manutenção e desenvolvimento. De acordo com Sousa (2010, p. 05) a “postura do Estado brasileiro, contribuiu para que a educação superior ficasse sujeita a formas diversas de privatização, as quais continuaram (e continuam) a se manifestar, ainda que sob outros matizes, no governo seguinte”. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN/96) - documento proclamado favorável às políticas neoliberais praticadas pelo governo - proporcionou importantes vantagens políticas e econômicas às instituições privadas, autorizando-as a venderem seus serviços ao quase mercado educacional e a se expandirem como “empresas lucrativas”. As instituições privadas, aproveitando-se da situação de crise do setor público, “captaram para si a demanda reprimida na população da classe média para a formação superior, desfrutaram com excepcional senso de oportunidade das facilidades oferecidas por governos [...] e se beneficiaram de recursos financeiros diretos ou indiretos” (GENTILI apud MANCEBO, 2008, p. 64).

Além de incentivar a implantação da autonomia universitária plena, o governo federal propôs a construção de políticas que viabilizassem uma maior diversificação do sistema de educação superior, mediante a criação de instituições não universitárias e o aumento das instituições privadas. Em atribuição a essa proposição, nos anos subsequentes à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-96) - documento proclamado favorável às políticas neoliberais praticadas pelo governo - foram publicados, respectivamente, os decretos nº 2.207/97, nº 2.306/97 e nº 3.860/01, os quais estabeleceram distinções inéditas no que diz respeito à natureza jurídica e à organização acadêmica das instituições de educação superior (IES). O reconhecimento das instituições privadas com fins lucrativos (empresas comerciais) e a implantação de políticas de diversificação institucional aceleraram o processo de privatização do ensino superior no Brasil. Essas medidas, além de outras que afetaram os direitos trabalhistas da comunidade universitária, foram aprovadas pelo Ministério da Educação com vistas a superar, de modo especial, a suposta proeminência

do modelo de universidade de pesquisa, o financiamento do ensino superior público com verbas federais, o excessivo envolvimento do governo em relação aos serviços não exclusivos do estado, os limites da expansão e a ausência da qualidade e equidade (SGUISSARDI, 2009, p. 36).

Esse processo de mercantilização da educação superior, fundamentado no reducionismo economicista de aporte neoliberal, ganhou “fôlego” no limiar do século XXI. As reformas implementadas nos governos de Lula da Silva (PT/2003 - 2010) fortaleceram o empresariamento desse nível de ensino por meio da regulação das parcerias público-privadas, da operacionalização dos contratos de gestão e da reestruturação do trabalho docente à luz do novo modelo de acumulação capitalista.

As transformações políticas, econômicas, sociais e culturais das últimas décadas abateram diretamente sobre a educação superior e suas estratégias de avaliação. O projeto neoliberal preconiza a diminuição da capacidade de o Estado fazer políticas públicas inclusivas, centradas, por exemplo, no desenvolvimento de um possível projeto de educação pública, gratuita e de qualidade (AZEVEDO, 2011). Por conta disso, as instituições de educação superior, em especial as universidades, têm se estruturado e atuado em sintonia com os interesses econômicos. Em linhas gerais, as reformas estabelecidas no contexto do capitalismo flexível têm determinado a instrumentalização da educação superior para o mercado. As políticas educacionais são elaboradas e materializadas tendo em vista os seguintes conceitos: eficiência, empreendedorismo, competitividade, produtividade, rentabilidade, lucro, consumismo. Esse conjunto de conceitos, articulados ao modelo de gestão empresarial, combina e estimula o desenvolvimento da concepção de universidade empresarial. A ideologia da eficiência, competitividade e produtividade, segundo afirma Sobrinho (2003, p. 107), alimenta a crença de que uma instituição bem gerenciada de acordo com as exigências de uma gestão de mercado seria conseqüentemente uma instituição ajustada e de boa qualidade”.

A ideologia da eficácia e do desempenho, materializada na gestão empresarial, se torna sinônimo da noção de qualidade. A qualidade da educação superior, incluindo o desempenho do trabalhador docente, tem sua expressão mais exata e clara na quantificação e na posterior qualificação da produção. Esse processo de mensuração da qualidade das atividades desenvolvidas pelas IES segue a lógica da avaliação quantitativa. Isso ocorre porque a avaliação tem centralidade nas transformações preconizadas pelo novo modo de produção capitalista, incluindo, de modo particular, as reformas da educação. Os processos de

transformação da educação, especialmente a superior, estão articulados às reformas e modernização do Estado e da economia. A avaliação, por conseguinte, tem sido implementada em sintonia com as iniciativas como a flexibilização dos contratos, a diversificação das fontes de financiamento, a otimização dos recursos investidos e outras medidas referentes à noção de eficiência, preconizados pela visão economicista. Para os neoliberais, “não há nenhum Estado moderno que abra mão das reformas, não há nenhuma reforma importante do Estado que não tenha como fundamental a transformação da educação superior, não há reforma consistente da educação superior que não tenha em seu centro a avaliação” (SOBRINHO, 2003, p. 98).

As avaliações praticadas pelos governos, calcadas na lógica efficientista e produtivista, têm por finalidade adequar as IES às novas necessidades do mercado. Com isso, o projeto neoliberal visa desresponsabilizar o Estado na promoção de políticas públicas e aumentar o seu poder regulador e avaliador sobre os resultados. A quantificação dos resultados obriga as IES e os trabalhadores docentes a exercitarem a sua capacidade competitiva, de modo a elevar a produtividade e otimizar a capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos. A opção preferencial, do modelo de gestão empresarial, pelos procedimentos quantitativos chega a constituir-se como uma verdadeira “quantofrenia” no âmbito da educação superior, tornando a avaliação uma espécie de “corrida”, na qual vence aquele que somar mais pontos. A necessidade de organizar resultados comparativos e classificatórios reduz a autonomia universitária e submete os docentes à lógica produtivista e mercadológica. De acordo com Sobrinho (2003, p. 109), “a avaliação se materializa como instrumento de controle sobre os indivíduos, as instituições e o sistema e opera como se fossem valores primordiais, a eficiência, o lucro, a produtividade, a competitividade, a operacionalidade, a racionalidade instrumental”.

A internalização dos padrões das empresas privadas e da lógica de mercado no âmbito da educação superior transformou o sentido da docência e da pesquisa. A performance do docente é quantificada e a “qualidade” do seu trabalho passa a ser determinada pela produtividade. Particularmente, as alterações no cenário da educação superior, inauguradas na década de 1990, afetam diretamente a organização do trabalho docente, pois “forçam o ritmo da produção, incrementam as tarefas a serem realizadas, instituem horários atípicos, com a aceleração no desempenho das atividades e o aprofundamento de uma dinâmica ‘produtivista-consumista’ [...]” (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p. 49). Na busca constante pela redução e “otimização” dos recursos públicos, as políticas projetadas pelo Ministério da Educação (MEC) impuseram a reconfiguração do trabalho docente com base na lógica da

avaliação por desempenho/produtividade (quantitativa), que resultou na intensificação do regime de trabalho e quantificação dos afazeres profissionais. A submissão das políticas educacionais à lógica de mercado provocou um intenso processo de subjetivação docente, calcada, sobremaneira, no medo, na instabilidade, no individualismo e na concorrência exacerbada.

### **4.3 A subsunção do trabalho docente à lógica de mercado.**

As políticas educacionais, materializadas no Brasil a partir da década de 1990, provocaram a subsunção do trabalho docente à lógica do capitalismo flexível. Isso está aliado ao fato de as reformas na área educacional terem sido concebidas em favor da manutenção das margens de produtividade do capital e da construção de um novo modelo de governança do Estado, centrado no enxugamento do setor público e expansão da lógica de mercado. As tratativas de passagem do Estado provedor para o Estado Regulador, com o intuito de reduzir os gastos sociais e ampliar as funções do mercado no desenvolvimento econômico e social, impõem demandas organizativas que acarretam, entre outros elementos, a flexibilização do trabalho docente. O Estado regulador se constitui de diversas formas, como por exemplo, por meio da flexibilização das leis trabalhistas, privatizações, comercialização dos serviços públicos e publicização. Essa nova forma de governança, calcada no modelo de gestão próprio das empresas privadas, tem por finalidade otimizar a eficiência na realização dos fins almejados pelo Estado, de modo a elevar a produtividade com um menor aporte de recursos públicos. O desempenho produtivo das instituições públicas e privadas, incluindo a área educacional, é mensurado a partir de avaliações quantitativas, expondo os trabalhadores a comparações e intensificando competitividade (CAMPOS, 2005; SILVA e SANTOS, 2011; BRITO, PRADO, NUNES, 2017).

Nessa direção, as reformas educacionais assentam-se nos princípios de maior eficiência e performatividade, assim como nas empresas modernas, onde o foco privilegiado é o estímulo à competição e o aumento da produtividade. A disseminação da racionalidade toyotista/neoliberal, responsável pelo processo de modernização dos Estados nacionais em âmbito mundial, vem impondo a formação de um novo trabalhador docente. Nas últimas décadas, a lógica de mercado atingiu diretamente as formas de trabalho imaterial, incluindo o trabalho docente, extraindo direitos e exigindo-lhes uma melhor performance competitiva. O novo docente deve ser um profissional competente e eficiente, capaz de apresentar um bom

desempenho nas atividades. O modelo de produção capitalista flexível tende a transformar o trabalho docente em trabalho produtivo, sujeitando-o às estratégias de crescimento econômico e de expansão do mercado educacional. (SILVA, SANTOS, 2011; PINTO, 2015; BRITO, PRADO, NUNES, 2017). Assim sendo, quais os efeitos da proliferação da racionalidade toyotista/neoliberal e da lógica de mercado na vida e no trabalho dos docentes da educação superior?

#### 4.3.1 O predomínio da lógica mercantilista/produtivista no âmbito das políticas para a educação superior

No contexto da acumulação flexível, os trabalhadores docentes vêm sendo pressionados a aumentar quantitativamente a produção de modo a atender às metas de pontuações definidas pelos órgãos de fomento à pesquisa, aos indicadores de avaliação institucional e às políticas de diversificação e racionalização dos recursos financeiros. As políticas da educação superior têm provocado alterações substantivas nas condições de trabalho docente, dentre as quais podem-se destacar: a flexibilização contratual das relações de trabalho por meio da incorporação e/ou proliferação de (sub) contratações temporárias de professores; a intensificação do regime de trabalho em função da sobrecarga de aulas/turmas, das exigências por maior produtividade docente e do respectivo aumento da carga horária real e extraclasse; a flexibilização do trabalho decorrente do incremento e/ou diversificação de tarefas a serem cumpridas; e a constante submissão do professor a diferentes sistemas avaliativos. Nesses termos, a prevalência da lógica produtivista e da competitividade no âmbito da educação superior, legitimada pelas políticas educacionais de caráter neoliberal, tem absorvido o tempo do docente pela ampliação do conjunto de tarefas, incluindo: aumento das horas-aula, correção de trabalhos das disciplinas; orientações de monografias, dissertações e teses, desenvolvimento de atividades de pesquisa, publicações, apresentação e participação em eventos científicos, preenchimento de relatórios e formulários, emissão de pareceres, captação de recursos extraorçamentários, dentre outras.

O novo modelo de governança, estruturado sobre o princípio do Estado mínimo para os investimentos público-sociais e máximo no que diz respeito aos interesses do mercado, pautou-se no desenvolvimento de novas formas de organização na estrutura e na gestão das instituições, gerando implicações profundas para a profissão docente. Em razão da necessidade do Estado em estabelecer as novas condições para a acumulação, o trabalho docente tem sido constantemente moldado pelos imperativos econômicos. As reformas

educacionais adicionadas ao contexto de redefinição do papel do Estado se basearam na implementação de políticas de caráter mercadológico, ligadas à lógica produtivista e efficientista imanentes ao espírito toyotista/neoliberal. A compreensão da educação enquanto um bem comercializável, aliada a lógica de acumulação flexível, tem aprofundado o processo de mercantilização da força de trabalho docente e de seu conhecimento. A redução dos investimentos em educação e a constante busca por maiores níveis de concorrência no mercado educacional tem levado as IES públicas e privadas a flexibilizar as condições de trabalho docente, restringindo direitos e ampliando a produtividade individual. As mudanças no trabalho docente são estruturadas aos moldes das transformações do mundo do trabalho em geral. As atuais formas de organização e avaliação das IES obedecem a lógicas individualistas que despersonalizam o trabalho docente, privando-os de sentido em razão dos permanentes prazos a cumprir e resultados a serem alcançados (WALKER, 2016; GARCIA, HIPÓLITO, VIEIRA, 2005; BRITO, PRADO, NUNES, 2017). Segue, então, algumas medidas que atuaram no processo de intensificação e precarização das condições de trabalho docente.

No âmbito da reforma e modernização do Estado brasileiro, o governo de Fernando Henrique Cardoso implantou dois programas emergenciais com o objetivo de adiar os impactos mais destrutivos da crise estrutural e financeira enfrentada pelas Instituições Federais de Educação superior (IFES): a *Gratificação de Estimulo à docência* (GED), pela lei nº 9.678/98, que impunha a elevação da carga horária dos professores, como condição para o recebimento de um adicional a ser incorporado em seu salário; e a chamada *Emenda ANDIFES*, que estabeleceu uma compensação orçamentária para as universidades federais, mediante a construção de uma nova matriz de distribuição dos recursos financeiros: as instituições que apresentassem maior expansão da oferta de vagas obteriam, sucessivamente, mais recursos para a sua manutenção. O direcionamento de ambas as propostas no seio das reformas educacionais propiciou a internalização da lógica da avaliação produtivista, respondendo aos princípios político-econômicos emanados pelos organismos internacionais de financiamento. O programa de gratificação - direcionado aos professores ativos, lotados e em exercício nas Ifes – estabeleceu uma relação equivalente entre a pontuação obtida e os valores financeiros atribuídos à remuneração do servidor. Para obter a gratificação em seu valor integral os docentes deveriam atingir 120 pontos, de um total de 140, com ênfase no aumento do número de aulas ministradas.

A GED e a Emenda ANDIFES tornaram-se instrumentos da política governamental para a expansão da oferta de vagas e a elevação do número de alunos em cursos de graduação

nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES). A consolidação dessas estratégias políticas pelos precursores das reformas neoliberais no Brasil, com o intuito de amenizar a crise enfrentada pelas universidades e as reivindicações sociais pela democratização da educação superior pública e gratuita, se sucedeu em consonância com as finalidades preconizadas pelo modo capitalista de produção. O capitalismo contemporâneo, na busca de respostas para a “crise de acumulação e, como parte de seu desenvolvimento, elaborou um modelo de organização da produção, com o objetivo de extrair uma maior produtividade do trabalhador e racionalizar a produção exercendo um maior controle” (PINTO, 2000, p. 21). As reformas do sistema federal de educação superior, empreendidas sob o prisma da racionalização dos gastos públicos, demandaram um intenso processo de reestruturação do trabalho docente. A expansão da oferta de vagas nas Ifes e a complementação financeira compreendida aos docentes esteve condicionada à otimização da estrutura física e dos recursos humanos disponíveis, mediante a flexibilização de tarefas e o aumento do número de horas/aula semanais dedicadas à graduação.

O novo padrão de acumulação capitalista, associado à flexibilização dos processos de trabalho e produção, tem subordinado a educação aos ditames impostos pela lógica perversa do capital. A cultura da produtividade/desempenho se dissemina pelo universo acadêmico, propiciando a reconfiguração da produção pedagógica e intelectual dos docentes em exercício nas instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas, em torno de critérios e indicadores de avaliação meramente quantitativos. A lógica do mérito, associada à quantificação e classificação da produção acadêmica, tem sido legitimada pelas políticas de avaliação das instituições de ensino superior (IES), a exemplo da lei n. 10.861, de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esse sistema tem por objetivo promover a avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes (Art. 1), por meio da atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas (Art. 4). Os mecanismos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliação externa), projetados para viabilizar o controle de qualidade dos serviços educacionais, interferem diretamente na rotina dos professores universitários, provocando a perda de autonomia, a alienação e o desenvolvimento de atividades que se alastram para além dos muros das instituições.

Concomitantemente, as medidas de incentivo a mercadorização dos serviços educacionais pelas IES públicas e a difusão do espírito empreendedor entre os pesquisadores têm oxigenado o processo de intensificação e precarização das condições de trabalho docente.

As políticas de financiamento da educação superior brasileira, implementadas em conformidade com as orientações-chave do Banco Mundial, estimularam as IES públicas a diversificar suas fontes de financiamento e a utilizar os recursos financeiros de forma mais eficiente. As universidades públicas foram incentivadas a buscar recursos junto a outras fontes que não a do fundo público, por meio da comercialização de suas pesquisas, prestação de serviços à população, consultorias, dentre outros mecanismos. Isso se deve, de modo especial, à garantia de autonomia financeira para geração de receitas próprias (LDB/96), à regulamentação das parcerias público-privadas (PPP) e dos contratos de gestão estabelecidos entre as fundações de direito privado e as universidades federais. Nessas circunstâncias, o processo de mercantilização da educação superior obteve respaldo com a implementação da lei nº 10. 973 (Lei de Inovação Tecnológica), de 02 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. O estabelecimento de parcerias entre as instituições públicas e as empresas privadas (PPP) tem por intuito viabilizar o fortalecimento das atividades de pesquisa e a produção de conhecimentos apropriáveis pela cultura capitalista, de modo a incorporar incentivos adicionais ao vencimento dos docentes/pesquisadores e a propiciar o desenvolvimento científico e tecnológico do país com o apoio de recursos fornecidos pelo capital privado.

As medidas estabelecidas para os efeitos da Lei de Inovação Tecnológica subordinaram as universidades aos interesses específicos e imediatos do mercado/campo empresarial. A reestruturação e/ou modernização da produção intelectual no âmbito acadêmico, projetada em consonância com políticas de cunho economicista, tem vinculado o trabalho docente em empresas privadas e a ação dessas empresas nos espaços públicos. Isso tem intensificado o processo de privatização interna das instituições públicas de ensino superior e a consequente submissão do trabalho docente à lógica do capital. Na medida em que as empresas se apropriam dos projetos de pesquisa e da força de trabalho dos intelectuais para extração de mais valia, a universidade tende a abandonar a sua identidade e suas finalidades de busca desinteressada pela verdade. A comercialização dos serviços educacionais pelas IES públicas, como alternativa para captação de recursos extraorçamentários, condiciona as atividades docentes às regras impostas pelas organizações privadas. De acordo com a lei nº 10. 973/04, os dirigentes, os criadores ou qualquer outro servidor que tenha participado do desenvolvimento ou dos resultados de uma determinada pesquisa, são proibidos de divulgá-la ou publicá-la, sem antes obter expressa autorização da Instituição Científica e Tecnológica (ICT). Sendo assim, a Lei de Inovação Tecnológica “tenderia a comprometer o estatuto da autonomia universitária, criando condições propícias

para a adoção de práticas heterônomas na pesquisa em instituições federais de ensino superior” (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2005, p. 25).

Esse processo de mercantilização das IES públicas foi intensificado a partir das mudanças implementadas na Lei nº 13.243/2016, que altera a Lei nº 10.973/04. As medidas aprovadas produziram reflexos sobre a carreira docente, pois estimularam a contratação de pesquisadores para áreas afins e a ampliação da carga horária para os professores com dedicação exclusiva, afim de que esses se dediquem a pesquisas privadas. Com isso, busca-se a complementação salarial dos docentes e a captação de recursos privados para IES públicas. Por conseguinte, a nova “Lei de Inovação Tecnológica”, segundo afirma Maués e Souza (2016, p. 78), possibilitou uma “maior privatização das instituições públicas, quer pelo compartilhamento da infraestrutura e de pessoal, o tal “capital intelectual”, quer pela flexibilização dos concursos públicos, uma vez que permite a contratação temporária de pessoal, inclusive pesquisadores nacionais ou estrangeiros, sem concurso”. Retornando ao governo de Lula da Silva (PT - 2002/2005 – 2006/2009), destaca-se também a Portaria Normativa Interministerial MEC/MP nº 22/2007, alterada pela de nº 224/2007 (Banco de professor-equivalente), cujas medidas deram preferência para as IES públicas estabelecerem vínculos empregatícios de 20 horas semanais (MAUÉS, SOUZA, 2016, p. 77).

A reconfiguração do trabalho docente na educação superior, conduzida sob o prisma da organização produtiva emergente, obteve respaldo com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O Programa, instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tem por objetivo dotar as universidades federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e a permanência de jovens na educação superior. As universidades que aderiram ao plano de reestruturação deveriam indicar estratégias e etapas para a realização dos objetivos propostos pelo Programa. Caberia a cada instituição de ensino elevar as taxas de conclusão dos cursos de graduação para 90% e a relação de estudantes de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito. Em contrapartida, o Ministério da Educação propôs um limitado acréscimo de vinte por cento das despesas de custeio e pessoal para cada universidade federal que aderir ao plano de reestruturação. Mas, nos termos do decreto de criação do Reuni, os recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do programa, correriam à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação (BRASIL, 2007).

As ações concernentes ao processo de reestruturação e expansão do acesso à universidade federal, operada pelo Reuni, levaram a cabo o projeto de racionalização dos

investimentos públicos, por intermédio da “otimização” da estrutura física e de recursos humanos das instituições de educação superior. O aumento do número de alunos por professor em cada sala de aula estaria consagrando a figura do “professor do ensino terciário”, retratada nos documentos internacionais, produzidos pelo Banco Mundial. Devido à quantidade de trabalho na graduação, o professor não desenvolve ou desenvolve com muitas limitações um projeto de pesquisa, impossibilitando-o de atuar em programas de pós-graduação. O aumento vertiginoso das atividades docentes tem o transformado em um profissional dedicado exclusivamente ao ensino, “que não publica ou publica ‘pouco’ (segundo as exigência da Capes e do CNPq), pois não tem tempo para escrever; que não participa de eventos científico nacionais e/ou internacionais porque não tem verba pública, disponibilizada para garantir esta participação” (LIMA, 2011, p. 92).

Os estudos sobre os impactos das reformas da educação superior ao trabalho docente direcionaram diferentes críticas à Lei nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e do Magistério do Ensino Básico Federal, Técnico e Tecnológico. Essa lei foi aprovada com a finalidade de “reestruturar” a carreira docente, uma das principais demandas do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). Mas, conforme interpretação de Maués e Souza (2016, p. 77-78), ao invés de trazer benefícios e tornar a carreira mais atrativa, as medidas provocaram um grande achatamento salarial. Dentre as transformações que trouxeram prejuízos à classe docente, inclui-se a Lei nº 12.618/2012, que cria o regime de previdência complementar para os servidores públicos. Esse limita o valor das aposentadorias e das pensões ao valor do teto do benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e seu funcionamento está atrelado à capitalização das contribuições dos trabalhadores. O dinheiro, que, por sua vez, é investido no mercado financeiro em títulos públicos, em fundos de renda fixa, no mercado imobiliário e de ações, passa a depender do humor do mercado para garantir a rentabilidade dos investimentos. Inclui-se também nessa lista a Lei nº 13.325/2016, que altera a remuneração, regras de promoção, incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação<sup>10</sup>.

As reformas estabelecidas na educação superior brasileira em face do enxugamento da máquina estatal, preconizado pelo atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, estimularam a mercantilização da produção intelectual, a disseminação da lógica produtivista

---

<sup>10</sup> Para melhores informações sobre as implicações dessas leis nas condições de trabalho docente, ver: MAUÉS, SOUZA. Precarização do trabalho docente da educação superior e os impactos na formação. *Em aberto*, Brasília, v. 29, n. 97, p. 73-85, set./dez. 2016.

e a precarização do trabalho docente. A racionalização e/ou otimização de recursos pelas instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas, com o intuito de extrair mais valia e elevar a competitividade institucional no “quase-mercado” educacional, tem restringido os profissionais docentes às atividades de ensino e alavancado a flexibilização contratual da força de trabalho. No novo padrão de acumulação capitalista, a figura do professor efetivo - concursado, estável, estatutário e em regime de dedicação exclusiva – tende a compartilhar, de forma cada vez mais intensa, os objetivos, as funções e o ambiente universitário com profissionais contratados em regime temporário e com vínculos trabalhistas precarizados. As reformas implementadas na educação superior brasileira, a partir da década de 1990, impulsionaram a proliferação de contratações de professores por tempo determinado, organizados sobre o regime da *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), e de (sub) contratações precárias, firmadas à margem da lei, por ocultar os direitos trabalhistas dos docentes, a exemplo da licença médica, plano de carreira, férias e 13º salário.

A intensificação da concorrência entre as IES privadas, decorrente de incentivos e abertura ao mercado educacional pelo Estado, deu origem a uma soma de outros elementos que impactam o trabalho docente. Dentre as ações precarizantes adotadas pelas IES, pode-se destacar: a demissão de professores doutores de mais larga experiência, cedendo lugar a contratação de especialistas e graduados; a otimização da estrutura física e dos investimentos em recursos humanos mediante a ampliação do número de alunos por professor; a rotatividade de docentes contratados temporariamente; a redução das remunerações, sem perspectivas de recuperação de perdas salariais; o desempenho acadêmico baseado na lógica produtivista e quantitativa; a aceleração dos ritmos de produção; a fragmentação das atividades docentes; a demissão e (re) contratação de professores segundo as novas leis trabalhistas. O constante clima de ameaça e instabilidade, resultante do enxugamento/otimização da máquina produtiva e das estratégias de controle da produção, tem gerado o acirramento da competitividade, o aumento do potencial de conflitos psicológicos e interpessoais e a responsabilização dos docentes em relação ao seu desempenho individual. Esse modelo de governança, baseado, sobremaneira, na racionalização financeira e no aumento da produtividade, tem intensificado o processo de proletarização docente (SANTOS, 2012).

Nas instituições privadas de educação superior, ampliam-se as contratações de professores por hora-aula, baseados no regime da CLT ou sem qualquer proteção legal, cujas funções e o tempo de trabalho limitam-se ao desenvolvimento de atividades vinculadas ao ensino, eximindo-os das atividades de pesquisa e de extensão. A precarização dos contratos

temporários e o baixo valor pago pela hora-aula pressionam os docentes a elevar ao máximo sua carga horária semanal, a trabalhar em mais de uma instituição, por vezes, com vínculos empregatícios diferenciados e a assumir uma rotina de deslocamentos intensos para dar conta das tarefas diárias. Em face das reformas da educação superior e do atual processo de reestruturação produtiva, os docentes têm convivido com jornadas de trabalho extenuantes, a insegurança dos contratos temporários, a alternância de contratações e dispensa, a redução da autonomia, a alienação, o medo do desemprego e o adoecimento. Em suma, a flexibilização dos contratos de trabalho, o produtivismo acadêmico, as políticas de avaliação e a mercantilização da educação superior, caracterizada pela expansão do setor privado mercantil e a comercialização dos serviços educacionais nas instituições públicas, desencadearam fenômenos como a intensificação e a precarização do trabalho docente. As mudanças na rotina docente provocaram, dentre outras consequências, o incremento do número de atividades, o aumento da competitividade e do individualismo, a instabilidade salarial e contratual, o sofrimento psíquico e a perda da autonomia dos professores (MIRANDA, 2005; LEDA, 2006; SANTOS, 2012).

#### 4.3.2 O trabalho docente no caminho da proletarização.

As reformas educacionais implementadas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, representaram um movimento de aproximação do trabalho docente ao modo de produção capitalista, mediado pela racionalidade toyotista/neoliberal. A busca das IES e dos empresários da educação por melhores espaços no mercado educacional transformou a educação superior em um explícito campo de disputa, marcado pela exacerbação da concorrência e do lucro. A transformação da educação superior em um campo de expansão capitalista submeteu o trabalho docente, mais do que em qualquer época, às necessidades do mercado. O aumento da concorrência entre as IES adequou-o às mudanças ocorridas no mundo do trabalho em geral. No contexto da acumulação flexível, o trabalho docente e a própria produção científica transformam-se em força produtiva, condicionada aos valores produtivistas e a captação de recursos financeiros. De acordo com Mancebo (2007, p. 77), “as instituições de ensino superior são “convidadas” não só a se adaptar às novas composições trabalhistas, como também ajustar seu produto às exigências mais recentes do capital”. Assim sendo, o processo de mercantilização da educação superior, intensificado nas últimas décadas, alterou as condições de trabalho, a carreira, o salário e a previdência. O conjunto do

ordenamento jurídico em vigência no Brasil (apontados anteriormente), cujas medidas deram sustentação às reformas estabelecidas no âmbito da educação superior, produziram consequências devastadoras à classe docente, dentre elas:

a precarização e a intensificação do trabalho dos docentes, a contribuição para o surgimento do precariado, a desestruturação da carreira, o achatamento salarial, as perdas de direitos duramente conquistados, o fim da aposentadoria integral, o surgimento de uma previdência que depende do mercado para funcionar, o encaminhamento para o fim do regime de dedicação exclusiva, o aumento de tempo de contribuição e da idade para a aposentadoria, a desvalorização da titulação, a transformação do professor em um “empreendedor” que deve ser capaz de prover o seu grupo de pesquisa e a própria instituição com recursos arrecadados em empresas privadas (MAUÈS, SOUZA, 2016, p. 79).

A perspectiva economicista-neoliberal compreende os trabalhadores da educação como agentes responsáveis pelas mudanças no contexto das reformas educacionais. Os neoliberais acreditam que o desenvolvimento econômico, político, social, cultural e individual dependem fundamentalmente da adequação dos trabalhadores à nova morfologia do trabalho. Seguindo essa lógica, os trabalhadores da educação são primordiais à melhoria do desempenho dos alunos, da escola e do sistema. Sendo assim, essa perspectiva possui como característica discursiva a culpabilidade outorgada aos docentes pelo fracasso das reformas. Em função da ênfase atribuída às novas configurações do trabalho e a precariedade imanente às condições laborais dos docentes, os professores são vistos como um dos principais responsáveis pela má qualidade da educação (FELDFEBER, 2007; OLIVEIRA, 2005; TELLO, 2011). Nesta mesma linha analítica, Alejandra Shulmeyer (2002, apud TELLO, 2011, p. 155), destaca que “atualmente se observa um certo consenso quando a ideia de que o fracasso ou o sucesso de todo o sistema educacional, na porcentagem da variância explicada pela escola, depende fundamentalmente, ou ao menos em grande medida, da qualidade do desempenho dos seus docentes”. Por conseguinte, pesquisadores alinhavados às premissas neoliberais e documentos elaborados para subsidiar as reformas da educação nos países latino-americanos propõem uma diferenciação nas condições de trabalho e um amplo processo de profissionalização docente, por meio da implementação de políticas que estimulem o crescimento profissional e a melhoria da performance produtiva.

A valorização da profissionalização docente, a fim de aumentar a eficácia laboral e a produtividade individual, está articulada às mudanças atribuídas ao mundo do trabalho pela racionalidade toyotista/neoliberal. A implementação de reformas que expõe os trabalhadores docentes ao medo do desemprego e a responsabilização individual em relação aos resultados

obtidos pelos sistemas avaliativos correspondem às estratégias de captura da subjetividade inerente à lógica de acumulação flexível. O estímulo à competitividade e ao desempenho individual, para obtenção de melhores salários e condições de trabalho, assemelha a categoria docente às demais categorias de trabalhadores, tornando-a uma categoria de trabalho facilmente explorável e relativamente impotente. Essas transformações nas condições e relações de trabalho docente ocorrem na medida em que os setores produtivos e a lógica de mercado avançam sobre o trabalho material e imaterial para conseguir unir produtividade, excelência e redução do tempo de execução das atividades. As consequências de todo esse processo são múltiplas aos docentes que atuam no setor público e privado, destacando-se: a precarização do trabalho, a flexibilização das tarefas e uma nova relação que se estabelece com o tempo de trabalho (MANCEBO, 2007; CARVALHO, WONSIK, 2015).

As ações direcionadas à profissionalização docente, preconizada pela perspectiva economicista-neoliberal, ao invés de tornar a profissão mais atrativa, transformou-se em um amplo processo de intensificação e precarização das condições de trabalho. A subordinação do trabalho docente à avaliação por desempenho estimula a concorrência e eleva o número de atividades para além dos muros institucionais, a fim de obter melhores resultados e torná-los mais produtivos. Na interpretação de Carvalho e Wonsik (2007, p. 382), “a busca por atender à longa lista de exigências e por satisfazer os requisitos de desempenho previstos no âmbito das avaliações, as comparações e os incentivos relacionados ao rendimento, além de acarretar um sobretrabalho, acabam por gerar [...] práticas inúteis ou mesmo danosas”. No Brasil, a inserção dos trabalhadores docentes à racionalidade toyotista/neoliberal se dá em função de que as políticas voltadas para o magistério, sustentadas pelo discurso da valorização, incorporaram critérios de gerenciamento dos recursos humanos similares aos seguidos pelo modelo de gestão do setor privado. Esse novo modelo de gestão propõe o desenvolvimento de métodos de trabalho mais flexíveis e a desregulamentação das relações de trabalho, como forma de estimular a concorrência e o produtivismo.

No contexto da acumulação flexível, a proletarização é apresentada sob a roupagem da profissionalização. A remuneração por desempenho e a flexibilização do trabalho, expressados como ações relevantes à carreira docente, na realidade têm intensificado o processo de proletarização dos profissionais da educação. A proletarização docente decorre, sobretudo, da degradação dos direitos trabalhistas, dos rendimentos e do poder/autonomia do professor. No contexto neoliberal, “o professor da educação superior tem assistido à perda gradual do reconhecimento de sua profissão, que vem deixando de ser atrativa em função dos

baixos salários, das condições inadequadas de trabalho, da inexistência de um plano de carreira que, de fato, a valorize” (MAUÉS, SOUZA, 2016, p. 81). Diante dessa tendência de expropriação dos seus direitos e de implantação de métodos de avaliação quantitativa, o profissionalismo é substituído por responsabilização e as relações entre os colegas e equipes de trabalho são determinadas pela competição e comparação de performances. A instabilidade proveniente da flexibilização das condições de trabalho e a responsabilização dos trabalhadores pelos resultados individuais, são elementos que sustentam a construção de uma nova subjetividade docente.

As reformas da educação superior, no contexto da acumulação flexível, têm estimulado a maximização e a flexibilização do trabalho docente, de forma a reduzir os custos e aumentar os benefícios sobre o processo produtivo das IES. O enxugamento orçamentário, preconizado pelo modelo de gestão neoliberal, gera inúmeros efeitos danosos, incluindo o aumento de contratações precarizadas de novos docentes e/ou a demissão e posterior (re)contratação com base na nova legislação trabalhista. O surgimento do precariado docente decorre, indubitavelmente, da construção de políticas articuladas às metamorfoses do mundo do trabalho, impulsionadas, sobremaneira, pela reestruturação produtiva e pela flexibilização das leis trabalhistas. As reformas da educação superior aproximam, a passos largos, os profissionais da educação em direção ao contingente de trabalhadores que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e a instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part time*, temporário, subcontratado e os crescentes contingentes que vivenciam o desemprego estrutural (CAMPOS, 2005; MAUÉS, SOUZA, 2016; BRITO, PRADO, NUNES, 2017; ANTUNES, 2018). Nessa direção, Carvalho e Wonsik (2015, p. 386) afirmam que “o trabalho docente ficou sujeito à flexibilização das regras de contratação, ao estabelecimento de menores salários, a uma menor estabilidade no emprego, à informalidade, o que implica menos direitos sociais e a adoção de contratos temporários”. Somam-se a isso, um número significativo de professores com duplas jornadas de trabalho e a desarticulação do coletivo dessa categoria, que se encontra em um processo de mercantilização e competitividade ressaltado pela meritocracia.

O precariado, de maneira geral, compreende formas de trabalho de natureza frágil, instável, casual, informal, parcial, sendo explorada dentro e fora do local de trabalho. No âmbito da educação superior, o processo de precarização atinge diretamente, e com maior intensidade, os professores temporários e/ou contratados por hora de trabalho (subcontratados). Esses profissionais não têm estabilidade, recebem salários mais baixos, pois

não estão inclusos em planos de carreira, não tem direito à gratificações e, em muitos casos, não possuem décimo terceiro, férias, dentre outros direitos que são garantidos aos professores efetivos. Com relação às formas de contratação, há professores-horistas exercendo suas funções sem carteira de trabalho assinada ou sem qualquer proteção legal. A instabilidade quanto à conquista/manutenção do emprego e os baixos salários pressionam os docentes a ampliar a carga horária via contratos provisórios, enfraquecem o vínculo com as IES e estimulam as “carreiras nômades”. O aumento da flexibilidade fomenta a individualização do trabalho em termos técnicos e sociais, tornando-se responsável por desatar laços de solidariedade e de seguridade (MIRANDA, 2005; MANCEBO, 2007; MAUÉS, SOUZA, 2016; BRITO, PRADO, NUNES; 2017). Estudos sobre as condições de trabalho docente fazem menção a uma realidade extenuante nas IES privadas, marcada:

pelo medo constante do desemprego; pela ausência de garantia de seus direitos sociais; pela impossibilidade de construção de uma carreira; pela sua desvalorização social; pela perseguição às práticas de organização sindical; pela submissão ao poder do “cliente” (no espaço acadêmico da rede particular também se difunde a máxima empresarial: “o cliente tem sempre razão”); pelas represálias ao exercerem a autonomia e a expressão de suas ideias; e pela estranha exigência de se transformarem em “animadores de auditório” e de ministrarem “aulas-show” que tornam o seu “produto” (ensino) mais atraente, de fácil apreensão e em consonância com as exigências do mercado (SANTOS, 2012, p. 236-237).

A proliferação de subcontratação de professores nas IES públicas e privadas advém da necessidade, imposta pela lógica de produção capitalista, de diminuir os custos de produção e intensificar o controle sobre a sua subjetividade. A captura da subjetividade é uma das principais estratégias adotadas pelo capitalismo flexível para gerir o tempo produtivo do trabalhador. A ampliação da produtividade laboral acontece por meio da internalização do espírito competitivo e empreendedor, estimulado pelos processos de responsabilização (accountability) e flexibilização. No contexto da educação superior, o docente é condicionado, de forma subjetiva, a estabelecer uma nova relação com o *tempo*, retratada na aceleração da produção e ampliação da jornada de trabalho. A captura da subjetividade docente constitui uma das principais estratégias consubstanciadas pelo capitalismo flexível para elevar a (auto)intensificação do trabalho. A concorrência e o produtivismo são assumidos pelos trabalhadores como um projeto de vida pessoal. Isso ocorre porque o projeto toyotista/neoliberal sustenta sua estrutura política, econômica, cultural e produtiva nos princípios da autonomia e da liberdade. A visão economicista pressupõe que todos os

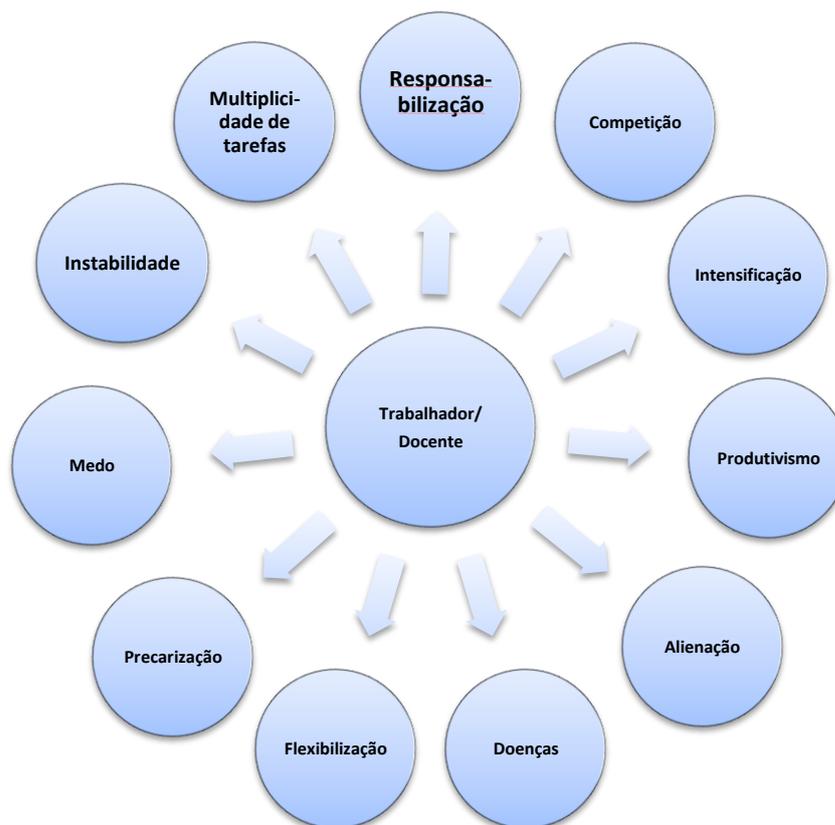
trabalhadores possuem condições para conquistar o progresso profissional, basta aliar *performance* e flexibilidade (CAMPOS, 2005; BRITO, PRADO, NUNES, 2017)

No contexto neoliberal, o trabalhador docente torna-se responsável pelo seu desempenho, renda e futuro profissional. Esse processo de responsabilização, aliado a instabilidade profissional, tem provocado a subsunção da subjetividade docente aos interesses do mercado. A internalização da lógica de mercado pelas políticas educacionais, preconizadas pelo modelo de acumulação flexível, tornaram as IES “reféns do capital e os pesquisadores a mais nova categoria de trabalhadores explorados, sem necessidade de fábricas nem de esteiras mecânicas nem de cartões de ponto” (MACHADO, BIANCHETTI, 2011, p. 249). Em razão disso, os professores da educação superior se encontram em uma situação complexa de trabalho, em um contexto marcado pela constante aumento do nível das demandas laborais e pelo prolongamento do tempo de trabalho. Eles são obrigados a desempenhar múltiplas e variadas atividades que, por sua vez, vão além das funções docentes e, na maioria das vezes, são desempenhadas para além dos muros das IES. Além das atividades de sala de aula, os profissionais docentes desenvolvem atividades de investigação, extensão, gestão e vinculadas a sua formação, nas quais se somam atividades como o preenchimento de inúmeros relatórios, formulários, emissão de pareceres, captação de recursos extraorçamentários, dentre outras. A dinâmica produtivista importa para o interior das IES a sociedade da urgência, pois compreende leituras apressadas do último lançamento, o imediatismo das pesquisas, o aligeiramento dos cursos e a formação de mais alunos em menos tempo (MANCIBO, 2007; WALKER, 2016).

A multiplicidade e o aligeiramento de tarefas deu origem a um processo de dilatação das atividades do professor e a consequente intensificação e precarização das condições de trabalho. O novo modelo de produção, preconizado pelas reformas educacionais e pelo mercado educacional, força o incremento de tarefas, o estabelecimento de horários atípicos, a aceleração no desenvolvimento das atividades. Ao assumir várias funções e responsabilidades, o tempo produtivo do docente ultrapassa o tempo de trabalho prescrito. Por conseguinte, o tempo de trabalho dependido para a realização das múltiplas atividades demandadas, além de acelerado, não é delimitado. A produtividade invade o tempo do ócio, do lazer, do descanso, das atividades em família. O trabalho torna-se exclusividade no contexto marcado pela flexibilidade e polivalência. O controle do tempo de trabalho deixa de existir em razão do controle da produtividade, imposto pelos métodos avaliativos quantitativos e pela intensificação da concorrência. Assim sendo, a lógica da produtividade

insere-se na vida profissional e acadêmica, trazendo vários prejuízos às relações interpessoais e à subjetividade dos profissionais da educação (WALKER, 2016; MANCEBO, 2007; BRITO, PRADO, NUNES, 2017). Nesse sentido, a Figura 4 apresenta, de maneira sintetizada, os mecanismos e as consequências do processo de proletarização docente.

**Figura 4: Os caminhos e as consequências da proletarização**



Fonte: Elaboração própria, com base em: Ball, 2005; Ball, 2010; Bechi, 2017; Brito, Prado, Nunes, 2017; Campos, 2005; Carvalho, Wonsik, 2015; Feldfeber, 2007; Lima, 2011; Tello, 2011; Machado, Bianchetti, 2011; Mancebo, 2007; Mancebo, Franco, 2003; Marrow, Torres, 2004; Miranda, 2005; Maués, Souza, 2016; Oliveira, 2005; Pinto, 2000; Santos, 2012; Silva, Santos, 2011; Walker, 2016.

O cenário de expropriação dos direitos dos trabalhadores e a submissão da subjetividade aos interesses do capital impactam diretamente sobre a vida pessoal e profissional do professor. A nova lógica de acumulação capitalista, caracterizada pelo enxugamento orçamentário e pela flexibilização da produção e do trabalho, “intensifica o regime de trabalho, aumenta o sofrimento subjetivo, neutraliza a mobilização coletiva e aprofunda o individualismo, atingindo, obviamente, não somente os trabalhadores precários, mas carreando grandes consequências para a vivência e a conduta de todos aqueles que trabalham nas IES” (MANCEBO, 2007, p. 77) A abdicação do tempo de descanso, de lazer e

de hábitos saudáveis como a prática de atividades físicas, em prol da produção acadêmica, pode comprometer seriamente a saúde dos docentes. O contexto de expropriação de direitos e de intensificação do trabalho docente reduz os sentimentos de prazer e gera estresse e insatisfação com a profissão. A sobrecarga de trabalho e a insegurança financeira produz uma experiência de trabalho marcada pelo sofrimento, que se expressa de diferentes formas: cansaço, desinteresse, aborrecimento, angústia, frustração, sensação de inutilidade. Esses sentimentos têm provocado o adoecimento físico e/ou psíquico dos trabalhadores docentes (WALKER, 2016, p. 116).

## **5 A FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE EMPRESARIAL E A IMPLEMENTAÇÃO DA CULTURA PERFORMATIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Vimos que a reestruturação produtiva e a expansão da lógica de mercado, impulsionadas pela ascensão da racionalidade toyotista/neoliberal, proporcionaram a formação de uma nova mentalidade operária, voltada para a concorrência e a produtividade. O novo modelo de produção e acumulação capitalista, sustentado sob um amplo processo de flexibilização da produção e do trabalho, colocou em funcionamento importantes mecanismos de captura da subjetividade dos trabalhadores, a saber: o medo, a instabilidade e a responsabilização. Esse processo de subjetivação capitalista visa formar trabalhadores altamente competitivos, plenamente engajados (mente e corpo) em suas atividades profissionais e comprometidos com a maximização dos resultados. A produção de uma subjetividade empresarial, projetada para intensificar a competitividade entre os trabalhadores e elevar a produção individual, está atrelada, sobremaneira, ao aperfeiçoamento da performance dos trabalhadores. O modo de produção flexível (toyotismo) e a racionalidade neoliberal, propulsores do modelo de acumulação flexível, fixam seus propósitos a partir do princípio de performatividade. A captura da subjetividade e a formação de uma racionalidade empreendedora exige um maior desempenho dos trabalhadores, permitindo ao capital aumentar a produtividade e a extração de mais valia. A performatividade é o “resultado/produto” do processo de subjetivação toyotista/neoliberal e a “matéria-prima” utilizada pela classe hegemônica para viabilizar o desenvolvimento e o fortalecimento do novo modelo de produção e de acumulação capitalista.

Ao debruçar-se sobre o princípio da performatividade é possível compreender como a subjetividade toyotista/neoliberal age sobre o trabalho docente e o direciona para determinados rumos e resultados. Além do mais, essa análise permite avançar no entendimento sobre como o trabalho ao molde pós-industrial (flexível) delineia e reconfigura a subjetividade dos profissionais da educação, de modo a formar uma nova identidade docente. Isso porque, conforme afirma Ball (2002, p. 03), a reforma da educação “não muda apenas o que nós fazemos, muda também quem nós somos – a nossa ‘identidade social’”. No campo da educação superior, a formação de uma subjetividade voltada ao máximo empenho/desempenho foi enfatizada a partir das reformas e políticas educacionais pautadas pelo ideário neoliberal e ditadas pelos organismos internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI, OMC, dentre outros). No Brasil, a ascensão da direita liberal/conservadora oxigenou a privatização das empresas e dos serviços públicos, a redução dos investimentos

em políticas sociais, o dismantelamento dos direitos trabalhistas e a expansão da lógica de mercado para além das atividades produtivas e mercantis. No campo da educação, as estratégias de governo sinalizam para caminhos estreitos e temerosos, caracterizado pela retração dos investimentos públicos, mercadorização do conhecimento e aumento da produção docente, mediante a formação de uma subjetividade privatizada e empresarial. As reformas educacionais e o atual modelo de gestão da educação superior primam pela construção de um “novo profissionalismo” docente calcado na performatividade.

### **5.1 Os impactos da racionalidade empresarial/performativa sobre os rumos da educação superior**

As mudanças projetadas ao mundo do trabalho pelo sistema toyotista/neoliberal requer um amplo processo de subjetivação aos moldes empresariais. Isso porque, a partir da formação e disseminação em âmbito social de uma mentalidade de direita, atrelada aos princípios da competitividade e da livre iniciativa e avessa aos serviços públicos e às políticas de proteção social, torna-se possível o direcionamento dos comandos do poder do Estado nacional a um governo inclinado às necessidades de mercado. Por meio do processo de subjetivação, conduzidos, sobremaneira, com a ajuda de equipamentos coletivos de enunciação, é possível legitimar golpes, a destituição de governos, os abusos de poder e a ascensão à presidência de representantes políticos corruptos e autoritários, sob a roupagem da democracia. No Brasil, o retorno ao poder de governos voltados, estritamente, aos interesses hegemônicos, ocorridos mediante impeachment de presidente (2016) eleita democraticamente e, posterior, eleição direta de político liberal/conservador (2019-2022), se sucedeu a partir da formação subjetiva dos sujeitos sociais. O processo de reterritorialização e laminação das subjetividades, encetado no último quinquênio, ocorreu por meio da disseminação e internalização, por parte da população, de ideias-força ligadas aos princípios liberais/conservadores: antipetismo, conservadorismo moral e neoliberalismo. A ascensão à presidência de políticos de (extrema) direita favoreceu a implementação de reformas políticas e econômicas que dão sustentação ao modelo de produção pós-industrial e às metarmofoses impostas ao mundo do trabalho. A relação dialética entre as reformas neoliberais e a gestão da produção de caráter toyotista, cujas ações estão pautadas no princípio da responsabilização e na generalização da concorrência, promove o desenvolvimento de uma moral utilitária e a disseminação da cultura performativa.

### 5.1.1 A formação da subjetividade empresarial e a ascensão da (extrema) direita no Brasil

O amplo processo de reterritorialização capitalista, pautado na captura e nivelamento das subjetividades segundo os interesses hegemônicos, dispõe de um novo modelo de gestão do trabalho e de estratégias político-econômicas que determinam a melhoria da performance produtiva dos trabalhadores em geral. Essa relação entre subjetividade e trabalho é mediada por mecanismos que configuram novos modos de ser, pensar e agir, de acordo com o código moral/cultural e com o modelo de produção capitalista (flexível) vigente. Os mecanismos de subjetivação visam inculcar a performatividade na alma do trabalhador. A formação de uma mentalidade produtivista e concorrencial, impulsionada pelo medo do desemprego (instabilidade) e pela responsabilização, exige um comportamento proeminente dos trabalhadores quanto ao empenho e aos resultados obtidos em âmbito individual e/ou coletivo (organização). A performatividade tornou-se uma cultura (uma espécie de tecnologia) adotada pelo modo de produção flexível para comparar, regular, controlar e viabilizar mudanças nos comportamentos e na gestão das instituições. A necessidade de validação do desempenho e a velocidade/intensidade dos ritmos de trabalho, aplicadas pelos processos de flexibilização, capturam os sujeitos e os imobilizam, achatando a sua subjetividade à racionalidade hegemônica neoliberal (BALL, 2002; SILVA, SANTOS, 2011).

A busca por uma melhor performance laboral se dá em razão da mensuração do desempenho individual e coletivo a partir de julgamentos e avaliações de caráter quantitativo. Diante dessa cultura do desempenho, a valorização profissional e a obtenção de gratificações salariais dependem da performance produtiva dos trabalhadores, quantificadas por diferentes técnicas de avaliação. A quantificação do desempenho expõe os trabalhadores ao risco do desemprego, às aflições da instabilidade e a responsabilização individual pelos avanços profissionais e pelo aumento dos rendimentos mensais. Na interpretação de Ball (2002, p. 04), os desempenhos “servem como medidas de produtividade e rendimentos, ou mostras de qualidade ou ainda momentos de promoção ou inspeção. Significam, englobam e representam a validade, a qualidade e o valor de um indivíduo ou organização dentro de um determinado âmbito de julgamento/avaliação”. Assim sendo, o princípio da performatividade expõe os trabalhadores a ritmos intensos de trabalho, exaurindo o tempo de vida (lazer), a interação social e o relacionamento familiar em busca de melhores salários e estabilidade no emprego.

A formação global de uma subjetividade produtivista e concorrencial está relacionada, sobremaneira, à ascensão de um novo modelo de governança do Estado, centrado na

privatização e mercadorização dos serviços públicos. O desenvolvimento de uma cultura empresarial e competitiva no âmbito da administração pública, cujas estratégias deram sustentação à categoria de “boa governança” neoliberal, é um processo crescentemente totalizador e forma parte de um novo acordo político mundial. A internalização da lógica de mercado pelos Estados-nação viabilizou as condições políticas, econômicas e legais necessárias ao desenvolvimento do modo de produção pós-industrial – flexível, competitivo e performativo. Na acepção de Ball (2004, p. 1105), “os valores do mercado privado são celebrados em quase todos os Estados do ocidente, dando legitimação e impulso para certas ações e compromissos – espírito empresarial, competição e excelência –, e inibindo e deslegitimando outros – justiça social, equidade, tolerância”. Essa expansão do modelo de gestão empresarial estimulou um conjunto de reformas político-econômicas e a modernização da administração pública dos Estados nacionais, incluindo os países latino-americanos. A reestruturação capitalista, aos moldes empresariais, conduziu o deslocamento do Estado provedor para o Estado regulador. A reestruturação neoliberal impôs mudanças nas funções do Estado, do capital, das instituições do setor público, dos cidadãos e dos trabalhadores do setor público e privado.

Os Estados-Nação passaram a considerar vários prestadores potenciais de serviços, a saber: públicos, voluntários e privados. A nova “arquitetura” do Estado permite a operacionalização de vários mercados no âmbito da administração pública, o desenvolvimento de modelos alternativos de financiamento, a participação de financiadores privados para colaborar e/ou desenvolver a infraestrutura do setor público e a avaliação dos resultados pelo Estado auditor. Essa relação binária Estado/instituições privadas absorve da administração pública a responsabilidade exclusiva pela prestação direta de serviços e dissolve as fronteiras entre os campos sociais e econômicos. Com isso, os Estados-nação, conjuntamente com as empresas privadas, buscam romper com os limites que circunscrevem as esferas do público e das atividades não-mercantis, de modo a levá-las à mercantilização e a produção de lucros. O modelo de governança neoliberal, também denominado de gerencialismo, representa a inserção, no setor público, de uma cultura organizacional de cunho empresarial e competitiva. Nesse sentido, iniciou-se, na década de 1990, um intenso movimento em direção à implementação de um novo modelo de administração pública capaz de superar os serviços burocratizados. Essas iniciativas estiveram, ao longo das últimas décadas, pautadas no desenvolvimento de um conjunto de procedimentos administrativos mais flexíveis e menos normatizados, orientados por dados mais precisos sobre os resultados alcançados. O objetivo

da governança neoliberal é melhorar a produtividade (eficiência), o grau de alcance dos resultados (eficácia) e os impactos gerados para a sociedade (efetividade) (BALL, 2004; BALL, 2005).

A busca por melhores resultado perpassa a ideia de *accountability*. O gerencialismo, caracterizado, sobremaneira, pela flexibilização da administração pública e pela internalização do modelo de gestão empresarial, pautou seus propósitos e ações em direção ao princípio da responsabilidade social, da imputabilidade e da obrigatoriedade de prestação de contas à população. Os precursores do neoliberalismo defendem o enxugamento da máquina estatal por meio da privatização, captação de recursos privados, otimização dos recursos públicos e melhoria do desempenho das instituições (públicas e privadas) na prestação de serviços públicos. Para isso, foram criadas estratégias políticas e financeiras (gratificações) com o objetivo de elevar a responsabilidade dos trabalhadores em relação ao seu desempenho profissional. O modelo de gestão empresarial importou para a administração pública os princípios do toyotismo, incluindo: a ênfase na corresponsabilidade do trabalhador; o salário e gratificações vinculados à produtividade; a otimização da força de trabalho; o empreendedorismo; e, o aumento da concorrência. As reformas e políticas neoliberais, implementadas em direção às orientações hegemônicas de ajuste econômico, impuseram mudanças nas condições de trabalho dos servidores públicos e dos trabalhadores no setor privado. Essas metamorfoses no mundo do trabalho estão diretamente atreladas ao novo modelo de gestão da produção (toyotista) e ao processo de flexibilização das leis trabalhistas e das relações de trabalho, cujas reformas permitiram uma maior exploração dos assalariados e o aumento das margens de lucro pelas empresas privadas.

A produtividade (individual/institucional) é controlada por intermédio de diferentes sistemas avaliativos. A flexibilização do mundo do trabalho e as estratégias de mensuração de resultados impõem uma maior responsabilidade ao trabalhador. Para manter-se no trabalho e obter uma maior valorização profissional e salarial, os trabalhadores são pressionados, subjetivamente, a atingir metas e a buscar constantemente melhores resultados. O medo do desemprego e a responsabilização – principais mecanismos de subjetivação capitalista no âmbito da produção – expõe os trabalhadores à concorrência exacerbada e a ritmos mais intensos trabalho. A formação de uma subjetividade produtivista e concorrencial contempla um dos principais propósitos do modo de produção capitalista: o aumento do desempenho/performance dos trabalhadores. De acordo com Ball (2005, p. 546), as tecnologias voltadas para o aumento da performatividade “são definidas por estados de

desempenho e perfeição que jamais podem ser alcançados; pela ilusão que se desfaz de uma finalidade a ser modificada. Elas são amargas, implacáveis, incansáveis e impossíveis de satisfazer”. A cultura da performatividade, constituída a partir da formação de uma subjetividade de cunho empresarial, exige dos trabalhadores respostas satisfatórias às metas e responsabilidades inerentes às instituições empregadoras. Nesse sentido, a racionalidade toyotista/neoliberal torna-os submissos à cultura da produtividade e do máximo desempenho, condicionando o tempo de vida à esfera do trabalho.

A performatividade ultrapassa as fronteiras do setor privado/mercantil e atinge diretamente o setor público e o trabalho imaterial. As reformas de ajuste estrutural e de modernização dos Estados nacionais, preconizadas pela racionalidade hegemônica, têm provocado a corrosão das políticas e programas de promoção da justiça social e a sua adequação aos interesses econômicos. Para o gerencialismo, uma boa política social é uma boa política econômica. Nessa perspectiva, a melhoria dos serviços públicos e a redução das desigualdades e dos problemas sociais dependem, sobremaneira, do desenvolvimento econômico. Isso requer a implantação de um modelo de gestão pública voltado para o mercado, cujas ações e estratégias estimulem a mercantilização dos serviços públicos, a generalização da concorrência, a racionalização dos recursos públicos e o aumento da produtividade/desempenho dos trabalhadores. Para Ball (2004, p. 1109), as políticas sociais e educacionais “estão sendo articuladas e legitimadas explícita, direta e, muitas vezes, exclusivamente em função do seu papel em aumentar a competitividade econômica por meio do desenvolvimento das habilidades, capacidades e disposições exigidas pelas novas formas econômicas da alta modernidade”. O objetivo é viabilizar um intenso processo de reterritorialização capitalista centrado na instauração de uma nova cultura de performatividade competitiva. A tecnologia do desempenho, aliada ao princípio da meritocracia, produz novos perfis institucionais (mais competitivos e menos assistenciais).

O modelo de governança neoliberal se constitui a partir da construção social de uma subjetividade empresarial – empreendedora, competitiva, individualista e alheia ao financiamento público das políticas sociais. A ascensão da lógica de mercado e do princípio de gestão empresarial, preconizado pela racionalidade capitalista pós-moderna, depende de um intenso processo de captura da subjetividade dos sujeitos sociais. Porém, a construção de uma nova identidade política transcende aos mecanismos de subjetivação do trabalhador produtivo – o medo e a responsabilização. A formação de uma mentalidade neoliberal no âmbito político requer o uso intensivo de equipamentos coletivos de enunciação, incluindo, de

modo especial, os meios de comunicação de massa e as redes sociais. Parte-se do pressuposto de que a subjetividade não é posse dos indivíduos (inata/hereditária), mas entende-se que ela é produzida e constituída em âmbito social. Nesse sentido, formadores de opiniões, ligados a grupos políticos/partidários e a determinadas concepções político-econômicas, utilizam-se dos equipamentos midiáticos e das redes sociais para disseminar conteúdos e perspectivas políticas, a fim de manipular os desejos e as formas de pensar das pessoas. De acordo com Messemberg (2017, p. 626), “no mundo contemporâneo os meios de comunicação de massa e as redes digitais constituem-se nos espaços privilegiados para a construção dos enquadramentos, os quais as pessoas recorrem para organizar e selecionar suas atitudes políticas”.

No último quinquênio, instaurou-se no Brasil um amplo processo de laminação das singularidades políticas e a formação de uma subjetividade de direita - conservadora nos costumes, comprometida com os valores de mercado e avessa às necessidades sociais das classes menos favorecidas. Esse processo de subjetivação, conduzido por diferentes formadores de opinião (movimentos sociais, jornalistas e políticos), constituiu-se a partir da proliferação de críticas ao modelo de governança petista e a apresentação de soluções políticas, econômicas e sociais para os problemas do Brasil, com base nas ideias de anticomunismo e nos princípios da meritocracia, da supremacia da propriedade privada e da livre iniciativa. As publicações e manifestações públicas de ideias e reflexões, por vezes preconceituosas, autoritárias e anti-igualitárias, tiveram forte impacto social, cedendo espaço ao ódio, à intolerância e ao individualismo exacerbado. Isso ocorre em circunstância de que, conforme salienta Messemberg (2017, p. 626), os formadores de opinião “são os emissores legitimados pelo meio social receptor, por serem distinguidos como dotados de opinião autorizada, identificados como agentes com grande competência interpretativa da realidade concreta e acesso privilegiado às informações consideradas relevantes”.

Os discursos desses agentes sociais, disseminadas por intermédio de equipamentos coletivos de enunciação, configuraram-se em campos semânticos, compostos de ideias-força, adotadas pela população como “chave de leitura” para interpretação da conjuntura política atual e norteadores de suas reivindicações políticas. Dentre os campos semânticos, destaca-se: a) Antipetismo (ideias-força: fora Dilma, fora PT, corrupção, crise econômica, bolivarianismo; b) Conservadorismo moral (ideias-força: família tradicional, resgate da fé Cristã, patriotismo, anticomunismo, combate da criminalidade/aumento da violência, oposição às cotas raciais; c) Princípios neoliberais (ideias-força: Estado mínimo, eficiência do

mercado (privatização), livre iniciativa (empreendedorismo), meritocracia e corte de políticas sociais). Esses enquadramentos são feitos de forma interativa entre os emissores e os receptores de informação, o qual envolve a repetição de padrões interpretativos, de forma seletiva e manipulatória. As críticas e (des) informações, ao serem vinculadas pela mídia e pelas redes sociais, extraíram do “armário” simpatizantes dos partidos conservadores de (extrema) direita e influenciaram decisivamente as opiniões e percepções políticas da população em geral, incluindo indivíduos pertencentes às classes populares e às minorias sociais (MESSEMBERG, 2017).

Em 2015, ano seguinte à reeleição do governo de Dilma Roussef (PT/2011-2014/2015-2016), manifestantes foram para as ruas protestar contra a corrupção no país, opor-se de maneira frontal ao Partido dos Trabalhadores (PT) e às suas políticas sociais e de direitos, além de exigir o seu impeachment. Os discursos reproduzidos nas manifestações incentivaram a disseminação de uma subjetividade de direita, proporcionando o fortalecimento da categoria de boa governança, amparado no princípio de gestão empresarial. As fortes pressões sociais exercidas pela relação dialética entre as intensas manifestações públicas e os discursos dos atores sociais de direita, possibilitaram que a Câmara dos Deputados, na presidência do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB), decidisse pela autorização do processo de impeachment de Dilma Roussef. Com discursos pautados, sobremaneira, no combate a corrupção, no antipetismo e no progresso social e econômico, o Senado Federal aprovou o impeachment, em 31 de agosto de 2016.<sup>11</sup> Com isso, o vice-presidente Michel Temer (MDB/2016-2018) ascendeu, com grande expectativa de seus apoiadores, ao cargo máximo do Estado: a presidência. O otimismo da sociedade civil e demais apoiadores do golpe foi se diluindo a cada notícia sobre esquemas de corrupção envolvendo os principais líderes partidários, ministros e o próprio presidente. Somaram-se a isso, um conjunto de projetos e reformas impopulares, consubstanciadas a favor do mercado e em detrimento das políticas sociais, incluindo: a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) e Terceirização (lei 13.429/17), a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Público - PEC do teto dos gastos (Câmara – PEC241/Senado Federal - PEC55) e o projeto de Reforma da Previdência (não aprovado), dentre outras.

O descontentamento popular e as esperanças frustradas com o governo de Michel Temer (MDB), somados ao processo de subjetivação conservadora e neoliberal, possibilitou a

---

<sup>11</sup> É importante afirmar que as ações contra a ex-presidente versaram, principalmente, sobre o desrespeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa, em razão das chamadas “pedaladas fiscais”.

ascensão da extrema direita à presidência do Brasil a partir da eleição de Jair M. Bolsonaro (PSL/2019-2022). O capitão reformado do Exército e simpatizante pela ditadura militar brasileira, JMB acendeu a presidência com discursos de ódio e intolerância à diversidade e ao multiculturalismo, defendendo os valores da família tradicional, o combate à corrupção, o antipetismo/antiesquerdismo e os valores do livre-mercado. Além do mais, o atual presidente é a favor da revogação do Estatuto do desarmamento, da tortura e da pena de morte, mas discorda da aplicação de ações afirmativas, como cotas raciais para afro-brasileiros, da igualdade salarial entre homens e mulheres e dos direitos LGBTs. Os primeiros meses de governo evidenciaram sua simpatia em relação às políticas e sanções externas praticadas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, e os interesses quanto a Reforma da Previdência, a flexibilização dos direitos dos trabalhadores e a privatização e comercialização das empresas estatais e dos serviços públicos. Esses interesses têm oxigenado fortes ataques às garantias conquistadas após a ditadura militar, o desrespeito à Constituição Federal e o descaso com o meio ambiente e com as políticas públicas, de consolidação da dignidade humana.

No campo educacional, o governo de Bolsonaro tem sido criticado pelo despreparo na resolução de problemas e pelo menosprezo, tanto nas ações quanto na retórica, em relação às metas sociais da educação. Nesse período, foram registradas várias baixas em diferentes cargos no Ministério da Educação, incluindo técnicos, secretários e a destituição de ministro. No que tange ao financiamento público, a educação tem sido a área mais afetada pelo congelamento de gastos executados no atual governo. A redução dos investimentos públicos afetou diretamente a gestão e a manutenção das IES públicas e provocou um significativo corte em bolsas de mestrado e doutorado oferecidas pela Capes, com maior impacto sobre as áreas de humanas. Primeiramente, o Ministro da Educação Abraham Weintraub argumentou que não realizou cortes e, sim, contingenciamento nas verbas, necessário para o controle das contas em um momento de baixa arrecadação. Em seguida, afirmou que cortaria verbas de universidades por estarem promovendo “balbúrdia” e por não apresentarem desempenho acadêmico esperado. Esse descaso do governo gerou manifestações de entidades, professores e estudantes em defesa da educação. Ao ser questionado sobre as motivações das reivindicações, o presidente chamou os manifestantes de “idiotas úteis”, o que gerou forte repercussão social (BULLA, 2019).

Para tentar amenizar as consequências dessas decisões, o Ministro da Educação lançou o plano “Future-se: institutos e universidades empreendedoras e inovadoras”, com o intuito de viabilizar novas formas de financiamento e novos modelos de gestão das IES públicas. Por

meio desse programa, o Ministério da educação pretende trazer para dentro das IES públicas as organizações sociais (OS) – empresas privadas sem fins lucrativos que recebem dinheiro do governo federal para oferecer serviços públicos. Essa proposta havia sido lançada em meados da década de 1990, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), durante as reformas de modernização do Estado. Nesse período, as políticas educacionais, implantadas sob o prisma da administração pública gerencial, possibilitaram a transformação das IES federais nas chamadas organizações sociais, de caráter não estatal. As estratégias de publicização pressionaram as instituições públicas a atuarem em parceria com o setor privado, com vistas a aumentar a qualidade e eficiência dos serviços e a torná-las menos dependentes dos recursos públicos. No governo de JMB, o programa visa aumentar o orçamento das universidades federais, por meio do desenvolvimento de parcerias e captação de recursos financeiros junto ao setor privado.

A educação superior no Brasil, cujas reformas atendem a ideia de “boa governança”, vive a tendência de um processo acelerado de mercantilização da educação e de valorização das áreas do conhecimento que agreguem valor econômico às IES. Nessa direção, o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se), apregoado pelo governo de JMB, tem por finalidade “o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios”. O apelo ao fortalecimento da autonomia financeira das universidades e dos institutos federais contempla os quatro principais fatores que contribuem para a implementação da cultura performativa na educação superior (sintetizados na Figura 5), a saber: a flexibilização e precarização das condições de trabalho, sobretudo, a partir do desmonte das carreiras do magistério superior e do fim dos concursos para docentes; a mercantilização da educação superior, por meio da redução dos investimentos públicos e do estabelecimento de parcerias público-privadas; a “cultura da contabilidade” e a prevalência da lógica produtivista, decorrente da necessidade de prestação de contas, a serem desenvolvidas em conformidade com contratos de gestão, pautado em metas e indicadores de desempenho e prazos; e, a formação de professores empreendedores de si mesmos e comprometidos com o desempenho individual.

O Future-se divide-se em três eixos: gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e, internacionalização. No que tange ao primeiro eixo, defende-se a necessidade de implementação de um modelo de governança mais eficiente e inovador, capaz de lidar com a limitação de recursos. Está relacionado a esse processo, o desenvolvimento de novos

modelos de administração dos recursos e a capacidade de planejar, formular e implementar políticas, de modo a viabilizar a melhoria da gestão e a sustentabilidade financeira das IES públicas. Dentre as ações propostas, destacam-se: a incorporação de padrões elevados de conduta para orientar o comportamento dos agentes públicos; o direcionamento das ações para a busca de resultados para a unidade acadêmica e para a sociedade; o estabelecimento de parcerias com o setor empresarial, incluídos parques e polos tecnológicos, incubadoras e *start-ups*; a realização de parcerias público-privadas; e, a arrecadação de receitas próprias. Em relação ao segundo eixo, o Ministério da Educação (MEC) prevê a implementação do Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016) e o fortalecimento e aprimoramento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) nos institutos e universidades federais. Quanto a internacionalização da educação superior, destacam-se: o intercâmbio entre universidades nacionais e internacionais; oferta de bolsas em instituições estrangeiras, de modo a contemplar, preferencialmente, estudantes com alto desempenho acadêmico e/ou atlético; o fluxo contínuo de intercâmbio de professores, fomentando a pesquisa e uma melhor colocação nos índices e rankings internacionais; e, a facilitação de reconhecimento de diplomas estrangeiros em instituições de ensino público ou privadas com alto desempenho, reconhecidas pelo MEC.

A implementação dessas propostas estão embasadas no aumento da interação com o setor empresarial, com o intuito de contribuir com a capacidade inovadora do setor público e atender às demandas do setor empresarial por inovação. As ações e estratégias de caráter mercantilista e economicista, que estruturam o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se), têm como foco atrair investidores e reduzir os investimentos públicos. Com esse estado de dependência em relação aos recursos privados, correr-se o risco de extinguir gradualmente o caráter público e socialmente referenciado das IFES, uma vez que coloca em risco diversos projetos que atendem a população, em especial as parcelas mais vulneráveis da sociedade, já que pesquisas não lucrativas ou sem resultado imediato no mercado não terão recursos nem investimentos. O programa desvincula da União a manutenção e investimento das IFES, substituindo-os pelo financiamento privado. Além disso, apregoa uma sistemática de acompanhamento e avaliação de resultado, com indicadores de qualidade e produtividade. Em suma, a flexibilização das condições de trabalho, as estratégias de mensuração de resultados, o empreendedorismo e a mercantilização da educação superior impõe uma maior responsabilidade ao trabalhador docente, pressionando-os a atingir metas e a elevar constantemente o seu desempenho individual. A

performatividade tem poder disciplinador, uma vez que torna o trabalhador docente um sujeito compelido a lutar pela manutenção do emprego e pela valorização profissional e salarial, o que corrobora com a mentalidade produtivista e concorrencial, bem como a preterização da sua vida pessoal e familiar.

O governo entende que a busca por novas fontes de financiamento e a comercialização dos serviços no mercado viabilizará a complementação salarial dos trabalhadores e à manutenção de várias atividades institucionais. No que diz respeito às condições e relações de trabalho, as organizações sociais têm poder para contratar profissionais, incluindo professores, via CLT, sem concurso público. Esse processo de flexibilização do trabalho põe em movimento os mecanismos de subjetivação do trabalhador: o medo e a responsabilização. O novo modelo de gestão e financiamento da educação superior, priorizado pelo Ministério da Educação, está ligado ao processo de manipulação e disseminação de uma subjetividade de cunho empresarial. As reformas da educação superior compreendem a formação do neossujeito (sujeito empresarial) – empreendedor, competitivo e produtivo. O processo de mercantilização da educação transforma as relações de trabalho e exige a melhoria da performance laboral do trabalhador docente.

### 5.1.2 A educação superior em tempos de “boa governança”: da ideia de “balburdia” ao ideal da performatividade

A atual conjuntura política, apresentada nesse capítulo de forma singela, evidencia a forte tendência do governo de Bolsonaro, em especial do Ministro da Educação, pelo desmantelamento da educação pública e pela implementação de um modelo de gestão empresarial nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES). Essas ações provêm da valorização, por parte do governo, de uma moral utilitária no âmbito das políticas educacionais. Essa, por sua vez, é caracterizada pela captura de recursos extraorçamentários pela via da mercantilização da educação e pela valorização de áreas de conhecimentos e pesquisas que agreguem valor econômico às instituições de ensino superior. Isso transforma radicalmente as condições de trabalho docente, pois vai ao encontro do processo de construção de uma subjetividade produtivista e concorrencial, concernente à formação do sujeito empresarial/empreendedor. Isso ocorre porque, o modelo de acumulação flexível (toyotista/neoliberal) enfoca os serviços da educação como área em expansão, na qual se torna possível enxugar os gastos do Estado e obter lucros significativos. As reformas orientadas para o mercado do serviço público de educação, em andamento nas últimas décadas, têm incentivado a readequação das instituições e das pessoas para o lucro (BALL, 2004).

Os serviços da educação tornaram-se mais uma oportunidade de negócio para o setor público e privado. O modelo de gestão da produção de cunho toyotista e a ascensão da racionalidade neoliberal expandiram a lógica de mercado para além das atividades produtivas e mercantis, atingindo o setor público e o trabalho imaterial. Isso equivale dizer que as mudanças na educação, sobretudo na educação superior, vêm sendo regulamentadas por padrões internacionais e transnacionais, baseadas no novo modelo de gestão do trabalho e na categoria de “boa governança”. Segundo Ball (2004, p. 1113), “globalmente, todo um leque de agências multilaterais, cada qual a seu modo, está trabalhando arduamente para criar outros espaços para a “privatização” e a participação do setor privado na prestação de serviços públicos, incluindo a educação”. Juntamente com a saúde, a educação é um dos últimos serviços a serem conquistados pelo mercado. Por conta desse incentivo à mercadorização, a educação é um assunto de política regional e global e cada vez mais assunto de comércio internacional. As reformas gerencialistas da educação provocaram a destruição dos sistemas ético-profissionais e a sua substituição por sistemas empresariais competitivos. A ascensão da racionalidade mercadológica forma modos de ser pautados no princípio da concorrência e da performatividade, mantendo a sujeição dos trabalhadores aos interesses macropolíticos (BALL, 2004; BALL, 2005).

A cultura capitalista da performatividade atinge diretamente a educação e o trabalho docente. A reterritorialização neoliberal impôs profundas transformações no mundo do trabalho e um conjunto de reformas na educação, em especial na educação superior, impactando diretamente sobre as condições de trabalho docente. O enfraquecimento dos direitos trabalhistas e o modelo de gestão (empresarial) das IES, preconizados pelo novo modelo de governança do Estado, submetem os trabalhadores docentes a condições precarizadas e a ritmos intensos de trabalho. A nova lógica de expansão capitalista, calcada nos processos de flexibilização e responsabilização, condiciona a formação de uma nova subjetividade docente, por meio do qual lhes é imputado o controle do seu próprio trabalho. As orientações e políticas que dão sustentação às reformas da educação em âmbito global compreendem e colocam em evidência o mercado, a capacidade de gestão e a performatividade - elementos-chave da produção flexível (toyotista) e do neoliberalismo. Nessa direção, as projeções para o campo da educação preconizadas pelos governos neoliberais, incluindo o governo de Jair Bolsonaro (JMB/ 2019-2022) no Brasil, contemplam: a mercantilização da educação superior, pela via da privatização e comercialização dos serviços educacionais; a valorização do modelo de gestão inspirado no setor privado; a

marginalização dos serviços públicos; o menosprezo e/ou esquecimento das metas sociais da educação; a sujeição dos profissionais da educação às avaliações quantitativas; e, o julgamento profissional subordinado às exigências da performatividade.

As IES públicas estão sendo forçadas a enxugar os gastos e a procurar novas fontes de financiamento junto ao setor privado, enquanto as IES privadas têm adotado estratégias que permitem aumentar a competitividade no mercado e atrair um maior número de alunos/clientes. O modelo neoliberal de “boa governança” e o aumento da concorrência no mercado educacional, decorrente do intenso processo de mercantilização desse setor, oxigenado nas últimas décadas, conduziram as IES públicas e privadas em direção à otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos. Para atender a esses propósitos, os profissionais da educação são forçados a elevar a produtividade individual e a direcionar suas pesquisas aos interesses do mercado. A precarização contratual, as políticas de gratificações e a vinculação do salário à produtividade, preconizado pelo modelo de gestão empresarial com intuito de elevar a produtividade/eficiência com menor aporte de recursos públicos, sujeitam os trabalhadores docentes aos princípios neoliberais da competitividade e do desempenho. Os incentivos ao lucro e os valores do mercado atuam para destruir os valores do serviço e a ética profissional. Esses valores são apagados ou desconsiderados em favor do uso de métodos padronizados de mensuração e de controle (BALL, 2004).

No governo de JMB, a educação tem sido alvo da “moralidade utilitária” e da performatividade. As declarações do ministro da educação Weintraub, realizadas em entrevista no dia 30 de abril de 2019, com a finalidade de justificar os cortes de recursos na educação superior, pautaram-se numa visão estritamente economicista e mercantilista, focada no desempenho/produtivismo acadêmico e na utilidade prática/mercantil das pesquisas desenvolvidas nas universidades federais. Weintraub chegou a afirmar que o Ministério da Educação iria cortar recursos de universidades que não apresentassem desempenho acadêmico esperado e estivessem promovendo “balbúrdia” em seus campus. Assim afirma: “As universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo “balbúrdia” terão as verbas reduzidas”. Ao tratar das manifestações e eventos realizados nas universidades, o ministro afirma: “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”. Ele deu exemplos do que considera bagunça: “Sem-terra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus”. Sobre as manifestações, o ministro não apresentou detalhes. No entanto, afirmou que as universidades estão apresentando resultados

abaixo do esperado e falou da necessidade de elevar o desempenho/performance: “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking”. Mas não apresentou rankings (AGOSTINI, 2019; O GLOBO, 2019).

Inicialmente, três universidades foram alvo da decisão do MEC de punir com bloqueio de recursos por, supostamente, promoverem "balbúrdia" em seus campi e por apresentarem piora no desempenho acadêmico nos últimos anos, a saber: a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Essas universidades, ao contrário das afirmações do ministro, melhoraram sua posição no principal ranking universitário internacional, o Times Higher Education (THE). Na classificação das melhores da América Latina, a UNB passou da 19ª posição, em 2017, para 16ª no ano seguinte. A UFBA passou da 71ª para a 30ª posição. A UFF manteve o mesmo lugar, em 45º. Após as declarações, o Ministério da Educação (MEC) estendeu os corte para todas as universidades e institutos federais. Os cortes chegaram a 30% do orçamento vinculado às despesas discricionárias, usadas para custear água, luz, limpeza, e outros serviços, conforme confirmaram as próprias instituições. Em outro momento, o ministro declarou que os critérios utilizados para o “contingenciamento” foi operacional, técnico e isonômico em decorrência do bloqueio de R\$ 5,8 bilhões do orçamento da educação. Weintraub disse ainda que o Ministério da Educação “estuda aplicar outros critérios como o desempenho acadêmico das universidades e o impacto dos cursos oferecidos no mercado de trabalho” (PALHARES, 2019; O GLOBO, 2019).

O bloqueio do orçamento da educação e os argumentos, por vezes controversos, proferidos pelo ministro da educação, evidenciam a atual tendência pelo desmantelamento da educação pública no país. Não é difícil de entender a lógica de empresariamento da educação, imposta pelos governos neoliberais: primeiro, enxuga-se o máximo os recursos despendidos, prejudicando a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pelas instituições; posteriormente, investe-se em críticas sobre o desempenho do setor público e em comparações com o setor privado; por fim, após formar uma subjetividade avessa aos serviços públicos, passa-se a defender a implementação de políticas que estimulem a privatização, a comercialização dos serviços para obtenção de recursos extraorçamentários e a flexibilização das condições de trabalho dos servidores. As estratégias adotadas pelo Ministério da educação, no governo JMB, engloba essas três etapas, concomitantemente: o corte de gastos; as críticas voltadas ao desempenho das IFES; e a apresentação de políticas e programas para estimular o empresariamento da educação, a exemplo do “Future-se”. A mercantilização da

educação mantém uma relação dialética com a subjetividade empresarial e a formação do sujeito empreendedor, apregoadas pelo processo de reterritorialização capitalista. O empresariamento da educação impõe mudanças na forma de pensar e atuar do trabalhador docente, pois fomenta a competitividade, a captação de recursos próprios e o empreendedorismo individual, desvirtuando o sentido democrático e social da universidade pública.

A transformação dos professores em empreendedores e captadores de recursos, conduzida pelas reformas político-econômicas e pelo modelo de gestão pós-industrial, está pautada em sistemas de recompensas e sanções vinculados à produtividade e ao desempenho individual. Essa nova forma de conceber o trabalho docente produz uma subjetividade privatizada e moldada conforme os padrões projetados pela racionalidade hegemônica. O empreendedorismo individual e a busca por melhores rendimentos salariais, por meio da venda de serviços no mercado educacional, estabelece novas relações de competição e, conseqüentemente, exige uma maior performance dos trabalhadores docentes. Além do mais, o empresariamento da educação, proposto pelo MEC, desmonta a carreira do magistério superior, a dedicação exclusiva e a tríade constitucional ensino-pesquisa-extensão. De acordo com a interpretação de Ball (2005, p. 546), as reformas implementadas no setor público “não são meros veículos para as mudanças técnica e estrutural das organizações, mas são também mecanismos para reformar os profissionais do setor público, como os professores, ao mudar o significado do que é ser professor [...] Isto é, a formação e a reformação de capacidades e atributos do ‘eu’ [do professor]”.

Estado como bom estrategista, dentro dessa lógica capitalista, passa a compreender a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico. Ao negar o princípio de educação pública, o capitalismo flexível impõe um novo modelo de escola e/ou IES, geridas segundo os princípios do gerencialismo, estruturadas como um mercado e submetidas à obrigação de resultados e de inovação. A introdução da lógica de mercado no campo educacional viabiliza o desenvolvimento de capital humano condizente com os imperativos prioritários de eficácia produtiva e inserção profissional, rompendo com os princípios “clássicos” de emancipação política e de expansão pessoal. As formas de poder gerencial compreendem o desenvolvimento de aprendizados e comportamentos dóceis às empresas e voltados para a satisfação dos interesses privados. A educação está orientada, pelas reformas em curso, para objetivos de competitividade que prevalecem na economia globalizada. Na interpretação de Laval (2004, p. 11), “a escola e a universidade devem tornar-

se quase-empresas funcionando sob o modelo das firmas privadas e restrita à ‘performance’ máxima”. Nesse contexto mercantil, as forças econômicas e políticas dominantes preveem a formação de um docente flexível e autônomo, capaz de dar ordens a si próprio, disciplinado e responsável pelo seu desempenho profissional.

O objetivo do modelo de acumulação flexível é a formação de uma sociedade performativa, condicionada ao princípio toyotista/neoliberal da meritocracia. Esse princípio, por sua vez, justifica as ações do Estado contra as instituições e procedimentos de proteção social aos assalariados e reforça a condição de “livre escolha”, a responsabilização individual (accountability) e o empreendedorismo. Nesse sentido, a construção de uma sociedade performativa requer a formação de uma nova mentalidade operária – produtivista e concorrencial. No campo educacional, os trabalhadores docentes são convocados a tornar seus produtos acadêmicos e a própria existência uma mercadoria, sujeitas aos interesses econômicos e à “moralidade utilitária”. O modelo de gestão empresarial aplicado à educação subordina o julgamento profissional às exigências da performatividade e do mercado. Dentro do quadro da performatividade, conforme afirma Ball (2010, p. 51), “acadêmicos e professores são representados e encorajados a pensar sobre si mesmos como indivíduos que calculam a si mesmos, que *agregam valor* a si mesmos, que melhoram sua produtividade, que vivem uma existência de cálculo. Eles devem se tornar *sujeitos empreendedores* que vivem suas vidas como um *empreendimento do eu*”. As novas formas de poder gerencial aplicadas a educação e a subjetivação docente compreendem as tratativas de redução dos gastos públicos e a introdução dos valores de mercado, sobretudo a partir da mercantilização da educação e da elevação da performance das instituições e dos trabalhadores docentes.

A tecnologia da performatividade é o resultado de um amplo mecanismo de subjetivação dos trabalhadores, cuja finalidade é modificar as condições e os ritmos de trabalho. Além do mais, a performatividade funciona, na maioria das vezes, para viabilizar uma maior convergência entre as instituições do setor público e o setor privado. A cultura da performatividade encoraja as instituições a se preocuparem cada vez mais com seu estilo, sua imagem e com a maneira como apresentam as coisas. Ela facilita que os valores de mercado e o produtivismo adentrem nas práticas das instituições do setor público e na subjetividade de seus trabalhadores. A desenfreada busca por melhores resultados e a quantificação do desempenho, atrelada a “cultura da contabilidade” e a mensuração da produção, facilita o papel de monitoramento do Estado (governabilidade sem governo) e gera uma espécie de servidão voluntária dos trabalhadores. A performatividade, segundo salienta Ball (2004, p.

1116), “muda o que ele ‘indica’, muda significados, produz novos perfis e garante o ‘alinhamento’. Ela objetifica e mercantiliza o trabalho do setor público, e o trabalho com conhecimento (*knowledge-work*) das instituições educativas transforma-se em ‘resultados’, ‘níveis de desempenho’, ‘formas de qualidade’”. Na base de tudo isso, está o mito político que defende a superioridade do modelo de gestão empresarial em detrimento da modalidade burocrática e socialdemocrática do setor público.

Os neoliberais, incluindo o governo brasileiro, acreditam que o envolvimento do setor privado na educação pública gera práticas que melhoram (inevitavelmente) a eficiência das instituições e aumentam o desempenho dos profissionais da educação. Isso se deve ao incentivo à concorrência, ao lucro e à implementação de culturas organizacionais de cunho mercantis. A contabilização dos resultados e o empresariamento da educação - mecanismos importantes na construção da tecnologia da performatividade docente - geram mudanças culturais e éticas na direção dos “negócios” do setor público, da lucratividade e da manutenção do emprego. “A performatividade e a gestão também atuam juntas para se livrarem das gentilezas fora de moda da ética profissional. De fato, a reflexão ética torna-se obsoleta num processo de cumprimento de metas, melhoria do desempenho e maximização do orçamento” (BALL, 2004, p. 1117). Elas formam predisposições à mercantilização, à estética do consumo e aos interesses financeiros e competitivos, sustentados em pontos de vistas pessoais e individualistas. No contexto mercantil e performativo, os valores financeiros e a competitividade substituem os valores éticos. A nova gestão da educação e as formas de controle empresarial impõem profundas mudanças na subjetividade do professor. A racionalidade capitalista muda a maneira de o sujeito pensar a respeito de suas atividades laborais e a forma de se relacionar consigo mesmo e com as outras pessoas.

## **5.2 Trabalho docente e performatividade: seja operacional ou desapareça!**

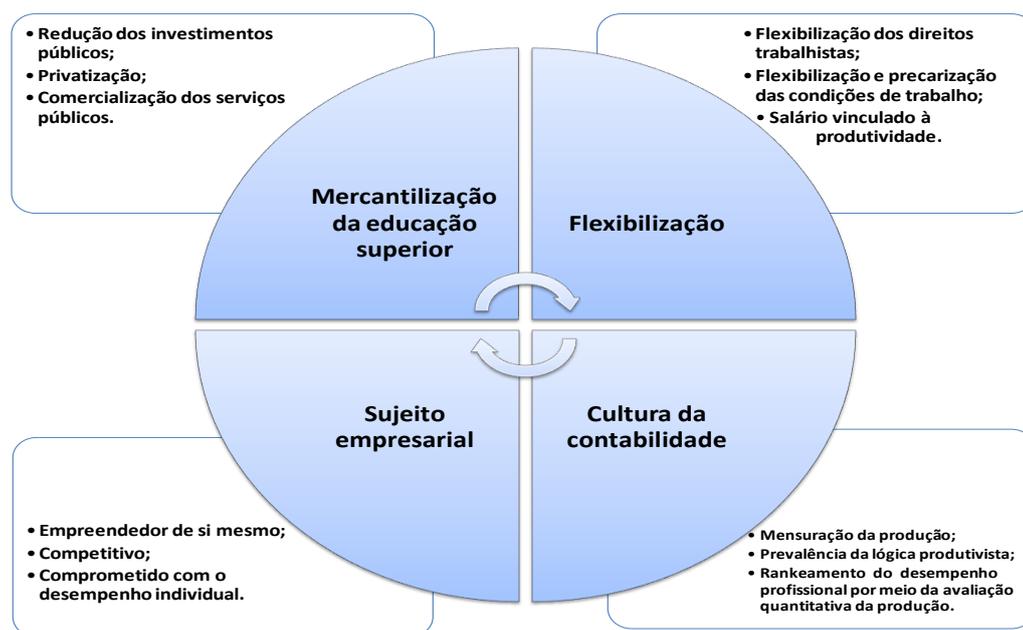
A cultura da performatividade no campo da educação é constituída a partir da consolidação de um modelo de gestão de cunho empresarial, pautado na implementação de políticas de desregulação e livre mercado e na valorização de modelos organizativos de empresas inspirados no toyotismo. Dentre as ações impostas à educação superior pelo modelo de gestão empresarial, destacam-se: a proliferação da cultura da contabilidade; a mensuração da produção; as gratificações salariais vinculadas à produtividade; a transformação das universidades em organizações sociais; o menosprezo pelas humanidades; a introdução da

ideologia de mercado na academia; a flexibilização dos direitos dos trabalhadores docentes. As reformas e políticas centradas no ideário toyotista/neoliberal, cujas diretrizes têm sido ditadas por organismos financeiros internacionais, impuseram a construção de uma nova subjetividade docente, comprometida com a produtividade e o desempenho laboral. As transformações atribuídas à educação superior e ao trabalho docente seguem as recomendações político-econômicas e a gestão da produção inerente ao novo modelo de acumulação capitalista. No capitalismo flexível, o tempo de produção é cada vez menor e exige trabalhadores mais ágeis e capazes de reagir diante das novas demandas. O modelo de produção pós-industrial e as metarmofoses impostas ao mundo do trabalho condicionam a subjetividade operária segundo os preceitos da performatividade. O empreendedorismo educacional e o discurso da responsabilização (accountability), da eficiência e do desempenho compreendem a formação de uma nova identidade docente – um novo tipo de professor.

#### 5.2.1 A performance enquanto mecanismo de luta pela visibilidade e reconhecimento profissional

O processo de flexibilização da produção e do trabalho, constituído em conjunto com um intenso movimento de acomodação do campo sócio-subjetivo, produz novas performances para o trabalhador. O modelo de produção pautado na performatividade afeta a organização do trabalho, a dinâmica interpessoal (onde a competição é extremamente acirrada) e exige-lhe uma ativa adaptação espaço-temporal. As transformações impostas ao mundo do trabalho pelo novo modo de produção e acumulação capitalista repercutiram fortemente no campo educacional. As reformas educacionais levam o trabalhador docente a se sentir ele próprio responsável e ao mesmo tempo comprometido ou pessoalmente empenhado na busca por melhores resultados. Isso porque, na atualidade, o reconhecimento docente está vinculado ao princípio da performatividade. A performance e a eficiência dos profissionais da educação passam a ser mensuradas a partir da quantificação da produção individual, segundo os critérios impostos pelos sistemas avaliativos. O profissional competente é aquele que internalizou subjetivamente os preceitos da lógica produtivista e mercantil. Para os neoliberais, os avanços perseguidos na área da educação requerem a formação de profissionais competitivos e comprometido com o desempenho individual. Para facilitar a análise dessa problemática, a Figura 5 apresenta uma síntese dos principais fatores que têm condicionado os trabalhadores docentes à cultura da performatividade.

**Figura 5: O caminho da performatividade docente**



Fonte: Elaboração própria, com base em: Alves, 2008; Alves, 2011; Antunes, 1999; Antunes, 2005; Antunes, 2018; Azevedo, 2011; Ball, 2005; Ball, 2010; Bechi, 2017; Brinhosa 2009; Brito, Prado, Nunes, 2017; Burbules, Torres, 2004; Campos, 2005; Carvalho, Wonsik, 2015; Dardot, Laval, 2016a; Dardot, Laval, 2016b; Feldfeber, 2007; Harvey, 2014; Lima, 2011; Tello, 2011; Machado, Bianchetti, 2011; Mancebo, 2007; Mancebo, Franco, 2003; Marrow, Torres, 2004; Miranda, 2005; Maués, 2005; Maués, Souza, 2016; Oliveira, 2005; Pinto, 2000; Santos, 2012; Severino, 2008; Sguissardi, 2009; Silva, Santos, 2011; Sobrinho, 2003; Walker, 2016.

Espera-se dos docentes uma maior responsabilidade perante as comunidades e as instituições às quais pertence. Essa responsabilidade é mensurada com base na produtividade e na aplicabilidade mercantil dos resultados do seu trabalho. Nesse contexto, a pesquisa desinteressada (não-mercantis) e as ações educacionais de cunho sociais são discriminadas em favor do empreendedorismo, da captação de recursos e da moral utilitária. Os desempenhos de sujeitos individuais ou de organização, quantificado por diferentes sistemas avaliativos e julgados e/ou diferenciados a partir de interesses ideológicos, servem de parâmetros de produtividade ou de resultado, além de servir como demonstração de “qualidade” e de promoção e comparação. Essa tendência vai ao encontro do que Lyotard (1984, apud BALL, 2005, p. 544) chama de “os terrores (soft e hard) de desempenho e eficiência”. Na sociedade pós-industrial, marcada pela cultura da performatividade, o profissional da educação é obrigado a atuar e a planejar seu trabalho com base no seguinte imperativo: “seja operacional (ou seja, comensurável) ou desapareça”. Visto do ponto de vista pessoal e subjetivo, os mecanismos que condicionam os trabalhadores docentes à lógica produtivista são geradores de insegurança, sentimento de estar sobre pressão, isolamento, competição, angústia e sensação de desvalorização e degradação.

A performatividade, por sua vez, é evidenciada e/ou alcançada a partir da construção e publicações de informações sobre os desempenhos individuais e institucionais. Além do mais, as instituições e os Estados dispõem de um conjunto de mecanismos para estimular, julgar e comparar profissionais em termos de resultados. A performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação utilizado para nomear, diferenciar e classificar trabalhadores e instituições. O desempenho, mensurado segundo critérios quantitativos e, por vezes, ideológicos, representa o merecimento, a qualidade ou o valor de um trabalhador ou de uma organização dentro da área de julgamento. A generalização da visibilidade e da avaliação quantitativa penetra na maneira de pensar dos trabalhadores docentes, produzindo a performatividade. Para Ball (2005, p. 554), “cada vez mais, escolhemos e julgamos nossas ações, e elas são julgadas por outros, com base na contribuição que fazem para o desempenho organizacional, apresentado em termos de resultados mensuráveis. As crenças não importam mais – é a produção que conta”. Com isso, o reconhecimento profissional e a manutenção da empregabilidade no (quase) mercado educacional, cujas exigências perpassam a cultura da contabilidade e a “moral utilitária”, são fatores que impulsionam o desenvolvimento de um modelo de vida condicionado à busca pela excelência no trabalho.

O processo de reterritorialização capitalista impõe, por meio da construção de políticas educacionais de cunho empresarial, o desenvolvimento de uma subjetividade docente voltada para a performatividade. Na sociedade performativa, a luta pela visibilidade e pelo crescimento profissional e coletivo faz emergir novas preocupações aos trabalhadores docentes, diretamente atreladas à busca por resultados satisfatórios aos sistemas avaliativos. A classificação e comparação de performances individuais e institucionais, apresentadas, na maioria das vezes, em forma de rankings, gera a percepção de ser constantemente avaliado e aumenta as pressões de ordem produtiva sobre a subjetividade dos trabalhadores docentes. Ball (2002, p. 09) afirma que o trabalho docente é dominado pela “incerteza e a instabilidade de ser julgado de diferentes maneiras, por diferentes meios, através de diferentes agentes e agências e a exigência de termos de mostrar desempenhos excelentes, ou pelo menos credíveis, coletiva ou individualmente, em momentos de revisão, avaliação/apreciação e inspeção”. Nessas circunstâncias, o trabalhador docente é obrigado a embasar a sua produção tendo em vista a avaliação dos pares e as necessidades do mercado, a redigir as prestações de conta e a planejar, por em funcionamento e alimentar os procedimentos departamentais e institucionais para monitorar e melhorar os resultados. Incluem-se a essas preocupações, os

cortes e a otimização de gastos, as reformas trabalhistas e o salário (gratificações) vinculado à produtividade.

Os neoliberais acreditam que os índices da educação irão evoluir somente quando o trabalho docente estiver engajado ao princípio da *accountability*. Para isso, torna-se necessário estabelecer políticas que estimulem o crescimento profissional e a melhoria da *performance* docente. Isso requer a aplicação de incentivos financeiros e a intensificação da competitividade por meio da avaliação e publicização dos resultados individuais e coletivos. Os salários, a promoção, o cargo e a retenção dos professores devem estar atrelados aos sinais de mercado e baseados no desempenho (FELDFEBER, 2007). As promoções quanto à carreira docente e as gratificações financeiras não podem estar atreladas ao tempo de trabalho, mas aos resultados referentes à sua performance produtiva. De acordo com Vollmer (1994, apud TELLO, 2011, p. 155), o desenvolvimento de uma “estrutura profissional mais progressiva e estreitamente associada ao crescimento profissional e ao bom desempenho é uma alternativa para superar a situação atual que concede mérito àquele que permanece no sistema (antiguidade), sem importar muito a qualidade de sua atuação profissional e os resultados que obtém”. A submissão das políticas educacionais às ordens econômicas está vinculada a ideia de que somente um docente responsável e disciplinado, controlado pela lógica do mercado e pelo espírito toyotista, pode contribuir para a melhoria da educação.

O docente é considerado o ator principal no cenário de buscas pelo melhoramento da qualidade educativa, pois é onexo entre as perspectivas/necessidades educacionais e o processo de aprendizagem dos alunos. O fracasso da educação nos países da América Latina está relacionado ao atraso e/ou falta de um sistema avaliativo que estimule os docentes a serem mais eficazes e comprometidos com os resultados do seu trabalho. A produtividade docente deve estar sujeita a um modelo de avaliação efetivo, de maneira que os melhores profissionais possam ser recompensados, por meio de gratificações e bônus salarial, e os que apresentarem baixo rendimento sejam direcionados a processos de reciclagem ou demitidos. (TELLO, 2011; FELDFEBER, 2007). Nessa direção, MELLO (2005, apud TELLO, 2011, p. 156) acredita que “o mais importante é criar uma cultura de avaliação do desempenho docente que legitime o uso dos resultados para estabelecer políticas de formação, recrutamento, contratação visando a melhoria da qualidade e a promoção da igualdade na educação”. Para a perspectiva economicista-neoliberal, a constante ameaça de perder o emprego no caso de que seja comprovado seu baixo desempenho e os incentivos financeiros e profissionais aos que

apresentarem melhores resultados, intensificaria a competitividade e estimularia os docentes a melhorar sua *performance*.

A soma desses desafios geram tensões que se desdobram na vida cotidiana dos profissionais da educação, sob a forma de demandas feitas para além dos muros das instituições. É de responsabilidade do docente o gerenciamento da performance, das metas de pesquisa e dos acordos de produtividade regidos por negociações com o setor empresarial. Nesse contexto, há uma possibilidade real de que as relações sociais sejam impactadas por relações de julgamento e de competitividade. Isso porque, na sociedade performativa as pessoas são valorizadas apenas por sua produtividade. “O professor, o pesquisador e o acadêmico estão sujeitos a uma miríade de julgamentos mensurações, comparações e metas. Informações são coletadas continuamente, registradas e publicadas com frequência na forma de rankings” (BALL, 2005, p. 548). As comparações e os ranqueamentos buscam o controle da produtividade docente e da qualidade dos serviços educacionais, tal como ocorre no mundo empresarial. Além do mais, cada vez mais os conceitos oriundos do setor empresarial passam a fazer parte dos planos e projetos da educação, dentre eles: produtividade, eficiência, eficácia, gestão por metas, gerenciamento, empreendedorismo, competitividade. Com isso, os profissionais da educação têm convivido com uma frustrante sucessão de números, indicadores de desempenho, comparações e competições. Essa cultura performativa e contábil gera instabilidade no emprego, mudanças nos fins da educação e a incerteza do valor próprio em âmbito profissional (BALL, 2002; SANTOS, 2012).

As novas necessidades, expectativas e indicadores de performance, impostas aos trabalhadores da educação pela gestão toyotista/empresarial, potencializam a formação de uma subjetividade comprometida com a busca da excelência profissional e, principalmente, com a segurança e manutenção do emprego. A necessidade de prestar contas continuamente e a insegurança de ser constantemente avaliado provoca a submissão da subjetividade ao rigor da performatividade e às disciplinas de competição. Elas conduzem a performatividade para dentro da prática do dia-a-dia do professor e das relações interpessoais. A incipiente “loucura” das demandas da performatividade tem condicionado os trabalhadores da educação a situações e a condições de trabalho alienantes, tornando-os uma espécie de “escravos de si mesmos”. Para Ball (2010, p. 45), por meio da cultura da performatividade “nós nos tornamos mais capazes, mais eficientes, mais produtivos, mais relevantes; nós nos tornamos fáceis de usar; nós nos tornamos parte da *economia do conhecimento*. Nós aprendemos que nós podemos ser mais do que já fomos”. Por conta disso, pode-se afirmar que a sociedade

performativa expõe os trabalhadores a novas demandas e condições de trabalho que os tornam “convenientemente apaixonados” pela excelência, em conquistar a máxima performance.

Os discursos da responsabilidade (accountability), do desempenho, da qualidade e da eficiência que circundam e acompanham a cultura da performatividade exercem pressões para fazer do trabalhador uma empresa e tornar a sua existência uma vida de cálculo. As reformas da educação, projetadas em direção a performatividade, mudam as condições de trabalho e, conseqüentemente, o modo de pensar e os projetos de vida dos trabalhadores docentes. De acordo com Ball (2002, p. 03) “a reforma não muda apenas o que fazemos, mas também quem somos – a nossa identidade social”. As transformações, impostas ao campo da educação superior, em direção ao produtivismo acadêmico e à intensificação da concorrência, têm impactado diretamente sobre a alma do professor e sobre as relações estabelecidas em âmbito social e institucional. A responsabilização (accountability), a busca por melhor performance produtiva e a generalização da concorrência, impulsionadas pelos sistemas de avaliação e classificação, podem engendrar nos professores sentimentos de orgulho, medo, culpa, vergonha e inveja. A necessidade de prestar contas continuamente e a consciência de ser constantemente avaliado compreende a formação de uma nova subjetividade docente, centrada na maximização da performance e na busca pelo reconhecimento pessoal e profissional.

### 5.2.2 O poder disciplinar da performatividade e a formação de uma nova identidade docente

Um novo tipo de professor e novos tipos de conhecimentos são preconizados pelas reformas educacionais. O medo do desemprego decorrente da flexibilização das leis trabalhistas e a instabilidade de ser julgado de diferentes maneiras, segundo critérios quantitativos, são engrenagens de um mecanismo cuja função é remodelar a subjetividade docente aos interesses das organizações que os monitoram. Essas tecnologias políticas, atreladas à flexibilização e intensificação do trabalho docente, faz com que a excelência e o aperfeiçoamento sejam a força motriz da prática docente. No contexto marcado por uma matriz de avaliações, comparações, incentivos relacionados ao desempenho e responsabilização, as instituições e os trabalhadores docentes farão o que for necessário para se distinguir ou sobreviver. Os mecanismos de subjetivação impõe uma nova forma de disciplina docente, baseada na competição, eficiência e produtividade. Espera-se que os profissionais da educação consigam atingir desempenhos excelentes ou, pelo menos,

credíveis. A cultura da performatividade, concebida pelo modelo de gestão empresarial, prevê a redução de prazos e o aumento da lucratividade, chegando facilmente à equação: mais produção em menos tempo (FELDFEBER, 2007; BIANCHETTI, MACHADO, 2007).

No entanto, é importante salientar que a elevação da performance laboral requer a formação de trabalhadores autônomos e empresários de si mesmos. O modelo de produção pós-industrial eleva a produtividade por meio da exploração e domínio da responsabilidade individual. O processo de responsabilização, enquanto mecanismo de subjetivação, captura o modo de pensar, ser e agir dos trabalhadores e os imobilizam, condicionando e achatando as subjetividades à racionalidade vigente. Esse processo de subjetivação, pela via da responsabilização, provoca a apropriação e intensificação do tempo de trabalho, de modo a reduzir e otimizar os recursos despendidos e elevar a lucratividade e a captação de recursos extraorçamentários. Em suma, a existência de uma relação dialética entre os mecanismos de responsabilização e flexibilização fortalece e põe em funcionamento a tecnologia da performatividade. A instabilidade gerada pelo desmonte da regulação do trabalho e o princípio da meritocracia e/ou da “livre escolha”, disseminada pelo modelo de gestão empresarial, intensificam a competitividade e elevam a responsabilidade dos trabalhadores. O modelo de acumulação flexível requer a formação de trabalhadores gestores de si mesmos: competitivos, comprometidos com os resultados de sua performance e com visão empreendedora. No campo da educação, a metamorfose dos profissionais da educação em empreendedores educacionais e empresários de si, sujeitos a avaliações/apreciações regulares e a comparações do seu desempenho, ocasiona o desenvolvimento de novos papéis e subjetividades docentes.

As reformas neoliberais da educação superior transformaram e atualizaram os atributos do “ser” professor. Elas permitiram a internalização e fortalecimentos dos mecanismos de subjetivação, aos moldes empresariais, inerentes ao processo de reterritorialização capitalista. O processo de subjetivação capitalista, exercido a partir de mecanismos como o medo/instabilidade e a responsabilização individual, faz emergir um novo modelo de disciplinarização do trabalho docente. Com isso, espera-se a formação de uma mentalidade voltada para a concorrência e a máxima performance. A internalização da tecnologia da performatividade no campo da educação superior provém de um amplo processo disciplinarização do trabalho docente, impulsionado pelos mecanismos de subjetivação. Os profissionais da educação passam a assumir novos valores, identidades e formas de interação. O poder disciplinar, constituído pela racionalidade toyotista/neoliberal, se encarrega de

vincular cada trabalhador docente a uma identidade privatizada, aliada aos valores de mercado. No contexto onde os resultados são mensuráveis e a produtividade é principal critério para determinar o valor de um profissional, os trabalhadores docentes se sentem compelidos a elevar o desempenho e a viver uma vida de cálculo. A construção de uma subjetividade docente privatizada/empresarial compreende as tratativas neoliberais para a implementação de uma cultura performativa no âmbito da educação superior. O neossujeito ou sujeito empresarial diz respeito ao profissional com perfil competitivo e comprometido com os resultados de sua performance. Na sociedade performativa, o reconhecimento profissional e pessoal depende da excelência performativa e da capacidade de gerenciar a produção no cenário competitivo.

Há “a possibilidade de um eu triunfante”. Aprendemos que podemos ser mais do que éramos. Na verdade, é muito sedutora a proposta de se ter um “envolvimento apaixonado na medida certa” no que diz respeito à excelência, a atingir o “máximo desempenho”, a ser o “melhor”, a alcançar a mais alta classificação do ensino ou da pesquisa, a obter pontos por reconhecimento ou uma condição especial [...]. Mas o que está ocorrendo é que a complexidade humana vê-se reduzida à forma mais simples possível: números em uma tabela (BALL, 2005, p. 547).

O sujeito formado na sociedade performativa visa tornar-se altamente competitivo e alcançar o máximo desempenho. No contexto de reterritorialização capitalista, novos valores e sistemas éticos são introduzidos no mundo do trabalho, com base nos interesses das instituições e no princípio da performatividade. Observa-se que cada vez mais os sujeitos julgam e/ou têm suas ações julgadas pelos outros com base em resultados mensuráveis. A internalização, pelos trabalhadores, dos valores performativos e empresariais estimula-os, mediante a captura da subjetividade, a transcender-se para atingir as metas de desempenho. Os novos (e às vezes inconciliáveis) imperativos da competição e do cumprimento de metas sujeitam os trabalhadores docentes aos valores performativos. A manutenção do emprego e a busca por reconhecimento e melhores salários, que correspondam à cultura consumista e materialista, dá origem a uma espécie de servidão voluntária. O modelo de gestão empresarial e as tecnologias políticas definem os rumos da docência e restringem as possibilidades de ação. A combinação entre o modelo de gestão da produção de caráter toyotista e as reformas gerenciais aplicadas à administração pública, responsável pelo desenvolvimento dos mecanismos de responsabilização e de generalização da concorrência, atinge profundamente as condições de trabalho e a alma do professor. A “vida na sala de aula”, os relacionamentos interpessoais e familiares e o mundo da imaginação dos profissionais docentes passam a se

constituir com base na cultura da performatividade. Com isso, desenvolvem-se novas identidades docentes para dar conta das demandas culturais e institucionais, das mudanças no mundo do trabalho e das políticas de avaliação e de mercantilização da educação (BALL, 2005).

A instauração de uma nova cultura da performatividade no campo da educação superior produz novos perfis institucionais e propicia o desenvolvimento de mecanismos de subjetivação docente. As perspectivas pessoais atreladas à manutenção do emprego e ao reconhecimento profissional intensificam a concorrência e os anseios por maiores níveis de produtividade. Isso porque, no contexto em que a produtividade é mensurada e utilizada como critério de rankeamentos e de desempenho profissional faz-se emergir a existência de “vencedores” e “perdedores”. Para tanto, a tecnologia da performatividade dá origem a uma insegurança ontológica, que leva os docentes a se questionarem: estamos fazendo o suficiente? Estamos fazendo o que é certo? Minha produção demonstra um bom nível de desempenho em relação às políticas de avaliação? Nosso desempenho será satisfatório? O que devo fazer para aumentar minha performance profissional? Esses questionamentos surgem a partir da incerteza e da instabilidade de ser julgado e comparado de diferentes maneiras e por diferentes agentes. A cultura da performatividade, conforme salienta Ball (2005, p. 549), expõe o docente a constantes preocupações se está “fazendo o suficiente, fazendo a coisa certa, fazendo tanto quanto os outros, fazendo tão bem quanto os outros, numa busca constante de aperfeiçoamento, de ser melhor, ser excelente, de uma outra maneira de tornar-se ou de esforçar-se para ser o melhor – a infindável procura da perfeição”.

A fria e calculista racionalidade da performatividade interage dialeticamente com o princípio da responsabilização e expõe os trabalhadores docentes ao tormento de querer ser reconhecido profissionalmente e garantir a empregabilidade em tempos flexíveis. Esse movimento de reconhecimento e/ou exclusão convoca-os a, cada vez mais, fabricar a si mesmos como indivíduos que agregam valor a si mesmos, que melhoram a produtividade individual e vivem uma existência de cálculo. O trabalhador docente passa a produzir versões de si mesmo para e nas entrevistas de emprego, na relação com seus potenciais colegas de trabalho e para promoção profissional e obtenção de financiamento. Nesse sentido, compreende-se a formação de sujeitos empreendedores que vivem e projetam suas vidas como um “empreendimento do eu”. Dentro do quadro da performatividade, o produtivismo acadêmico torna-se uma espécie de espetáculo, composto por uma “fantasia encenada” de heróis e fracassados, que existe, na maioria das vezes, apenas para ser vista e julgada (BALL,

2010). Em suma, os trabalhadores docentes passam a expressar a si mesmos em relação à sua performatividade de várias formas:

Nós ensaiamos nossa reputação nacional e internacional, citamos as resenhas dos nossos livros, destacamos a excelência de nosso ensino e nossa contribuição para a administração e para as comunidades institucionais e acadêmicas. Nós nos tornamos modelos perfeitos com múltiplas forças e possibilidades infinitas para trabalhos futuros, proficientes na arte estudada do convincente exagero. Nós fazemos fantasias de nós mesmos, estetizamos a nós mesmos. Documentos de avaliação podem ser de igual modo fantasiosos ao definirem e relatarem metas pessoais. Somos pegos de novo e cada vez mais na lógica de nossas próprias representações. Nós estamos envolvidos em uma indexação, uma tabularização do eu. Representamos cada vez mais e encenamos nossas individualidades acadêmicas nos termos da produtividade e das tabelas de performance. Nós trabalhamos nós mesmos e os outros, por meio de micropráticas de representação/fabricação, julgamento e comparação. Uma nova espécie de ética prática é articulada e implementada. Tudo isso o que estamos vendo, afirmo, é uma mudança geral nas categorias de autoentendimento e técnicas de autoaprimoramento (ROSE, 1992, apud BALL, 2010, p. 49-50).

O desejo de vencer e obter sucesso, sustentado sob as bases do imperativo da máxima performance, torna-se uma obsessão que requer do profissional da educação um trabalho extra sem limites. Com isso, a lógica do mérito e da competência se alastra vertiginosamente no campo acadêmico, tornando a competitividade uma prática comum na condução de todo esse processo. A performatividade competitiva produz o redimensionamento espaço-temporal dos profissionais da educação por meio da ampliação do aporte de tarefas e da intensificação dos ritmos de trabalho, levando-os a disputar espaços da vida pessoal e familiar, com implicações de diversas ordens. A subjetividade e o espírito docente são saqueados pela racionalidade toyotista/neoliberal. O rompimento dos limites espaço-temporais, em razão das transformações impostas ao mundo do trabalho e da aplicação do modelo de gestão empresarial nas IES, acarretam crises que levam o docente a se despersonalizar, romper laços sociais, perder suas referências e alienar-se. A construção subjetiva do profissional docente, segundo os imperativos da performatividade, tem gerado perturbações físicas e emocionais e um alto nível de ansiedade existencial e medo, levando-os ao adoecimento e ao embrutecimento. A racionalidade performativa exige uma estrutura óssea e emocional que poucos têm, causando, na maioria das vezes, estresse, doença e desgaste (MAUÉS, SOUZA, 2016; BALL, 2002).

Os mecanismos de subjetivação capitalista, constituídos a partir do princípio de responsabilização individual e preconizados em direção aos imperativos da performatividade, têm viabilizado a flexibilização das condições e das relações de trabalho dos profissionais da educação. O medo do desemprego e a busca por reconhecimento profissional, diante da

loucura incipiente das exigências da performatividade, suscita a sujeição dos docentes a ritmos mais intensos e a condições precárias de trabalho. A racionalidade toyotista/neoliberal, fundamentada, sobretudo, nos princípios da concorrência e da meritocracia, incutiu nos docentes a ideia de que o crescimento profissional e a manutenção do emprego estão atrelados à performance produtiva, avaliada segundo critérios quantitativos. Os sistemas de avaliação e o grande número de dados, que dão sustentação aos indicadores de performance, as comparações e as competições, geram instabilidade e forçam os trabalhadores a prolongar a jornada de trabalho para elevar a produtividade. No contexto de acumulação flexível, a formação de uma mentalidade produtivista e concorrencial ocorre em conjunto com um amplo processo de flexibilização e desmantelamento dos direitos trabalhistas, fazendo prevalecer a lógica da racionalização dos custos concomitante à elevação do desempenho. Para Santos (2012, p. 232), o trabalhador, induzido a pensar que o seu sucesso resulta da produtividade individual e da empresa, “aumenta o seu empenho e a sua participação nas responsabilidades da organização e não percebe que, ao constituir mão de obra manipulável, é levado a trabalhar mais por muito menos, ou seja, por salários cada vez mais baixos”. A racionalidade performativa e meritocrática, pautada na responsabilização individual e na “liberdade de escolha”, oculta as contradições existentes no sistema de produção capitalista, acirra a concorrência e expropria a subjetividade dos trabalhadores docentes.

## 6 CONCLUSÃO

Ao analisar, à luz das relações entre Estado, trabalho e educação, os principais mecanismos de formação da subjetividade que corroboram para o fenômeno relativo à precarização e à intensificação do trabalho docente na educação superior, fez-se necessário discutir a crise e a reestruturação do Estado capitalista, com ênfase na ascensão do modelo de acumulação flexível. O reconhecimento e a conceituação dos mecanismos de captura da subjetividade capitalista, que interferem diretamente nas condições de trabalho e projetos de vida dos docentes, se sucederam a partir de um amplo estudo sobre as transformações ocorridas no modo de produção/acumulação capitalista e as suas interconexões com o programa de ajuste estrutural e econômico adotado pelos Estados nacionais em âmbito mundial. As reformas nos sistemas nacionais de educação superior, alavancadas nas últimas décadas pelos países latino-americanos, se sucederam a partir de uma nova concepção do poder e papel do Estado, gestadas nos escritórios dos organismos financeiros multilaterais. O processo de reprodução ampliada do capital, lançado em escala global, compreendeu as reformas e modernização dos Estados nacionais, o controle das corporações transnacionais e das organizações financeiras multilaterais e o desenvolvimento da nova divisão internacional do trabalho e da produção. A redefinição da estrutura e funcionamento da administração pública foi instituída em decorrência da tensão gerada pelo “constante e crescente retrocesso do Estado keynesiano e do bem-estar e sua gradativa substituição pelas políticas econômicas e sociais de Estado típicas das várias correntes neoliberais” (SGUISSARDI, 2009, p. 112).

As reformas preconizadas em favor da modernização do setor público subjugaram o modelo intervencionista do Estado de bem-estar social, a fim de tornar a administração pública mais eficiente e flexível em face das novas demandas do mundo globalizado. Isso porque, em função das “mudanças sociais, tecnológicas, econômicas, políticas e culturais, a forma atual de atuação do Estado não era capaz de processar as demandas sempre crescentes dos cidadãos” (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 650). Concomitantemente, a crise enfrentada pelos países latino-americanos, de acordo com a abordagem de Washington (1989), esteve relacionada à impossibilidade e incapacidade do Estado de atender às crescentes demandas dos diversos setores da economia. Isso se deve, de modo especial, ao excessivo crescimento do setor estatal e à incapacidade de controlar o déficit público.

O processo de modernização da administração pública, materializado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) a partir da década de 1990, estimulou a privatização dos

serviços sociais (incluindo educação, saúde, aposentadorias, transporte público, habitação populares, dentre outros), com o objetivo de alcançar o equilíbrio fiscal e a estabilização econômica. Nesse período, as políticas públicas no Brasil e no exterior sofreram “fortes ajustes na direção da mercantilização das condições sociais”, sob impacto das reformas político-econômicas neoliberais, projetadas pelos organismos internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI, OMC, BID, dentre outros) (DOURADO, 2002, p. 235-236). Os programas de estabilização e ajuste estrutural impostos aos países latino-americanos, cujas diretrizes se encontram sumarizadas no *Consenso de Washington*, provocaram alterações no princípio de organização do Estado. As reformas estabelecidas em favor da modernização do setor público subjugarão o modelo intervencionista do Estado de bem-estar social (*Welfare State*), a fim de tornar a administração pública mais eficiente e flexível em face das novas demandas do mundo globalizado. Na interpretação de Dourado (2002, p. 234), essa lógica implicou “alterações no campo das políticas públicas, em especial das políticas sociais”, pois estiveram em curso “propostas e projetos que se configuram pela minimização do papel do Estado, marcado pela interpenetração entre as esferas pública e privada em detrimento da primeira”.

No decorrer da pesquisa, observou-se que a reestruturação do modo de acumulação capitalista, consubstanciado em favor da estabilização econômica e do reajustamento social e político dos Estados nacionais, apoiou-se no redirecionamento da intervenção estatal em favor do mercado (neoliberalismo) e na flexibilização dos processos de trabalho e produção. Os programas de ajuste estrutural e o predomínio da lógica produtivista/mercantilista, inerente às orientações político-econômicas impostas pelos organismos financeiros internacionais, afetaram a dinâmica das forças produtivas e as relações capitalistas de produção. A ordem mundializada e globalizada do capital exigida pelo modelo de acumulação flexível (produção flexível/neoliberalismo) implicou o enxugamento da máquina estatal, a privatização das empresas e dos serviços públicos e intensas alterações no interior do mundo do trabalho. As transformações estruturais do modo de acumulação flexível, empreendidas sob o prisma do reducionismo econômico de aporte neoliberal, atingiram as diferentes dimensões da existência social e modificaram as formas de organização do trabalho em todos os setores do sistema econômico mundial. Esse estudo nos permitiu atender a um dos principais objetivos atrelados ao primeiro capítulo da pesquisa doutoral: apresentar as transformações impostas ao mundo do trabalho pelas reformas político-econômicas neoliberais e pela reestruturação produtiva de cunho toyotista, destacando os impactos exercidos pela racionalidade capitalista sobre a força

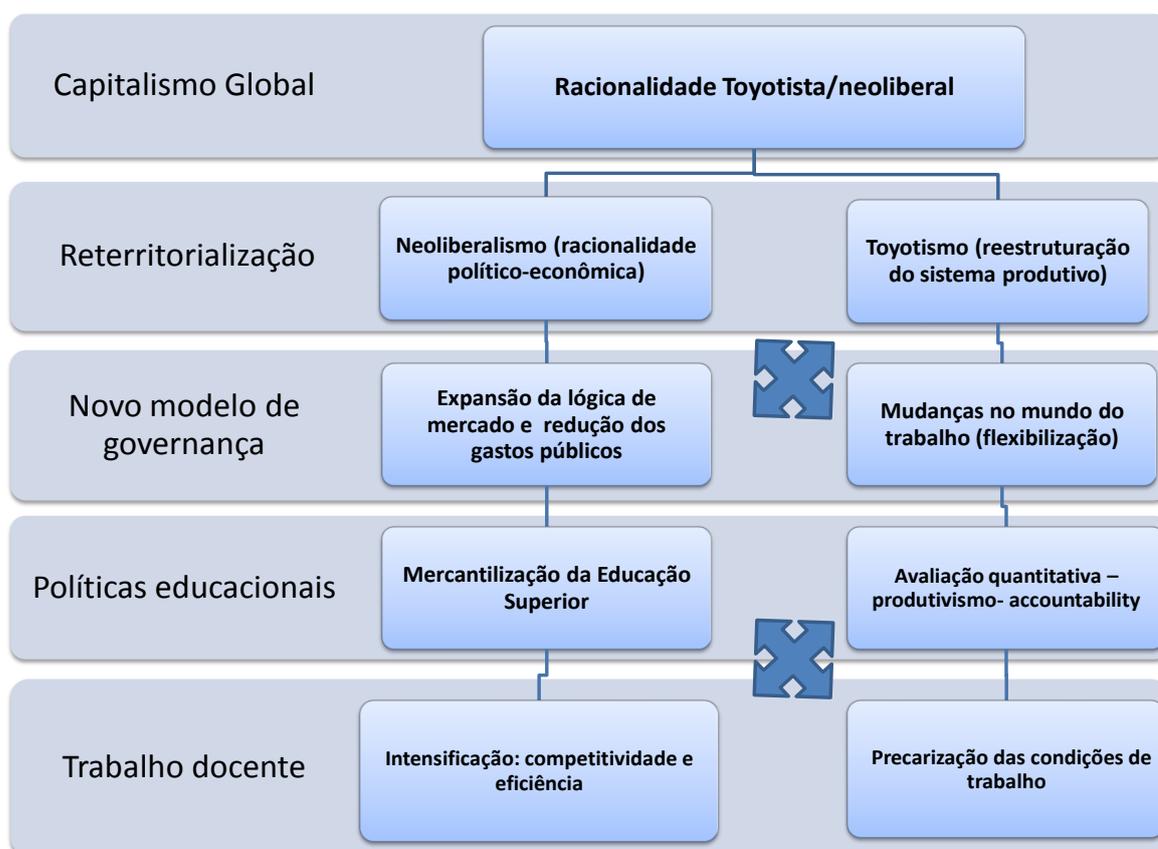
de trabalho. Os programas e políticas de ajuste estrutural e desenvolvimento econômico oxigenou o fenômeno de precarização das condições de trabalho, mediante a degradação dos direitos trabalhistas, a imposição de regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, a expansão do desemprego estrutural e a acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho (BECHI, 2013; BECHI, 2017).

A ascensão da racionalidade toyotista/neoliberal tem seus impactos na construção de políticas públicas que agregam os interesses hegemônicos na construção de uma nova ordem econômica mundial como exigência dos organismos financeiros internacionais. No que tange à educação, a expansão da lógica produtivista e mercantilista, imposta pela nova racionalidade econômica do capital, abateu sobre a elaboração e execução das políticas educacionais. As políticas públicas educacionais ao alinharem-se ao modelo político e econômico do Estado, corroboram com o fortalecimento do capital transnacional e com a difusão da racionalidade neoliberal. Por meio dessa reflexão, presente no terceiro capítulo, objetivou-se apresentar a forma com que as políticas neoliberais globais, juntamente com a reestruturação do sistema produtivo e a valorização do capital, têm interferido sobre a construção e materialização das políticas para a educação superior no Brasil. As reformas implantadas em diversos países a partir da década de 1980, após o período de crise do Estado de bem-estar social, propuseram a redefinição dos parâmetros e prioridades das despesas públicas, gerando um crescente processo de mercantilização da educação, especialmente da educação superior. Com as novas formas de regulação e gestão da educação superior do Brasil, implantadas a partir da década de 1990, emerge a subordinação em relação às políticas mercantilistas e economicistas. A redefinição do papel tradicional do Estado proporcionou uma crescente transformação da educação superior em mercadoria, ou seja, em unidade de negócios de cursos e atividades.

Nestes termos, as políticas públicas criadas para amenizar os problemas educacionais estiveram articuladas ao modelo político-econômico de Estado e as transformações no mundo da produção. O ajuste estrutural, proposto pelo modelo neoliberal, condicionou as políticas educacionais aos moldes da racionalidade financeira. As políticas e prioridades no campo da educação foram definidas dentro da lógica e da análise econômica. O direcionamento das reformas educacionais – estabelecidas a partir da década de 1990 - aos ditames da nova racionalidade econômica provocou a subordinação da educação superior aos interesses do capital internacional e a reestruturação do trabalho docente. As políticas educacionais de caráter neoliberal, destinadas às reformas da educação superior, alteraram a natureza e as condições do trabalho docente, de modo a responder às estratégias de ajuste fiscal e a nova

forma de organização do trabalho e da produção. Nesse sentido, a Figura 6 apresenta, de forma sintetizada, o caminho percorrido pela racionalidade capitalista para viabilizar a elaboração e implementação de políticas educacionais de cunho mercantilistas e economicistas, cujas ações e estratégias têm provocando mudanças nas condições de trabalho docente.

**Figura 6: Percursos da precarização e intensificação do trabalho docente**



Fonte: Elaboração própria, com base em: Alves, 2008; Alves, 2011; Antunes, 1999; Antunes, 2005; Antunes, 2018; Antunes, Praun, 2015; Azevedo, 2004; Azevedo, 2011; Ball, 2005; Ball, 2010; Bechi, 2017; Brinhosa 2009; Brito, Prado, Nunes, 2017; Burbules, Torres, 2004; Campos, 2005; Carvalho, Wonsik, 2015; Dardot, Laval, 2016a; Dardot, Laval, 2016b; Dourado, 2010; Feldfeber, 2007; Frigotto, 2006; Gamboa, 2009; Goergen, 2005; Harvey, 2014; Lima, 2011; Tello, 2011; Machado, Bianchetti, 2011; Mancebo, 2007; Mancebo, Franco, 2003; Marrow, Torres, 2004; Miranda, 2005; Maués, 2005; Maués, Souza, 2016; Oliveira, 2005; Oliveira, 2009; Pinto, 2000; Sanfelice, 2003; Santos, 2012; Severino, 2008; Sguissardi, 2009; Silva, Santos, 2011; Sobrinho, 2003; Walker, 2016.

Diante dessa lógica, os capítulos três e quatro permitiram entender como vem se configurando o trabalho docente diante do aprofundamento da mercadorização e instrumentalização da educação superior no Brasil. Com a proliferação da lógica de mercado no campo educacional, os docentes não estão alheios às transformações nas condições objetivas de trabalho que atinge a *classe-que-vive-do-trabalho*. As reformas no sistema

político, social, econômico e cultural, impulsionadas pela ascensão do espírito toyotista/neoliberal e pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, condicionaram o trabalho imaterial aos ditames da racionalidade financeira. Na chamada sociedade pós-moderna, os trabalhos estão sendo plenamente incorporados à lógica economicista e produtivista. No trabalho imaterial, incluindo o trabalho docente, não se separara mais tempo de trabalho e tempo de vida. O trabalho transforma o jeito de ser, cria novos modelos/estilos de vida, mesclando-se com a própria subjetividade operária. As transformações atribuídas ao trabalho imaterial, decorrentes e reiterantes do modo de produção capitalista, permitem a apropriação da subjetividade do trabalhador docente. Ao apropriar-se da subjetividade, estabelece-se o controle sobre a vida laboral, a existência subjetiva e a identidade social dos docentes. Assim como as demais categorias de trabalhadores, os docentes se apresentam como uma categoria ampla, facilmente explorável e relativamente impotente (CARVALHO, WONSIK, 2015, YAMANOE, 2011; MIRANDA, 2005).

Para compreender o atual processo de subjetivação docente, o segundo capítulo apresentou uma reflexão sobre os mecanismos e os propósitos vinculados à produção da subjetividade capitalística em âmbito global e os reflexos da expansão da lógica de mercado sobre a existência humana. As máquinas sociais e tecnológicas ganham importância cada vez maior no processo de produção da subjetividade, tornando-se fiéis aliadas da nova lógica de produção capitalista. A expansão da lógica de mercado e a adaptação dos indivíduos ao princípio da concorrência, imanente a nova lógica de acumulação capitalista, tornaram-se possíveis em razão da evolução dos equipamentos de enunciação, em especial da mídia de massa e a publicidade. As engrenagens de produção da subjetividade capitalística são impulsionadas pelos sistemas de informação e manipulações psicológicas em grande escala, direcionadas pelos meios de comunicação de massa. Com o advento da informática e dos meios de comunicação de massa, nas últimas décadas do século XX, as máquinas tecnológicas se apossaram completamente das relações que compõe a subjetividade humana. Esses equipamentos coletivos possibilitam uma variedade de possibilidades de vida, de cultura e de experiências que praticamente teleguiam e codificam as condutas, os comportamentos, as atitudes e os sistemas de valor. A mídia de massa serve ao propósito de divulgadora dos discursos laminadores do sistema, tornando-se o principal veículo de modelização e adaptação da subjetividade aos interesses do capital. Os agenciamentos de enunciação concorrem para apresentar modelos de subjetividade, interferindo diretamente nos níveis mais íntimos da existência humana, de forma a adaptá-la à cultura do consumo e da competitividade (GUATTARI, 1985; (GUATTARI, ROLNIK, 1996; CAMARGO, 2014).

A captura da subjetividade pela racionalidade toyotista/neoliberal ataca os docentes em seu íntimo, exercendo um forte controle que o coloca a serviço do capital. O processo de subjetivação docente está, em essência, aliado a um conjunto de medidas baseadas na lógica de mercado, incluindo: redefinição da carreira docente a partir da flexibilização das relações de trabalho; salário baseado no mérito e gratificação por desempenho; avaliação baseado em regras objetivas; mecanismos de acreditação e definição de normas a nível nacional e internacional. No contexto das reformas neoliberais, o profissional da educação deve oferecer sua força de trabalho em troca de um salário baseado em sua “produtividade” e a sujeitar-se às diferentes formas de (sub) contratação. Para manter-se no mercado, o docente é forçado a se adaptar às exigências do modelo de trabalho flexível e à desregulamentação das relações trabalhistas. As reformas da educação superior, preconizadas pela racionalidade toyotista/neoliberal, proporcionaram a (re) articulação das funções, das responsabilidades, das expectativas e das condições de trabalho docente. As mudanças direcionadas ao trabalho docente estiveram articuladas a lógica econômica fundada “na transferência de responsabilidades para os indivíduos; na desarticulação da categoria dos docentes; no estabelecimento de aprendizagens necessárias ao trabalho flexível; na ênfase no desempenho, na eficiência e na produtividade; na indução à competitividade e na tendência à formação aligeirada” (CARVALHO, WONSIK, 2015, p. 387).

O processo de subjetivação docente compreende a lógica da responsabilização individual e o amplo processo de precarização das condições de trabalho, baseados nos contratos temporários, de tempo parcial e na subcontratação. O trabalho docente ficou sujeito à flexibilização das regras de contratação, à precarização dos salários e dos planos de carreira, a uma menor estabilidade no emprego e à informalidade, o que implica a redução dos direitos sociais. A ênfase atribuída à performance individual e a insegurança proveniente da multiplicidade de contratos trabalhistas interferem nas expectativas de vida e na organização desses trabalhadores. A flexibilização neoliberal estimula a adequação das políticas educacionais e do trabalho docente às novas exigências impostas pelas relações capitalistas de produção. A sujeição dos profissionais da educação aos interesses do mercado tende a comprometer a qualidade do ensino e alterar o significado do papel social da docência. Por conta disso, torna-se importante compreender o processo de captura da subjetividade docente pelo modelo de acumulação flexível, a fim de denunciar a precarização das condições de vida e de trabalho e resgatar a identidade social dos docentes do ensino superior (MIRANDA, 2005; SANTOS, 2012; MANCEBO, 2007; CARVALHO, WONSIK, 2015).

A disseminação da lógica de mercado no campo da educação superior se dá por meio da implementação de políticas de cunho mercantilistas e economicistas, baseados na racionalização e otimização dos recursos investidos. Vive-se numa fase onde a subjetividade torna-se o principal instrumento de crescimento econômico. No campo educacional, a racionalidade toyotista/neoliberal condiciona a formação de um novo profissional docente para atender aos interesses das reformas direcionadas à educação superior. Concomitantemente, a adequação desse profissional ao mercado educacional têm gerado consequências nefastas às suas condições de vida e de trabalho. A verticalização do poder do mercado sobre ao processo de subjetivação docente é responsável pela formação de uma subjetividade negativa, caracterizada pelo sofrimento no trabalho, corrosão da personalidade, depressão generalizada, medo do desemprego, perda da identidade, dentre outros (DARDOT, LAVAL, 2016).

O projeto societário reclamado pelo capital no contexto atual conduziu a um movimento de dilatação das atividades do professor a partir da desregulação e da redefinição das suas atividades laborais. As reformas imanentes ao novo modelo de governança do aparelho Estado, inspiradas no toyotismo e no neoliberalismo, provocaram a reestruturação das funções, das responsabilidades, das expectativas, das formas de emprego e das condições de trabalho docente. Essas transformações estiveram relacionadas a uma nova percepção sobre a qualidade da educação, projetada com base em princípios quantitativos. A qualidade da educação, segundo a perspectiva economicista-neoliberal, está atrelada ao desempenho e a eficiência profissional dos trabalhadores docentes. Essa interpretação foi explorada e aprofundada no quarto capítulo, cujo objetivo foi avançar no entendimento sobre a implementação e ascensão da cultura performativa na educação superior brasileira e o modo como ela tem contribuído à formação de uma nova identidade docente, pautada no máximo desempenho. De acordo com esse estudo, a perspectiva economicista-neoliberal parte do pressuposto de que não há como elevar o desempenho educacional se não forem implementadas mudanças na configuração laboral dos profissionais da educação. As reformas educacionais devem primar pela profissionalização do trabalho docente, com forte ênfase no desenvolvimento de uma nova *performance* individual e na valorização de sua produtividade. Essa necessidade de adaptar o trabalho docente às necessidades impostas pela lógica de mercado é justificada a partir da mensuração e publicização dos resultados das avaliações de desempenho. Os métodos avaliativos, de caráter estritamente quantitativo, têm servido, sobremaneira, para intensificar o empenho dos docentes na produção de resultados,

emergindo-os à lógica produtivista (CARVALHO, WONSIK, 2015; BRITO, PRADO, NUNES, 2016).

As reformas da educação superior, constituídas em sintonia com o processo de reestruturação produtiva (flexibilização) e as diretrizes político-econômicas imanentes ao novo surto de universalização do capitalismo, tendem a orientar o trabalho docente pelo viés do produtivismo acadêmico. A eficiência individual do professor de nível superior e a sua produtividade são mensuradas a partir de indicadores de desempenho, com base em critérios de caráter meramente economicistas e mercantilistas. A lógica do mérito e da competência, articulada à quantificação da produção acadêmica e à captação de recursos financeiros, se alastra pelo universo acadêmico, fomentando a competição entre os pesquisadores universitários, o individualismo e a intensificação do trabalho docente. Para Bosi (2007, p. 1513, grifos do autor), “a *qualidade* da produção acadêmica passa então a ser mensurada pela *quantidade* da própria produção e por valores monetários que o docente consegue agregar ao seu salário e à própria instituição”. Nesses termos, a rotina de trabalho e as atividades desempenhadas pelos docentes universitários têm sido controladas pela lógica da avaliação quantitativa impostas pelas políticas educacionais de cunho reducionista e economicista, cujas propostas preveem o pagamento de gratificações e o financiamento de pesquisas conforme a produtividade.

A adequação da educação superior nacional ao modelo político produtivista e mercantilista acarretou um conjunto significativo de consequências às condições de trabalho docente, a saber: ampliação do número de alunos por professor; rotatividade de docentes contratados temporariamente; redução das remunerações, sem perspectivas de recuperação de perdas salariais; desempenho acadêmico baseado na lógica produtivista e quantitativa; jornadas de trabalho extenuantes e ampliação e diversificação de tarefas a serem cumpridas (sobrecarga de trabalho); aceleração dos ritmos de produção; aumento da carga horária real e extraclasse; submissão a diferentes sistemas avaliativos; demissão e (re) contratação de professores segundo as novas leis trabalhistas/ flexibilização contratual; insegurança dos contratos temporários/precarizados e medo do desemprego; rebaixamento de salários e baixo valor pago pela hora-aula, pressionando os docentes a elevar ao máximo sua carga horária semanal e a trabalhar em mais de uma instituição; acirramento da competitividade e exigências de maior produtividade; aumento do potencial de conflitos psicológicos e interpessoais e a responsabilização dos docentes em relação ao seu desempenho individual.

Diante dos intensos ataques outorgados pelo modo de acumulação flexível (toyotista/neoliberal) para combater os serviços de proteção social, reduzir os investimentos em serviços públicos essenciais e flexibilizar os direitos trabalhistas, apresentados no decorrer da pesquisa, surge uma importante questão: é possível construir uma nova subjetividade, em âmbito nacional (ou global), capaz de suplantando a cultura da performatividade, o princípio da meritocracia e o modelo de “boa governança” neoliberal? Como sobrepujar a atual tendência de laminação das individualidades e de subjetivação empresarial? De que forma os assalariados poderiam encontrar forças para recuperar a autonomia e o poder de luta por melhores condições de trabalho e de vida? Para isso, a sociedade precisa criar estratégias para estagnar e superar esse processo de reterritorialização capitalista, pautado na disseminação do medo, na responsabilização individual e na generalização da concorrência. Parte-se do pressuposto de que se é pela subjetividade que o capitalismo forma identidades individuais e coletivas voltadas aos valores de mercado e ao individualismo exacerbado, também é pela via da subjetividade que se torna possível viabilizar o fortalecimento da democracia e a formação de uma nova consciência coletiva, baseada na cooperação e na cumplicidade.

Para fazer frente à cultura da performatividade e ao atual modelo de gestão da produção, que alteram e degradam as condições de trabalho e de vida dos assalariados em geral, é preciso combater e bloquear os mecanismos responsáveis pela formação de uma subjetividade produtivista e concorrencial. O medo do desemprego, a instabilidade e a responsabilização individual, impulsionados pelo intenso processo de flexibilização atrelado ao mundo da produção e do trabalho, são responsáveis pela intensificação dos ritmos de produção e pela precarização das condições e das relações de trabalho. Isso requer alterações nas bases do atual modelo de acumulação capitalistas, de modo a reestruturar o modelo de “boa governança” neoliberal e a lógica de produção flexível. É preciso subjugar o processo crescente de flexibilização imposto pelo modelo de governança empresarial e pela gestão da produção toyotista, responsável por temidas transformações no mundo do trabalho, incluindo: a vinculação do salário à produtividade, a ênfase na corresponsabilidade do trabalhador; a “desconstrução da relação salarial”, a perda da razão social do trabalho, o desmonte da regulação do trabalho e extensão do trabalho *part time*, temporário, terceirizado e subcontratado. Soma-se a esse desafio, a construção de estratégias que promovam alterações substantivas ao modelo de gestão empresarial. A governança aos moldes neoliberais estimulou um amplo processo de privatização e empresariamento das empresas estatais e dos

serviços públicos e a redução de investimentos em políticas sociais, fazendo prevalecer o princípio da meritocracia e a responsabilização individual.

Diante dos perigos do empresariamento do Estado e da empresa moderna sobre a sociedade, Dardot e Laval (2017) propõe o desenvolvimento de um novo modelo de gestão política e econômica, baseado no princípio do *comum*. Por intermédio desse princípio, pretende-se viabilizar a construção de uma nova gestão das empresas, a emancipação do trabalho e a reestruturação dos serviços públicos. O desafio é enfrentar a hegemonia da forma capitalista na atividade econômica e na vida social a partir do fortalecimento da democracia e da ajuda mútua. Isso porque, no atual modelo de produção, os assalariados são simplesmente submetidos à dominação dos proprietários, pois não são proprietários de nada, não possuem título de propriedade e nem direito de apropriação dos resultados da ação comum. As perspectivas individuais são determinadas por objetivos quantitativos, estabelecidos em sintonia com os princípios da “livre escolha” e da meritocracia capitalista. A quantificação da produção e a responsabilização individual cria um ambiente favorável à generalização da concorrência. Assim sendo, o trabalho pós-industrial e as políticas de neogestão atacam os laços de solidariedade entre o indivíduo e a sociedade, conduz o indivíduo ao isolamento e à incompreensão da vivência dos outros, alimenta o ódio aos serviços públicos e destrói a dimensão moral e coletiva do trabalho. Essas metamorfoses impostas ao mundo do trabalho dão origem a uma série de patologias físicas e psíquicas.

O modelo de gestão política e econômica, preconizado com base no princípio do comum, propõe que a empresa se torne uma instituição da sociedade democrática. Nesse caso, a democracia representativa é insuficiente. A consolidação do comum requer a participação direta dos trabalhadores na direção dos negócios da fábrica em que trabalha. Enquanto na neogestão o trabalho é estruturado a partir do princípio da concorrência, na empresa do comum há espaços para esquemas novos que ponham em primeiro plano a cooperação organizada pelos próprios trabalhadores. O comum visa aperfeiçoar os laços de amizade, desenvolver novas maneiras de coordenar e cooperar a partir de regras tácitas de ajuda mútua e cumplicidade entre os assalariados. Para Dardot e Laval (2017, p. 518), “o comum na forma de cooperação concreta em grupos livremente constituídos é um dos caminhos para enfrentar os efeitos da dominação hierárquica do trabalho e na vida social, permitindo que cada indivíduo se desenvolva no âmbito de uma obra verdadeiramente coletiva”. A formação do comum no campo da produção visa libertar a empresa da dominação do capital e torná-la uma instituição democrática. Para isso, faz-se necessário introduzir no mundo da produção,

segundo regras instituídas previamente, a pluralidade de pensamentos e o confronto de diferentes pontos de vista emergidos da coletividade.

A ideia central é reintegrar a economia na vida social e na sociedade democrática. Isso somente é possível se o modelo econômico levar em consideração as contribuições e os interesses comuns da sociedade civil. Mas esses propósitos não acontecem por acaso ou por força dos interesses hegemônicos. A introdução do comum no campo econômico e no mundo produtivo se dará a partir da luta contra a subordinação da economia aos interesses neoliberais ou contra práticas pouco democráticas, que corroem os direitos dos trabalhadores e a solidariedade social, provocam a laminação das individualidades e elevam as desigualdades econômicas e sociais. A ação coletiva em prol do pluralismo “mostraria que a motivação do lucro não é o único estímulo econômico, que o homem não é apenas calculador, maximizador e egoísta, que os vínculos podem ser mais importantes que os bens e – talvez o principal - que democracia e eficiência não são incompatíveis”. Os defensores da economia social acreditam que a eficiência produtiva e a democracia não são contraditórias, podendo ocorrer uma complementaridade mútua em direção ao bem comum. Isso porque, numa sociedade de conhecimentos e serviços, a inteligência coletiva, constituída pela pluralidade e apresentada de forma democrática, se converte em importante triunfo. O pluralismo, responsável pela formação da inteligência coletiva, mostraria com frequência que a cooperação vale mais, do ponto de vista social e até econômico, do que a concorrência.

A sociedade futura deveria basear-se no princípio da liberdade econômica. Porém, essa liberdade, diferente daquela defendida pela economia de mercado, seria aberta a todos e não apenas aos donos do capital, fazendo prevalecer os valores da democracia e os interesses da coletividade. Dentre as vantagens e virtudes da economia social, destacam-se: redução e limitação do mercado competitivo e da gestão privada, a melhoria qualitativa da intervenção pública por sua capacidade de “inovação social” e o desenvolvimento do espírito de solidariedade e responsabilidade cidadã. A conciliação entre eficiência econômica e solidariedade social, conduzida por meio da participação democrática, permitiria represar os efeitos mais trágicos da economia capitalista sobre as pessoas vulneráveis. A grande questão prática, inerente ao princípio do comum, é a da cidadania na sociedade e na economia. Por cidadania social se designa um conjunto de direitos sociais relativos à proteção social, incluindo a educação, a saúde, o trabalho e a seguridade social. Somam-se a esses, as duas camadas sedimentares de direitos: os direitos à liberdade civil (liberdade de pessoa, de pensamento e expressão, direito de propriedade e de acionar e recorrer à justiça) e os direitos

políticos. Esses direitos não existiriam sem o exercício intenso e prolongado das liberdades em matéria de ação coletiva, especialmente sindical. Entretanto, se foi pela liberdade e agir político dos assalariados que a humanidade conquistou esses direitos, será pela liberdade e pela democracia que a sociedade irá banir e sobrepujar os fenômenos que acompanham a transformação neoliberal do Estado, incluindo: a destruição dos direitos sociais e trabalhistas, o empresariamento dos serviços públicos, o fortalecimento da arbitrariedade hierárquica e a precarização das condições de trabalho no setor público e privado.

O desafio mais importante designado à sociedade, na atualidade, é a defesa dos serviços públicos contra as políticas neoliberais. O objetivo é travar a expansão do modelo de gestão empresarial (neogestão), responsável pelo congelamento dos investimentos públicos em áreas sociais e pela flexibilização dos direitos trabalhistas, preocupada em atender aos interesses empresariais e hegemônicos. Esse processo de reterritorialização capitalista dispõe das condições para desenvolvimento dos mecanismos de subjetivação dos trabalhadores. No campo da educação, a neogestão é responsável pelo empresariamento das políticas educacionais e pela formação de uma nova subjetividade docente (produtivista e concorrencial), condicionada à cultura da performatividade. Para superar essa tendência produtivista e mercantil, defende-se que os serviços públicos passem a ser instituições do comum, orientadas para direitos de uso comum e governados de forma democrática. Nesse caso, conforme salientam Dardot e Laval (2017, p. 546-547), “seria conceber o Estado não mais como uma gigantesca administração centralizada, mas, ao contrário, como o sumo garantidor dos direitos fundamentais dos cidadãos no que diz respeito à satisfação de necessidades consideradas coletivamente essenciais”. É pela instituição do comum no âmbito político e econômico que será possível substituir os mecanismos de subjetivação neoliberal, pautados nos princípios da concorrência e da meritocracia, por um modelo de subjetivação voltado para a cooperação, a ajuda mútua e a justiça social.

No entanto, é importante ressaltar que a transição do modelo de gestão empresarial para um modelo de gestão social, voltado para as necessidades humanas, somente será possível a partir de um intenso processo de subjetivação no campo social. Isso exige um esforço coletivo para a superação da subjetividade empresarial, adepta ao projeto neoliberal e defensora de ações como a mercantilização dos serviços públicos, a livre iniciativa (empreendedorismo) e a flexibilização das leis trabalhistas. No Brasil, o projeto de subjetivação ao molde liberal/conservador, ocorrida no último quinquênio, pôs em marcha milhões de manifestantes que se posicionaram contrários à esquerda e favoráveis ao princípio

da meritocracia, ao corte de políticas sociais e ao estado mínimo. A captura da subjetividade tem permitido a implementação de políticas aliadas ao mercado e avessa às necessidades das classes menos favorecidas. Mas, é por meio da formação de uma nova identidade social e da emancipação dos sujeitos em relação à racionalidade hegemônica que será possível construir um novo projeto de gestão pública e empresarial. A formação de uma mentalidade comprometida com o processo de singularização e com a manutenção e a melhoria dos serviços públicos e dos direitos sociais, relativos à proteção social, torna-se viável em razão de que a subjetividade é processual, constituída no social. De acordo com Guattari e Rolnik (1996, p. 139), “não se trata mais de nos reapropriarmos apenas dos meios de produção ou dos meios de expressão política, mas também de sairmos do campo da economia política e entrar mais no campo da economia subjetiva”.

O Capitalismo Mundial e Integrado (CMI) se sustenta por meio do controle da produção da subjetividade. Ao mesmo termo, a democracia somente se consolidará, ou ganhará consistência, se existir no nível da subjetividade dos indivíduos e dos grupos sociais. O posicionamento da subjetividade contra a modelização e a laminação das singularidades impedirá a volta de velhas estruturas. Além da teoria guattariana, a formação de uma subjetividade autônoma à reterritorialização hegemônica poderia ser analisada a partir do conceito de *emancipação*. Dentre os autores a serem explorados para lançar novos desafios ao processo de subjetivação, destacam-se: Immanuel Kant (1724 – 1804) e Paulo Freire (1921 – 1997). Para o filósofo iluminista, a emancipação racional do sujeito, dentro de uma coletividade educada para o esclarecimento, é condição de possibilidade de uma comunidade emancipada. A formação da autonomia racional do sujeito depende, por sua vez, de um processo formativo educacional. Isso porque, no século das luzes, a educação ganha importância fundamental na formação racional dos seres humanos (moral) e da sociedade (política). Enquanto, Immanuel Kant demonstra o processo de emancipação enquanto superação da menoridade por meio do uso da razão, Paulo Freire traz para realidade latino-americana o significado de emancipação humana, reafirmando o papel social da educação na formação de sujeitos autônomos, capazes de decisões livres e na formação da consciência política. O educador brasileiro é herdeiro do iluminismo, pois compreende a educação como um mecanismo para formar um sujeito crítico, capaz de se libertar e se emancipar da condição de menoridade. A emancipação não ocorre espontaneamente em razão de que a estruturas morais e cognitivas não estão prontas. Ela depende de um espaço para sua autoconstrução, desenvolvido, sobremaneira, por meio de um processo formativo de cunho dialógico. “A

emancipação depende de uma teoria da ação, que é a ação dialógica que Paulo Freire propõe como alternativa, não somente para a educação, mas para toda a sociedade, no intuito de construir o ser humano, respeitando o outro e superando as estruturas de opressão” (AMBROSINI, 2012).

Por meio da emancipação dos sujeitos em relação ao processo de reterritorialização hegemônica será possível mobilizar a sociedade contra a destruição dos programas de proteção social, a flexibilização dos direitos trabalhistas, o bloqueio de investimentos em serviços públicos essenciais e o empresariamento e mercadorização da educação superior. O enfraquecimento e a mercantilização do setor público puseram-se em marcha no Brasil, sobretudo, a partir da ascensão de governos aliados aos valores de mercado e aos interesses do mercado financeiro. A mobilização social forçaria a construção de um modelo de governança e, conseqüentemente, de um modelo de gestão empresarial, alternativo ao preconizado e disseminado pela racionalidade toyotista/neoliberal. Pela emancipação seria possível reivindicar a construção de nova lógica de financiamento da educação superior e a implementação de políticas voltadas à valorização profissional, de modo a superar os mecanismos de subjetivação, ligados ao processo de flexibilização e responsabilização, responsáveis pelo processo de intensificação e precarização o trabalho docente.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por 'balbúrdia' e já enquadra UnB, UFF e UFBA. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Praxis, 1999.

ALVES, Giovanni. O espírito do toyotismo – reestruturação produtiva e “captura” da subjetividade do trabalho no capitalismo global. *Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, Niterói, v. 10, n. 1, p. 97-121, 2008.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMARAL, Nelson C. *Financiamento da educação superior: estado x mercado*. São Paulo: Cortez, 2003.

AMBROSINI, Tiago F. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.47, p.378-391 Set. 2012.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha*. Ensaios sobre a morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.83, p. 19-34, dez. 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n.87, p. 335-351, mai/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

ARAÚJO, Maria A.; PINHEIRO, Helano D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos nos sistema educacional: um exame do REUNI. *Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647 – 668, out. – dez. 2010.

ARAÚJO, Maria Gercileni de. Subjetividade, crise e narratividade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, vol. II, n.1, p. 79-91, mar. 2002.

- ASSIS, Lúcia M. *Avaliação institucional e prática docente na educação superior: tensões, mediações e impactos*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, 2008.
- AUGUSTO, Maria H. As reformas educacionais e o “choque de gestão”: a precarização do trabalho docente. In: *28 Reunião da Anped*, 2005, Caxambu: 40 anos de Pós-graduação em Educação no Brasil, 2005.
- AZEVEDO, Mário L. N. O campo global da educação superior, as organizações internacionais e a hegemonia mercadorizante. In: OLIVEIRA Dalila A.; PINI, Mônica E.; FELDFEBER, Myriam. *Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 117-145.
- AZEVEDO, Janete M. Lins. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BALL, Stephen J. Reformar escolas/ Reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista portuguesa de educação*, Braga, v. 15, n. 02, p. 03-23, 2002.
- BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-estado de bem-estar. *Educação e sociedade*, Campinas, v.25, n. 89, p. 1105 – 1126, set./dez., 2004.
- BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez., 2005.
- BALL, Stephen J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago. 2010.
- BANCO MUNDIAL. *La Enseñanza Superior: las perspectivas de La experiencia (El Desarrollo em la práctica)*. 1ª ed. em espanhol. Washington/DC: BIRD/Banco Mundial, 1995.
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Caderno nº 7. São Paulo: Secretaria Operativa Consulta Popular, 3ª ed., out. 2001.
- BECHI, Diego. *O financiamento da educação superior: uma análise do PNE 2001-2010*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.
- BECHI, Diego. As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v.3, n.1, p. 203-223, jan./abr. 2017.
- BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria N. “Reféns da produtividade” sobre a produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. *30ª Reunião Anual da Anped*, Caxambu: ANPED, 2007.
- BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez., 2007.
- BRASIL. BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. MARE. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Presidência da República. Brasília, 1995.
- BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

BRASIL. MARE. Secretária da Reforma do Estado. *Organizações Sociais*. 5. ed. Brasília: MARE, 1998a. 74 p. (Cadernos do MARE da Reforma do Estado, v. 2).

BRASIL. Lei n. 9.678/1998, de 03 de julho de 1998. Institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, e dá outras providências. Brasília, DF, 03 de jul. 1998c.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Brasília, DF, 15 de abr. 2004.

BRASIL. Lei nº 10.973 (Lei de Inovação Tecnológica), de 02 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, 16 de maio de 2005.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, de 13 de jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005. Dispõe sobre o Programa Universidade Para Todos – PROUNI e altera o inciso 1 do art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de jan. 2005. Brasília, DF: 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e dá outras providências. Brasília, DF: 2007b.

BRASIL. Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e do Magistério do Ensino Básico Federal, Técnico e Tecnológico. Brasília, DF, 31 de dez. de 2012.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Brasília, DF, 12 de jan. de 2016.

BRASIL. Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016, que altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências. Brasília, DF, 29 de jul. de 2016.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 01, abr. 1991.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, v. 47, n. 1, jan. – abr. 1996.

BRINHOSA, Mário C. A função social e pública da educação na sociedade contemporânea In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). *Globalização, pós-modernidade e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BRITO, Regivane dos Santos; PRADO, Jany Rodrigues; NUNES; Claudio Pinto. As condições de trabalho docente e o pós-estado de bem-estar social. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 10, n. 23, p. 165-174, set./dez. 2017.

BRITTO, David. *A subjetividade maquínica em Guattari*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2008.

BULLA, Beatriz. Bolsonaro chama manifestantes contra corte na educação de “idiotas úteis” e “massa de manobra”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 de mai. De 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-chama-manifestantes-contracortes-na-educacao-de-idiotas-uteis-e-massa-de-manobra,70002829861>> Acesso em: 08 de agosto de 2019.

BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos A. Globalização e educação: uma introdução. In: BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos A. (Org.). *Globalização e educação: perspectivas críticas*. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 11-26.

CAMARGO, André Campos de. *Félix Guattari: subjetividade, capitalismo e educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2014.

CAMARGO, André Campos de. Félix Guattari: aspectos gerais da formação histórica da subjetividade capitalística. *Integrada Revista Científica FACOL/ISEOL*, Lençóis Paulista, v.1, n.1, p. 164-175, nov. 2014.

CAMPOS, Vicente Sisto. Flexibilización laboral de la docencia universitaria y la gest(ac)ión de la Universidad sin órganos: un análisis desde la subjetividad laboral del docente en condiciones de precariedad. In: GENTILI, Pablo; LEVY, Bettina (Org.) *Espacio público y privatización del conocimiento: estudios sobre políticas universitarias en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CARVALHO, Alba Maria P. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. *Revista Política Pública*, São Luís, Número Especial, p. 225-239, jul. 2014.

CARVALHO, Elma J.; WONSIK, Ester C. Políticas educacionais atuais: valorização ou precarização do trabalho docente. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, Itajaí, v. 15 - n. 3, p. 373-393, set-dez 2015.

CASTANHO, Sérgio E. M. A universidade entre o sim, o não e o talvez. In: VEIGA, Ilma P. A.; CASTANHO, Maria E. (orgs.). *Pedagogia universitária: a aula em foco*. Campinas, SP: Papirus, 2000, p. 13-50.

CASTANHO, Sérgio E. M. Globalização, redefinição do Estado nacional e seus impactos. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). *Globalização, pós-modernidade e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, p. 13 – 35.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. In: WARDE, M. J. et al. *O Banco mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 75-123.

CORSANI, Antonella. Rente Salariale et production de subjectivité. *Multitudes/CAIRN.INFO*, n.32, p. 103-114, 2008.

CORSI, Francisco L.; ALVES, Giovanni. Século XXI – uma perspectiva crítica da crise financeira global e do capitalismo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. Especial, p.16-25, mai. 2009.

COSTA, Walber Carrilho. O processo de globalização e as relações de trabalho na economia capitalista contemporânea. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, p. 117-134, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016a.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. *O Olho da História: Revista de Teoria, Cultura, Cinema e Sociedades*, Salvador, n. 22, abr. 2016b.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Néolibéralisme et subjectivation capitaliste. *Cités/CAIRN.INFO*, n.41, p. 35-50, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. As transformações da sociedade contemporânea, o papel do Banco Mundial e os impactos na educação superior brasileira. In: SILVA, Rinalva C. (Org.). *Educação para o século XX: dilemas e perspectivas*. Piracicaba: UNIMEP, 1999, p. 119 – 128.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 234 – 252, set. 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Políticas e Gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios*. São Paulo: Xamã, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677 – 705, jul. – set. 2010.

FARIAS JÚNIOR, Raimundo S. *A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis*. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, 2014.

FARIAS, Maria ; MOREIRA, Eliana. Trabalho Docente Na Encruzilhada Do Tempo. *I Congresso Internacional da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos*, João Pessoa, V.1, 2010.

FELDFEBER, Myriam. La regulación de la formación y el trabajo docente: un análisis crítico de la “Agenda educativa” en América Latina. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 444-465, maio/ago. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. (Org.). *Fundamentos da educação escolar contemporânea*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006, p.241-260.

- GAMBOA, Silvio S. A globalização e os desafios da educação no limiar do novo século: um olhar desde a América Latina. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Globalização, pós-modernidade e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, p. 79-106.
- GARCIA, Maria M.; HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, Jarbas. As identidades docentes como fabricação da docência. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005.
- GOERGEN, Pedro. *Pós-modernidade, ética e educação*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- GOERGEN, Pedro. Educação Superior na perspectiva do Sistema e do Plano Nacional de Educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, V. 31, n. 112, p. 895 – 917, jul. – set. 2010.
- GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUATTARI, Félix. Guattari na PUC (Entrevista). *Cadernos de subjetividade*, São Paulo, PUC, vol. 1, n.1 ,pág. 9 - 28, mar / ago. 1993.
- GUATTARI, Félix. *O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise*. Campinas, Papirus, 1988.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, SP: Loyola, 2014.
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- LAVAL, Christian. *A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Editora Planta, 2004.
- LÊDA, Denise Bessa. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. *XXIX Reunião Anual da ANPED*. Caxambu: ANPED, 2006. p. 01-16.
- LIBÂNIO, José C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- LIMA, Kátia R. S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *Ensaio*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.
- LOMBARDI, José Claudinei (org.). *Globalização, pós-modernidade e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- MACHADO, Ana M.; BIANCHETTI, Lucídio. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. *RAE*, São Paulo, v. 51, n.3, maio/ jun. 2011 p. 244-254.
- MACHADO, Rosane C. *O ambiente ergonômico de ensino superior e seu reflexo na atividade docente e da qualidade de vida na organização*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- MANCIBO, Deise. Trabalho Docente: Subjetividade, Sobreimplicação e Prazer. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 74- 80, 2007.

MANCEBO, Deise. Reforma da Educação Superior: o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Orgs.). *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: INEP, 2008. p. 56-70.

MANCEBO, Deise; FRANCO, Maria E. Trabalho docente: uma análise das práticas intelectuais em tempos de globalização. In: MANCEBO, Deise et. al. *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: alternativa, 2003, p. 191-204.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera L. J. Crise e reforma do Estado e da universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. *Educar*, Curitiba, n.28, p. 37-53, 2006.

MARIZ, Ricardo S. *Os sentidos do trabalho docente na educação superior privada em expansão (1990-2010)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MAUÉS, Olgaíses C. O trabalho docente no contexto das reformas. *XXVIII Reunião da Anped*, 2005, Caxambu: 40 anos de Pós-graduação em Educação no Brasil, 2005.

MAUÉS, Olgaíses C.; SOUZA, Michele B. Precarização do trabalho do docente da educação superior e os impactos na formação. *Em Aberto*, Brasília, v. 29, n. 97, p. 73-85, set./dez. 2016.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, v.32, n. 3, set./dez., 2017.

MIRANDA, Kênia. O trabalho docente na acumulação flexível. *XXVIII Reunião da Anped*, 2005, Caxambu: 40 anos de Pós-graduação em Educação no Brasil, 2005.

MORROW, Raymond A.; TORRES, Carlos A. Estado, Globalização e Políticas Educacionais. In: BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos A. (Org.). *Globalização e educação: perspectivas críticas*. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 27-44.

NAUROSKI, Everson A. *Trabalho docente e subjetividade: a condição dos professores temporários (PSS) no Paraná*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

*O GLOBO*. MEC vai cortar verba de universidades que tiverem 'baixo desempenho' e fizerem 'balbúrdia'. *O Globo*, São Paulo, 15 de mai. De 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mec-vai-cortar-verba-de-universidades-que-tiverem-baixo-desempenho-fizerem-balburdia-23631766>>. Acesso em: 08 de ago. de 2019.

OHNO, Taiichi. *O Sistema Toyota de Produção -Além da produção em Larga Escala*. São Paulo, Editora Bookman, 1997.

OLIVEIRA, DALILA A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. *Educação e sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 753-775, Especial - Out. 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil, *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n.108, p.739-760, out., 2009.

OLIVEIRA, João Ferreira. A nova reforma da educação superior no Brasil: o processo de desorganização do sistema e de desajustamento da universidade pública. In: SILVA, Rinalva C. (Org.). *Educação para o século XX: dilemas e perspectivas*. Piracicaba: UNIMEP, 1999, p. 147 – 159.

OLIVEIRA, João F. de. Reforma da educação superior: mudanças na gestão e metamorfose das universidades públicas. In: PEREIRA, Filomena M. de A.; MULLER, M. Lúcia R. *Educação na interface relação estado/sociedade*. Cuiabá: EDUFMT/Capes, 2006, p.11-21.

PALHARES, Isabela. Universidades acusadas de 'balbúrdia' tiveram melhora de avaliação em ranking. *Estadão*, São Paulo, 30 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2019/04/30/universidades-acusadas-de-balburdia-tiveram-melhora-de-avaliacao-em-ranking.htm>.> Acesso em: 08 de agosto de 2019.

PINTO, Marina B. A subordinação do trabalho docente à lógica do capital. *Outubro*, São Paulo, n. 4, p. 17-24, 2000.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, V. 19, n. 35, p. 65-79, jul./dez. 2015.

SAMPAIO Junior, Plínio A. Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v.1, n.3, p. 85-95, dez. 2011.

SANFELICE, J. L. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, J. C. (Org.). *Globalização, pós-modernidade e educação*. Campinas: Autores Associados/HISTERDBR, 2003, p.3-12.

SANTOS, Boaventura S. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Sheila D. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 46, p. 229-244, out./dez. 2012

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. *Educar*, Curitiba, n.31, p.73-89, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1019, set.-dez. 2008.

SILVA, Maria Emília P. A função docente: perspectivas na nova sociabilidade do capital. 27<sup>a</sup> *Reunião Anual da Anped*, Caxambu, ANPED, 2004.

SILVA JÚNIOR, João dos R. Mudanças nas universidades públicas no contexto da mundialização do capital. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 10, n. Especial, p. 95-131, 2008.

SILVA, Lúcia A; SANTOS, Nair I. Subjetividade e Trabalho na Educação. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. XI, n. 4 - p. 1429- 1460, dez/2011.

SIQUEIRA, Tânia C.A. *Trabalho docente nas instituições de ensino superior privado em Brasília*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOBRINHO, José D. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: MANCEBO, Deise et. al. *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: alternativa, 2003, p. 97-116

SOUSA, José Vieira. Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003 – 2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado? *XXXIII Reunião Anual da ANPED/Caxambu*. Rio de Janeiro: ANPED, 2010. p. 1-15.

SOUZA, Sandra Zákia L.; OLIVEIRA, Romualdo P. Políticas de avaliação da educação e o quase mercado no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, out. 2003.

TELLO, César. Perspectivas discursivas sobre profissionalização docente na América Latina. In: OLIVEIRA Dalila A.; PINI, Mónica E.; FELDFEBER, Myriam (Organizadores). *Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, P. 147-170.

TORRES, Carlos A. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, RJ: VOZES, 2000, p. 109 – 136.

WALKER, Verónica Soledad. El trabajo docente en la universidad: condiciones, dimensiones y tensiones. *Perfiles Educativos*, IISUE-UNAM, v. 38, n. 153, p. 105-119, 2016.

VILLARDI, Raquel; OLIVEIRA, Carlos A. Educação Superior: em tempos de avaliação. IN: SILVA, Rinalva C. (Org.). *Educação para o século XXI: dilemas e perspectivas*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1999, p. 85 – 100.

YAMANOE, Mayara Cristina Pereira. Trabalho docente e subjetividade: a identidade do professor do ensino superior e a lógica de produtividade do capital. *X Jornada Histedbr*, Vitória da Conquista - BA, 2011.

## CIP – Catalogação na Publicação

---

B391s Bechi, Diego  
A subjetivação capitalística como mecanismo de  
precarização do trabalho docente na educação superior  
brasileira / Diego Bechi. – 2019.  
188 f. : 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Altair Alberto Fávero.  
Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de  
Passo Fundo, 2019.

1. Educação e estado. 2. Neoliberalismo. 3. Educação  
superior. 3. Subjetividade. 4. Professores universitários.  
I. Fávero, Altair Alberto, orientador. II. Título.

CDU: 37.015.3

---

Catálogo: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569